

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ruy Garcia Marques

Vice-Reitora

Profª. Maria Georgina Muniz Washington

Sub-Reitora de Graduação

Profª. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Egberto Gaspar de Moura

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Profª. Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Instituto de Ciências Sociais Profª.

Maria Claudia Pereira Coelho Prof.

Ronaldo de Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Profª. Helena Bomeny (Coordenação Geral)

Prof. Paulo D'Avila Filho (Coordenação Adjunta)

Profª. Cecília Loreto Mariz (Coordenação Acadêmica)

DOI: 10.12957/irei.2020.56794

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 22 número 3
dezembro de 2020

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções **Revista de Estudos Interdisciplinares**

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Maria Claudia Coelho, Paulo D'Ávila e Waleska Aureliano

Assistente Editorial

Thayz Guimarães

Estagiária

Bárbara Coelho

Revisão de Texto

Dayse Lúcia Mendes

Tradução

Marcelo Burgos

Diagramação

Sigaud Gestão e Capacitação Empresarial

Publicação Quadrimestral – 2020.3

Conselho Editorial

Anália Torres, Instituto Universitário de Lisboa
Antónia Pedroso de Lima, Instituto Universitário de Lisboa
Bernardo Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Cecília Loreto Mariz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Araújo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Cristina Jost Mafra (*in memoriam*)
Clarice Ehlers Peixoto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Claudia Barcellos Rezende, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Cristina Rocha, Western Sydney University, Sydney, Austrália
Cynthia Sarti, Universidade Federal de São Paulo
Guy Bellavance, Universidade de Quebec
Hector Leis, Universidade Federal de Santa Catarina
Helio R. S. Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ítalo Moriconi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
João Trajano Sento-Sé, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Reginaldo Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Josué Pereira da Silva, Universidade Estadual de Campinas
Jurandir Freire Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Eduardo Soares, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Flavio Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Luiza Heilborn, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Marjo de Theije, Universidade Livre de Amsterdã
Mark Harris, University of St Andrews, Escócia
Maurício Tenório-Trillo, Universidade de Chicago
Myrian Sepúlveda dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Nélida Archenti, Universidad de Buenos Aires
Paul C. Freston, Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontário, Canadá
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Universidade Federal de Pernambuco
Ricardo Benzaquen de Araújo (*in memoriam*), Brasil
Roberto DaMatta, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sahra Gibbon, University College London
Sergio Costa, Universidade Livre de Berlim
Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas
Susana Durão, Universidade de Lisboa
Susana Margulies, Universidad de Buenos Aires
Susana Narotzky, Universidade de Barcelona
Valter Sinder, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 22, n.3 (2020)–.
– Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999–

Anual (1999), Semestral (2000), Quadrimestral (2019)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning;

DOAJ – Directory of Open Access Journals

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigo

- Estudos em Políticas Públicas e a COVID-19: indicativos de uma agenda de pesquisa 336
Felipe Gonçalves Brasil
DOI: 10.12957/irei.2020.56785

Dossiê Espaços, simbolismos e relações de poder

Organizadoras: Roberta Sampaio e Vanessa Marx

- Intervenções, regulações e contestações. Olhares sobre as cidades contemporâneas
(Apresentação) 348
Roberta Guimarães
Vanessa Marx
DOI: 10.12957/irei.2020.56787

- Construindo a paisagem: arquitetura, meio ambiente e poder em um Rio de Janeiro em
expansão 362
Rachel Paterman
DOI: 10.12957/irei.2020.56788

- Ordenar la casa. Securitización, jerarquización y regulación del espacio urbano en la política de
Cambiemos en La Plata (2015-2019) 388
Ramiro Segura
Joaquín Vélez
DOI: 10.12957/irei.2020.56789

- Migrações e Diversidade na Cidade Empreendedora: Definindo o cenário para os novos
imaginários urbanos..... 413
Nuno Oliveira
DOI: 10.12957/irei.2020.56790

O “direito à cidade” enquanto categoria em disputa: uma análise dos conflitos políticos em torno dos usos cotidianos da Praça Roosevelt, em São Paulo 438

André de Pieri Pimentel

DOI: 10.12957/irei.2020.56791

Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE) 463

Roberto Marques

DOI: 10.12957/irei.2020.56792

Arte Vida: itinerários de arte indígena nas cidades contemporâneas 492

Ana Elisa de Castro Freitas

DOI: 10.12957/irei.2020.56793

Resenha

As muitas formas de pensar o cuidado em nossa sociedade 523

Henrique da Costa Valério Quagliato

DOI: 10.12957/irei.2020.56786

Contents

Article

- Public Policy Studies and COVID-19: indications of a research agenda 336
Felipe Gonçalves Brasil
DOI: 10.12957/irei.2020.56785

Dossiê Espaços, simbolismos e relações de poder

Editors: Roberta Sampaio e Vanessa Marx

- Interventions, regulations and contestations. Perspectives over the contemporary cities
(Presentation) 348
Roberta Guimarães
Vanessa Marx
DOI: 10.12957/irei.2020.56787

- Building the landscape: architecture, environment and power in an expanding Rio de
Janeiro 362
Rachel Paterman
DOI: 10.12957/irei.2020.56788

- Organize the House. Securitization, hierarchization and regulation of the urban space in the
politics of Cambiemos, in La Plata (2015-2019) 388
Ramiro Segura
Joaquín Vélez
DOI: 10.12957/irei.2020.56789

- Migration and diversity in the entrepreneurial city: Setting the scene for the new urban
imaginaries 413
Nuno Oliveira
DOI: 10.12957/irei.2020.56790

The “right to the city” as a disputed category: an analysis of political conflicts around everyday uses of the Franklin Roosevelt Square in São Paulo 438

André de Pieri Pimentel

DOI: 10.12957/irei.2020.56791

Cultural heritage problems as gender problems: disjunctions between feminism and popular culture in the Festa de Santo Antônio in Barbalha (Ceará) 463

Roberto Marques

DOI: 10.12957/irei.2020.56792

Art Life: itineraries of indigenous art in contemporary cities 492

Ana Elisa de Castro Freitas

DOI: 10.12957/irei.2020.56793

Book Review

The many ways of thinking about care in our society 523

Henrique da Costa Valério Quagliato

DOI: 10.12957/irei.2020.56786

Artigo

Estudos em Políticas Públicas e a COVID-19: indicativos de uma agenda de pesquisa

Felipe Gonçalves Brasil¹

Resumo

A pandemia causada pela Covid-19, que se prolonga desde os primeiros meses de 2020 ao redor de todo o mundo, marcada por irreparáveis impactos sociais, econômicos, sanitários e humanitários, tem despertado a atenção de acadêmicos que se dedicam a entender e analisar as ideias, escolhas e prioridades dos tomadores de decisão num momento caracterizado pela extrema necessidade de atuação governamental. Seja no seu papel de fonte oficial de informações que orientem e informem a população, seja na atuação direta na elaboração de estratégias de redução do contágio, no estabelecimento de regras de funcionamento de equipamentos públicos e privados, ou na elaboração de políticas que minimizem os efeitos catastróficos da pandemia e garantam a sobrevivência de seu povo, o “estado em ação” vem sendo observado por diferentes lentes teóricas inseridas no interdisciplinar campo das políticas públicas. Este estudo tem o objetivo de apresentar, ainda que brevemente, dois referenciais teóricos e analíticos com grande potencial para apoiar estudos que buscam entender melhor a forma como o processo de políticas públicas pode sofrer importantes alterações em momentos de crise como essa. O primeiro referencial analisado é o dos “efeitos focalizadores” (*focusing events*), presentes na literatura de *policy process* e *agenda-setting*. Outra lente analítica relevante está relacionada com o aprendizado em políticas públicas e a formulação de políticas baseadas em evidência (*policy learning and evidence-based policy making*). As escolhas por essas três linhas teóricas não têm a intenção de limitar os estudos em políticas públicas, mas de lançar luz a novas abordagens com grande potencial explicativo para novas agendas de pesquisas.

Palavras-chave

Cidades. Espaços. Poder. Conflitos. Simbolismos.

¹ Felipe Gonçalves Brasil é pós-doutorando e docente no Departamento de Administração Pública da UNESP Araraquara. E-mail: fbrasil.pp@gmail.com.

Abstract

The pandemic caused by COVID-19, which has been going on since the first months of 2020 around the world, marked by irreparable social, economic, health and humanitarian impacts, has attracted the attention of academics dedicated to understanding and analyzing ideas, choices and priorities of decision makers at a time characterized by the extreme need for governmental action. Be it in its role as an official source of information to guide and inform the population, be it in the direct action of developing strategies to reduce infection, establishing operating rules for the public and private facilities, or in the policy-making that minimizes the catastrophic effects caused by the pandemic and guarantees the survival of its people, the "state in action" has been observed through different theoretical lenses inserted in the interdisciplinary field of public policies. This study aims to present, albeit briefly, two theoretical and analytical frameworks with great potential to support studies that seek to better understand how the public policy process can undergo important changes in times of crisis. The first framework analyzed is focusing events, which is present in the studies of John Kingdon (1984) and Thomas Birkland (2003). Another relevant analytical lens is related to policy learning and evidence-based policy making. The choices for these three theoretical lines are not intended to limit studies in public policies, but to shed light on new approaches with great explanatory potential for new research agendas.

Keywords

Focusing events. Public policy learning. Evidence-based policy making. COVID-19 pandemic. Public policy analysis.

Introdução

Os efeitos da pandemia causada pela Covid-19 são múltiplos e, em muitos casos, irreversíveis. Até dezembro de 2020, somam-se mais de 1,5 milhão de mortes em todo o mundo. Diversos são os exemplos de consequências gravíssimas que afetaram o dia a dia das pessoas e de mudanças às quais as sociedades tiveram que se adaptar para sobreviver em tempos de pandemia. Dos prejuízos econômicos causados pelo *lockdown* e pelas inúmeras (e necessárias) políticas de restrição às atividades econômicas, do varejo e no mundo do trabalho, aos impactos sociais causados pelo distanciamento social, pelas mudanças de rotina, fechamento de escolas, *home-office*, acesso à internet e equipamentos tecnológicos, perpassando por temas humanitários, como o aumento da violência doméstica, a possibilidade de sobrevivência e a própria saúde mental, a pandemia tem nos mostrado que crises como essa mudam a

forma, a velocidade e até a ordem como as questões são entendidas e priorizadas no competitivo processo de políticas públicas.

A emergência pela tomada de decisões e a dependência de ações governamentais que tenham potencial de atingir grandes parcelas da população num curto espaço de tempo são desafios que modificam e redefinem a lógica e as formas como os *policymakers* atuam no processo de produção de políticas. O tempo, um recurso escasso e de grande importância, é uma variável de primeira ordem a ser considerada em momentos de crises. A urgência altera a forma como as informações são processadas e reduz as fontes confiáveis que geram, coordenam e difundem tais informações. Os atores políticos são pressionados a se posicionarem e atuarem de forma imediata, rompendo com o *modus operandi* de formação de coalizões e do jogo de barganha, comuns em processos decisórios e pré-decisórios, de estabelecimento de prioridades e seleção de alternativas.

Nesse período de crise marcado pela necessidade de ação, informação e atenção, a mídia figura entre um dos atores mais importantes quando consideramos a capacidade de produção e difusão de informação, afetando, também, a atenção da opinião pública e até a forma como os atores governamentais entendem e priorizam os problemas e as soluções decorrentes do evento em questão. Estudos que destacam a relação das agendas (midiática, da opinião pública e governamental) em momentos de crise não são novidade no campo das políticas públicas. Na verdade, eles são parte do surgimento dos estudos de *agenda-setting*, com a proposição de estudos que analisam os efeitos da mídia na opinião pública no pós-guerra. Traquina (1995) retoma o surgimento de novos meios de comunicação do período vinculando-os a efeitos que as notícias veiculadas (agenda midiática) poderiam causar no público (agenda da opinião pública). Já em 1922, Lippmann demonstrava a preocupação pelo fato de a mídia ter o poder de apresentar imagens para o público. Ainda que não utilizasse a expressão *agenda-setting*, foi quem primeiro descreveu as relações existentes entre mídia e agenda pública, hoje entendida como o processo de agendamento da agenda pública. A *mass media* surgia, portanto, como um objeto de estudo importante que apontava a relação entre a seleção daquilo que era noticiado e a forma como o público se importava e recebia tais informações. Entre as décadas de 1940 a 1970, nos Estados Unidos, sobretudo, se intensificaram os estudos dos *mass media* que buscavam relacionar causa e efeito entre as múltiplas agendas com foco no âmbito eleitoral (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944, 1955; KLAPPER, 1960). Os trabalhos de Cohen (1963), sobretudo com a pesquisa empírica de McComb

e Shaw (1972), no início dos anos 1970, fizeram com que o conceito de *agenda-setting* ganhasse destaque e passasse a ser empiricamente investigado nos Estados Unidos.

É com John Kingdon (1984), na década seguinte, que os estudos sobre formação de agenda ganham novos contornos e destaque no cenário americano e internacional. Os estudos de *agenda-setting* buscam entender de que maneira alguns temas são priorizados pelos tomadores de decisão enquanto diversas outras questões são deixadas em segundo plano ou mesmo sequer são percebidas como sendo problemas públicos. A formação de agenda é, portanto, um processo competitivo no qual diversos temas disputam a atenção e um lugar na restrita e limitada agenda dos tomadores de decisão. Baseado em estudos anteriores de dentro da *policy science*, propostos por Cobb e Elder (1972), três contribuições são relevantes para a compreensão do processo de formação da agenda: 1- problemas públicos são construções sociais e não fatos dados, imutáveis e inquestionáveis. A compreensão de um problema depende, sobretudo, da realidade percebida e moldada sobre essa questão, podendo transformá-la, ou não, em um problema público que demande a ação do Estado; 2 - o processo de definição de problemas é marcado pelo duelo de distintos grupos de pressão, que se utilizam de valores e símbolos para formular, contestar e redefinir a imagem de problemas públicos. Com o objetivo de ganhar vantagens no processo de formulação de políticas, a forma como cada problema é definido, bem como a forma como tantas outras questões são descredenciadas e ocultadas no processo pré-decisório, são estratégias de atuação dos atores envolvidos no processo de expansão do conflito e na criação de problemas públicos. Essa luta pela definição do problema não apenas serve como forma estratégica de barganha e privilégios no acesso aos tomadores de decisão, mas também como um mecanismo de defesa dos grupos organizados contra a entrada de novos participantes no jogo político. O acesso às arenas pré-decisórias por novos atores pode apresentar eventos inesperados e mudanças de valores dentro das comunidades de políticas (CAPELLA; BRASIL, 2016); 3 - Cobb e Elder (1972) são os primeiros autores da literatura a sistematizar o processo de agendamento por meio da criação de duas etapas de agendas: a agenda sistêmica e a agenda institucional, especificando um processo fluido e em constante mudança no trânsito de temas. Os autores buscam entender, portanto, de que forma os problemas são construídos e como eles se tornam prioritários na agenda governamental. De acordo com Capella (2007, p. 45):

Os estudos sobre a agenda governamental mostram que a complexidade do processo decisório e o volume de questões que se apresentam sistematicamente aos formuladores de políticas acabam por concentrar a atenção destes em um conjunto limitado de assuntos considerados relevantes. Alguns dos assuntos que sobrevivem a esse competitivo processo de seleção podem vir a integrar uma política pública, ou seja, podem ser transformados em programas e projetos governamentais. Uma das preocupações centrais ao estudo de agenda-setting é, portanto, compreender como as questões capturam a atenção dos formuladores de políticas.

John Kingdon (1984) foi o primeiro autor a propor um modelo analítico sintético para estudar o processo de priorização de assuntos e de formação da agenda governamental. A obra de Kingdon apresenta contribuições importantes para a construção do campo de análise para além do seu conhecido modelo de Múltiplos Fluxos. O autor também destaca o papel dos empreendedores de políticas públicas, a importância das comunidades de políticas públicas, além de apontar para uma série de mecanismos pelos quais, segundo o autor, funcionaria o processo como um problema é percebido até a efetiva formulação de uma política pública. A primeira lente analítica proposta por esse trabalho como um indicativo de agenda para estudos sobre a pandemia destaca o papel dos eventos focalizadores no processo de reconhecimento de problemas e formação da agenda governamental. Prevista na elaboração inicial de Kingdon (1984) e ampliada em estudos posteriores por Birkland (1997, 2005, 2006), os eventos focalizadores são entendidos como de grande impacto e magnitude, que alteram significativamente a forma pela qual os atores disputam o reconhecimento e a construção da imagem de problemas públicos.

Eventos Focalizadores

A literatura de políticas públicas já reservava, desde o início de anos 1980, com a obra de Kingdon (1984) atenção especial para grandes catástrofes e eventos de grandes magnitudes. Ao estudar o processo pelo qual os atores políticos e sociais enxergam e definem os problemas públicos, buscando o estabelecimento de coalizões, expandindo o conflito e o reconhecimento público dessas questões, não passou despercebido o fato de que, em algumas situações, a emergência e a gravidade com a qual determinados eventos surgem alteram a lógica de funcionamento do processo de atenção e de

priorização de problemas e de produção de políticas. Grandes catástrofes naturais, como tsunamis e furacões, incêndios e alagamentos de grandes dimensões, ou mesmo eventos inesperados e de grande impacto social, ambiental e econômico, como acidentes nucleares, em minas de carvão ou a queda de aviões, são exemplos de situações que irrompem na agenda governamental com alto grau de prioridades, sem tempo para negociações, uso de símbolos ou de mecanismos de veto.

Tais eventos, chamados de *focusing events* por John Kingdon (1984), mas que também aparecem sob o termo de *triggerin events* em Baumgartner e Jones (1993), modificam substancialmente o processo de políticas públicas, do reconhecimento à dinâmica de formulação de políticas públicas. Nesta seção buscaremos identificar a pandemia da Covid-19 como sendo um evento focalizador (BRASIL; CAPELLA, 2020;) apontando *gaps*, nos casos brasileiro e internacional, que poderão ser investigados em novas agendas de pesquisas.

Os eventos focalizadores, de acordo com Birkland (1997), são raros, imprevisíveis e potencialmente danosos. Geralmente estão vinculados a questões sobre as quais não seria totalmente possível prever o ocorrido a ponto de minimizar ou anular os danos e impactos causados. No entanto, uma distinção precisa ser feita quando trabalhamos com a ideia de eventos focalizadores. Diferentemente de grandes eventos sociais e esportivos, como os Jogos Olímpicos, por exemplo, que têm curta duração e mobilizam diversos setores sociais políticos e econômicos, os eventos focalizadores não são planejados ou esperados. Ainda que a responsabilidade dos representantes não seja nula em eventos como esses, não se pode confundir os problemas e excepcionalidades causados pela falta de controle e de planejamento de grandes eventos, com a ocorrência de eventos repentinos e inesperados como os mencionados. Para Birkland (1997), os eventos focalizados ainda contam com outras características que vão além da sua imprevisibilidade – eventos repentinos, raros e não planejados. Eles são eventos que afetam grande número de pessoas ao mesmo tempo e cujos efeitos prejudiciais se revelam tanto de forma imediata como apresentam danos futuros potencialmente maiores decorrentes da sua ocorrência.

A focusing event is an event that is sudden; relatively uncommon; can be reasonably defined as harmful or revealing the possibility of potentially greater future harms; has harms that are concentrated in a particular geographical area or community of interest; and that is known to policy makers and the public simultaneously. Defining focusing events in this way guides the researcher in selecting the appropriate domains for

studying focusing events, and helps us to understand more clearly why some events are more intensely “focal” than others”. (BIRKLAND, 1997).

Os eventos focalizadores ganham atenção de forma mais repentina e mais rapidamente do que problemas como crimes ou problemas estruturais, como a falta de vagas em creches ou o aumento do percentual de desemprego num país, por exemplo. Os danos óbvios causados por eventos focalizadores destacam a existência de problemas aos quais o governo ou outras instituições precisam responder de forma urgente. Da mesma forma, a narrativa construída para explicar, propor ou mesmo refutar a existência dos problemas anteriormente citados não segue o mesmo padrão nem a mesma velocidade daquela necessária para tratar dos danos imediatos causados por esses eventos focalizadores. Isso não quer dizer que esses problemas sejam maiores do que os demais existentes na sociedade. No entanto, significa dizer que a sua urgência, o seu potencial de atrair e concentrar a atenção de atores, como os formuladores de políticas, a mídia e a opinião pública, os colocam como prioritários no seletivo processo de definição de agenda.

A Pandemia da Covid-19 afetou sociedades de todo o mundo, fazendo com que líderes adotassem diversas medidas de urgência, quer seja para prevenir e reduzir a velocidade de contágio, quer seja para garantir a sobrevivência e a dignidade de seu povo diretamente afetado pelas restrições necessárias. Nesse processo, variadas políticas públicas e instrumentos foram utilizados para superar a crise causada. Guiados por órgãos internacionais, como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e seus grupos de trabalhos específicos para a Covid-19, algumas das ações mais imediatas foram utilizadas em sociedades e países diferentes. Sistemas de ensino à distância, *home-office*, fechamento de fronteiras, alteração de horários de comércio, uso obrigatório de máscaras, distanciamento social são exemplos de recomendações que seguiram de forma padronizada em diversos países e sociedades durante a pandemia. Outras alternativas adotadas, no entanto, mais particulares de cada país e sistemas políticos, podem ser foco de estudos futuros que busquem entender como a pandemia e as mudanças no sistema de reconhecimento de problemas e seleção de alternativas conseguiram inserir difíceis pautas na onda da crise. No caso brasileiro, por exemplo, a renda emergencial surgiu como uma alternativa viável que, muito dificilmente, seria considerada como prioritária em situações de não crise. (). Qual o potencial de inserção de pautas que a urgência na produção de respostas pode gerar? Quais foram os caminhos adotados para a formulação e implementação dessas políticas?

Para o futuro, perguntas ainda não respondidas devem ser foco de estudos que consideram a permanência e a extinção de políticas formuladas para responder a problemas emergenciais. O sistema de educação à distância funcionou de forma satisfatória a ponto de ser uma alternativa viável para o desenho da educação pública mesmo fora da pandemia? No campo do trabalho, o que a experiência do *home-office* pode demonstrar sobre a produtividade, os custos e as relações profissionais para o futuro? Quais características e indicadores foram decisivos no processo de continuidade e descontinuidade de políticas adotadas de forma emergencial? Essas perguntas nos levam ao segundo modelo analítico com forte potencial para guiar estudos sobre políticas públicas em tempos de crise, o Aprendizado e Políticas baseadas em Evidências (*policy learning and evidence-based policy making*)

Aprendizado e Políticas baseadas em Evidências

As raízes do *policy learning* podem ser observadas nos estudos de Heclo (1974) e na profunda difusão e mapeamento dessa lente analítica feitos por Hall (1993) e Dunlop e Radaelli (2013). Nessa abordagem, o destaque reside na aquisição e utilização do conhecimento e de evidências no envolvimento e no aprendizado baseado em valores, crenças e ideias para a análise do processo de produção das políticas públicas. De acordo com Hall (1993, p. 278), o aprendizado “ocorre quando os indivíduos assimilam uma informação nova, incluindo aquela baseada em experiência, e a aplicam em suas ações subsequentes. [...] O aprendizado é observado quando a política muda como resultado desse processo”.

A importância da evidência aumentou substancialmente no processo de tomada de decisão das democracias contemporâneas. Como consequência, muitos estudiosos têm desviado sua atenção para a análise de como os dados científicos podem contribuir para o aprimoramento das políticas públicas. A ideia central por trás do aprendizado inclui a apropriação de novas informações, obtidas ao longo do processo, que podem mudar ou ratificar os sistemas de crenças já existentes. É uma abordagem que valoriza o processo de tomada de decisões bem informadas sobre políticas, programas e projetos, colocando as melhores evidências disponíveis no centro do desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Esse aprendizado permite tanto mudanças mais radicais em políticas públicas quanto mudanças discretas, que envolvem ampliação e ajustes. A abordagem do *policy learning* inclui uma série de estudos dedicados aos processos de difusão e transferência de políticas

públicas, ao processo de produção de políticas baseado em evidências e, em muitos estudos, aparece vinculado ao modelo de Coalizões de Defesa (ACF – *Advocacy Coalition Framework*) como forma de operação de sistemas de crenças e valores (WEISS, 2008; SABATIER, 1999)

É importante retomarmos aqui, sobretudo quando falamos de difusão e transferência em políticas públicas, a forma pela qual entidades internacionais, como a OMS, coordenaram e difundiram recomendações ao longo da pandemia da Covid-19, servindo de base não apenas para a difusão de informação, de dados oficiais e acompanhamento do número de casos e de mortes no mundo, mas também analisando e recomendando ações baseadas em experiências anteriores. O aprendizado sobre a doença bem como o aprendizado sobre as políticas empregadas pelos países que vivenciaram a primeira onda de contágios e mortes, como China, Espanha e Itália, produziram conhecimento e evidências sobre as ações tomadas, apontando e separando o que funcionou e o que não surtiu efeito no controle do contágio e de suas consequências. Em muitos países, como Finlândia e Nova Zelândia, por exemplo, a antecipação na produção de políticas restritivas, de isolamento, fechamento de fronteiras e informações sobre uso de máscaras, higienização de mãos, por exemplo, fez com que o impacto da pandemia, nesses países, fosse drasticamente inferior quando comparado à situação daqueles que vivenciaram a doença na primeira onda, ou daqueles países cujos governantes optaram por não acatar as recomendações provenientes do aprendizado e das evidências anteriores, como os casos do Brasil e dos Estados Unidos.

De acordo com especificações elaboradas por Dunlop e Radaelli (2013), o caso poderia ser analisado pelas lentes do chamado aprendizado epistêmico, caracterizado pela centralização da autoridade em *experts* na área, formalizada por decisões baseadas em evidências em que há recomendações diretas com o objetivo de reduzir o escopo do conflito e alcançar soluções para o problema. O aprendizado obtido por meio da experiência anterior, dos resultados obtidos na formulação de políticas em contextos próximos seria capaz de sustentar um sistema baseado na relação entre as evidências e os resultados desejados na busca por soluções aos problemas decorrentes da crise.

Esse debate se faz necessário e é aqui apontado como indicativo de agendas futuras em pesquisas de políticas públicas sobre a Covid-19, uma vez que evidencia, mesmo em situações de risco iminente, a existência de espaço para o contraditório e para a contestação de ideias e valores. As lentes centradas no papel das ideias e nas suas relações com as instituições e atores mostram, nesse e em outros tantos casos já estudados pela literatura especializada, o quão forte

e importante é a noção de sistemas de crenças e construção social de problemas e alternativas para a formulação de políticas públicas. A formulação de políticas baseadas em evidências assim como a difusão ou mudança de políticas públicas baseadas em aprendizado não isolam a pressão feita por outros grupos de pressão com ideias e valores distintos. Mesmo durante a pandemia, as estratégias de negação, de desresponsabilização e de refutação da ciência e das evidências foram imensamente utilizadas como forma de formação de coalizões e de justificativas para a não ação do Estado. O mesmo processo é percebido quando observamos as reações e o posicionamento de grupos sobre as políticas de vacinação, que deve gerar, num futuro breve, excelentes e necessários estudos de caso sobre sistemas de crenças e aprendizado em políticas, quando observamos o fenômeno da pandemia Covid-19.

Conclusão

Este artigo procurou demonstrar brevemente algumas linhas teóricas que podem servir de base analítica para novos estudos que buscam melhor compreender o fenômeno da pandemia da Covid-19 nos processos de políticas públicas. Longe de restringir o campo analítico aos temas abordados, a agenda que se constrói em torno do tema é ampla e, ao mesmo tempo, difícil de mapear, dada a intersetorialidade do campo e da magnitude do evento e suas consequências. Estudos sobre as capacidades estatais e as formas de implementação de políticas públicas são exemplos de um crescente campo do conhecimento não considerado nessa proposta. Pesquisas empíricas e teóricas nos campos setoriais da educação, saúde, trabalho, assistência social e afins também deverão dominar os estudos sobre a relação entre políticas públicas e a pandemia nos anos que se seguem.

Aqui, no entanto, destacamos duas vertentes ainda pouco conhecidas ou trabalhadas pela literatura nacional. A primeira delas é a que trata dos eventos focalizadores. Presente desde as primeiras concepções teóricas sobre os estudos de *agenda-setting*, os *focusing events* parecem ter pouca aplicação no caso brasileiro, sobretudo quando consideramos o seu histórico analítico sobre eventos naturais, como tsunamis, furacões e terremotos, eventos com maior ocorrência nos Estados Unidos, de onde a teoria é originária. A pandemia, entendida aqui como um evento repentino, imprevisível, global e de forte impacto, tem se mostrado uma variável relevante nos estudos da formação da agenda e da formulação de políticas no Brasil, na medida que consegue inserir

com maior rapidez pautas caras e que dificilmente seriam consideradas fora do ambiente de crise. Entender a forma como os atores se posicionam e se movimentam, as imagens construídas e as capacidades lançadas para possibilitar a produção de políticas emergenciais deve se tornar foco de estudos futuros, assim como a permanência ou suspensão de políticas implementadas para além da crise.

Por outro lado, a literatura de *policy learning* e *evidence-based policy making* agrega outros componentes aos estudos de políticas públicas relacionados à pandemia. Qual o papel das evidências e do aprendizado no processo de políticas públicas? O que as experiências vividas em outros países e sistemas pode gerar de informação e de direcionamento para lidar com problemas novos, mas catastróficos? Observamos brevemente, em alguns casos específicos, que a aprendizagem e as evidências podem ou não ser utilizadas como fonte para a produção de políticas. A negação, as ideologias e as ferramentas de bloqueio existem e podem ser usadas à revelia dos benefícios aprendidos a partir de evidências e vivências anteriores. O impacto causado em diferentes nações e a forma de atuação de diferentes líderes pode ser capaz de demonstrar, em agendas de pesquisas futuras, a importância do aprendizado e do uso de evidências em todo o processo de políticas públicas.

Referências

- BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan. (1993). *Agendas and instability in American politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- BIRKLAND, Thomas. (1997). *After Disaster: agenda-setting, public policy and focusing events*. Washington D.C., Georgetown University Press.
- BIRKLAND, Thomas. (2006). *Lessons of Disaster*. Georgetown University Press.
- BIRKLAND, Thomas. (2005). *An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making*. M.E. Sharpe.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, Ana C. N. (2020). Janelas escancaradas: o potencial da Pandemia na mudança em políticas públicas. *Boletim: Cientistas sociais e o coronavírus*. ISSN 2675-4339 Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2325-boletim-semanal>. Acesso em: 3 jul. 2020
- CAPELLA, Ana C. N. (2007). Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas". In Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- CAPELLA, Ana Cláudia; BRASIL, Felipe Gonçalves. (2016). Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. *Novos estudos – CEBRAP*. n.101 p.57-76.
- COBB, R. W.; ELDER, C. D. (1972). *Participation in American Politics: The dynamics of agenda building*. Boston: Allyn and Bacon.

- (1983). *Participation in American Politics: the Dynamics of Agenda Building*. 2nd Ed. Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- COBB, R. W.; ELDER, C. D.; ROSS, J. K.; ROSS, M. H. (1976 mar.). Agenda Building as a comparative political process. *American Political Science Review*, v. 70, n. 1, p. 126-138.
- COHEN, B. C. (1963). *The press and foreign policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. (1972 mar.). A Garbage Can Model of Organizational Choice. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 17, n. 1, p. 1-25.
- DUNLOP, C. A.; RADAELLI, C. M. (2013). Systematising Policy Learning: From Monolith to Dimensions. *Political Studies*, vol. 61, n.3, p. 599-619.
- (2018). The lessons of policy learning: Types, triggers, hindrances and pathologies. *Policy and Politics*, vol. 46, n. 2, p. 255-272
- HALL, P. A. (1993). Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics*, vol. 25, n. 3, p. 275-296.
- HECLO, Hugh. (1974). *Modern Social Politics in Britain and Sweden: From Relief to Income Maintenance*. New Haven: Yale University Press.
- KINGDON, J. (1984). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. New York: Harper Collins.
- (2003). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3st. Ed. New York: Harper Collins.
- KLAPPER, J. T. (1960). *The Effects of Mass Communication*. New York: Free Press.
- LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. (1944). *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. 2nd Ed. New York: Columbia University.
- LIPPMANN, W. (1922). *Public opinion*. New York: Harcourt Brace.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, p. 176-195.
- MCCOMBS, M.E.; SHAW, D.L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, vol. 43, n. 2, p. 58-67.
- SABATIER, P.A. (1999). *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press, p.117-166.
- TRAQUINA, Nelson. (1995). O paradigma do agenda-setting: Redescoberta do poder do jornalismo". In: *Revista Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Cosmos, n.21-2.
- WEIBLE; P. A.; SABATIER (Eds.). (2014) *Theories of the Policy Process*. 4th ed., p. 135-171. New York, NY: Routledge.
- WEIBLE, C. M. (2008). Expert-based information and policy subsystems: A review and synthesis. *Policy Studies Journal*, vol. 36, n. 4, p. 615-635.
- (1998). Have We Learned Anything New About the Use of Evaluation? *American Journal of Evaluation*, vol. 19, n. 1, p. 21-33

Recebido em
dezembro de 2020

Aprovado em
dezembro de 2020

Dossiê

Espaços, simbolismos e relações de poder

Intervenções, regulações e contestações. Olhares sobre as cidades contemporâneas

Roberta Guimarães²

Vanessa Marx³

Resumo

A apresentação do Dossiê “Espaços, simbolismos e relações de poder” expõe e comenta sete textos que debatem os processos de produção e simbolização dos espaços, sejam eles classificados como urbano, rural, popular, étnico-racial, de gênero etc. Com o objetivo de inter cruzar olhares e fomentar um amplo diálogo, selecionamos pesquisas realizadas em Lisboa, Buenos Aires, Cariri cearense, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O resultado foi a formação de um corpo de artigos que analisa traços marcantes do tempo presente, como a crescente mercantilização dos espaços, a onda de políticas governamentais de viés conservador e a disseminação de iniciativas de reconhecimento de memórias coletivas. Foram ainda observados como indivíduos e coletividades percebem os locais que habitam, quais ações impetram para garantir seus interesses ou provocar mudanças na ordem social e como determinadas intervenções reificam ou desestabilizam ordenamentos territoriais, diferenças culturais e desigualdades sociais. A partir dos textos, desenhamos um itinerário de leitura dividido em dois grandes eixos. O primeiro composto por análises que privilegiam a compreensão dos processos de financeirização e explorações fundiária, imobiliária, turística e securitária, bem como a operação da máquina política e burocrática do Estado pelos entes privados e seus interesses. E o segundo com estudos que se voltam de forma mais acentuada para o entendimento dos dissensos e conflitos em torno dos modos de ocupação dos espaços e dos pleitos de reconhecimento social de segmentos subalternizados e minoritários.

² Professora Adjunta do Departamento de Antropologia Cultural da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. *E-mail:* guimaraes.roberta45@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Sociologia da UFRGS. Doutora em Ciência Política e Administração pela Universidad Autónoma de Barcelona, com diploma reconhecido pela USP. *E-mail:* vanemarx14@gmail.com.

Palavras-chave

Cidades. Espaços. Poder. Conflitos. Simbolismos.

Abstract

The presentation of the "Spaces, Symbolisms and Power Relations" Dossier exposes and comments on seven texts which debate the processes of creation and symbolization of spaces, be them classified as urban, rural, popular, ethnic-racial, of gender, etc. With the aim of intercrossing the perspectives and fomenting a broad dialogue, we have selected research taken place in Lisbon, Buenos Aires, the Cariri area in Ceará, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre and Rio de Janeiro. The result was the formation of a body of articles that analyze striking traces of the present time, such as the growing commodification of spaces, the wave of governmental policies with a conservative bias, and the dissemination of initiatives of collective memories recognition. We also observed how individuals and collective groups perceive the places they inhabit, which actions they demand to guarantee their interests or provoke changes in the social order and how certain interventions reify or destabilize territorial ordainments, cultural differences and social inequalities. From the texts, we design a reading itinerary divided in two great axes. The first is composed by analysis which privilege the comprehension of financialization processes and agrarian, real estate, tourist and security exploration, as well as the State's political and bureaucratic machine operated by private entities and their interests. And the second with studies which focus with more emphasis on the understanding of dissents and conflicts concerning the ways of space occupation and the pleas of social recognition by subordinated and minority segments.

Keywords

Cities. Spaces. Power. Conflicts. Symbolisms.

O dossiê Espaços, simbolismos e relações de poder começou a ser organizado no ano de 2019 e foi finalizado no segundo semestre de 2020. O trabalho foi assim concluído em um contexto mundial adverso e novo com a pandemia do Covid-19. Organismos internacionais e alguns governos nacionais determinaram medidas de proteção, como o isolamento social e o fechamento de fronteiras entre países. Em poucas semanas, muitas pessoas tiveram que adaptar hábitos para adotarem a modalidade de trabalho virtual, e tantas outras se viram completamente excluídas do mercado de trabalho ou com suas rendas reduzidas.

Nessa crise global, as cidades se tornaram epicentros da pandemia e implementaram medidas mais restritivas em relação à circulação e interação

social. No Brasil, onde a desigualdade é abismal, nos centros urbanos se concentraram as “soluções” e os “problemas”. Por um lado, eles sediam grande parte dos hospitais de referência capazes de tratar as vítimas. Por outro, também abrigam as principais vulnerabilidades e riscos de mortalidade, em função da crescente população em situação de rua e a precariedade das condições da moradia popular.

As assimetrias se tornaram mais agudas. “Periferias, favelas e subúrbios”, variações terminológicas para designar os lugares onde moram os pobres, ficaram desassistidos e sofreram os maiores impactos diante da falta de abastecimento de água, da ameaça de despejos, da inadequação do saneamento básico e da lotação dos postos de saúde. O período de tensão social aprofundou também as desigualdades de gênero, com o aumento da violência doméstica contra as mulheres. Como alertou a ONU Mulheres⁴, foram também elas que ficaram na linha de frente do Covid-19, correspondendo a 70% do total dos profissionais que enfrentaram a pandemia atuando como enfermeiras, cuidadoras de familiares doentes e de idosos, entre outras atividades (SCAPINI; MARX, 2020).

Por seu turno, houve agentes que mantiveram padrões de lucro e tentaram aproveitar as oportunidades trazidas pela pandemia. Eles mobilizaram justificativas, condutas e procedimentos que, segundo seus argumentos, seriam capazes de preservar vidas sem alterar modelos econômicos. Por meio de omissões governamentais ou até mesmo de incentivos institucionais e jurídicos, seus negócios pareceram pairar sobre as ações de controle sanitário. Protegidos pela classificação genérica e permissiva dos “serviços essenciais”, diversas atividades industriais, comerciais e de serviços foram mantidas em funcionamento, como no caso das obras costumeiras da construção civil, dos trabalhos domésticos ou dos aplicativos de entrega de produtos, assujeitando trabalhadores a uma perigosa produtividade (CASTRO; GUIMARÃES, 2020).

Ainda que iniciativas de solidariedade tenham sido organizadas por coletivos e instituições de apoio aos mais vulneráveis, o que as formas públicas de lidar com a pandemia vêm demonstrando é um projeto intenso de desarticulação dos mecanismos de assistência social do Estado, a construção ativa de uma “biopolítica da precariedade”, que estabelece hierarquias no valor da vida (LEITE, 2020). Assim, gradualmente se reforçou no imaginário do país

⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mulheres-na-linhas-de-frente-da-covid-19/>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

a naturalização do adoecimento da população pobre (em especial a negra), hoje a principal vítima fatal do vírus.

Contudo, a mudança de contexto mundial em função do Covid-19 apenas realçou vulnerabilidades, assimetrias e exclusões. Não as criou. Por isso, os textos reunidos no presente dossiê não ficaram anacrônicos. Pelo contrário, eles se mostram oportunos por iluminarem aspectos estruturais das desigualdades sociais e da geopolítica do planeta, em especial dos atrelados a dinâmicas de urbanização e globalização. Trazemos, assim, debates sobre a rápida transformação das localidades, os conflitos precipitados por deslocamentos e migrações, os léxicos supostamente universais que atravessam fronteiras e organizam identidades, a transnacionalização dos fluxos financeiros. Fenômenos que encontram nas configurações e nos modos de apreender e narrar os espaços suas bases de realização e tensão, seus pontos de concentração e dispersão.

A variedade de abordagens teóricas e opções metodológicas dos artigos aqui reunidos se deve à maneira fluida como foi estabelecida essa rede de investigação, a partir de trocas e diálogos em encontros nacionais e internacionais de antropologia, sociologia e ciências sociais. São pesquisas que mobilizam teóricos clássicos e contemporâneos para refletir sobre os processos físicos e simbólicos de criação, narração, gestão e destruição das experiências humanas. E que recorrem a conceituações diversas, tais como “território”, “lugar”, “região”, “paisagem” etc. O dossiê traduz assim uma conexão dinâmica e disposta a abranger contextos múltiplos de produção de conhecimento que têm nos “espaços” foco privilegiado de análise, sejam eles indexados a demarcadores como urbano, rural, popular, étnico-racial, de gênero etc. Como centro de articulação, autores e autoras têm o entendimento de que, através dessas variadas classificações, são movimentadas complexas relações de poder e mecanismos de simbolização.

Com o intuito de intercruzar olhares e fomentar um amplo debate, reunimos pesquisas de diferentes locais: Lisboa, Buenos Aires, Cariri cearense, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O resultado foi a formação de um corpo de artigos que analisam traços marcantes do tempo presente, como a crescente mercantilização dos espaços, a onda de políticas governamentais de viés conservador e a disseminação de iniciativas de reconhecimento de memórias coletivas. Estão aí certamente contempladas observações sobre como indivíduos e coletividades percebem os locais que habitam, quais ações impetram para garantir seus interesses ou provocar mudanças na ordem social e como os processos de organização e simbolização dos espaços reificam ou

desestabilizam ordenamentos territoriais, diferenças culturais e desigualdades sociais.

A partir dos textos, desenhamos um itinerário de leitura dividido em dois grandes eixos: o dos estudos interessados nas políticas governamentais e nas formas de gestão populacional e territorial; e dos dedicados às disputas sobre os usos e significados dos espaços. Assim, grosso modo, podemos dizer que, no primeiro eixo, as análises privilegiam a compreensão dos processos de financeirização dos territórios atrelados às explorações fundiária, imobiliária, turística e securitária, bem como da utilização da máquina política e burocrática do Estado por entes privados e seus interesses. E, no segundo eixo, os textos se voltam de forma mais acentuada para o entendimento dos dissensos e conflitos em torno dos modos de ocupação dos espaços e dos pleitos de reconhecimento social e/ou cultural de segmentos subalternizados e minoritários.

Como perceberão, essa não é a única forma possível de relacionar os textos, tampouco autores e autoras se detêm exclusivamente a um ou outro aspecto acionado como princípio de organização. Na maior parte dos artigos, as questões concernentes aos processos políticos de formação, transformação e ocupação dos espaços foram analiticamente entrelaçadas. Ao passearem pelos textos, convidamos então leitores e leitoras a refazerem outros tantos itinerários e interpretações, buscando novas associações temáticas e teóricas. Pois, como sugere Michel de Certeau (1998), assim como no ato de caminhar, na produção de um relato o que ordena e confere significado é a prática de quem o percorre. Desse modo, desejamos a todos e todas uma boa viagem.

Discursos e práticas de intervenção, regulação e competição

O fenômeno da globalização influencia cada vez mais as dinâmicas sociais, intensificando as interdependências no planeta. Na perspectiva neoliberal, os fluxos de capitais são voláteis e não encontram barreiras para sua fixação, o que acentua competições entre localidades e gera inseguranças sociais. Os fatores econômicos se apresentam como variável prioritária, com o poder político dos Estados nacionais se moldando para atender às forças do capital, das empresas transnacionais e dos mercados financeiros. Esses agentes atuam no território, criando regimes urbanos próprios para gerir as populações, em um retrato do que David Harvey (2006) denominou desenvolvimento geográfico desigual.

Nesse contexto, a modalidade de intervenção que vem sendo mobilizada por diferentes países é a que mina ativa e intencionalmente os próprios alicerces do Estado, enfraquecendo sua missão de prestador de serviço público.

Contudo, o neoliberalismo não destrói apenas direitos e instituições. Ele é também um sistema normativo que estende a lógica do capital para todas as relações sociais e esferas da vida, produzindo subjetividades. Essa norma impõe a todos que vivam em competição, constrange assalariados e populações a travarem uma luta econômica uns contra os outros, mobiliza justificativas para as desigualdades profundas. Por fim, leva o próprio indivíduo a se pensar e a se comportar como uma empresa. É assim uma lógica ao mesmo tempo mundial e total, ao englobar as diversas dimensões da existência humana (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa diversidade de agentes que atuam nos territórios de um mundo globalizado e produtor de múltiplas frentes de competição é abordada nos três primeiros artigos do dossiê. Seus estudos convergem no interesse pelos contemporâneos manejos estratégicos de marketing urbano, sejam eles atrelados à performatização de uma determinada etnicidade, a uma exacerbada preocupação com dispositivos securitários ou à sedução de um estilo de vida ecológico indexado a empreendimentos residenciais. A partir desse olhar em comum, cada autor e autora toma seu campo de pesquisa para analisar as imbricadas relações entre agentes sociais diversos que promovem as “intervenções urbanas”: representantes governamentais, empresários do mercado imobiliário e turístico, profissionais de arquitetura e urbanismo, associações de moradores e imigrantes, entre outros.

Podemos dizer que suas reflexões buscam compreender como determinados “atos estatais” (BOURDIEU, 2012) são operados para efetuar as transformações da cidade. Focalizam, dessa forma, atores políticos, econômicos e intelectuais que em contextos específicos se fizeram e continuam se fazendo Estado, realçando como suas redes sociais agem na autorização e legitimação das intervenções urbanas. Ao produzirem um conhecimento sobre os discursos e práticas estatais de conformação dos espaços, os textos enfatizam em especial os interesses, alianças e conflitos dos “de cima”, ou seja, daqueles que possuem algum tipo de capital econômico ou simbólico. O traço distintivo desses atores é o domínio dos meios de produção ou dos códigos culturais que articulam para executar seus projetos particulares nas cidades, muitas vezes apresentados como destinados ao bem público (NADER, 1972; CASTILHO; SOUZA LIMA; TEIXEIRA, 2014; BEZERRA, 2017).

No artigo que abre o dossiê, “Migração e diversidade na cidade empreendedora: definindo o cenário para os novos imaginários urbanos”, Nuno Oliveira tematiza os diferentes fluxos, mediadores e intermediadores envolvidos nos processos de revitalização das áreas centrais de Lisboa e Buenos

Aires. Embora diferenciadas quanto a seus aspectos sociográficos, geográficos e étnicos, essas cidades foram escolhidas para análise por concentrarem em seus domínios os números mais expressivos de residentes estrangeiros dos países de Portugal e Argentina. O autor demonstra como ambas as cidades se apoiam economicamente no setor turístico e partilham da ideia de utilizar a diversidade cultural como elemento das políticas de desenvolvimento urbano, através de práticas celebratórias.

Ao comparar as duas experiências de governança urbana, Oliveira argumenta que os traços culturais dos imigrantes têm sido trazidos para os processos de revitalização por meio de modelos empresariais específicos, que utilizam estratégias similares para lidar com a diversidade étnica, operando principalmente três dimensões: a estetização, o marketing de lugar e o “ethnic showcasing”. Seu artigo reflete, assim, sobre uma das tendências atuais das governanças das grandes cidades, que é o incentivo à apropriação da noção de cultura, seja por parte de ativistas políticos de grupos minoritários, através das suas capturas pela lógica do mercado identitário de cunho étnico, ou por gestores urbanos de variadas matrizes ideológicas. A afirmação da identidade e do multiculturalismo se coloca, portanto, não apenas como uma maneira de promover a diversidade e a tolerância entre as diferenças culturais, mas principalmente de rentabilizar territórios via atividades turísticas.

Na sequência, Ramiro Segura e Joaquín Vélez refletem sobre as práticas e discursos envolvidos nas intervenções urbanas, com o artigo “Ordenar la casa. Securitización, jerarquización y regulación del espacio urbano en la política de *Cambiamos en La Plata* (2015-2019)”. Os autores investigam uma política urbana cujo slogan era *La Plata. Estás en casa*, apresentando como ela se baseou em um diagnóstico feito pelas classes médias e altas sobre a suposta decadência e falta de planejamento da capital da província de Buenos Aires. Articulada pelo governo de coalizão de direita Cambiamos, a proposta tinha um significado de “arrumar” a cidade, como se essa fosse uma réplica ampliada da casa. Os autores problematizam então o slogan: Casa para quem? Casa para quê?

A partir do diagnóstico do presente e dos “futuros passados” da cidade, Segura e Vélez propõem pontos que ajudam a refletir sobre a referência da política urbana como expansão de um determinado ideal de casa. Mostram, assim, as práticas mobilizadas pela administração da cidade para recuperar a “casa tomada” através da criação de corpos de vigilância municipal, iluminá-la para torná-la segura, regular seus usos em relação aos atores informais. Ações que, como apontam, mobilizaram visões políticas conservadoras e colocaram em xeque questões fundamentais para a vida urbana democrática,

como a liberdade e igualdade de condições de acesso à cidade, o direito à (in)diferença e as possibilidades de dialogar e dissentir. Sugerem, assim, que houve a articulação de um “urbanismo revanchista e autoritário” em nome da segurança, aliado à tendência do capitalismo global pela securitização. Finalizam então destacando que a metáfora da cidade como casa autoriza o estabelecimento de limites ou fronteiras urbanas. Caberia então a provocação de outra pergunta: Quem (não) entra na casa?

O artigo de Rachel Paterman, “Construindo a paisagem: arquitetura, meio ambiente e poder em um Rio de Janeiro em expansão”, encerra esse primeiro bloco de questões reconstruindo as redes de relações sociais e as elaborações simbólicas mobilizadas pelos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Sua pesquisa parte de registros discursivos de profissionais de arquitetura sobre a trajetória de Fernando Chacel (1931-2011), paisagista que se tornou figura-chave no processo de implementação de projetos no bairro da Barra da Tijuca entre as décadas de 1980 a 2010.

Paterman se detém na categoria paisagem e no papel que ela desempenha na visualização de territórios e nos processos de subjetivação de uma base identitária comum. Ao focalizar os projetos que envolveram negociações de Chacel com construtoras e agências governamentais, ela mostra como uma gramática supostamente técnica operacionalizou uma agenda de interesses privados, incorporando práticas discursivas dominantes e assumindo autoridade política. A autora explora, assim, como esse profissional desenvolveu um modo específico de planejar projetos paisagísticos em meio a uma gestão privada de espaços urbanos e a processos de precificação de unidades imobiliárias.

Como exemplo emblemático, sua pesquisa aborda a parceria de Chacel com o dono da construtora Carvalho Hosken. Precisando lidar com normas ambientais que limitavam o preenchimento integral de um terreno com área construída, o empresário produziu “espaços livres” contratando o paisagista para planejar o plantio de vegetação nativa, estratégia que tornou o empreendimento mais atraente e driblou ainda a grande ameaça aos olhos dos compradores, a “favelização”, pois ao oferecer um jardim bem cuidado, o projeto demarcou simbólica e territorialmente que o lugar não estava abandonado. O artigo demonstra, assim, que no contexto discursivo pesquisado o meio ambiente assumiu contornos de um conveniente promotor de vendas, compondo um “marketing ecológico”, em que a preservação da natureza se aproxima discursivamente a um “estilo de vida” disponível para compra.

Nesta primeira parte do dossiê, portanto, os artigos discorrem sobre os agentes que elaboram, autorizam, legitimam e implementam slogans e projetos de valorização de determinadas áreas urbanas, seja em modalidades como do *ethnic showcasing* das regiões centrais de Lisboa e Buenos Aires, da campanha *La Plata. Estás en casa* na Argentina, ou do “marketing ecológico” dos empreendimentos imobiliários do Rio de Janeiro. Através da análise dessas intervenções, são postas em evidência as formas como agentes governamentais, econômicos e sociais estabelecem ou diluem suas interdependências e escopos de ação. Ao fim e ao cabo, suas investigações demonstram que todos eles estão interconectados por complexos feixes de poder e contextos de interesses e conflitos.

Os estudos realçam ainda os diferentes mecanismos de exclusão física e simbólica das camadas populares que habitam as cidades. Assim, vemos não só a movimentação dos múltiplos interesses particulares pelos que concentram capital econômico e simbólico, mas também as assimetrias de poder que são operadas durante diferentes processos de modelagem dos espaços e imaginários urbanos. Contudo, como será focalizado no próximo conjunto de textos, os sentidos das localidades são atribuídos por uma ampla gama de vivências e pertencimentos, o que torna qualquer planejamento ou intervenção passível de contradiscursos e usos imprevistos.

Disputas, desestabilizações e contestações de usos e sentidos

As disputas pelos sentidos e significados atribuídos aos espaços são movimentadas por meio de diferentes táticas: da circulação e ocupação de corpos considerados “fora lugar” em eventos e logradouros a reivindicações de reconhecimento de direitos e de fixação territorial. Nesse tópico, os artigos se detêm sobre os efeitos das políticas de gestão de populações, territórios e identidades, pois é através de categorizações estatais que são operacionalizados processos de identificação da população e elaborados políticas públicas segmentadas para “jovens”, “mulheres”, “indígenas” etc. Contudo, como abordam as diferentes contribuições dos autores e da autora, a implementação de programas e políticas pode estabelecer tanto inéditos pontos de conexão quanto acentuar cenários adversos.

Os textos analisam as negociações entre coletividades e agentes de diferentes escopos de poder político e econômico, os embates em torno dos imaginários e corporalidades que serão considerados legítimos para ocuparem o espaço público, as disputas em torno de narrativas, dizibilidades e memórias

sobre formas de violência. De certo modo, interessam aos autores e à autora a análise de contextos sociais específicos capazes de confirmar ou subverter classificações e delimitações físicas e simbólicas, baseadas em noções como “decadente e revitalizado”, “feminino e masculino”, “formal e informal”, “autêntico e inautêntico” etc.

Desestabilizações que podem aparecer atreladas a ações patrimoniais, à ocupação cultural e política de praças, à criação de circuitos artísticos, entre outras modalidades de produção de novos relatos e percursos. Nesse sentido, os trabalhos apresentados contribuem também para os debates sobre o papel dos ativismos e coletivos culturais e políticos, pois, perpassando as análises, são focalizados perspectivas organizacionais, projetos políticos, construção de agendas e estratégias de mobilização e ação que possuem laços mais fluidos e horizontais, ainda que inevitavelmente atravessados por conflitos e dissensos (GOHN, 2017; MARQUES; MARX, 2019).

Os artigos desse segundo eixo percorrem, portanto, caminhos analíticos que realçam as permanentes construções e reconstruções dos espaços, suspendendo concepções arraigadas sobre modelos participativos, imaginários urbanos e alteridades. Analisando o processo constante de transformação das cidades, autores e autora se atentam às efemeridades dos eventos, ocupações, *performances*, itinerários, circuitos, como que procurando não as cidades ordenadas pelos planejadores ou as cidades idealizadas pelas imagens de consumo. Suas investigações convergem na tentativa de captar o tempo dos espaços em disputa, das narrativas e identidades em dissonância, das convenções sobre usos em tensão. Ou seja, focalizam os tempos e espaços do movimento, quando é possível perceber as vivências e experiências concretas das cidades e suas dinâmicas de transformação (GUIMARÃES, 2014; AGIER, 2015; FRÚGOLI JR; SPAGGIARI; ADERALDO, 2019).

Abrindo o tópico, André Pimentel analisa em “A praça Roosevelt: um espaço contestado na São Paulo contemporânea” a reforma multimilionária que transformou o lugar sob o pretexto de produzir uma “requalificação urbana”. Sua proposta é pensar a cidade enquanto categoria política a partir de um duplo movimento analítico: um que focaliza a produção histórica de ordenamentos urbanos, estatais e não estatais, desvelando os projetos de cidade por meio da regulação de populações, territórios e fluxos, e outro, complementar, que abarca as apropriações práticas cidadinas desses projetos, através de suas propostas de gestão, uso e ocupação. Ao reconstituir alguns dos trânsitos entre usos insurgentes e resistências politizadas produzidos nas

apropriações atuais em torno da praça Roosevelt, o autor busca identificar os discursos e as redes pessoais ou institucionais operados pelos agentes coletivos.

Sua atenção recai mais detalhadamente sob os dissensos entre os agentes favoráveis a um ordenamento restritivo e securitário, os defensores de um modelo de gestão democrático e participativo e os agentes de coletivos autodeclarados periféricos que “ocuparam” o espaço com mobilizações culturais e políticas. Colocando em interface esses diferentes agentes coletivos, Pimentel propõe uma reflexão sobre a polissemia da ideia de “direito à cidade” na contemporaneidade. Ele sugere que as discussões em torno da gestão participativa de espaços públicos não estão situadas no mesmo campo político que a atuação de coletivos culturais com pautas identitárias. Da mesma forma, a luta de movimentos de moradia popular no centro da cidade, por exemplo, se insere em um campo diferente desses dois anteriores. O que não significa, como pontua o autor, que esses diferentes tipos de luta política não possam se articular, já que em comum propõem uma multiplicidade de rupturas frente à produção de ordenamentos urbanos, que vão da resistência à tentativa de articular novos ordenamentos.

Em seguida, o artigo de Roberto Marques, “Problemas de patrimônio: feminismos e imaginários espaciais na Festa de carregamento do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha (CE)”, chama também atenção para as novas configurações da ocupação dos espaços públicos pelos movimentos sociais. Ao analisar experiências de ocupação das ruas da festa pela Marcha das Mulheres, o autor propõe que protestos se tornaram exercícios poéticos e políticos de imaginação, verdadeiros “embates culturais” pela definição das regras do jogo. Seu enfoque então recai sobre as disjunções e conjunções existentes entre as ações dos feminismos no Cariri cearense e o imaginário social que regula a patrimonialização da festa.

O autor demonstra como expedientes de carnavalização e folclorização têm sido operados desde a década de 1940 como meio de institucionalizar a Festa de Santo Antônio, precipitando seu processo de patrimonialização e salvaguarda pelo IPHAN nos anos 2000. Seu argumento é que o conjunto difuso chamado de Cultura Popular do Cariri, associado a personagens como Luiz Gonzaga, Padre Cícero e ao poeta Patativa do Assaré, emerge usualmente como anteparo simbólico que alegoriza a região, seu território, sua população e as relações socioculturais ali presentes. Esse imaginário ecoa na festa por meio de imagens reiteradas e de fácil circulação dos carregadores do pau da Festa de Santo Antônio, dos grupos de cultura popular e seus artefatos ou da sobreposição entre festa e experiência religiosa. Imagens que parecem pródigas

em mobilizar marcadores sociais, definindo uma gramática de trânsitos e lugares sociais.

Ao observar as disjunções e conjunções mobilizadas pela festa, Marques enfatiza que os personagens valorizados pela sua patrimonialização acessam uma romantização do mundo rural incompatível com as denúncias dos feminismos locais, pois, enquanto na memória usual da festa mulheres são definidas pela busca de parceiros para o matrimônio, a Frente de Mulheres do Cariri busca ressignificar as relações de gênero e as dizibilidades sobre a região denunciando a desigualdade e violência de gênero. Encontra-se aí uma disputa entre diferentes projetos para o Cariri cearense, embora, paradoxalmente, ambas as narrativas indexem como origem de suas ações a ideia de um Brasil rural, atávico e distante da urbanidade.

Já em “Arte Vida: itinerários de arte indígena nas cidades contemporâneas”, Ana Elisa Freitas se inspira na perspectiva metodológica benjaminiana do percurso para explicar os itinerários de arte indígena nas cidades. Sua proposta é compreender a cidade a partir desses itinerários. O que, ressalta, exige um olhar atento ao mundo, suas contradições, conflitos e dissonâncias. Para tanto, ela acompanha dois movimentos: a fabricação e circulação de formas tridimensionais de cipó trançado, em seus deslocamentos das florestas e em suas instalações nas ruas da cidade de Porto Alegre por coletividades Kaingang, e a ativação de circuitos de arte contemporânea em cidades como Brasília, São Paulo, Londrina, Curitiba, Porto Alegre e Boa Vista, e suas circulações pelo mundo através de museus, universidades, ruas e redes sociais.

Sua pesquisa traz dados do censo do IBGE de 2010 para destacar que as territorialidades indígenas passaram a incluir de modo significativo várias cidades brasileiras, com pessoas e coletivos fazendo parte do cotidiano não como “índios integrados ou assimilados”, mas como Kaingang, Guarani, Krenak, Macuxi, Tukano, Terena, Wapichana, Pankararu, Huni Kuins, entre outros. Analisando os itinerários da arte indígena, Freitas sustenta que suas presenças na cidade é um fenômeno próprio da gênese urbana nas Américas, embora no imaginário colonial índio e cidade se apresentem como linhas de fuga que deslizam para direções diametralmente opostas, evocando a ideia de corpos fora de lugar. Através da arte, seria então realizada uma evocação poética que reivindica o acesso indígena à cidade e amplia o horizonte de possibilidades para o urbano na contemporaneidade.

Para Freitas, o fluxo da arte faz com que coletividades e artistas indígenas se movimentem no território, desfaçam fronteiras e re-teçam redes. Ela ressalta ainda que esse fluxo instaura uma experiência que desfoca a cidade de sua

dimensão de espaço construído, ordenado e antrópico, restituindo sua dimensão cosmo-mundo – espaço de saber, fazer e viver. Dialeticamente, ao se engajarem nos itinerários de arte indígena nas cidades, pessoas e coletividades produziram uma desacomodação do imaginário colonial, restituindo a condição contemporânea da cidadania, do pensamento e da ação.

Nesta segunda parte do dossiê, portanto, os artigos abordam diferentes formas com que agentes sociais coletivos reivindicam e disputam seus lugares pertencimento a determinados espaços e territórios nas cidades. Interessante notar que em todos os estudos trazidos para o debate as formas de entender e produzir “arte” e “cultura” aparecem como elementos estruturadores da ação política e da apresentação e (re)apresentação de si como coletividades singulares. Seja através de formulações sobre o ser jovem periférico, mulher ou indígena em contexto urbano, as autoatribuições identitárias surgem como formas de disputar sentidos e lutar por direitos.

O dossiê cumpre, assim, o papel de abrir diálogos e propor articulações entre temas que atravessam diversos lugares e itinerários de investigação. Contribui especialmente para pesquisas sobre as dinâmicas de transformação dos espaços, os discursos e práticas governamentais neles implementados, e as formas de organização coletiva de contestação, ocupação e fixação. Ao reunirmos os artigos, não tivemos a pretensão de formar uma agenda de pesquisa ou um campo rigidamente delimitado de análise. O que buscamos foi trazer caminhos conceituais e metodológicos para pensar algumas questões que conformam e desafiam as cidades contemporâneas, como a interdependência entre atores econômicos, políticos e sociais que concentram poderes de intervenção e regulação das cidades, e as potencialidades e os desafios dos processos de contestação protagonizados por coletividades subalternizadas por assimétricas relações de poder.

Referências

- AGIER, Michel.
(2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, vol. 21, n. 3, p. 483-498.
- BEZERRA, Marcos Otávio.
(2017). Corrupção e produção do Estado. *Repocs*, vol. 14, n. 27, p. 99-130.
- BOURDIEU, Pierre.
(2012). *Sobre o Estado*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CASTILHO, Sergio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla.
(2014). *Antropologia das práticas de poder*. Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa.

CASTRO, João Paulo Macedo; GUIMARÃES, Roberta Sampaio.

(2020 junho). Mercado imobiliário, neoliberalismo e Covid-19: a crise vista pelos olhos da "oportunidade". *Ciências Sociais e Coronavírus*. Boletim n. 64. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2390-boletim-n-64-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CERTEAU, Michel de.

(1998). *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer 1. Petrópolis: Editora Vozes.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian.

(2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo.

FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico; ADERALDO, Guilherme (Org.).

(2019). *Práticas, conflitos, espaços*. Pesquisas em antropologia da cidade. Rio de Janeiro: Gramma.

GOHN, Maria da Gloria.

(2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio.

(2014). *A utopia da Pequena África*. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV.

HARVEY, David.

(2006). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola.

LEITE, Marcia Pereira.

(2020 maio). Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Reflexões na Pandemia, texto 23.

MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa.

(2019). "A inter-relação entre coletivos culturais e instituições no Espírito Santo: para além da fronteira (teórica) entre sociedade civil e Estado". In: *Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToy0ntz0jY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntz0jEyOiJJRF9BVElWSURBREUI03M6MjoiMjIi03oi03M6MToiaCI7czozMjoiMmZlNWJkMTE2M2M3N2lODBiZDYyMDMwYzk0YTki030%3D&ID_ATIVIDADE=22. Acesso em: 18 jul. 2020.

NADER, Laura.

(1972). Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: Dell Hymes (ed.), *Reinventing Anthropology*. New York, Pantheon Books.

SCAPINI, Gabriela; MARX, Vanessa.

(2020 maio). Atuação de mulheres em tempos de covid-19: a necessidade de reconhecimento das práticas de solidariedade e de cuidado. *Jornal da UFRGS*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/atualizacao-de-mulheres-em-tempos-de-covid-19-a-necessidade-de-reconhecimento-das-praticas-de-solidariedade-e-de-cuidado/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Construindo a paisagem: arquitetura, meio ambiente e poder em um Rio de Janeiro em expansão

Rachel Paterman⁵

Resumo

Este artigo problematiza o universo da construção urbana no Rio de Janeiro a partir de um enfoque sobre elaborações simbólicas e agenciamentos sociotécnicos em torno de projetos voltados à mitigação de impactos ambientais de empreendimentos arquitetônico-urbanísticos. Parte-se de um material de análise composto por registros discursivos de profissionais de arquitetura para reconstruir analiticamente redes de relações sociais – envolvendo construtoras, incorporadoras, agências estatais e instrumentos legais – e categorias de pensamento – destacando-se a noção de “paisagem” – que exibem centralidade no modo como vêm sendo construídos, destruídos e transformados os espaços que constituem o mais recente eixo de expansão da cidade, a Zona Oeste. O recorte temporal investigado abrange as décadas de 1980 a 2010, período caracterizado por um intenso e acelerado processo de urbanização a partir da Barra da Tijuca, e que se mostra especialmente pertinente a uma abordagem processual sobre espaços urbanizados ao reunir e colapsar perspectivas de diferentes atores e projetos de cidade. Esse contexto sociocultural é explorado a partir da trajetória do arquiteto paisagista carioca Fernando Chacel (1931-2011), que, através de projetos que realiza na área e período focalizados, se insere em uma posição mediadora entre distintas esferas de poder e lógicas de concepção e ordenação do espaço, reunindo condições para desempenhar um papel de “informante nativo” do universo em questão. Trata-se de uma abordagem que permite lançar luz sobre dinâmicas sociais que tendem a se ofuscar conforme assumem a forma material de edificações, ou natural de áreas de preservação ambiental, e que dizem respeito a um plano cotidiano de encontros e conflitos, consensos e dissensos entre trajetórias individuais e coletivas de pessoas, grupos e instituições.

Palavras-chave

Desenvolvimento urbano. Relações de poder. Paisagem.

Abstract

This article problematizes the universe of urban construction in Rio de Janeiro from a focus on symbolic elaborations and socio-technical arrangements around projects aimed at mitigating the environmental impacts of urban-architectural works. It starts with an analysis material composed

⁵ Rachel Paterman é doutora em Antropologia Cultural pelo PPGSA/UFRJ. Email: rachelpaterman@gmail.com.

of architecture professionals' discursive records to analytically reconstruct networks of social relations - involving builders, developers, state agencies and legal instruments - and categories of thought - highlighting the notion of "landscape" - that show centrality in the way the spaces that constitute the city's most recent expansion axis, the West Zone, have been built, destroyed and transformed. The investigated time frame covers the decades from 1980 to 2010, a period characterized by an intense and accelerated urbanization process which started from Barra da Tijuca, which is especially relevant to a procedural approach to urbanized spaces by bringing together and collapsing perspectives of different actors and city projects. This socio-cultural context is explored based on the trajectory of landscape architect Fernando Chacel (1931-2011), who, through the projects he carries out in the area and the period in focus, is inserted in a mediating position between different spheres of power and logic of conception and ordering of space, gathering conditions to play a role of "native informant" of the universe in question. It is an approach that allows us to shed light on social dynamics that tend to be obfuscated as they take on the material forms of buildings, or natural areas of environmental preservation, and which concern a daily plan of meetings and conflicts, consensus and dissent, between individual and collective trajectories of people, groups and institutions.

Keywords

Urban Development. Power Relations. Landscape.

Defendendo a cidade-paisagem

No ano de 2006, um projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Marina da Glória trouxe para centro de um debate público o lugar da paisagem na imaginação da cidade. Tratava-se da construção de um grande empreendimento que, abrangendo centro de convenções, *shopping center*, sala de exposições, salão de eventos e garagem para dois mil veículos, envolvia a construção de um edifício de 18 metros de altura e 200 metros de comprimento sobre o espelho d'água da enseada (BARRA, 2006). Valendo-se de uma retórica que dali a alguns anos se tornaria corrente em falas de planejadores urbanos, o discurso institucional sobre o projeto arquitetônico-urbanístico atribuía ao conjunto o poder de imprimir uma nova "vitalidade" ao Parque do Flamengo⁶.

⁶ Conforme Roberta Guimarães (GUIMARÃES, 2014) sugere, a "revitalização" é uma categoria do vocabulário arquitetônico e urbanístico que autoriza ações construtivas sobre espaços cujos valores culturais ou históricos são compreendidos como em processo de perda. Inverso da "preservação", ela "prevê como parte de uma 'recuperação simbólica' desses espaços sua modificação por meio de transformações planejadas (PATERMAN, 2017).

Havendo ou não correspondência entre a pressuposta subutilização do parque e seu plano cotidiano de usos e apropriações, a concretização do projeto se faria visível à distância, com um edifício amplo o suficiente para obliterar parcela significativa da vista da Baía da Guanabara.

A notícia repercutiu em meio à comunidade de arquitetos, que logo se mobilizou a fim de conter a realização do projeto. Nesse processo, um papel decisivo foi exercido por um determinado sujeito, dentro de um determinado grupo: o arquiteto paisagista Fernando Chacel (1931-2011) e a ABAP, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, a qual integra desde os anos 70. Nascido no Rio de Janeiro, Chacel forma-se arquiteto urbanista nos anos 50 e herda do movimento modernista brasileiro, através, sobretudo, do aprendizado com Roberto Burle Marx⁷, uma defesa da paisagem tropical nos termos ambientais e culturais de uma perda atribuída simultaneamente a ecossistemas e formas urbanas sob desaparecimento ou homogeneização em meio a dinâmicas de desenvolvimento globais⁸. É possível situar nesse esforço projetos de pequena e grande escala em diversas localidades brasileiras. No Rio de Janeiro, o escritório de Chacel⁹ conquista a partir da década de 1980 uma posição de centralidade nos processos de expansão urbana em direção à Zona Oeste, atuando junto a construtoras. Como veremos, a definição de si mesmo como um arquiteto paisagista se insere em um universo mais amplo de revisão crítica sobre princípios arquitetônicos fundamentais, podendo ser encontrada nas tentativas de consolidação de campo representadas, por exemplo, pela criação da mencionada Associação.

Então presidida pelo arquiteto paisagista Eduardo Barra, a ABAP se responsabilizou por protocolar cartas repudiando a proposta a diversas entidades públicas, incluindo Ministério da Cultura, Governo de Estado, Prefeitura do Rio e Ministério do Planejamento. Como um todo, registros discursivos em torno do caso permitem localizar em Fernando Chacel e, mais particularmente, na sua personalidade consensualmente enaltecida como

⁷ Referido por Chacel como um “mestre”, Burle Marx constitui uma referência internacional em paisagismo. Dentre projetos responsáveis por consagrar seu nome, exibem destaque os das construções monumentais de Brasília e do Parque do Flamengo, em foco na presente discussão.

⁸ O enfoque sobre a trajetória de Fernando Chacel remete à tese elaborada sob orientação de José Reginaldo Santos Gonçalves no PPGSA/UFRJ, e a partir do apoio do CNPq e Faperj (PATERMAN, 2017). Com base na teoria segundo a qual o pensamento patrimonial cria discursivamente a perda cultural ao combatê-la (GONÇALVES, 2002), a tese discute, a partir de elaborações de arquitetos paisagistas, aspectos desse processo na imaginação sobre paisagem no Brasil.

⁹ O escritório permanece ativo e possui uma equipe pequena de arquitetos paisagistas com ampla ramificação formada por consultores externos.

singular, um aspecto crucial para os rumos da discussão. Eduardo Barra atribui a Chacel não apenas a capacidade de comover e mobilizar o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), através de reuniões que deixariam lotado o auditório da sede localizada no Flamengo, como também de sensibilizar, nos bastidores de uma conversa a dois, a autoridade judiciária que veio a determinar a recusa do projeto em sua votação na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. “Foi impressionante”, relatou, “o cara não tinha como dizer não pra ele. (...) O cara saiu de lá assim: abraçado com ele (risos)”. De maneira semelhante a outros relatos sobre negociações de que o arquiteto paisagista participou, Barra atribuiu a Chacel uma capacidade única de convencer as pessoas.

No dia da votação, Chacel proferiu um longo discurso, no qual o caráter de patrimônio público do Parque do Flamengo seria reforçado como contraponto ao projeto desenvolvimentista e privatizante em questão. Alusões aos nomes de Carlos Lacerda, Lota de Macedo Soares, Roberto Burle Marx, Affonso Reidy e Luiz Emygdio de Mello Filho, assim como a instituições e eventos históricos envolvendo as ações de criação e preservação do Parque, punham por terra qualquer possibilidade de perceber aquele espaço como uma superfície neutra, coletivamente insignificante e, por esse caminho, suscetível a apropriações fortuitas. Afinal, o que se encontrava em jogo não era apenas a porção de solo sobre a qual se ergueria a anunciada construção, mas também e, talvez acima de tudo, a vista perceptível a partir daquele ponto – vista constitutiva do Rio de Janeiro como a “cidade maravilhosa”, nas palavras de Chacel na ocasião:

Para mim o Rio de Janeiro é uma cidade-paisagem feita de sol, azuis e verdes. Foi essa magnífica paisagem geográfica que conferiu ao Rio o título de Cidade Maravilhosa. (...) Foi na paisagem atlântica da Baía de Guanabara, da qual emerge o Pão de Açúcar, ícone da nossa cidade, que surgiu o Parque do Flamengo (apud BARRA, 2006).

É válido nos demorarmos um pouco na categoria paisagem e no papel que cumpre nessa situação discursiva. Historicamente, ela desempenha uma função-chave na visualização de territórios e processos de subjetivação de uma base identitária comum, compondo um cenário sensível favorável à conformação de “comunidades imaginadas”, parafraseando Benedict Anderson (2008). No Brasil, a associação entre identidade nacional e experiência visual de um território apresenta contornos particularmente emblemáticos, em virtude de um imaginário de longa duração sobre os trópicos em que imagens de natureza detêm um papel central (HOLANDA 2000; SÜSSEKIND 2006; BRIZUELA 2012; SCHWARCZ, 2008).

Devemos situar neste ponto a paisagem da Baía de Guanabara – que, afinal, abriga nada menos que o Pão de Açúcar – como um importante centro irradiador de uma visualização de Rio de Janeiro, veiculando também imagens dominantes da nação propagadas especialmente nos tempos da cidade como capital do país. É importante reforçar aqui que a paisagem não necessariamente será tomada como simples “representação” de um lugar do ponto de vista de quem utiliza essa categoria. A depender do grau de mútua assimilação entre paisagem e identidade, as fronteiras entre objeto e representação tendem a ser borradas, de modo que uma determinada vista pode ser tomada ela mesma como uma cidade ou, no caso, um país¹⁰. Se, por esse caminho, falar no cenário em questão equivale a falar no próprio Rio de Janeiro, e de certa maneira até no próprio Brasil, é possível sugerir que, ao integrar uma batalha pública em nome da preservação da paisagem do Parque do Flamengo, Chacel se coloca na linha de frente de uma certa defesa do nacional.

Em conjunto com uma capacidade oratória enaltecida como exemplar por interlocutores, a fala desse arquiteto paisagista continha elementos retóricos suscetíveis à exploração. Estruturada na primeira pessoa e em conformidade com um registro escancaradamente subjetivo, evidenciado, sobretudo, no tom poético do apelo, recorrente e ritmado, à categoria “sentimento”¹¹, sua fala transparecia intenções de sensibilizar tanto quanto informar a respeito de significados coletivamente partilhados sobre o Parque. Em termos de conteúdo, a narrativa fazia confluir acontecimentos históricos, saberes técnicos, sensibilidades estéticas e memórias coletivas de arquitetos, artistas e intelectuais em torno da cidade dos tempos de capital. Como efeito, a paisagem do Rio desdobrava-se como um palimpsesto condensando formas geográficas e aquelas desenhadas por pais fundadores da cidade moderna, em uma época em que vicejavam perspectivas de construção da nação segundo um olhar positivo sobre o futuro. Assim fazendo, Chacel de certa forma acionava uma potência persuasiva própria de mitos de origem, erigindo pontes entre presente

¹⁰ Vale considerar a esse respeito que a indistinção entre existência objetiva e experiência subjetiva é uma qualidade constitutiva do moderno conceito de paisagem, segundo Simmel (1986).

¹¹ “Quero dar vazão tão somente aos meus sentimentos. Sentimento de tristeza – ao constatar a falta de consideração e decoro em relação à paisagem da nossa cidade (...). Sentimento de insatisfação – por não ter sido dada à sociedade a visibilidade necessária desse megaprojeto (...). Sentimento de indignação – pela maneira antidemocrática como todo o processo vem sendo conduzido (...). Sentimento de repúdio – pelo desrespeito demonstrado nesse projeto para com todos aqueles que (...) legaram à nossa cidade (...) um dos parques urbanos mais importantes do mundo”. (BARRA, 2006).

e passado, natureza e cultura, vivos e mortos, e fazendo entrecruzar discursivamente esses domínios simbólicos.

De toda forma, fato é que, ponteiros previamente acertados, a ocasião apenas coroava e tornava público o resultado de um diálogo que, afinal, havia sido realizado nos bastidores dos cenários visíveis da arena política. Não que o pronunciamento não exercesse ali qualquer função significativa: do ponto de vista da classe representada, ele certamente oferecia uma paisagem a partir da qual se conceber e se situar, se o tomarmos como versão purificada e embelezada, graças à escrita, da mencionada conversa. Mas em público ou a portas fechadas, o que sobressai da situação descrita é o modo como um arquiteto assume protagonismo em meio às relações de poder que fundamentam e organizam a transformação material de espaços urbanos. Em contraste com um imaginário convencional que posiciona tais agentes atrás de grandes pranchas, imensas folhas de papel, riscos certos, softwares sofisticados e um vocabulário rigorosamente técnico, vemos uma pessoa – dotada de uma memória e de uma subjetividade – envolvida por uma aura heroica e um cenário ritual, e liderando algo como a “salvação” do Rio de Janeiro.

O lugar de agentes técnicos em instâncias decisórias é o foco do presente artigo. A partir de casos envolvendo negociações de Fernando Chacel com construtoras e agências do poder público, pretende-se iluminar processos sociais e simbólicos por meio dos quais uma gramática eminentemente técnica opera certa agenda de interesses privados, incorporando práticas discursivas dominantes e assumindo autoridade política. O material empírico submetido à análise compõe-se de registros discursivos em torno da atuação do arquiteto paisagista no Rio de Janeiro e deriva de uma imersão etnográfica no universo de redes de relações sociais e categorias de pensamento de profissionais que cercam projetos de sua autoria. Tal qual “informante privilegiado”¹², Chacel nos guiará através de processos importantes da expansão urbana do Rio de Janeiro, lançando luz para questões que seguem pouco exploradas a respeito dos agentes e regimes discursivos que a organizam.

Por sua vez, é na abordagem clássica de Max Weber sobre a dimensão cultural da dominação legítima e, mais precisamente, a partir do aprofundamento reflexivo de Clifford Geertz a seu respeito, que a presente

¹² A pesquisa consistiu na obtenção de registros discursivos sobre projetos de Fernando Chacel, abrangendo desde livros e relatos à realização de entrevistas em profundidade com interlocutores indicados a partir de seu escritório, que permanece em funcionamento. O presente artigo surge do desenvolvimento de questões levantadas posteriormente à defesa da tese, contando com materiais adicionais de pesquisa.

discussão situa seu marco teórico (WEBER 1986; GEERTZ 2007). O modo como esse autor trabalha o enigmático conceito weberiano de carisma desempenha aqui um papel crucial, confrontando modelos explicativos centrados em atributos individuais e subjetivos com o enfoque sobre as circunstâncias de ordem social e simbólica que modelam a percepção de determinadas personalidades como especialmente singulares em relação a outras.

Reltos sobre a vida e carreira de Fernando Chacel costumam integrar o episódio descrito em um certo repertório narrativo de situações concebidas como de “vitória da paisagem”, sendo comum que os modelos nativos em questão¹³ as expliquem em termos de feitos heroicos. É assim que o “carisma” comanda interpretações nativas sobre qualidades como persuasão e oratória como nada além de atributos pessoais. Porém, o enquadramento conceitual proporcionado por Geertz permite situar o “carisma” em determinadas articulações simbólicas e relações de poder, de modo que se torna possível conhecer a fundo diversas situações em que sua autoridade vem à tona.

O “carisma”, segundo o autor, possui uma relação direta com a proximidade de certos indivíduos com os “centros ativos da ordem social”:

um ponto ou pontos de uma sociedade onde as ideias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental. É o envolvimento (...) com tais arenas e com os eventos ocasionais que nelas ocorrem, que confere o carisma (GEERTZ, 2007, p.184).

A seguir, serão trazidas outras situações em que nosso informante privilegiado se envolve em negociações a partir de trânsitos em meio a imagens e instituições dominantes. Se o caso da Marina da Glória traz luz para o espaço literalmente ocupado por um arquiteto em um centro de poder, o enfoque sobre processos de elaboração e execução de projetos oferece uma pitada dos tipos de problemas, diálogos e resoluções que ocorrem nos bastidores das disputas políticas em torno de espaços em transformação. Dois projetos realizados na Barra da Tijuca entre as décadas de 1980 e 2000 têm destaque nesta abordagem: o tratamento paisagístico para o loteamento residencial Península, da empresa Carvalho Hosken, e o Parque para a Cidade da Música, atual Cidade das Artes.

¹³ Sendo arquitetos os “nativos” dessa abordagem antropológica, é válido lembrar que conhecer seus modelos teóricos é o caminho para compreender seu ponto de vista (LÉVI-STRAUSS, 2008).

Espera-se que a exposição dos processos discursivos envolvendo poderes públicos, setores privados e um certo repertório de imagens dominantes sobre Rio de Janeiro, paisagem e meio ambiente, contribuam no sentido de promover a construção de um olhar crítico sobre dinâmicas de desenvolvimento no país.

Militância ambiental

A defesa de uma paisagem pública encabeçada por Chacel na situação descrita talvez soe um pouco contraditória se considerarmos o ambiente social, histórico e político dos projetos com base nos quais seu nome vem conquistando certo reconhecimento, pois é no interior de uma gestão privada de espaços urbanos e, mais precisamente, em meio a processos de precificação de unidades imobiliárias que seu modo específico de planejar se desenvolve e literalmente ganha lugar no Rio de Janeiro. Trata-se, em outras palavras, de um agente dotado de um certo lugar em processos de especulação imobiliária – análogos aos que constituem a ameaçadora pressão sobre terrenos disponíveis à construção urbana que levou alguns dos nomes por ele citados a demandar a patrimonialização do Parque do Flamengo, na década de 60¹⁴.

Esse “outro lado” de nosso informante se situa em um certo ponto de maturação do processo de urbanização da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, no contexto da conformação da Zona Oeste como vetor de expansão da cidade, impulsionada pelo Estado a partir da década de 1970. O ponto de partida da fundação desse “novo” Rio de Janeiro se situa nas planícies litorâneas dessa extensão territorial, que até então exibiam uma densidade populacional irrisória, e que hoje se encontram predominantemente verticalizadas.

Embora dotada de um Plano Piloto (COSTA, 2010 [1969]) desenhado pelo mesmo Lucio Costa do Plano Diretor de Brasília, a ocupação no caso da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá seguiria moldes relativamente distintos em relação à capital. Dentre outros aspectos, trata-se de terras que não compreendem propriedade da União, e sim de proprietários particulares. Dentro de um contexto de incorporação de imagens de público por dinâmicas

¹⁴ Como coloca Chuva, “foi num contexto de transformações urbanas (...) facilitadas pela associação entre obras públicas do Estado e o capital privado de grandes empreiteiras, promovida pela ditadura militar (...) que, em outubro de 1964, Carlos Lacerda encaminhou o pedido de tombamento do Parque do Flamengo à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (CHUVA, 2017, p.145).

privadas – diga-se de passagem, nada estranho à formação das instituições políticas brasileiras (HOLANDA, 1987) –, o modelo urbanístico das superquadras assume na ocupação da Barra a forma de grandes condomínios residenciais. O bairro tornou-se uma concentração dessas pequenas “cidades” muradas (CALDEIRA, 2000), caracterizadas por oferecerem a seus moradores serviços que compreendem desde comércio a escolas, sendo segurança o principal deles.

Até a ocupação, a região dividia-se em glebas criadas em 1938 pelo parcelamento da antiga Fazenda da Restinga, por sua vez passível de ser remetida à própria fundação da cidade. Seus terrenos foram ao longo do século passado sendo adquiridos por alguns compradores, dentre os quais um assume destaque suficiente para se tornar conhecido como o “dono da Barra”¹⁵. Proprietário da construtora Carvalho Hosken, Carlos Carvalho adquire parte significativa dos terrenos da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá durante o clima de instabilidade política gerado pela fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro¹⁶, que repercutiu em uma queda vertiginosa do valor dos imóveis. Dispondo de um conhecimento privilegiado sobre esses processos, ele se torna uma figura central nas feições da nova parte da cidade.

Com esse empresário, Fernando Chacel estabelecerá uma frutífera parceria, consagrando seu escritório como uma autoridade em assuntos de planejamento na Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá. De maneira similar ao arquiteto paisagista, Carlos Carvalho apresenta nuances de líder carismático: nas narrativas examinadas, ele aparece como um *visionário*, alguém disposto a, em função de um caráter muito singular, assumir riscos e ir além do que normalmente se esperaria de agentes motivados pelo lucro. Conforme relatado por alguns interlocutores durante a pesquisa, quando mais se poderia esperar de um empreiteiro um investimento pleno e ininterrupto na manutenção de jardins? Eles estão longe de constituir prioridade entre construtoras e empresas de arquitetura e há relativo consenso em torno dessa ideia. Mas esse não seria o caso da Carvalho Hosken – e tudo isso pode ser esclarecido a partir do olhar sobre um caso específico dessa parceria: o projeto para a Gleba E, loteamento na Barra da Tijuca que atualmente atende pelo nome de Península.

¹⁵ “ ‘Como é que você vai botar o pobre ali?’, diz bilionário ‘dono da Barra da Tijuca’”. BBC Brasil, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015.

¹⁶ Esta e outras considerações sobre o processo de expansão urbana em questão e o protagonismo nele exercido por Carlos Carvalho devem-se, dentre outros fatores, a interlocuções com a professora Julia O'Donnell no contexto de trocas acadêmicas do IFCS/UFRJ. Em conjunto com pesquisadores do CPDOC/FGV, ela participou de uma entrevista com o empresário.

A Gleba E constitui a experiência de maior destaque na produção existente em torno da trajetória de Chacel. Em trabalhos acadêmicos, assim como livros publicados no Brasil e no exterior, o projeto costuma ser narrado e enaltecido como um caso exemplar de conjugação entre arquitetura e paisagismo, que possui no meio ambiente um princípio central (PANZINI, 2013; JACOBS, 2007). Do ponto de vista das descrições de empreendimentos da Carvalho Hosken (2013), a Gleba E cumpre um papel paradigmático, representando um modo de construir distinto em relação a tendências dominantes na ocupação da Barra. Basicamente, o que se encontra em jogo é uma inversão em modelos convencionais do projeto arquitetônico: a paisagem é seu início e princípio norteador, direcionando como um todo o planejamento da intervenção. Trata-se de condicionar o desenho não pela livre abstração do projetista, mas sim a partir da situação empírica do terreno submetido à intervenção, abrangendo também aquela do seu entorno próximo.

Como resultado, em vez de apenas “complementar” espaços livres de edificação como um ornamento, o paisagismo fundamenta a organização das áreas construídas e é providenciado de maneira prévia à execução das mesmas. Mais que isso, para além de um “jardim” em que se fazem evidentes os contornos físicos da intervenção humana, a “paisagem” assim produzida aproxima-se à própria “natureza” que obras construtivas costumam suprimir nas movimentações de solo que presumem. A partir de um domínio sobre conhecimentos científicos e procedimentos técnicos dinamizados através da parceria com consultores de diferentes áreas de conhecimento – como biólogos e engenheiros florestais –, Chacel elabora um método que propicia tanto a preservação de uma vegetação existente quanto a reconstituição de paisagens em desaparecimento. *Ecogênese* é como intitula a possibilidade de fazer reviver ecossistemas nativos a partir do plantio de associações de espécies vegetais próprias de um lugar. É por esse caminho que planeja com sucesso¹⁷ a recuperação da mata atlântica da Barra da Tijuca relativa aos contornos do terreno em questão – a Gleba E –, abrangendo ecossistemas de mangue, restinga e transição, característicos da região (CHACEL, 2001).

Mas como exatamente essas gramáticas técnica, científica e estética, aproximando arquitetura e ecologia, adentram o universo discursivo de uma empresa interessada em vender lotes de um terreno urbano? As narrativas institucionais da Carvalho Hosken não negam que planos de reconstituir flora

¹⁷ Um dos principais sinais desse sucesso é o fenômeno do chamado “retorno da fauna”, quando animais já não encontrados em um lugar reaparecem, perpetuando a dinâmica ecológica da permanente construção de uma paisagem (PATERMAN, 2017).

e ecossistemas nativos da Barra estavam longe das intenções iniciais de Carlos Carvalho para o terreno em questão, situado às margens da Lagoa da Tijuca e caracterizado por forma peninsular¹⁸. É a partir do diálogo com Chacel que se opera uma reviravolta nas reformas urbanizadoras da empresa. Carlos Carvalho entra em contato com o escritório do arquiteto paisagista ao tomar ciência de que suas obras já em andamento haviam sido judicialmente embargadas. Ao que parece, as condições do terreno no contexto da formação de lotes teriam suscitado atenção de fiscais públicos, em um contexto de recente instauração de instrumentos reguladores sobre impactos ambientais de intervenções construtivas. O nome de Chacel é então acionado em função do domínio que o escritório oferecia sobre o tema, com o qual empresas como aquela teriam de lidar dali em diante.

Parte desse domínio se deve a experiências prévias do arquiteto paisagista na gestão de áreas verdes públicas da cidade. Na posição de sucessor do botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, Chacel chefiou ainda nos anos 60 o Departamento de Parques e Jardins na Prefeitura do Rio, onde “planejou e executou um número grande de praças, parques, arborizações e melhoramentos urbanos na cidade” (CHACEL, 2001, p.14-15). Mas seria limitante atribuir o papel desempenhado por Chacel no caso em questão a assuntos relativos ao cumprimento de leis ambientais. Os objetivos de superar o embargo e obter a desejada autorização para urbanização não explicam por si sós o que levou a Carvalho Hosken a investir na restauração de uma paisagem em desaparecimento.

Há um outro nível de limitações à urbanização com que a empresa precisava lidar, e no qual a participação de Chacel parece haver sido crucial. Trata-se de normas relativas à ocupação, impondo limites ao preenchimento de um terreno com área construída. Identificando potenciais brechas na obrigação de se manter “espaços livres”, Chacel convence o empresário a investir no plantio planejado de vegetação nativa, incluindo espécies de importância ecológica não contempladas na lei ambiental. Dentre outras medidas, o tratamento paisagístico a áreas contíguas à zona de preservação obrigatória, composta pelo mangue lindeiro à Lagoa da Tijuca, atenderia bem a essa proposta. Se o que importava era delimitar parcelas de terreno para serem mantidas vazias, era possível preenchê-las com elementos naturais e, portanto, sem a marca da intervenção humana definidora da categoria “ocupação”.

¹⁸ “Inspirado por uma viagem a Mônaco e a Saint-Tropez, [Carlos Carvalho] imaginava algo parecido com a Riviera Francesa e arredores para aquela península” (CARVALHO HOSKEN, 2013, p.109).

Mas, afinal, qual a necessidade de ocupar “espaços livres”? A pressão sobre a apropriação de espaços urbanos decorrente do desnível entre uma população em permanente crescimento e a ausência de políticas habitacionais eficazes talvez dispense grandes explicações a respeito do temor relativo a terrenos desocupados. Passada uma década do início da urbanização da Barra da Tijuca, aquela região permaneceria marginal do ponto de vista de serviços públicos em sentido amplo, de modo que assuntos envolvendo desde a delimitação de ruas ao policiamento do entorno das construções deveriam ficar a cargo dos próprios agentes interessados.

É válido abriremos aqui um breve parêntese a fim de trazer uma oposição estrutural importante do universo simbólico focalizado: a distinção entre “mata” e “mato” (PATERMAN, 2017). Se a primeira evoca perspectivas positivas sobre o mundo vegetal, ativando um manancial de imagens idílicas sobre paraísos terrestres e ideias como de equilíbrio, ordem e harmonia, a segunda corresponderia a tudo o que se opõe a tais imagens. Habitando as margens da distinção entre natureza e cultura, o “mato” é o território da desordem, da poluição e do perigo. A mata é a paisagem *nativa* amadurecida ao longo de dezenas, centenas ou milhares de anos; o mato é a vegetação rasteira e agressiva, via de regra *exótica* e *invasora*, que se instala nos solos expostos pelo desmatamento. A mata é capaz de gerar água e vida; do mato, nada de bom pode vir. E aqui entra em operação uma fórmula corrente no ambiente discursivo em questão: o “mato” diz respeito a áreas vazias, não edificadas, e é facilmente interpretado como local de descarte de lixo, quando não como área disponível à construção de moradias.

Associada a espaços livres, a favelização é a grande ameaça aterrorizadora dos proprietários de terrenos. Chacel oferece ao empresário a possibilidade de driblá-la por meio do tratamento paisagístico: um jardim bem cuidado é marca de que um lugar não está abandonado, tem um dono e este está atento. Mas o jardim poderia simbolizar algo mais que a presença de um olhar vigilante. Nas conversas constitutivas dessa parceria, Carvalho e Chacel parecem haver chegado ao comum acordo em relação às potencialidades do paisagismo na valorização de um terreno como aquele: do ponto de vista de construtoras, um belo jardim não deixava de servir como um cartão de visita a compradores que não teriam como antever a construção concluída. Isso sem falar que, naquele caso específico, essa beleza permitiria mitigar uma outra ordem de “impactos”, envolvendo as imagens desgastadas da Gleba E que corriam na opinião pública por ocasião do embargo – sem mencionar a mudança de nome do empreendimento, anos mais tarde, para Península.

Mas de que beleza estamos falando, exatamente? Uma importante manobra simbólica tem lugar na adaptação das formas visuais características da paisagem nativa da Barra aos moldes de um registro estético ambientado em outras imagens de natureza. No cotidiano de projetos e negociações com clientes, paisagistas lidam a todo momento com a lógica dominante, segundo a qual a mata nativa é *mato*. Clúsia, norântea e acróstico são termos que estão longe de deter a mesma dominância que rosa ou azaleia em imagens de amplo compartilhamento de plantas no Brasil e, antes de Burle Marx (TABACOW, 2004), Gilberto Freyre já explicava o fenômeno em termos das muitas faces de uma enraizada preferência por paisagens civilizacionais europeias em detrimento de formas, costumes e tradições locais (FREYRE, 1981). Explorar o potencial ornamental da flora nativa é uma das presenças da influência exercida por Burle Marx sobre seu discípulo, supondo um acionamento específico do discurso do meio ambiente. Postula-se a reabilitação estética como caminho legítimo para mudanças de atitude em relação à destruição ambiental: dentro desse ponto de vista, é por tomar erroneamente a mata como mato, ou seja, como algo que deve ser aniquilado, que a paisagem brasileira estaria em desaparecimento.

Até que fossem instauradas normas específicas a seu respeito, o meio ambiente compunha uma agenda de determinados grupos, sendo elaborada a partir de linguagem própria a cada um deles. É nesse ambiente de ideias que devemos situar os atores focalizados. Ao longo de uma trajetória como ambientalista que precede à experiência da Gleba E, e que tem como ponto de partida a reunião de Estocolmo em 1972 e, nela, o surgimento do termo “desenvolvimento sustentável” (CHACEL, 2001, p.21), Chacel atravessa e manuseia imagens, ideias e registros discursivos a fim de perpetrar uma “defesa da paisagem” à sua maneira.

Embora costumasse remeter o processo de destruição ambiental ao modo característico como o Brasil teria se desenvolvido, situando-o nos tempos do descobrimento (CHACEL, 2000), ele entende que danos sem precedentes se fariam em curso por ocasião das direções desenvolvimentistas ditadas pelo discurso do progresso. É nesse ponto que pode ser inserida sua experiência em obras de grande escala do regime militar (SEGAWA, 2010). Conforme suas palavras, “adepta ferrenha do desenvolvimento e da segurança nacional, [a ditadura militar] não via com bons olhos intenções conservacionistas e preservacionistas dos acordos assinados pelo Brasil na Conferência de Estocolmo” (CHACEL, 2001, p.21).

Intervenções planejadas de recuperação ambiental de entornos de barragens e hidrelétricas constituem casos emblemáticos em que Chacel, em conjunto com Luiz Emygdio, procurou traduzir princípios de ecologia para o tema da recuperação de paisagens nativas¹⁹. Tratava-se de um assunto ainda muito incipiente, motivo pelo qual Fernando Chacel enaltece a atuação de Paulo Nogueira Neto que, nomeado Secretário de Meio Ambiente em 1973, “conseguiu dotar o país de uma legislação ambiental sólida e abrangente, a qual só veio a ser consolidada (...) em 1986” (CHACEL, 2001, p.21). Até lá, a ideia de “desenvolvimento sustentável” constituiria algo como uma agenda pessoal por parte de adeptos das novas narrativas ambientais.

Relata-se que, nas negociações com militares, o arquiteto paisagista fazia uso indiscriminado de seus atributos carismáticos de modo a inclinar percursos convencionais de obras de grande impacto e fazer valer uma preservação de paisagens naturais que, afinal, ainda não era garantida em lei. Em palestras que mais tarde virá a proferir, Chacel aludia a tais experiências a fim de reforçar o lugar do arquiteto paisagista como alguém capaz de se infiltrar nas brechas de projetos desenvolvimentistas como aqueles. Sem constrangimento, e de maneira coerente com a personalidade excêntrica que costuma ser associada a seu “carisma”, Chacel utilizava tanto em reuniões menores quanto em falas públicas a fórmula segundo a qual era preciso “introduzir supositórios ambientais nesses caras”.

Embora a legislação ambiental já constrangesse grandes obras na Barra da Tijuca na década de 1980, seu arcabouço ideológico estaria longe de compor o ponto de vista de empresários como Carlos Carvalho, e é aqui que a modelagem estética da flora nativa exerce um importante papel de mediação. Combinar elementos de restinga em termos de suas formas, cores e volumes era uma maneira encontrada por Chacel para que o jardim em formação caísse no gosto das camadas médias e altas, satisfazendo os sentidos de possíveis compradores a fim de convencê-los a aderir a princípios da ecologia.

Mas o caminho inverso também seria conveniente aos propósitos da parceria. O discurso ambiental é mobilizado pela Carvalho Hosken em sua apresentação da paisagem estranha, apesar de nada *exótica*, do empreendimento da Gleba E. Não por coincidência, é em 1992 que a empresa lança um catálogo promocional massivamente investido de fotografias de natureza recuperada. Trata-se do ano da Eco’92, vinculando

¹⁹ Em matéria de recuperação, a atuação do projeto de paisagismo não ia muito além de cuidados de reflorestamento em que se privilegiariam espécies nativas em detrimento do recurso então usual a espécies exóticas de crescimento rápido (GUERRA, 2008).

internacionalmente o Rio de Janeiro ao compromisso com metas de conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Nesse contexto discursivo, o meio ambiente assume contornos de um conveniente promotor de vendas, tornando-se razoável falar em “marketing ecológico” no caso de empreendimentos como o da Carvalho Hosken (AZEVEDO, 2008). Se as chamadas “vistas verdes” já elevariam preços de unidades imobiliárias em grandes cidades, o discurso ambiental incorpora uma nova dimensão a esse processo de valorização ao aproximar a preservação da natureza a um “estilo de vida” passível de ser comprado.

Se o caso da Marina da Glória trouxe à tona sentidos em que um arquiteto pode se envolver em uma certa militância, o caso da Gleba E mostra como esta pode assumir a forma de um projeto, desenvolvendo-se em consonância com um linguajar técnico. É interessante notar como o debate ambiental adentra o cotidiano de trocas da construção urbana como um misto de exigência pública e agenda pessoal. Essa dinâmica também se faz presente no caso explorado a seguir, que trata de um projeto arquitetônico de iniciativa pública na Barra da Tijuca.

Golpe de vista

Do ponto de vista de profissionais de planejamento espacial interessados em consolidar um campo de atuação e garantir a si mesmos um mercado, a Barra da Tijuca da década de 80 certamente representava um mundo de possibilidades. Se a incipiente atuação do Estado, através da imposição de normas à construção assim como da fiscalização, talvez fechasse uma ou duas portas aos devaneios sem limites de proprietários de construtoras, ela também poderia significar a abertura de muitas outras a agentes e escritórios atuando ao lado de agências públicas.

É inegável que, nesse cenário, Chacel tenha conseguido garantir a si mesmo um belo filão. Ao mesmo tempo, restringir seus feitos nos termos de ganho financeiro ou conquista de poder pessoal, por mais que não distorça o curso dos eventos, equivale a reduzir a complexidade da relação desse arquiteto paisagista com seu objeto de trabalho. Os já mencionados “sentimentos” e memória em torno da paisagem do Rio de Janeiro também podem ser considerados do ponto de vista de processos subjetivos de autoconstrução, para muito além de uma “capa” conveniente a intuítos de angariar recursos ou ampliar redes de influência.

Nos anos iniciais do século XXI, Chacel aludia a memórias de sua juventude no Rio como parte constitutiva de seus projetos para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá:

Conheci a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá em seu estado agreste. O mar, as dunas, as lagoas e seus brejos, os rios abrigados por suas matas ciliares, embasavam um relevo pontuado por monumentos naturais, com interflúvios florestados e encostas densamente revestidas por vegetação. São recordações da minha infância, da minha juventude, dos tempos já vividos, que se perderam na velocidade do tempo que não para. Mas que ficaram guardadas em algum lugar da minha memória e que, provavelmente, são também responsáveis pelos projetos que desenvolvi naquela região (BARBOSA, 2004).

O trânsito entre percursos pessoais e memórias coletivas²⁰ em torno da paisagem carioca também acolhe sua experiência de músico em contextos de efervescência do samba-canção e da bossa nova – como se sabe, um notável centro de irradiação do Rio de Janeiro como cartão-postal. Nos relatos de Chacel, é possível encontrar uma persona forjada na indistinção entre cidade e paisagem.

Mas em contraste com a “restinga da Marambaia a Joatinga” cantada por Tom Jobim, a Barra do alvorecer do novo milênio é um lugar que tensiona e ameaça a relação entre paisagem e rio. É assim que ela figura nas narrativas do arquiteto paisagista, em que um paraíso de “sol e de sal”, e de “azuis e de verdes” colide com “motores e concreto” (CHACEL, 2000). E é em termos semelhantes narrada pelo arquiteto francês Christian de Portzamparc, também com sua trajetória própria através do Rio de Janeiro e suas imagens, no contexto de elaboração de um icônico projeto para a Barra da Tijuca: a Cidade da Música, atual Cidade das Artes.

Conhecida muito mais por irregularidades em seu processo de construção do que pelo projeto em si (LEONÍDIO, 2009), a Cidade da Música emerge de intenções da Prefeitura do Rio de suprir a carência de uma sala de concertos por parte da Orquestra Sinfônica Brasileira. A ideia de investir na construção de um monumento, convocando para tanto um arquiteto dotado de prestígio internacional em função de projetos de salas de música²¹, surge de uma

²⁰ Lembrando que toda narrativa biográfica envolve sentidos de “ilusão”: afinal, seja em planos individuais ou coletivos, o passado é sempre evocado, e construído, a partir de enquadramentos do momento presente do ato de rememoração (BOURDIEU, 1996; HALBWACHS).

²¹ Tais como a Cidade da Música em Paris e a Filarmônica de Luxemburgo. Em 1994, Portzamparc

conjugação desse propósito mais básico com uma série de camadas discursivas e operações simbólicas vinculando a obra a demandas maiores. Os discursos das autoridades públicas envolvidas – destacando-se o Prefeito César Maia e o Secretário de Cultura Ricardo Macieira – apontavam a necessidade de um edifício público para a Barra da Tijuca e de um centro cultural de modo a dotá-la de uma “programação cultural de qualidade”; criar e reforçar uma imagem de exportação do Rio de Janeiro, a fim de “assegurar sua competitividade” na atração de “grandes empresas multinacionais”; retomar a centralidade perdida com a transferência da capital para Brasília, e trazer a cidade de volta para a cena cultural internacional (PORTZAMPARC, 2008). Tratava-se de reforçar simbolicamente vínculos frágeis e esgarçados da Barra da Tijuca com o restante do Rio de Janeiro, e deste com metrópoles mundiais, através de certa imagem de cidade criada por uma construção arquitetônica. Por esse caminho, a Cidade da Música seria investida de uma aparência de imprescindibilidade conveniente à finalidade de justificar o volume de recursos a ela destinados.

Mas como um lugar permitiria resolver tantas questões? É aqui que entra em cena um projeto arquitetônico informado pelo conceito de paisagem. A partir de uma “plena comunhão de ideias e propósitos” (PORTZAMPARC, 2008, p.120), Christian de Portzamparc e Fernando Chacel irão elaborar, de maneira integrada, seus respectivos projetos de arquitetura e de arquitetura paisagística. Como resultado, para além de abrigar os múltiplos elementos previstos pelo programa definitivo²², as dimensões monumentais da construção atenderiam às ansiadas perspectivas de criação e exportação de imagens de cidade ao proporcionar uma certa experiência visual do Rio de Janeiro. Antes de qualquer propósito mais específico, a Cidade da Música é então criada, em 2002, como uma máquina²³ de fazer ver um Rio que, dentro de um imaginário de amplo compartilhamento sobre a cidade, e em relação ao qual as autoridades estatais assim como os arquitetos em questão nutririam consenso, não se faria presente na Barra da Tijuca, mesmo após 30 anos de investimentos na construção desse vínculo.

recebe o Pritzker, maior prêmio mundial de arquitetura.

²² “Além do grande auditório, com capacidade para 1,8 mil pessoas (música) ou 1,4 mil (ópera), foram projetadas salas para outros gêneros musicais (...), todas com padrão de audição internacional. Camarins, 13 ambientes de ensaio, 13 salas de aulas de música e de dança, midiатеca, depósito de instrumentos, escritórios da administração da orquestra, três cinemas de arte, restaurante, café, lojas, foyer musical (...) estacionamentos também foram demandados” (MOURA, 2013).

²³ O termo alude à inclinação funcionalista característica da arquitetura modernista de Le Corbusier, que advogava a percepção de casas, por exemplo, como máquinas de morar (CHOAY, 2007).

É que o Rio é, antes de tudo, uma “paisagem” – e, entre “topos de prédios”, “grandes centros comerciais”, “automóveis” e “engarrafamentos” (PORTZAMPARC, 2008, p. 34-35), ela não poderia ser percebida. Erguer a base do edifício a uma altura de dez metros do chão permitiria torná-la visível. “Na Barra, o deus da montanha me acenou de longe. Acho que ele guiou o projeto”, narra o arquiteto francês. A partir daquela altura,

redescobrimos subitamente as distâncias, a planície, o mar e as linhas dançantes das montanhas: a cidade se tornava bela. (...) Para permanecer no Rio, era necessário ao menos que, a partir do edifício, se descortinasse a cidade inteira, as montanhas e o mar (PORTZAMPARC, 2008, p. 34-35).

Dentro de enquadramentos mais convencionais, a paisagem costuma definir a porção territorial passível de ser alcançada por um único golpe de vista (JACKSON, 1984). Através da “ampla varanda elevada (...) apartada do solo, dos carros, e aberta para a paisagem” (MOURA, 2013), o edifício da Cidade da Música ofereceria a frequentadores o panorama singular de montanha e mar da paisagem carioca, a partir do qual se sentiriam situados no Rio de Janeiro. Não há paisagem que não envolva enquadramentos e, portanto, processos de seleção – e é aqui, antes de mais nada, que o projeto de paisagismo de Fernando Chacel entra em cena, complementando a eliminação dos elementos visuais que obliteravam visualmente a experiência da paisagem através de uma planejada composição vegetal.

Escolhido no processo de seleção de empresas de paisagismo em função do afamado domínio sobre condições paisagísticas da Barra da Tijuca, o escritório de Chacel aproveita as circunstâncias favoráveis de um projeto de iniciativa pública para investir em um ambicioso projeto de paisagismo. Do ponto de vista desses arquitetos paisagistas, projetos públicos costumam significar, dentre outros aspectos, uma maior liberdade de criação se comparados com encomendas de clientes particulares, cujos gostos pessoais eventualmente intervêm em negociações. Por todos esses motivos, Chacel incentivou sua equipe a conduzir livremente seu processo criativo, de modo que o limite para o projeto seria dado pelas eventuais restrições técnicas ou financeiras por parte do órgão público que o encomendou.

Como resultado, partiram da proposta inicial, complementar ao desenho de Portzamparc, para lançar as bases da recriação sensível de nada menos que um Rio de Janeiro do passado. A ideia era apresentar à população da Barra algo que, do ponto de vista da fala nativa, lhe seria inteiramente desconhecido: a “paisagem da Barra”. Não se tratava, afinal, da Barra urbanizada dos centros

comerciais e engarrafamentos. Mas sim de uma “Barra paisagem-só-natureza”²⁴, que do ponto de vista de Chacel seria metonímia de um “Rio cidade-paisagem”.

O projeto de arquitetura paisagística previa a criação de um espelho d’água remetendo ao sistema lagunar característico da região e, à sua volta, uma elaborada composição paisagística embasada na introdução de vegetação nativa através de um extenso “mosaico florístico” envolvendo matas não apenas de transição e restinga, como também de mangue²⁵. Graças a um conjunto de artifícios, ali a Barra da Tijuca e o Rio de Janeiro se fariam presentes em sua forma “autêntica”.

Mas a recriação da paisagem da Barra não parava por aí. Extravassando os limites do terreno em questão, o projeto abrangia uma área próxima: o Bosque da Barra, caracterizado por uma presença dominante de vegetação nativa que se mostrava a Chacel e sua equipe favorável ao que compreendiam como uma possível integração. Para tanto, os arquitetos paisagistas tentaram negociar com técnicos da Prefeitura uma saída altamente complexa e dificilmente admissível do ponto de vista técnico e administrativo: a criação de uma ligação fluida entre os dois pontos através da criação de passagens subterrâneas para os automóveis das rodovias do entorno.

A partir dessas providências, estimava-se, no longo prazo – aproximadamente em 25 anos de investimentos ininterruptos no Parque –, que as duas porções integradas poderiam ser visualmente tomadas como uma unidade anterior à urbanização da Barra. *Continuum* paisagístico é uma categoria que com frequência define propostas de integração visual como esta, e ela poderia ainda ser situada em um contexto mais abrangente de projetos de recuperação paisagística de autoria do escritório para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá: no ano de 2005, ao menos 18 iniciativas pontuavam de verde o mapa da região (JACOBS, 2007).

Ainda que detivessem consciência sobre desafios que costumam envolver o processo de transformação de um projeto em um espaço material e visível, Chacel e sua equipe não imaginavam que, no final das contas, ele não seria realizado. Em conformidade com a sequência convencional de planos arquitetônicos, o plantio seria a última etapa da execução, mas o projeto ficou,

²⁴ A expressão alude ao tratamento dado por Süsskind (2006) a um imaginário de longa duração sobre a paisagem brasileira na criação literária.

²⁵ A proposta de introduzir espécies de mangue em um lago artificial poderia soar heterodoxa do ponto de vista de quem conhece suas especificidades. Nesse caso, o mangue deveria ser “criado”, e não apenas “reproduzido”, como no caso da restauração em lagoas naturais (PATERMAN, 2017, p. 264).

em grande parte, abandonado. Apenas alguns de seus aspectos seriam aproveitados quando, a fim de encerrar seu mandato, César Maia investiria em uma tentativa acelerada de concluir a obra seis anos após os primeiros esboços de Portzamparc. Por sua vez, quando Eduardo Paes assume o município e o inoportuno legado de uma obra mergulhada em denúncias de corrupção, alguns esforços viriam a ser empregados no sentido de recuperar o projeto de paisagismo, porém o resultado permaneceria bastante aquém do previsto. Se empregada a fim de alhear o nome do novo prefeito da obra faraônica, a mudança para Cidade das Artes em 2012 pouco contribui para hoje remover da memória urbana o passado controverso do edifício situado em meio às avenidas que cortam a Barra.

Sobre heróis e mitos

Convém agora retomarmos o foco sobre o “carisma” – ou aquilo que faz com que alguns seres humanos vejam transcendência em outros, parafraseando Geertz (2007, p.184) – em sua condição de categoria de pensamento. Isso significa considerá-lo como parte de um contexto de trocas discursivas, de ideias que são elaboradas em meio a um diálogo (GONÇALVES, 2008). A partir desse enfoque, o enaltecimento da personalidade carismática de Chacel revela reflexos da autoimagem de seus enunciadoreis: arquitetos que, dentro de um curso “normal” de acontecimentos, se veem como profundamente impotentes. Com frequência, contorcem capacidades técnicas e habilidades criativas a mandos e desmandos de clientes poderosos, que burlam leis ambientais e não raro as manipulam para angariar maiores espaços para construção e margens mais folgadas de lucro. De fato, se os arquitetos em questão mal conseguem defender seu próprio espaço neste universo de negociações, imagine extrapolá-lo, fazendo valer normas não instituídas, e ampliando o total estipulado de espaços livres para além do dobro de espaços loteados²⁶. Deve-se, pois, remeter o “carisma” às mazelas em torno da consolidação desses profissionais em um campo marcadamente disputado como o da construção urbana em uma cidade como o Rio de Janeiro²⁷.

²⁶ Um caso narrado durante a pesquisa é o do condomínio Jardim do Lago, em Búzios. Conforme coloca Rosa Kliass, “o proprietário queria edificar tudo, e o Chacel disse que ele não poderia fazer isso. Por fim, o proprietário acabou [cedendo] e o Fernando Chacel realizou o projeto. O proprietário não perdeu dinheiro com isso.” (BARBOSA *et al.*, 2015).

²⁷ Consolidar um campo sempre presume atravessar conflitos, que, por sua vez, tendem a ser “esquecidos” uma vez consumado esse processo. A título de comparação, conflitos com

Nesse contexto, rememorar eventos de um agente capaz de transpor limites inimagináveis talvez lhes permita, tal qual a escuta de uma narrativa mítica (LÉVI-STRAUSS, 2008), conquistar algum conforto, ou retirar alguma exemplaridade a partir do vislumbre sobre estruturas de sentido que dão ordem ao mundo, e da possibilidade de imaginar formas diferentes de organizá-las. Contudo, é preciso resistir ao encanto de narrativas em torno de personagens míticos e estabelecer em relação a elas distância suficiente para considerar segundo uma perspectiva crítica os fundamentos e os efeitos do poder associado a uma personalidade que se apresenta excepcional.

Não se trata, simplesmente, de exercitar a desconfiança em relação à participação de um assalariado como Chacel em grandes esquemas de desvios de verba como o da Cidade da Música²⁸. Mas, sim, de questionar os aspectos de imposição e mesmo autoritarismo passíveis de ser exercidos através do carisma. Agora que está claro que esse atributo singular se estrutura em um controle de imagens coletivas conjugado com uma capacidade de mediar esferas de poder, e que, por esse caminho, o “líder” em questão pode ser tomado como um cidadão comum, se torna válido perguntar: seria mesmo esta pessoa a mais adequada para representar algo como a paisagem?

De fato, algo que vem à tona no enfoque sobre bastidores de negociações de arquitetos com agentes de construção urbana são as elaborações e manobras discursivas através das quais questões de ordem pública vêm a ser definidas e resolvidas. A que grupos, por exemplo, a criação de um monumento público para a Barra da Tijuca constitui uma pauta da ordem do dia, quem exatamente se beneficia com a formação de imagens de exportação da cidade? Por mais que a “paisagem” passível de ser recuperada através de projetos exiba uma relevância coletiva tendo em vista o ambiente, assim se presume, como algo que envolve a todos, ela integra intervenções – em especial no caso em questão, da Cidade da Música – menos a partir de reivindicações comunitárias do que das abstrações – e sonhos!²⁹ – de dois arquitetos.

profissionais de engenharia caracterizam, no início do século XX, o contexto de trabalho de Warchavchik num Brasil em que o profissional de arquitetura ainda detinha um espaço muito restrito na construção civil (LIRA, 2011).

²⁸ Inclusive por se tratar de uma imagem tão pouco condizente com o personagem carismático que à menor suspeita não faria o menor sentido entre seus interlocutores mais próximos. Em contraste com as imagens de residências luxuosas amplamente associadas a arquitetos, Chacel vivia de aluguel e tirava seus recursos de projetos e experiências esporádicas como professor. Nas palavras do arquiteto e amigo Índio da Costa: “era pouco preocupado com valores materiais e vivia uma vida simples, mas muito sofisticada do ponto de vista artístico e intelectual” (CHACEL, 2017, p.23).

²⁹ “A ideia de construir no Rio me seduzia. Sonhei com essa cidade antes de conhecê-la. Sonhos premonitórios, antigos, nos quais eu estava no Rio. A névoa e o oceano estavam no sonho”

Nesse sentido, é possível sugerir que os quase dez anos de elaboração, execução e conclusão da obra da Cidade da Música, abrangendo, portanto, um momento político supostamente favorável ao funcionamento das instituições democráticas, não se distinguem tanto dos contextos autoritários em que Chacel com frequência faria valer valores ambientais perseguindo e forçando a abertura de “brechas” em negociações com empresas e chefes de governo. Nesses casos, e aqui também podemos abranger a disputa na Marina da Glória, vemos agentes autoinvestidos do poder de representar entidades “mais-que-humanas” – o ecossistema de restinga, o deus da montanha, o próprio Rio de Janeiro ou o que quer que faça dele a “cidade maravilhosa”.

A autoridade simbólica sobre algo como a paisagem carioca deve ser questionada na medida em que tanto pressupõe como autoriza silenciamentos. É válido situar neste ponto ações de remoções de moradias previstas em casos de recuperação ambiental em que o arquiteto paisagista focalizado trabalhou. Uma delas deu origem ao Parque Professor Mello Barreto, situado em área pública adjacente à Gleba E, e que seria “protegida por força de lei como parte da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa da Tijuca” apresentando-se, “em época anterior às invasões nela ocorridas, recoberta por expressivo manguezal” (CHACEL, 2001, p. 67-69). Neste caso, que adere facilmente ao fenômeno da ambientalização de conflitos sociais³⁰, o cumprimento da lei não permitiria entrever como uma vizinhança incômoda que, composta por segmentos sociais mais pobres, poderia prejudicar negócios de alto padrão da empresa interessada. Não se trata de questionar aqui os efeitos ambientalmente prejudiciais da ocupação de margens. Mas sim de problematizar essa situação à luz da prioridade conferida a demandas de segmentos privados em detrimento de questões públicas de habitação na cidade.

Há muito fundamentando o vetor do desenvolvimento do Rio de Janeiro (ABREU, 1988), dinâmicas de segregação urbana podem acionar o léxico ambiental. Outro caso envolve a construção de um hotel na encosta do Morro Dois Irmãos e uma opinião pública contrária ao projeto, porém receosa em relação a ameaças de favelização atribuídas ao espaço livre. Elaborado por Chacel e seu escritório, o Parque Penhasco Dois Irmãos é narrado entre interlocutores, tais como o ex-secretário de urbanismo Alfredo Sirkis, como um caso bem-sucedido de resolução de um problema urbano (CHACEL, 2017,

(PORTZAMPARC, 2008, p.33).

³⁰ Nele, discursos de sustentabilidade apenas revestem de uma roupagem “verde” questões anteriores de ordem social (LOPES, 2004).

p.26-27). Mais uma vez, a “paisagem” agenciaria a reserva de espaços públicos desocupados à vontade das classes dominantes.

Essas situações trazem luz para o modo como, em manobras discursivas e simbólicas envolvendo setores empresariais e poderes estatais, um assunto privado converte-se facilmente em questão pública, e uma ação como a de expulsão de habitantes recebe todas as justificativas legais e legitimidade social. Resulta daí que, mais que uma dimensão em si existente, a “paisagem”, como categoria, se insere em uma arena de relações de poder, dando autoridade a segmentos hegemônicos, que sabem como manipulá-la por conhecerem as regras do jogo, e excluindo do investimento público segmentos sociais que não dominam esses códigos.

Tais dinâmicas revelam-se ainda mais problemáticas quando aproximamos à ideia de paisagem no Brasil perspectivas convencionais sobre ambientes naturais como domínios destituídos da presença de vida humana. Trata-se de um dos mais importantes mitos (DIEGUES, 1998) fundadores da modernidade, ressoando em processos de urbanização através da lógica segundo a qual áreas florestadas existem por si mesmas, e qualquer coletividade humana nelas existente apenas as ocupa ou invade. A problematização colocada por Latour em torno do impasse democrático envolvendo assimetrias ente humanos e não humanos na representação de híbridos (LATOURE, 1994) pode ser aproximada a esse caso. Pois, se na esteira de uma extensa produção acadêmica³¹, é possível considerar sentidos em que populações humanas, de dentro das mais distintas epistemologias, constroem, e não apenas ocupam, nem muito menos apenas destroem, áreas suscetíveis à classificação como naturais, torna-se necessário admitir que talvez existam candidatos mais habilitados a ocupar essa posição de autoridade do que os enquadramentos dominantes permitem pressupor.

Referências

ABREU, Maurício.

(1988). *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ANDERSON, Bénédict.

(2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

³¹ Destaca-se aqui o valor de marco teórico das elaborações de Tim Ingold sobre paisagens como processos de permanente construção a partir de trocas entre seres humanos e não humanos em ambientes que estão sempre se transformando (2000). No caso do Rio de Janeiro, vale conferir as pesquisas da antropóloga Luz Stella Rodríguez sobre segregação em quilombos urbanos classificados como área de preservação ambiental (2012, 2019).

- AZEVEDO, Lia Gianelli de.
(2008). *Parques urbanos: paisagismo ecogenético na Barra da Tijuca*. Dissertação (Mestrado), UFRJ/FAU/PROURB – Rio de Janeiro.
- BARRA, Eduardo.
(2006 agosto). “Revitalização” da Marina da Glória: parque para quê? ABAP / *Paisagem Escrita* Ano II. n. 5.
- BARBOSA, Antônio Agenor.
(2004 janeiro). Fernando Chacel e a consciência ecológica e ambiental. Entrevista. São Paulo, ano 05, n. 017.01, *Vitruvius*.
- BARBOSA, Antônio Agenor; PATERMAN, Rachel; RODRÍGUEZ, Stella.
(2015 agosto). *Entrevista com a arquiteta paisagista Rosa Kliass*. Entrevista, São Paulo, ano 16, n. 063.04, *Vitruvius*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.063/5585>>.
- BOURDIEU, Pierre.
(1996). A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Armado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- BRIZUELA, Natalia.
(2012). *Fotografia e império: paisagens para um Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio.
(2000). *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34/EdUSP.
- CARVALHO HOSKEN.
(1992). *Parque da Gleba E*. Rio de Janeiro: A Entidade.
- (2013). *Península: entre a natureza e a modernidade*. Rio de Janeiro: Tix.
- CHACEL, Fernando.
(2000 maio/junho). A paisagem em que vivemos. Desenvolver sem devastar. *Revista Problemas Brasileiros* (Encarte).
- (2001). *Paisagismo e ecogênese*. Rio de Janeiro: Fraiha.
- (2007). *Fernando Chacel: tributo*. Rio de Janeiro: TIX.
- CHOAY, Françoise.
(2007). *O urbanismo*. São Paulo: Ed Perspectiva.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro.
(2017 setembro/dezembro). Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio. In: *Anais do Museu Paulista*, vol. 25, n.3. São Paulo, Nova Série. p. 139-166.
- COSTA, Lucio.
(2010 janeiro). Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 116.00, *Vitruvius*, Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3375>>.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana.
(1998). O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec.
- FREYRE, G.
(1981). *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GEERTZ, Clifford.
(2007). Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos.
(2002). *A retórica da Perda*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ MinC- Iphan.
- (2007). *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Ed. Garamond/Iphan.
- GUERRA, Maria Eliza Alves.
(2008). *Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba da concepção à atualidade*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- GUIMARÃES, Roberta Sampaio.
(2004). *A Utopia da Pequena África*. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- HALBWACHS, Maurice.
(2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
(1987). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- (2000). *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha.
- INGOLD, Tim.
(2000). *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. Routledge, London.
- JACKSON, John Brinckerhoff.
(1984). *Discovering the vernacular landscape*. New Haven and London: Yale University Press.
- JACOBS, Peter.
(2007). Echoes of Paradise: Fernando Chacel's Gardens in the Coastal Plain of Jacarepaguá. In: CONAN, Michel (org.). *Contemporary Garden Aesthetics, Creations and Interpretations*. Cambridge: Harvard University Press.
- LATOUR, Bruno.
(1994). *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LEONÍDIO, Otávio.
(2009 agosto). Cidade da Música do Rio de Janeiro: a invasora. Arqtextos, São Paulo, ano 10, n. 111.01, *Vitruvius*.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
(2008). *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.
- LIRA, José.
(2011). *Warchavchik*: fraturas da vanguarda. São Paulo: Cosac&Naify.
- LOPES, José Sérgio Leite.
(2004). *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MOURA, Éride.
(2013). *Christian de Portzamparc*: Beleza e técnica. Cidade das Artes, Rio de Janeiro.
- PANZINI, Franco.
(2013). *Projetar a natureza*: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Senac.
- PATERMAN, Rachel.
(2017). *No princípio, a paisagem*: identidade e transformações urbanas em projetos de Fernando Magalhães Chacel (1931-2011). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS.
- PORTZAMPARC, Christian.
(2008). *Uma cidade da música* / um projeto de Christian de Portzamparc. Rio de Janeiro: Arte Ensaio.
- RODRÍGUEZ, Luz Stella Cáceres.
(2012). Lugar, Memória e Narrativas da Preservação nos Quilombos da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ..
- (2019). *Pelos Caminhos do Cafundá*: paisagem e memórias de um quilombo carioca. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- SCHWARCZ, Lília. M.
(2008). *O Sol do Brasil*: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEGAWA, Hugo.
(2010). *Arquiteturas no Brasil/1900 – 1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SIMMEL, Georg.
(1986). *Filosofia del paisaje*. In: El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Ediciones Península.
- SÜSSEKIND, Flora.
(2006). *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras.

TABACOW, José. (org.).
(2004). *Roberto Burle Marx: Arte e Paisagem*,
conferências escolhidas. São Paulo: Nobel.

WEBER, Max.
(1986). Os três tipos puros de dominação legítima
In: Cohn, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática.

Recebido em
março de 2020

Aprovado em
outubro de 2020

Ordenar la casa. Securitización, jerarquización y regulación del espacio urbano en la política de *Cambiemos* en La Plata (2015-2019)

Ramiro Segura¹Joaquín Vélez²

Resumo

O artigo discute a política urbana de *Cambiemos* na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, durante o período 2015-2019. La Plata. *Você está em casa* foi o slogan de governança desta coalizão política de direita que implementou um conjunto de políticas urbanas destinadas a “ordenar a (cidade como) casa”. A partir de um diagnóstico decadente do estado da cidade difundido entre as classes média e alta, bem como um imaginário urbano em relação à deve ser a cidade, a política de securitização de *Cambiemos* operava como um poderoso dispositivo de hierarquia e regulação do espaço urbano. Combinando repressão, policiamento e prevenção, essas políticas buscavam regular quem pode fazer o que, onde e quando, e envolveu o deslocamento, marginalização e/ou expulsão de práticas e pessoas informais (feirantes, vendedores nas ruas, prostituição, centros culturais, entre outros) para gerar condições de investimento urbano. Em suma, foi a implantação do urbanismo “revanchista” e “autoritário” que, em nome da segurança e prevenção, implementou o modelo de “a cidade como casa”, regulando, deslocando e até expulsando o que é considerado “fora do lugar”. Quem (não) entra em casa? A imagem da cidade como casa tem afiliações políticas conservadoras e abre questões fundamentais sobre a vida urbana democrática, como liberdade de acesso, condições iguais, direito a (in)diferença, e possibilidades de diálogo e dissidência em espaços que, por definição, constituem áreas de encontro entre diferentes e desiguais.

Palavras-chave

Rio de Janeiro. Megaeventos. Militarização.

Abstract

In this article we analyze the urban policies of *Cambiemos* in the city of La Plata, capital of the Buenos Aires province from 2015 to 2019. *La Plata, You Are at Home* was the government slogan

¹ Profesor Titular en la Universidad Nacional de La Plata y Profesor Adjunto en la Universidad Nacional de San Martín. E-mail: segura.ramiro@gmail.com.

² Licenciado en Antropología (UNLP), becario doctoral de CONICET con lugar de trabajo en el Laboratorio de Estudios en Cultura y Sociedad (LECyS/FTS/UNLP) y candidato a Doctor en Antropología (IDAES/UNSAM). E-mail: jv9891@gmail.com.

of this right-wing political coalition, which has implemented a heterogeneous set of urban strategies aimed to "organizing (the city as) a house". Based on a decadent diagnosis of the current city situation generalized between the middle and upper classes, as well as on an urban imagination regarding the must be of the city, the securitization policy of *Cambiamos* operated as a powerful device to rank and regulate urban space. Combining repression, policing and prevention, these policies sought to regulate who can do what, where and when and therefore involved the displacement, marginalization and expulsion of informal practices (popular fairs, peddlers, prostitution, cultural centers, among others) to generate investment conditions in the city. *Cambiamos* urban policy consisted in deployment of a "revanchist" and "authoritarian" urbanism that, in the name of security and prevention, implemented the model of "the (city as) house", regulating, displacing and even expelling whatever is considered "out of place". Who can (not) be in the house? The image of the city as a house has evident conservative political affiliations, which raises questions about fundamental issues for democratic urban life, such as access freedom, equal conditions, the right to (in) difference, and the possibilities of dialogue and dissent in spaces that, by definition, constitute meeting areas between different and unequal.

Keywords

Securitization. Urban Order. Informality.

Introducción

Al igual que lo sucedido en los niveles nacional y provincial, en diciembre de 2015 la coalición política-electoral Cambiemos³ con Julio Garro como intendente asumió el gobierno municipal de la ciudad de La Plata. Inmediatamente conocidos los resultados de la elección, Garro declaró ante la prensa que se encontraba con "una ciudad sin planificación", en la que "no sabemos hacia dónde vamos, no hay una línea a seguir y continuar". Ante este panorama, la tarea prioritaria de su gobierno sería "hacerse cargo de la seguridad", así como también atraer inversiones, ya que "los empresarios se

³ *Cambiemos* –actualmente *Juntos por el cambio*– es una coalición político-electoral hegemonizada por Propuesta Republicana (PRO), partido de escala nacional con epicentro en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, surgido a la luz de la crisis política de 2001 en el que confluyeron ex afiliados a partidos políticos (Partido Justicialista, Unión Cívica Radical, Unión de Centro Democrático, entre otros), organizaciones no gubernamentales (ONG) y empresarios, que se presenta como un partido de centro derecha moderno, herramienta de las clases dominantes y las elites económicas para acceder democráticamente al gobierno (VOMMARO, BELLOTI, MORRESI, 2015). Para un análisis de la transformación del PRO en la coalición de escala nacional Cambiemos y su triunfo a nivel nacional en 2015, ver VOMMARO (2017).

han ido de nuestra ciudad”.

En este artículo analizamos la política urbana de La Plata en el ciclo temporal que va desde la asunción del gobierno municipal por Garro en diciembre de 2015 a su reelección en octubre de 2019. En términos metodológicos, además del seguimiento cronológico del heterogéneo conjunto de políticas urbanas implementadas en el período y sus efectos, este trabajo se basa en una investigación antropológica de largo plazo sobre la experiencia urbana de distintos y desiguales sectores sociales en La Plata (SEGURA, 2015a; 2018a, 2018b), entre las que se destaca la experiencia diferencial de la (in)seguridad urbana (SEGURA, 2009; 2020), y en la exploración etnográfica de experiencias colectivas de asociación en torno a la (in)seguridad en la ciudad en los últimos años (VÉLEZ, 2018, 2019).

“La Plata. Estás en casa” fue uno de los slogans predilectos de la política urbana de *Cambiemos* durante el período analizado, el cual acompañó cada una de las iniciativas municipales (señalética urbana y estetización de los espacios públicos de la ciudad; creación de cuerpos de vigilancia municipales; construcción de centros de monitoreo barrial; instalación de luminarias públicas y sistemas de video vigilancia; entre otras) y se inscribió sobre coloridos murales en las principales vías de acceso e infraestructuras de circulación vehicular de la ciudad. La hipótesis que sostenemos en este artículo es que estas políticas heterogéneas y no necesariamente originales (de hecho, políticas similares se habían aplicado en gestiones municipales previas) orientadas explícitamente a resolver cuestiones de *inseguridad* –problema público que desde la década de 1990 se encuentra entre las principales preocupaciones de la sociedad argentina (KESSLER, 2009, 2014) – buscaron en realidad *ordenar la (ciudad como) casa*, jerarquizando los lugares públicos, regulando los usos del espacio urbano y proyectando el futuro de la ciudad desde una perspectiva conservadora y excluyente.

Por supuesto, la cuestión del orden en la ciudad no es novedosa. Como mostró RAMA (1984) para la historia urbana latinoamericana, en el largo ciclo que va de la colonización europea a las diversas olas modernizadoras, la ciudad ha sido un artefacto cultural clave en la búsqueda por instaurar y consolidar un orden jerárquico, desigual y racializado. Además, la investigación sobre ciudades latinoamericanas contemporáneas ha mostrado que, contra lo que habitualmente se supone, en toda ciudad existe un “orden urbano” entendido como “conjunto de normas y reglas tanto formales (pertenecientes a alguna jerarquía del orden jurídico) como convencionales a los que recurren los habitantes de la ciudad explícita o tácitamente en el desarrollo de las prácticas

relacionadas con los usos y las formas de apropiación de los espacios y bienes públicos o de uso colectivo que, más allá de la vivienda, son elementos constitutivos de la ciudad” (DUHAU y GIGLIA, 2004, p. 258). En este sentido, antes que plenamente ordenado, el espacio urbano busca ser “puesto en orden” por una multiplicidad de agentes (SEGURA, 2019a, p. 8), dando lugar a conflictos y negociaciones sobre los sentidos y los usos del espacio urbano. En definitiva, toda configuración social presenta alguna forma de orden o lógica, no necesariamente racional o calculada, producto de la sedimentación histórica de las disputas por los sentidos y las formas del accionar humano y, por lo mismo, susceptible de modificación por la propia praxis humana. Precisamente sobre este entramado –calificado como desorden– intervino la política urbana de *Cambiamos* en la búsqueda explícita por instalar *un* orden específico: se trata, en efecto, de intervenir de manera consciente –y no pocas veces violenta– en la ciudad siguiendo el modelo de *la (ciudad como) casa*.

Transformar la ciudad en una casa, entonces. Pero, ¿casa para quién? Y también ¿casa para qué? Casi cuatro años después de asumir, durante 2019, cuando Garro finalizaba su primer mandato, se inauguraron en La Plata tres lujosos hoteles. Aunque propiedad de capitales privados, en eventos como la inauguración del *Grand Brizo* al que asistieron la entonces vicepresidenta de la nación, representantes de cámaras empresarias y estrellas del espectáculo, los hoteles fueron presentados desde el municipio como un logro de su política urbana. La respuesta a la paradoja de que inversiones privadas se presenten como logros de la política pública quizás se encuentre en un testimonio del propio intendente Garro quien, en plena campaña de reelección, sostuvo que cuando llegó al municipio “construir en nuestra ciudad costaba 40% más que construir en otra, invertir en nuestra ciudad generaba desconfianza”. Desde su perspectiva, las políticas desplegadas durante su primer mandato (a diferencia de lo ocurrido con los candidatos de *Cambiamos* a nivel nacional y provincial, Garro ganó las elecciones de 2019) permitieron “que nuestra ciudad respire un poco más, pero nosotros teníamos y vivíamos en una ciudad tomada” por –según la enumeración del intendente– la delincuencia, una policía sin capacitación, un sindicalismo corrupto y jueces cómplices.

La ciudad como casa tomada a ordenar: una política que en nombre de la seguridad promovió el desplazamiento, la relocalización e incluso la exclusión de diversos actores y prácticas sociales (venta ambulante, ferias populares, prostitución, protestas, centros culturales) para promover y garantizar inversiones. La ciudad como una casa en la que, como señaló el intendente Garro, “las puertas de La Plata siempre van a estar abiertas para quienes

quieren apostar en la ciudad” (El Día, 19 de junio de 2019). En este sentido, sin perder su especificidad, el proyecto de *Cambiemos* en La Plata reactualizó la idea de “merecer la ciudad” que orientó la política urbana durante la última dictadura militar en la Argentina (OZLAK, 1991), la cual presuponía que no todas las personas merecen vivir y disfrutar la ciudad. Desde esta perspectiva, las políticas implementadas por *Cambiemos* en los cuatro años aquí analizados tienen elementos del “urbanismo revanchista” que SMITH (2012) identificó en la New York de los años 80, un proyecto de revancha o venganza de clase por medio del cual sectores medios y altos buscan “recuperar” una ciudad que diagnostican que han perdido (o que fue “tomada”). Y esta política, con su énfasis en la seguridad, el policiamiento y la represión, dan cuenta del “nuevo autoritarismo” (BOGAERT, 2018; JENSS, 2019) que ha sido resaltado para la política urbana del “sur global” en los últimos años.

Nuestra argumentación se organiza en lo que sigue en cinco secciones principales. En primer lugar señalamos que el orden urbano proyectado por la política de *Cambiemos* descansa en un imaginario urbano socialmente compartido sobre un supuesto pasado glorioso de la ciudad de La Plata así como en un diagnóstico negativo respecto de su presente. Posteriormente mostramos que el diagnóstico de la gestión *Cambiemos* sobre La Plata como una “ciudad tomada” supuso el despliegue de una agresiva política urbana que se orientó a “recuperar” la ciudad instalando la imagen de “la ciudad como casa”. En tercer lugar describimos el modo en que esta política de securitización combinó represión, prevención y policiamiento, para luego analizar los efectos de regulación y de exclusión de estas políticas sobre prácticas y actores señalados como informales en la ciudad. Por último, en la quinta sección llamamos la atención sobre las ambivalencias sexo-genéricas de la equiparación de la ciudad a una casa. Cierra el trabajo con unas reflexiones finales sobre lo que podemos aprender de estas políticas urbanas conservadoras y su eficacia política en los últimos años.

Diagnósticos del presente y “futuros pasados” de la ciudad

Las políticas de *Cambiemos* en La Plata no operaron en el vacío. Para comprender su éxito electoral así como sus efectos sociales y urbanos debemos situarlas en el entramado histórico y geográfico de la ciudad. Dicho de otra manera: si bien existe una indudable tendencia en el capitalismo global hacia la securitización (GLÜCK y LOW, 2017; TULUMELLO, 2018) y la estetización (ZUKIN, 1996; AMÉNDOLA, 2000) urbanas, estos procesos globales que

responden a un esquema de negocios que incrementa las desigualdades urbanas deben ser social y geográficamente situados, para analizar sus efectos en un campo de fuerzas singular.

La ciudad de La Plata (Argentina) se encuentra localizada a 56 km al sureste de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. La ciudad tiene un claro perfil administrativo y universitario por ser la capital de la provincia de Buenos Aires y sede de la tercera universidad nacional, y articula hacia el este con las localidades industriales y portuarias de Ensenada y Berisso, que en conjunto conforman el Gran La Plata, conglomerado urbano que ronda el millón de habitantes. Los orígenes de La Plata se remontan a finales del siglo XIX, cuando fue creada como una ciudad planificada, pretendidamente racional, producto y proyección de la elite liberal gobernante que decidió crear una nueva ciudad capital para la provincia de Buenos Aires con motivo de la federalización de la ciudad de Buenos Aires. El diseño de la ciudad se inspiró en el urbanismo europeo, combinando varias fuentes: elementos barrocos en la representación del poder, preocupaciones higienistas acerca de los espacios verdes y el racionalismo de la ciudad industrial con influencias de la masonería local. El plano original consiste en un cuadrado de 40 cuadras (cinco kilómetros) por lado, claramente delimitado por una avenida de circunvalación de 100 metros de ancho, cuya función original fue separar el área urbana de la rural. Dentro de la traza fundacional predomina la disposición de la cuadrícula, con avenidas cada seis cuadras. En la intersección de las avenidas hay espacios verdes equidistantes (parques y plazas). Dos diagonales principales y seis diagonales secundarias buscan proporcionar agilidad para desplazarse entre los puntos de la trama y conectar el centro de la ciudad con su periferia. Un eje monumental que corre a lo largo de las avenidas 51 y 53 divide simétricamente el plan fundamental. En el eje se encuentran los principales edificios públicos: la Casa de Gobierno, la Legislatura, el Teatro Argentino, la Municipalidad y la Catedral. Este eje es perpendicular al Río de La Plata y, además de distinguir los espacios públicos de los privados, conecta simbólicamente el puerto con la pampa. En la actualidad, sin embargo, la mancha urbana se expandió más allá del “cuadrado” planificado, con una población de 700.000 habitantes de los cuales alrededor de 250.000 habitan en el trazado fundacional. De esta manera, en los modos de imaginar y significar la ciudad se recurre de forma sistemática a la oposición entre “el adentro” o “la ciudad” (término reservado para referirse exclusivamente al trazado fundacional) y “las afueras” o “la periferia”, con los que se remite a la significativa expansión urbana extrarradio del plan original.

Durante 2014 y 2015, años inmediatamente anteriores a la elección de Garro

como intendente, entre habitantes de clases medias y clases altas identificamos una generalizada “lectura decadentista” de la ciudad (SEGURA, 2018a). Esta lectura contraponía un supuesto glorioso pasado de La Plata con un paupérrimo presente y un futuro amenazante. “La Plata no es lo que era cuando yo tenía veinte de años”, sostuvo Mariana⁴ (45 años, ama de casa) quien en la última década se había mudado junto a su familia a un barrio cerrado en el eje norte de la periferia y Graciela (60 años, jubilada), quien también vivía en un barrio cerrado, sostenía que la ciudad “está muy desorganizada, muy sucia, eso es depresivo” por lo que, en la medida de lo posible, evitaba ir al centro. En la misma línea sostenía Mariana (médica, 61 años):

“La Plata es una ciudad que sinceramente ha cambiado muchísimo estos años, antes era plenamente universitaria, ahora me da la sensación que se ha convertido un poco en una ciudad del conurbano⁵. Veo otro tipo de gente. Hay determinados lugares que me dan miedo, por ejemplo ir al cine, al cine ocho o por la zona del cine San Martín a la noche [por el centro de la ciudad]. Sinceramente para mí ha cambiado el nivel de gente que vive en La Plata”.

Las transformaciones urbanas de las últimas décadas, el creciente sentimiento de inseguridad y la presencia de nuevos actores y clases en el espacio público de una ciudad que se imagina “blanca” y de “clases medias” se conjugan para sostener la lectura decadentista de la ciudad. Como sintetiza Carlos (empleado en una multinacional, 57 años): “La Plata fue una ciudad ideal, una ciudad soñada, una ciudad planificada pero...todo lo que toca el hombre, el político argentino, todo lo que toca lo destruye”.

La propuesta política de *Cambiamos* tomó como punto de partida este malestar en el que se combinan espacios urbanos descuidados, presencia de actores sociales considerados extraños o “fuera de lugar” (BAYÓN y SARAVÍ, 2018) e inseguridad cotidiana, apelando a la poderosa idea de la planificación

⁴ Los nombres de la totalidad de las personas entrevistadas han sido cambiados en pos de preservar su anonimato. Los datos provienen del proyecto “La experiencia metropolitana del corredor sur de la RMBA: dominios urbanos, espacialidad y temporalidad en actores sociales con posiciones desiguales” (PICT 2012-1370) dirigido por la Dra. Mariana Chaves y financiado por la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica.

⁵ Conurbano (o Gran Buenos Aires) agrupa a los 24 municipios que circundan la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. El conurbano ocupa en el imaginario nacional una incómoda posición intermedia entre el interior del país y Buenos Aires, ni ciudad ni campo, espacio asociado de modo estereotipado con el delito, la contaminación, la pobreza y el clientelismo político. Constituye así una alteridad tanto para la gran ciudad como para las localidades pampeanas, siempre atentas al riesgo de “conurbanización” de la vida cotidiana (SEGURA, 2015b).

en una ciudad cuyo relato oficial ha hecho de la misma su rasgo excepcional y criticando a los gobiernos previos precisamente por la ausencia de planificación en las últimas décadas.

La idea de recuperar el pasado de la ciudad como modo de orientar el futuro no es nueva. Si bien la imagen de ciudad planificada y geométrica es una “marca de origen” asociada a La Plata, fue durante los años del centenario de la fundación (1982) el momento en que la ciudad de La Plata volvió a ser pensada como un trazado ideal. En este contexto, a través de la comparación de la ciudad real con el trazado original, se elaboró un diagnóstico negativo acerca de la evolución de la ciudad durante su primer siglo de vida, se rescató como singularidad digna de valoración su plan fundacional y se consolidó la certeza de que la transformación de ciudad debía pasar por un “redescubrimiento del plano de 1882” (GARNIER, 1992, p. 21). De esta manera, se exaltaba y celebraba un trazado que ya no era, un “futuro pasado” que omitía, como decadencia o como amenaza, las transformaciones de la ciudad, fundamentalmente su expansión hacia la periferia (SEGURA, 2015a, p. 47).

Las políticas urbanas posteriores profundizaron esta tendencia, fundamentalmente durante los primeros años de la gestión de Julio Alak, intendente por el Partido Justicialista entre 1991 y 2007, quien emprendió una política de patrimonialización con el objetivo de que la ciudad (en realidad, su trazado fundacional) fuera designada por la UNESCO como Patrimonio Cultural de la Humanidad. Se seleccionó el pasado fundacional de la ciudad y fue lo producido en ese período lo que se propuso como significativo y emblemático. En consecuencia, la historia de la ciudad a lo largo del siglo XX fue considerada un desvío de los patrones fundacionales, un período en el cual los mismos fueron olvidados, desvirtuados, lo que condujo a una agresión constante del plan fundacional. La tarea que se impuso desde esta perspectiva fue, entonces, corregir dichos desvíos, volviendo a los valores fundacionales y, al mismo tiempo, hallar soluciones para la ciudad actual, proyectándola hacia el futuro. Esta “tradición selectiva” (WILLIAMS, 1997) permitiría conservar y modernizar al mismo tiempo, sin riesgo de desviaciones, ya que los principios que guiaban tanto la conservación como la innovación eran los mismos: los de la fundación. De esta manera, la renovación se lograría con la vuelta a los orígenes; y, a la inversa, invocando una vuelta o continuidad con los orígenes se podría innovar (SEGURA, 2015a, p. 48).

La crisis económica, política y social de 2001/2002 a nivel nacional y el rechazo de la postulación de la ciudad por parte de la UNESCO a nivel local pusieron fin a esa política, y la posterior salida de la crisis a partir de 2003

implicó más de una década de vertiginosas transformaciones urbanas en la ciudad: acelerada expansión suburbana por medio de barrios cerrados y asentamientos informales que llevaron a una creciente fragmentación de la periferia y vertiginoso crecimiento en altura del trazado fundacional que modificó las dinámicas de los barrios centrales de la ciudad (SEGURA, 2019b). Son estas transformaciones las que alimentan –junto con la sensación de inseguridad y el miedo al delito, tópicos recurrentes para narrar la experiencia urbana, las prácticas de movilidad y la elección de los lugares de residencia– el malestar de muchos de sus habitantes reseñados brevemente al inicio de este apartado.

El mismo gesto refundacional presente en los años del centenario de la ciudad y en las políticas urbanas de los años 90 se evidencia en la gestión *Cambiamos*, especialmente en la idea rectora de volver a la ciudad de la fundación y en el efecto implícito de “persistencia de la forma” (SEGURA, 2009b) que implica (con)fundir la ciudad con su trazado original y, consecuentemente, olvidar la periferia de la ciudad o, en el mejor de los casos, jerarquizar la relación centro-periferia. Pero mientras en operaciones anteriores se apostó por recuperar el patrimonio arquitectónico de la ciudad y cualificar el espacio público urbano en pos de situar la imagen de la ciudad en la red de flujos globales vinculados con el turismo, en esta oportunidad ese “futuro pasado” de la ciudad se despliega articulando otros componentes: orden, seguridad y negocios.

Recuperar la “casa tomada”

El diagnóstico sobre La Plata al inicio de la gestión *Cambiamos* en 2015 era que se trataba de una “ciudad tomada” por una delincuencia supuestamente omnipresente, por sectores populares en el centro de la ciudad (vendedores ambulantes, ferias populares, etc.), por el sindicalismo en el sector de la construcción, en fin, por personas y colectivos que estaban donde supuestamente no debían estar. Este diagnóstico no se explica exclusivamente por las vertiginosas transformaciones urbanas de la ciudad en los últimos años y por la persistencia de la inseguridad urbana. Más de una década de gobiernos kirchneristas (2003-2015) que, más allá de los matices y las críticas, expandieron la capacidad de consumo de los sectores populares, restituyeron las paritarias salariales que fortalecieron a los sindicatos y no reprimieron la protesta social en el espacio público urbano, trastocaron el pretendido “orden natural” de la ciudad. En este marco se puede entender mejor que precisamente durante esos

años se desarrollara un eje de consumo, ocio y sociabilidad exclusivo de clases medias y altas en el eje norte de la periferia que comunica La Plata con Buenos Aires, separado del tradicional centro histórico y geográfico “tomado” por la presencia de sectores populares, grafitis, vendedores ambulantes, ferias, prostitución, peligros y amenazas (SEGURA, 2018a).

Las filiaciones de este diagnóstico con “Casa tomada”, cuento publicado por Julio Cortázar en 1951, son fascinantes. Leído habitualmente como una metáfora de la experiencia de las clases altas durante el primer peronismo, este breve relato de Cortázar que abre su primer libro de cuentos, *Bestiario*, trata de una pareja de hermanos mayores y solteros, que viven de las rentas del campo en una gran casa en Buenos Aires. Pasan la mayor parte del día encerrados en su casa, la cual abriga el patrimonio y la memoria familiar de varias generaciones, limpiándola y matando el tiempo (ella tejiendo, él leyendo literatura francesa). De repente, lo familiar se torna siniestro. Se escuchan ruidos extraños al interior de la casa que atemorizan a los hermanos, quienes ante la sospecha de la presencia de intrusos van cerrando distintas partes de la casa, reduciendo progresivamente su espacio vital, hasta finalmente abandonar la casa tomada. Si desde la perspectiva de *Cambiamos* la ciudad es una casa, al inicio de su gestión se encontraban ante una “casa tomada” sobre la que había que recuperar el control: poner las cosas en su lugar, expulsar lo extraño o intruso y establecer criterios de uso para finalmente poder decirle a los “vecinos” de la ciudad: *Estás en casa*.

Esta búsqueda por recuperar la casa es legible desde el inicio mismo de la gestión a fines de 2015, el cual estuvo marcado por un fuerte conflicto que desató la protesta por parte de los afectados y la posterior feroz represión de parte del gobierno. En efecto, a poco tiempo de asumir *Cambiamos* en el gobierno municipal, un numeroso grupo de cooperativistas empleados de forma precarizada por el anterior gobierno municipal del *Frente para la Victoria* fue informado sobre el cese total de su magro ingreso. Sus tareas consistían principalmente en el barrido, el mantenimiento y la limpieza de diferentes espacios verdes de la ciudad, en el marco de un plan de transferencia condicionada de ingresos. El anuncio del “despido” por parte de la nueva gestión les reunió en la plaza central de la ciudad frente al palacio de gobierno municipal durante los primeros días de enero de 2016. El despliegue de fuerzas de seguridad ante la movilización de los afectados no sólo fue imponente, sino que pasó poco tiempo antes de que comenzara la represión. Difundida en medios nacionales, sería una de las primeras represiones que signarían los cuatro años de las políticas de *Cambiamos* a nivel nacional, provincial y

municipal en relación a la criminalización de la protesta social. Visto en retrospectiva, la decisión de dejar sin ingresos a cooperativistas y la virulenta represión de la protesta a los pocos días de asumido el nuevo gobierno, constituye un indicio del sentido que tendría la agresiva política urbana local de “ordenar la casa” que combinó represión y creciente securitización del espacio urbano.

Como en la mayor parte de las ciudades, la securitización del espacio urbano de La Plata constituye un proceso de larga duración y, por lo mismo, es necesariamente anterior al gobierno de *Cambiamos*. En efecto, durante la última década del siglo XX, con la consolidación del neoliberalismo, las cuestiones securitarias asociadas principalmente a robos se instalaron en la agenda pública y privada a nivel global y nacional en lo que se ha denominado “giro punitivo” (SOZZO, 2005; 2007), previo a los hitos de 2001 que instalarían un lenguaje securitario y antiterrorista en las potencias occidentales (GOLDSTEIN, 2010). Así, muchos de los dispositivos que la gestión de Julio Garro⁶ desplegó de modo progresivo en la ciudad y que fueron presentados por el intendente por sus virtudes preventivas (estetización, iluminación, cámaras, etc.) tienen sobrados antecedentes en gestiones previas. A la vez, sin embargo, *Cambiamos* trajo lo que parafraseando a SCHORSKE (1981) podríamos denominar una “política de nuevo tono” en la aplicación e intensificación de esos dispositivos, nuevo tono vinculado precisamente con la idea revanchista y autoritaria de orden. Retomando las ideas de OZLAK (1991) en torno a la política urbana de Buenos Aires durante la última dictadura argentina, el diagnóstico de la gestión *Cambiamos* en La Plata se orientó hacia hacer coincidir el orden social y el orden espacial que, desde su perspectiva, estaban desfasados y trastocados: los lugares emblemáticos de la ciudad no podían ser espacios para feriantes, las veredas céntricas no podían tener vendedores ambulantes, las calles de barrios de clase media no podían ser escenarios de la prostitución o algunas de sus casas albergar centros culturales alternativos. En definitiva, se recurrió a la práctica de ordenar la ciudad y sus espacios como medio para ordenar la sociedad.

⁶ La retórica securitaria fue tempranamente adoptada por la coalición política *Cambiamos*. Incluso en los spots publicitarios de Julio Garro para la campaña electoral de 2011, cuatro años antes de su asunción, dichos tópicos constituían el *quid* de su propuesta electoral.

Iluminar la casa

La securitización combinó políticas de prevención y políticas de policiamiento distribuidas diferencialmente en el espacio geográfico de la ciudad, y trabajando a distintas escalas. Así, además del casi inmediato despido de cooperativistas y de la feroz represión que siguió a la protesta, la gestión municipal desplegó un conjunto de políticas preventivas: nueva señalética del tránsito urbano que se conjugó con el embellecimiento de espacios públicos, el acondicionamiento de plazas y parques, y el establecimiento de bicisendas; instalación de un ambicioso sistema de iluminación pública con luces LED⁷, que contaba con un antecedente en la ciudad con la construcción de un “corredor seguro” en un barrio central en 2014 (PASSARELLI, 2019); y la significativa expansión del sistema de cámaras de seguridad en el espacio urbano y del sistema de videovigilancia.

Estas políticas preventivas y situacionales tuvieron una diferencial distribución geográfica, concentrándose mayormente en el trazado fundacional de la ciudad (y en algunas otras pocas zonas pudientes), profundizando la fragmentación de la seguridad pública (GLEBBEEK y KOONINGS, 2016) y jerarquizando el trazado fundacional por sobre el resto de la ciudad. Así, el veloz y agresivo plan de iluminación LED del casco urbano prácticamente en su totalidad antes de las elecciones municipales de 2019 implicó una transformación visual significativa, que cambió el color de la noche en la ciudad. A favor o en contra, celebrando el ahorro energético y la menor contaminación lumínica o criticando el derroche en medidas no acordes al momento de crisis económica y social que atravesaba el país, fue difícil para quienes habitaban el casco urbano o para quienes lo recorrían en horas nocturnas que la novedad pasase desapercibida. Por medio del impacto en los regímenes de visibilidad la intervención reforzó el contraste entre centro y periferia así como también buscó influir en los usos de aquel sector de la ciudad.

Paralelamente, el policiamiento también experimentó una desigual distribución espacial, priorizando “zonas calientes”, demandas vecinales, acontecimientos conflictivos y barrios populares “problemáticos”. El mensaje de “combatir la inseguridad” y la política de “guerra contra el narcotráfico”

⁷ Por la sigla del inglés “light-emitting diode” (diodo emisor de luz). Se trata de fuentes lumínicas que, en comparación con fuentes fluorescentes o incandescentes, tienen una mayor vida útil y consumen menos energía.

que instrumentó el intendente Garro –en consonancia con el entonces ministro de seguridad provincial Cristian Ritondo y la entonces mediática ministra de seguridad de la nación Patricia Bullrich– militarizó espacios urbanos, criminalizó la pobreza y profundizó la asociación entre inseguridad y sectores populares marginados que el propio Estado hizo proliferar con sus políticas económicas y urbanas. Un caso paradigmático en la periferia de La Plata, con gran cobertura mediática, fue el del barrio “El Mercadito” donde durante 2018 se ejecutó un despliegue de ocupación territorial de fuerzas de seguridad “sin precedentes”, como señalarían las propias autoridades en canales de televisión nacionales in situ, con una sensacionalista y bélica puesta en escena de autos blindados, helicópteros y docenas de móviles entrando a la zona en un operativo conjunto.

Posteriormente estas políticas de prevención y policiamiento que, antes que opuestas, deberían pensarse como complementarias, tomaron forma en un nuevo dispositivo: los centros de monitoreo barriales (VÉLEZ, 2018). En este caso no se trataba de producir o reforzar jerarquías a escala urbana (centro-periferia), sino de intervenciones localizadas que buscaron funcionar a escala barrial, generalmente en articulación con demandas vecinales previas. En este sentido, durante una tarde de septiembre de 2017 el intendente Julio Garro presidió la inauguración del Centro de Monitoreo Barrial ubicado en una de las plazas de la ciudad. Concurrieron medios de prensa locales, funcionarios, referentes vecinales y ocasionales transeúntes que por curiosidad detenían su andar. Se acercaban a observar la congregación de personas en torno a la nueva construcción situada en uno de los márgenes de la plaza. La flamante garita, terminada en pocos meses mediante la construcción “en seco” con vidrio, chapas negras y estructuras metálicas, tenía en su visible interior videopantallas conectadas a cámaras de “monitoreo” urbano. Este fue el primer centro de monitoreo barrial puesto en funcionamiento y la elección no era azarosa: la plaza en la que se instaló se encontraba en un sector de la ciudad asociado a una mayor prevalencia de robos, venta minorista de estupefacientes y oferta de trabajo sexual, cercano al “corredor seguro” que señalamos previamente. Dichos tópicos constituían a su vez los principales reclamos que la asamblea vecinal del barrio llevaba adelante, consiguiendo notoriedad luego de la muerte de un médico en ocasión de robo en abril de 2015. El intendente Garro había participado de las reuniones de la asamblea vecinal ese mismo año, antes de asumir como intendente, y mantenían un canal de diálogo para “erradicar la zona roja” con posturas transfóbicas que patologizaban la

diversidad sexual, postura que el funcionario dio a conocer en medios locales (La Política Online, 22 de mayo 2015).

Los centros de monitoreo, junto al sistema de cámaras de videovigilancia urbana y la promoción de alarmas vecinales de gestión privada, progresivamente se colocaron en diversos espacios públicos barriales de la ciudad modificando el paisaje urbano y buscaron regular quiénes pueden hacer qué cosa, dónde y cuándo, cuya implicación mayor fue el desplazamiento, marginación y/o expulsión de prácticas y personas *informales* mediante métodos muchas veces también informales y discrecionales.

Regular los usos de la (ciudad como) casa

Más allá de la discutible eficacia de estos dispositivos preventivos y policiales en la actividad delictiva, estas políticas en torno a la (in)seguridad urbana buscaron regular aquellas prácticas y actores señalados como *informales* en la ciudad: vendedores ambulantes, muchos de ellos senegaleses; ferias populares de venta de alimentos o de ropa de segunda mano; prostitución; incluso centros culturales dispersos en una ciudad con alta proporción de jóvenes. De esta manera, si bien prevaleció un discurso oficial que explícitamente puso el énfasis en la prevención de la inseguridad y en la lucha contra el delito, los efectos de los dispositivos implementados nos llevan a pensar de que se trataba de regular los usos de la ciudad a través de la producción de la *informalidad* y la posterior relocalización o incluso expulsión de aquello designado como informal (aunque no necesariamente vinculado con lo delictivo).

Contra la idea de que se trata tan solo de una categoría técnica, informalidad se vincula con el poder, la distinción social y la lucha por el acceso a la ciudad. Como sostienen MÜLLER y SEGURA (2017, p. 159 y ss.), si bien con origen en el discurso urbano desarrollista, el término “informalidad” devino parte del lenguaje cotidiano como un significante en torno al cual se disputan distinciones sociales y se fijan límites espaciales. Así, aunque en un sentido técnico informalidad haya sido definida por la carencia de título de propiedad y/o por el uso incorrecto en relación con las prescripciones de uso de la tierra (AZUELA, 2006), las perspectivas trasnacionales (ROY y ALSAYYAD, 2004) han mostrado no solo que la informalidad es un modo generalizado de producción del espacio que excede ampliamente el estrecho foco puesto usualmente en los pobres urbanos, sino que también es un método adoptado por las autoridades estatales para legitimar desalojos de asentamientos (YIFTACHEL, 2009). De esta manera, la informalidad remite a una cuestión de

poder, intrínsecamente vinculada a la planificación urbana y central para el estudio de las luchas en torno al acceso y al uso del espacio urbano.

En este sentido, las políticas implementadas por *Cambiemos* tuvieron por efecto marcar una *falta* o una *carencia* (de formalidad o de legalidad) en diversidad de prácticas sociales urbanas (venta ambulante, prostitución, ferias, centros culturales), muchas de ellas motivadas por necesidades económicas de sectores populares para hacer frente a la crisis económica y al empeoramiento de las condiciones generales de vida que caracterizaron los cuatro años del gobierno de *Cambiemos* a nivel nacional. Y la productividad de ese señalamiento consistió en desplazar, relocalizar e incluso expulsar prácticas urbanas.

El caso paradigmático está representado por el desalojo de la feria de la plaza San Martín a mediados de 2019. Una gran feria de venta de ropa y artículos usados fue instalándose de manera casi inercial en esa plaza central de la ciudad, en torno a la cual se encuentran enfrentadas la Gobernación y la Legislatura de la provincia de Buenos Aires, al ritmo en que empeoraban todos los indicadores socio-económicos como la inflación, la informalidad laboral y el desempleo desde la asunción de *Cambiemos*. Aunque realizado en nombre de ciertas normativas, el desalojo –y la posterior presencia permanente de un cerco humano de fuerzas de seguridad que rodeaba los casi 600 metros de perímetros del espacio público para evitar el retorno de los feriantes a la plaza– constituyó un gesto autoritario que buscaba de “ordenar la casa”, es decir, intervenir violentamente en la *definición de quiénes pueden hacer qué cosa, dónde y cuándo*. Jerarquización del espacio que distribuye desigualmente prácticas y grupos sociales en la ciudad, buscando restituir un supuesto “orden natural” en el cual una plaza geográfica y simbólicamente central como San Martín no puede ser un espacio para la venta ambulante, cuyo lugar (en caso de tenerlo) debería ser en la periferia.

Al tiempo que intentaban instituir un orden espacial basado en el imaginario de una ciudad planificada, blanca y moderna, estas políticas despojaban a los vendedores ambulantes de los “espacios comunes” en los cuales reproducen –no sin esfuerzos– sus condiciones de vida. Hace tiempo MARX (1999) mostró que el capitalismo emergió de las políticas de “cercamiento” de las tierras comunales convertidas en capital y del consecuente despojo de los campesinos convertidos en proletarios. Estas dinámicas de “acumulación por desposesión”, como las denominó HARVEY (2004), que se despliegan en las ciudades contemporáneas bajo el neoliberalismo, exacerban la contradicción entre la ciudad como un valor o bien

de uso colectivo y la ciudad como mercancía, espacio de valorización del capital. Asistimos así a la proliferación de “nuevos cercamientos urbanos” (HODKINSON, 2012) que van desde los barrios cerrados para clases altas, pasando por la creciente mercantilización de bienes y servicios urbanos y la multiplicación de los dispositivos de vigilancia (LOW, 2017) hasta llegar a la expulsión de vendedores ambulantes y feriantes de los espacios públicos en los cuales buscan sobrevivir. Con posterioridad al desalojo, el “blindaje” de la plaza con la presencia permanente de fuerzas de seguridad para que los feriantes no accedan al espacio público que utilizaban como lugar de trabajo muestra la indudable relación de estas políticas con el cercamiento y la desposesión.

Para las mismas fechas, en una reunión con vecinos y vecinas del barrio en que se inaugurase el primer centro de monitoreo barrial, el intendente –en plena campaña para su reelección en los comicios de octubre de 2019– anunciaba ante los concurrentes que se encontraba lista la licitación para la última parte del plan de iluminación LED del casco urbano (unas 20.000 nuevas luminarias para esa parte de la ciudad). Las persistentes quejas de los vecinos, sin embargo, remitían a la oferta sexual y a la venta de estupefacientes en la vía pública en la denominada “zona roja” para cuyo “combate” las luces y las cámaras parecían ser insuficientes. Cuestionaban, además, que el personal policial se concentrara tan espectacularmente en el desalojo de la feria la plaza San Martín mientras que en su barrio “brillaban por su ausencia”. Ante tales cuestionamientos el intendente prometió construir un espacio en las afueras de la ciudad donde se pudiera “relocalizar” y “regular” la oferta de sexo “como en los países europeos”, estableciendo una analogía respecto de la situación de “los manteros” y los “vendedores ambulantes” desalojados de la plaza. De esta manera, para el intendente ambas prácticas debían ser expulsadas de la centralidad (y la visibilidad) urbana y solo podían ser toleradas en ciertos espacios destinados específicamente para ello, jerarquizando y segmentando la ciudad según usos y usuarios.

En síntesis, no hay contradicción sino entrelazamiento entre un conjunto de políticas que buscan “recuperar” y “asegurar” la ciudad para “estar en casa” y la estigmatización, la relocalización y la expulsión de actores y prácticas que se supone la desordenan, la afean y la tornan peligrosa o amenazante. Despliegue de un urbanismo “revanchista” y “autoritario” que, fundamentalmente en nombre de la seguridad y la prevención, regula, desplaza y expulsa aquello que se considera “fuera de lugar”, reactualizando criterios clasistas, racistas y sexistas. Todo lo cual genera consensos entre varios sectores de la ciudad y

cuenta con la propalación de no pocos medios de comunicación, los cuales no solo difunden la noticia sino que generan las condiciones de posibilidad para la desposesión violenta.

Las ambivalencias de la casa:

La metáfora de “la ciudad como casa” introduce una serie de ambivalencias, tanto por lo que excluye (sectores populares) como por lo que no puede o no quiere ver (desigualdades sexo- genéricas). Sin pretensiones de exhaustividad sobre una categoría genealógicamente compleja y polisémica, podemos señalar que en torno al significante “casa” se aglutinan sentidos que remiten a la protección, a la pertenencia y al orden. Mientras la ontología de la casa refiere a diversas funciones de protección como abrigar y guardar (LIERNUR, 2014, p. 543), desde la fenomenología se ha señalado que “la casa es nuestro rincón del mundo”, un “no-yo que protege al yo” (BACHELARD, 1994, p. 34-35) y para el estructuralismo la casa es un universo ordenado e invertido respecto del macrocosmos social al cual ayuda a reproducir (BOURDIEU, 2007). En todas estas perspectivas, pese a sus diferencias, la casa requiere de un “afuera”. Hay casa (que protege, que otorga pertenencia y/o que ordena) en relación con ese “afuera constitutivo” que es el campo, la aldea o la ciudad.

La ciudad, entonces, no es (no puede ser) una casa. Así comenzaba la reflexión aristotélica que discriminaba la *polis*, gobernada por ciudadanos en pie de igualdad, del *oikos*, caracterizado por la autoridad jerárquica del *pater* sobre el ámbito familiar privado. Gobernar democráticamente la ciudad implica lidiar y negociar con ese conjunto polifónico, antes que gestionarlo de forma empresarial y patriarcal. Todo lo cual nos lleva a reflexionar sobre las relaciones entre el adentro y el afuera y, más específicamente, sobre los costos del intento de reducir la ciudad a mera interioridad. “¿Qué suponen los gestos en principio elementales de entrar y salir? ¿A qué nos conduciría una reflexión profunda acerca de las connotaciones de ese acto de apariencia simple que es abrir una puerta para pasar de dentro afuera o viceversa?”, se preguntaba DELGADO (2007: 27). Como sostuvo SEGURA (2015a: 137-138) existen diversas respuestas a la pregunta acerca de los sentidos del adentro y del afuera, del entrar y del salir, vinculadas fundamentalmente a las cualidades, las oportunidades y los riesgos atribuidos tanto al adentro como al afuera. En este sentido, una larga tradición asocia el adentro con la protección, ámbito donde

“se supone que estaremos al amparo de las inclemencias de un mundo exterior que para la cultura moderna –desde Descartes y la Reforma– aparece gravemente devaluado. El descrédito de lo externo da por sentado que fuera, y más cuanto más nos alejamos del sagrario de la propia subjetividad, todo es banal, frío y que allí nos aguardan –dicen– todo tipo de peligros físicos y morales. Entrar entonces resulta idéntico a ponerse a salvo de un universo exterior percibido como inhumano y atroz” (DELGADO, 2007, p. 27).

La oposición básica de la vida social del Brasil propuesta por DA MATTA (1997) entre casa y calle es deudora de esta tradición: la casa como un ámbito jerárquico de protección y seguridad de la persona a través de lazos de reciprocidad familiar en oposición al anonimato, la impersonalidad y el peligro para el individuo en el espacio público moderno y burocrático de la calle. Si en el análisis de Da Matta la calle se evalúa desde la lógica de la casa, Simmel realiza la operación inversa. Su preferencia de la puerta por sobre el puente responde a que mientras este último comunica entre dos puntos delimitados, en la puerta se encuentra “la posibilidad de salirse a cada instante de esta delimitación [la casa] hacia la libertad” (SIMMEL, 2001, p. 53). La de Simmel es una de esas visiones que

“hacen el elogio de la experiencia exterior, esto es, de la vida fuera de la vivienda, a la intemperie de un espacio urbano convertido en una dínamo de sensaciones y experiencias. Se reconocen de ese modo las potencialidades del acto de abrir la puerta para salir. En el dentro, precisamente porque es el lugar de y para la estabilidad, uno puede sentirse prisionero de roles con los que no se siente identificado, obligado como está a un ejercicio permanente de la previsibilidad, clavado al lugar preciso que se le asigna en una estructura predeterminada” (DELGADO, 2007, p. 28).

El salir y el afuera, quizás por riesgosos, son valorados desde estas perspectivas en tanto habilitan la capacidad de cambiar, de devenir otra u otras cosas, de salirse de los lugares y los roles de la casa. La política urbana de *Cambiamos*, al contrario, busca “englobar” –para usar un mecanismo propuesto por el propio DA MATTA (1997) – la calle con la lógica de la casa. “La ciudad como casa”, entonces, es pura interioridad y no hay apertura posible a la diferencia, al anonimato, a la liminaridad, a lo imprevisible. Transformación simbólica de la ciudad en una interioridad delimitada, ordenada y jerárquica.

Además de los efectos ya señalados de jerarquización, regulación e incluso exclusión de prácticas y actores populares *informales*, la ciudad como casa parece desconocer que en sociedades como la argentina existen significativas diferencias de género vinculadas a la casa, como la distribución desigual del trabajo doméstico y las articulaciones cambiantes entre las dimensiones públicas y privadas de varones y mujeres, así como también la violencia y el abuso infligido a muchas mujeres y niños, generalmente por sus parejas u otros miembros del hogar.

Algunas de las imágenes que acompañaban la publicidad oficial de las políticas urbanas de la gestión *Cambiamos* en La Plata resaltaban la posibilidad para la mujer de “sentirse segura” para “volver a casa” en los bulevares repletos de las nuevas luminarias. De esta manera, la metáfora de *la ciudad como casa*, con su énfasis en la protección y en la seguridad, paradójicamente desconocía (o invisibilizaba) precisamente que la casa, judicialmente leída como espacio privado, es el lugar predominante como escenario de femicidios en los últimos años. En efecto, la mayoría de los casos denunciados han tenido como lugar la casa compartida con la pareja / victimario y una gran cantidad de homicidios en una provincia con altas prevalencias de estos delitos tiene lugar también en las *casas* y entre personas que se conocen previamente (Corte Suprema de Justicia de la Nación, 2019). Así es que la casa como fortaleza no sólo hace más difícil el siempre supuesto y temido ingreso de desconocidos potencialmente peligrosos, sino también el egreso de la misma deviniendo posible prisión para mujeres víctimas de conocidos y parejas.

Por otro lado, las ambivalencias sexo-genéricas de la idea de la ciudad como casa se manifiestan en torno a la prostitución callejera. La oferta de sexo en la vía pública es estigmatizada y perseguida, en especial cuando quienes la desempeñan son travestis y mujeres trans. En los mismos espacios públicos donde existe la “tolerada” oferta diurna de sexo por mujeres cis, desempeñan por la noche su trabajo mujeres trans. Los reclamos vecinales contra la “zona roja” se asocian principalmente al momento nocturno y a las corporalidades trans y disidentes, vinculando a éstas con el microtráfico de estupefacientes y ensayando la denominación “zona blanca” para hacer alusión a la cocaína u otras sustancias de venta ilegal. El ensamble policial-vecinal hace posible su criminalización (VÉLEZ, 2019) y la permanencia en el espacio urbano debe hacerse lidiando con el constante hostigamiento y las pésimas condiciones en las que deben realizar su trabajo. En ocasiones, las legitimadas alarmas vecinales eran puestas en funcionamiento a partir de la mera presencia de travestis y mujeres trans para disuadir su estar en la calle. Parafraseando a

FOUCAULT (2015), estas formas capilares e informales de control social “por abajo” –similares a las *lettres de cachet*– remiten menos a la distinción entre lo legal y lo ilegal que a la gestión diferencial de los pequeños ilegalismos, donde el poder estatal practica la informalidad y la discrecionalidad en la regulación del espacio urbano (SABSAY, 2011). Como señalase un jurista local en el centenario de la fundación de La Plata, el ordenamiento y la planificación urbana como “poder de policía” (BOLLA, 1983) y la importancia de la noción de “jurisdicción” en la gestión territorial (VALVERDE, 2014) permiten comprender la compleja trama que modela la ciudad, asociando prácticas con lugares y enfatizando la autonomía del nivel municipal que en Argentina obtendría reconocimiento constitucional con la reforma de 1994 y que buena parte de la reflexión sobre delito y ciudad ha definido como escala privilegiada para su intervención (SOZZO, 2009).

La casa moviliza sentidos de protección, seguridad y familiaridad así como también remite al terreno de lo privado, el orden y la jerarquía. La apelación a la *ciudad como una casa* tiene indudables filiaciones políticas conservadoras y abre interrogantes sobre cuestiones fundamentales para la vida urbana democrática como la libertad de acceso, la igualdad de condiciones, el derecho a la (in)diferencia, y las posibilidades de dialogar y de disentir en espacios que, por definición, constituyen ámbitos de encuentro entre diferentes y desiguales. Al respecto, nuestros datos muestran que la ciudad como casa no solo opera en términos de clase y raza, sino que tiene también efectos diferenciales en clave sexo-genérica.

Reflexiones finales

En este artículo intentamos mostrar que un conjunto de políticas urbanas que desplegaron el lenguaje de la seguridad pública (prevención, capacitación, vigilancia), buscaron “recuperar” una ciudad considerada “tomada” para transformarla en una “casa”. De esta manera, la novedad de la política urbana de *Cambiamos* durante los cuatro años analizados aquí (2015-2019) radica menos en la focalización en la seguridad –preocupación persistente y de larga duración para la política local y nacional– que en el despliegue de las herramientas disponibles (iluminación, estetización, cámaras, policiamiento) para “ordenar la casa”. La noción de orden a partir del cual organizar “la ciudad como casa” recuperó un conjunto de sentidos sedimentados sobre la imagen de la ciudad de La Plata (planificación, modernidad, diseño urbano) y los actualizó en un nuevo contexto con fines claramente conservadores,

desplegando un urbanismo “revanchista” y “autoritario”.

¿Quiénes (no) entran en la casa? La ciudad como casa implica un orden que establece límites o fronteras urbanas: la “persistencia de la forma” que jerarquiza el trazado funcional por sobre la periferia, pero también –y fundamentalmente– la búsqueda de regulación de los usos de la ciudad y el consecuente desplazamiento, relocalización e incluso exclusión de actores y prácticas consideradas indeseadas o amenazantes, en definitiva, “fuera de lugar”: despido de cooperativistas, desalojo de ferias populares en el centro, persecución de la venta ambulante, clausura de centros culturales, policiamiento de “zonas rojas” y “barrios problemáticos”, entre otras.

La contracara de este “urbanismo revanchista” implica necesariamente identificar el para qué y el para quién de la ciudad como casa. Y en este punto queda claro que, como señalaba Garro durante su campaña de reelección, las puertas (sic) de la ciudad estarán abiertas para la inversión. Ordenar la casa, expulsando actores y regulando prácticas, permite generar las condiciones para la especulación inmobiliaria y los megaemprendimientos privados que son las principales fuerzas que moldean la ciudad actual en sus formas y límites de expansión, no sólo horizontal sino también vertical. Y estas políticas, que no son novedosas a la gestión de *Cambiamos*, se profundizaron aún más durante los años analizados, restringiendo el acceso a la vivienda, elevando los precios de alquileres y especulando sobre las tierras fiscales.

Por último, queda la pregunta por la eficacia electoral de estas políticas. A diferencia de lo ocurrido en los niveles nacional y provincial, Garro fue reelecto intendente de la ciudad de La Plata para el período 2019-2023 con un slogan de campaña que, buscando minimizar las filiaciones políticas en un contexto de crisis económica y social que terminó con la derrota de *Juntos por el cambio* a nivel nacional, sostenía “me importa la ciudad, no tu partido”. Sabemos que la co-ocurrencia no implica necesariamente causalidad, pero la pregunta mantiene su relevancia analítica: ¿qué de lo realizado en la ciudad puede ayudar a comprender el triunfo de estas políticas conservadoras en un contexto de cambio en las opciones políticas a nivel provincial y nacional? Se trata, sin dudas, de un desafío para pensar la eficacia de las políticas urbanas conservadoras y los consensos que este tipo de urbanismo puede tener en los espacios locales.

Referências

- AMÉNDOLA, Giandomenico
(2000) *La Ciudad Postmoderna. Magia y miedo de la metrópolis contemporánea*. Madrid, Celeste Ediciones.
- AZUELA, Antonio
(2006) *The Regularization of Irregular Settlements in Cities in the Developing Countries: Techniques, Procedures, Policies*. Austin: University of Texas.
- BACHELARD, Gastón
(1994) *La poética del espacio*. Fondo de Cultura Económica (FCE), España.
- BAYÓN, María Cristina and SARAVÍ, Gonzalo
(2018) Place, Class Interaction, and Urban Segregation: Experiencing Inequality in Mexico City. *Space and Culture*, v.21, n.3, p. 291-305.
- BOGAERT, Koenraad
(2018) *Globalized Authoritarianism: Megaprojects, Slums, and Class Relations in Urban Morocco*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- BOLLA, Mario
(1983) *Algunas reflexiones en torno al Poder de Policía Municipal*. Series monográficas. La Plata, Ediciones del Instituto de Derecho Municipal y Urbanismo.
- BOURDIEU, Pierre
(2007) La casa o el mundo dado vuelta. In: *El sentido práctico*. Buenos Aires, Siglo XXI, p.419-437.
- CORTÁZAR, Julio
(1951) Casa tomada. In: *Bestiario*. Buenos Aires, Sudamericana, p. 9-18.
- Corte Suprema de Justicia de la Nación
(2019) Registro Nacional de Femicidios de la Justicia Argentina. Datos Estadísticos del Poder Judicial 2018. Oficina de la Mujer.
- DA MATTA, Roberto
(1997) *A Casa & A Rua*. Río de Janeiro, Rocco.
- DELGADO, Manuel
(2007) *Sociedades movedizas. Pasos hacia una antropología de las calles*. Barcelona, Anagrama.
- DUHAU, Emilio y GIGLIA, Ángela
(2004) Conflictos por el espacio y orden urbano. *Estudios Demográficos y Urbanos*, n. 56, p. 257-288.
- FOUCAULT, Michel
(2015) *Vigilar y Castigar. Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- GARNIER, Alain
(1992) *La Plata: de la ciudad antigua a la ciudad nueva*. La Plata, LINTA, CIC y Municipalidad de La Plata.
- GLEBEEK, Marie-Louise y KOONINGS, Kees
(2016) Between *Morro* and *Asfalto*. Violence, insecurity and socio-spatial segregation in Latin American cities. *Habitat International*, v. 54, n. 1, p. 3-9.
- GLÜCK, Zoltan y LOW, Setha
(2017) A sociospatial framework for the anthropology of security. *Anthropological Theory*, v. 17 n.3 p. 281-296.
- GOLDSTEIN, Daniel
(2010) Toward a Critical Anthropology of Security. *Current Anthropology*, v. 51 n. 4, p. 487-517.
- HARVEY, David
(2004) *El nuevo imperialismo*. Madrid: AkaL.
- HODKINSON, Stuart
(2012) The new urban enclosures. *City*, v. 16, n. 5, p. 500-518.
- JENSS, Alke
(2019) Authoritarian Neoliberal Rescaling in Latin America: Urban in/Security and Austerity in Oaxaca. *Globalizations* v. 16, n. 3, p. 304-319.

- KESSLER, Gabriel
(2009) *El sentimiento de inseguridad. Sociología del temor al delito*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- (2014) *Controversias sobre la desigualdad. Argentina, 2003-2013*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica (FCE).
- La Política Online
(2015) El candidato del PRO en La Plata dice que los travestis son delincuentes y "andan en bolas". Disponible en <https://www.lapoliticaonline.com/nota/89287-el-candidato-del-pro-en-la-plata-dice-que-los-travestis-son-delincuentes-y-andan-en-bolas/>
- LIERNUR, Jorge Francisco
(2014) Casas y jardines. La construcción del habitar moderno. En: Ballent, Anahí y Liernur, Jorge Francisco: *La casa y la multitud. Vivienda, política y cultura en la Argentina moderna*. Buenos Aires, FCE, p. 543-580.
- LOW, Setha
(2017) Security at home: How private securitization practices increase state and capitalist control. *Anthropological Theory* v. 17, n. 3, p. 365-381.
- MARX, Karl
(1999) [1867] La llamada acumulación originaria. In: *El Capital: crítica de la economía política*, México, FCE, p. 607-649.
- MÜLLER, Frank y SEGURA, Ramiro
(2017) The Uses of Informality: Urban Development and Social Distinction in Mexico City. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 214, p. 158-175.
- OZLAK, Oscar
(1991) *Merecer la ciudad. Los pobres y el derecho al espacio urbano*, Buenos Aires, CEDES.
- PASSARELLI, Ana Milena
(2019) Controlar para prevenir: la intervención de los espacios públicos. El caso de un corredor seguro en la ciudad de La Plata. In: CALANDRÓN, Sabrina y GALAR, Santiago (Org.) Actores e instituciones de la seguridad en la provincia de Buenos Aires (2010-2018). La Plata, Universidad Nacional de La Plata / CLACSO, p. 63-84.
- RAMA, Ángel
(1984) *La ciudad letrada*. Hanover, Ed. Del Norte.
- ROY, Ananya, y ALSAYYAD Nezar
(2004) *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*. Oxford, Lexington Books.
- SABSAY, Leticia
(2011) *Fronteras sexuales. Espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Buenos Aires, Paidós.
- SCHORSKE, Carl
(1981) *Viena Fin-de-Siècle*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- SEGURA, Ramiro
(2009a) Paisajes del miedo en la ciudad. Miedo y ciudadanía en el espacio urbano de la ciudad de La Plata. *Cuaderno urbano. Espacio, cultura, sociedad*, n. 8, p. 59-76.
- (2009b) La persistencia de la forma (y sus omisiones). Un estudio del espacio urbano de La Plata a través de sus ciudades análogas. *Cuadernos de Antropología Social*. n. 30, p. 173-197.
- (2015a) *Vivir afuera. Antropología de la experiencia urbana*. Buenos Aires, UNSAM Edita.
- (2015b) La imaginación geográfica sobre el conurbano bonaerense. Prensa, imágenes y territorio, en *Historia de la Provincia de Buenos Aires*. Tomo VI. "El Gran Buenos Aires". Director del tomo: Gabriel Kessler. Buenos Aires, EDHASA.
- (2018a) La ciudad de los senderos que se bifurcan (y se entrelazan): centralidades conflictivas y circuitos segregados en una ciudad intermedia de la Argentina. *Universitas Humanística*, n. 85, p. 155-181.
- (2018b) Ways of Dwelling: Location, Daily Mobility and Segregated Circuits in the Urban Experience of the Modern Landscape of La

- Plata. In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca y O'DONNELL, Julia (Eds.). *Urban Latin America: Images, Words, Flows and the Built Environment*. New York: Routledge, p. 156-172.
- (2019a) Convivialidad en ciudades latinoamericanas. Un ensayo bibliográfico desde la antropología. *Mecila Working Paper Series*, n. 11. São Paulo, The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America.
- (2019b) La Plata, Argentina. In: ORUM, Tony (Ed.); *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*.
- (2020) Protective Arrangements across Class: Understanding Social Segregation in La Plata, Argentina. *International Journal of Urban and Regional Research (IJURR)*, Early View, p. 1-9.
- SIMMEL, Georg
(2001) *El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona, Ediciones Península.
- SMITH, Neil
(2012) *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. Madrid, Traficantes de sueños.
- SOZZO, Máximo
(2005) Metamorfosis de los discursos y prácticas sobre la seguridad urbana en la Argentina, In: DAMMERT, Lucía y BAILEY, John (Org.); *Reformas policiales en las Américas. Experiencias y desafíos*. México, Siglo XXI, p. 39-57.
- (2007) ¿Metamorfosis de la prisión? Proyecto normalizador, populismo punitivo y 'prisión depósito' en Argentina. *URVIO - Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana*, n. 1, p. 88-116.
- (2009) Gobierno local y prevención del delito en la Argentina. *URVIO - Revista Latinoamericana De Estudios De Seguridad*, n. 6, p. 58-73.
- TULUMELLO, Simone
(2018) The Multiscalar Nature of Urban Security and Public Safety: Crime Prevention from Local Policy to Policing in Lisbon (Portugal) and Memphis (the United States). *Urban Affairs Review*, v. 54, n. 6, p. 1134-1169.
- VALVERDE, Mariana
(2014) Studying the governance of crime and security: Space, time and jurisdiction. *Criminology & Criminal Justice*, v. 14, n. 4, p. 379-391.
- VÉLEZ, Joaquín
(2018) Suelos securitarios. Hacia una antropología urbana de las asociaciones vecinales por la seguridad en la ciudad de La Plata, Argentina. *Territorios*, n. 39, p. 47-70.
- (2019) Ciudades, tecnologías e (in)seguridades: la imbricación de redes sociales y servicios de mensajería en la (auto)gestión securitaria del espacio urbano. *Etnografías Contemporáneas*, v. 5, n. 9, p. 182-203.
- VOMMARO, Gabriel
(2017) *La larga marcha de Cambiemos. La construcción silenciosa de un proyecto de poder*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- VOMMARO, Gabriel, BELLOTI, Alejandro y MORRESI, Sergio
(2015) *Mundo PRO. Anatomía de un partido fabricado para ganar*. Buenos Aires, Editorial Planeta.
- WILLIAMS, Raymond
(1997) *Marxismo y Literatura*. España, Biblos.
- YIFTACHEL, Oren
(2009) Theoretical Notes On 'Gray Cities': The Coming of Urban Apartheid? *Planning Theory*, v. 8 n. 1, p. 88-100.

ZUKIN, Sharon

(1996) Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando cultura e poder. Cidadania, curadoria A.A.Arantes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. Rio de Janeiro, IPHAN.

Recebido em

março de 2020

Aprovado em

setembro de 2020

Migrações e Diversidade na Cidade Empreendedora: Definindo o cenário para os novos imaginários urbanos

Nuno Oliveira ¹

Resumo

A partir de trabalho de campo em Lisboa e Buenos Aires, o artigo examina como os processos de regeneração e revitalização do centro da cidade têm sido consistentemente ligados à mobilização da diversidade cultural. A pesquisa etnográfica e qualitativa foi realizada em espaços urbanos específicos onde a regeneração dirigida pela cultura se encontra a ser levada a cabo. A seleção desses espaços foi baseada na ideia de evitar os suspeitos usuais em estudos urbanos, como as grandes capitais do hemisfério norte. Argumentamos que os traços culturais dos imigrantes são trazidos para esses processos por meio de mecanismos mediadores específicos dos modelos das cidades empreendedoras. Integramos em nossa análise uma ampla gama de atores envolvidos na governança urbana, desde autoridades municipais, passando por organizações de imigrantes, até empreendedores migrantes, a fim de fornecer uma interpretação completa de tais mecanismos. Mostramos que as cidades buscam estratégias similares de lidar com a diversidade cultural de origem imigrante, estando nestas implicadas três dimensões principais: estetização, marketing de lugar e “ethnic showcasing”. Levantamos algumas questões conceituais e políticas relacionadas com os novos regimes de visibilidade e formas de organização social da diferença específicas da cidade empreendedora.

Palavras-chave

Diversidade cultural. Governança urbana. Imigrantes. Marketing urbano. Cidades globais.

Abstract

Drawing from field work in Lisbon and Buenos Aires, the paper examines how processes of regeneration of the inner-city have been consistently linked to cultural diversity mobilization. Ethnographic and qualitative research was carried out in specific urban spaces where culture-led regeneration is underway. The selection of such spaces was premised on the idea of avoiding the usual suspects in urban studies such as the big capitals of the northern hemisphere. We argue that migration cultural traits are brought into such processes through cultural mediatory mechanisms that are specific to entrepreneurial cities' models. We integrate in our analysis a wide range of actors involved in urban governance, from municipal authorities, through immigrant

¹ Investigador integrado de pós-doutoramento no CIES. *E-mail*: nuno.filipe.oliveira@iscte-iul.pt.

organizations to migrant entrepreneurs in order to provide a complete interpretation of such mechanisms. Findings show that cities pursue similar strategies of coping with migrant-driven cultural diversity implying three main dimensions: aestheticization, place marketing and “ethnic showcasing”. We raise some conceptual and policy related questions about new regimes of visibility and forms of social organization of difference specific to the entrepreneurial city..

Keywords

Cultural diversity. Urban governance. Migrants. Urban marketing. Global cities.

Introdução: a diversidade urbana e a paisagem intercultural

Neste artigo baseio-me na literatura sobre diversidade cultural urbana discutindo alguns aspectos da sua mobilização enquanto estratégia de desenvolvimento das cidades. Neste sentido, situo-me no conjunto de preocupações que interpelam a ideia de que a etnicidade pode ser usada estrategicamente na política cultural urbana (KALTMAYER, 2011; FINCHER, IVESON, LEITNER; PRESTON, 2014; RACO, 2018; FRANTZ, 2018). Por conseguinte, procuro mobilizar literatura sobre a diversificação do viver social nas cidades globalizadas contemporâneas assim como o seu lugar estratégico nas políticas de renovação e desenvolvimento urbano. Devemos considerar a diversidade como um fenómeno urbano, e como tal deve ser este investigado. Há uma literatura prolixa sobre como essa diversidade deixou de estar contida em enclaves específicos e definidos, passando a proliferar no todo urbano, simultaneamente adquirindo configurações múltiplas que escapam às delimitações etnoculturais (VERTOVEC, 2007; WESSENDORF, 2013; WISE; VELAYUTHAM, 2014). Essa constatação não é apenas uma medida descritiva da transformação urbana, mas antes uma mudança nas formas de ler o objecto diversidade. Leitura que passa também pelas formas sociais através das quais o discurso da diversidade é captado. Neste texto preocupo-me com as formas como as redes de governança urbana mobilizam a diversidade cultural no interior do modelo da cidade empreendedora (HARVEY, 1989). E neste sentido importa não apenas olhar para os distribuidores de poder público e institucional, mas também para a própria agência dos imigrantes. Contra os suspeitos do costume, situados nas sociedades afluentes do hemisfério norte, neste artigo trago à colação dois espaços que surgem pouco (se alguma vez) nas análises comparativas. Trata-se de Buenos Aires e Lisboa, e a respeito das suas políticas urbanas de incorporação da diversidade, pergunto o que

partilham e onde se separam. Como veremos, para além da dimensão social dos contextos, pouco há a separá-las, sendo a sua inclusão nas redes de poder multiescalares mais significativa do que a singularidade das suas histórias e desenvolvimento estrutural. Ou seja, apesar do hiato assinalável entre os dois espaços urbanos, as estratégias que produzem as suas centralidades definem-se segundo princípios e lógicas semelhantes porque se encontram numa relação estrutural idêntica com o sistema de competição urbana global. A esse propósito, o conceito de paisagem cunhado por Zukin (1991) ilustra bem o fenómeno de valorização económica da diversidade cultural. Segundo a autora, as paisagens “devem ser perspectivadas como simbólicas, como expressões de valores culturais, comportamentos sociais, e acções individuais exercidas sobre localidades particulares no decorrer do tempo” (18). Essa definição envolve igualmente redes de poder e relações sociais localizadas, a qual se deve, a meu ver, ser complementada com a noção de paisagens de consumo (RITZER, 2005), salientando deste modo a associação actual entre práticas de consumo e a própria experiência da paisagem cultural onde estas decorrem. Nesse contexto, os significados e usos da cultura pública funcionam, como refere Zukin (1988, p. 260), como uma cartografia da receptividade da diversidade, que nos permite conceptualizar e representar a cidade. E é justamente nessa intersecção que a economia simbólica acolhe e engendra segundo os seus próprios requisitos a diversidade cultural trazida, sobretudo, pelas comunidades imigrantes.

A cidade empreendedora e a “vantagem da diversidade”

Devemos a David Harvey (1989) a conceção segundo a qual o modelo de organização das cidades contemporâneas é um modelo de empreendedorismo. Na comparação que traça entre os modelos de governança dos anos 60 e 70 e os atuais, Harvey salienta a passagem de um modelo de política urbana gestonária para a implementação de um modelo de governança urbana empreendedor. Esse empreendedorismo urbano sustenta-se fundamentalmente em lógicas de concorrência, quer internas – relativamente aos recursos do Estado – quer externas – relativas ao posicionamento das cidades numa hierarquia de competição global. A propósito do último aspeto, as cidades podem competir internacionalmente, reposicionando-se na “divisão espacial do consumo” (ibid, p. 9). Significaria, para Harvey, que as agendas de desenvolvimento urbano têm apostado na regeneração urbana, que gera dividendos através da inovação cultural, melhoramentos das estruturas físicas,

gentrificação, consumo e entretenimento. Sobretudo, nas palavras do autor, “a cidade tem que surgir como um espaço inovativo, excitante, criativo e seguro para viver ou visitar, para nela distrair-se e consumir” (id. *ibidem*).

Ora a presença dos imigrantes nos contextos urbanos contemporâneos tem sido tendencialmente pensada e integrada em modelos de “vantagem da diversidade” (WOOD; LANDRY, 2008), ou seja, o cosmopolitismo das cidades, quando integrado numa estratégia de desenvolvimento urbano que combina a promoção da economia simbólica, nomeadamente através de indústrias criativas, e a implementação de condições para o consumo cosmopolita, produz uma vantagem comparativa no universo global de competição entre cidades.

Florida (2002) associa a diversidade a vantagens competitivas e alerta os decisores políticos para tornar as suas cidades mais diversas (embora aqui a diversidade extravase a mera diversidade etnocultural). Tomando especificamente a diversidade etnocultural, Syrett e Sepúlveda (2011, p. 488) elencam as várias formas como esta tem sido utilizada numa perspectiva diferenciadora dos recursos de cada cidade. Tanto através do *branding* urbano como da promoção dos negócios étnicos, ou das redes de comércio diaspóricas, passando pela promoção de bairros e festivais étnicos, as autoridades urbanas têm procurado explorar um “diversity dividend” que coloque as suas cidades numa hierarquia global de preferências. Com efeito, em muitos países “diversidade” tornou-se praticamente uma injunção política central (AHMED; SWAN, 2006, p. 570). A promoção da diversidade societal e o seu *mainstreaming* surgem como objectivos principais nas políticas dos dois lados do Atlântico (VERTOVEC, 2012; KALTMEYER, 2011) com especial relevo para as políticas urbanas. É nesse contexto de governança que na prática as políticas culturais que têm por vocação proteger a diversidade etnocultural não se distinguem da necessidade de enfatizar o seu potencial económico. Por exemplo, Wood (2012) classifica o modelo de governança actual das cidades ocidentais como *neo-liberal integrationism*. Um tal modelo compreenderia formas estritas de migração, geralmente associadas a razões economicistas, bem assim como imposição de formas de verificação da lealdade identitária à sociedade de acolhimento. Embora Wood sublinhe que na América-Latina outras formas de governança imperam, aqui sustentamos que tanto a prática como as estruturas de significado são similares, senão idênticas, como o caso de Buenos Aires patenteará.

No caso europeu, recentemente foi assinalado que existe uma ligação directa entre a “viragem intercultural” na política europeia e a governança urbana (ABDOU; GEDDES, 2017). Como já afirmado, essa implicação tem por

efeito incidir quer a prática da governança quer a sua análise numa economia política do espaço. A esta associa-se estreitamente a noção segundo a qual a diversidade é um recurso que deve ser aproveitado nas estratégias de regeneração urbana ou de revitalização dos centros urbanos, sobretudo nas suas materializações mais evidentes de “interculturalismo folclórico” (CAPONIO; RICUCCI, 2015) sustentados em festividades de natureza étnica ou etnicizada. O espaço público ganha naturalmente uma centralidade nas políticas das cidades. Muito dessas políticas joga-se no aproveitamento de recursos étnicos para a regeneração e reaproveitamento dos espaços públicos simbólicos da cidade. Como dito, a forma como a diversidade é integrada na política cultural da cidade está intrinsecamente ligada a um modo de governança próprio à cidade empreendedora, assim como a definiu David Harvey. Um dos aspectos focados por Harvey (2001) como centrais nesse novo modelo é a forma como as cidades procuram ser mais competitivas no que respeita a divisão espacial do consumo, com especial relevo para a combinação entre património cultural e marketing urbano. Propomos, por conseguinte, a imprescindibilidade de entrar em linha de conta com os novos modelos de empreendedorismo urbano onde a cultura empreendedora, assim como as lógicas de criatividade, reconstroem as subjectividades migrantes².

Para ilustrar a importância que o discurso e a prática da celebração da diversidade têm granjeado nas estratégias urbanas, servimo-nos das iniciativas em torno da diversidade cultural que têm vindo a ser implementadas em Lisboa e Buenos Aires. Não pretendemos ser exaustivos, o que seria inexequível no espaço de um artigo. Mas apenas assinalar como alguns dos mecanismos de produção da cidade cosmopolita são comuns, e daí extrair algumas conclusões sobre a governança da diversidade. No caso vertente trata-se das políticas e iniciativas urbanas que incidem sobre o centro de Lisboa, mais concretamente do centro histórico de Lisboa, onde residem a maioria dos cidadãos estrangeiros, e num segundo caso, de Buenos Aires, sobretudo no que toca a sua principal iniciativa, o festival cultural Buenos Aires Celebra.

² Ver também a esse propósito o artigo de Feldman-Bianco (2009) sobre a reconstrução das imagens dos imigrantes portugueses em New Bedford, no Estado de Massachusetts, e como esta levou igualmente ao reposicionamento da comunidade na economia global e, consequentemente, a uma nova subjectividade migrante.

Diversidade cultural em Lisboa e Buenos Aires

Antes de nos debruçarmos sobre os casos propriamente ditos, convirá contextualizar em matéria de dados sobre diversidade cultural. Estes correspondem, com imperfeições diversas, aos dados que estão acessíveis sobre imigrantes quer ao nível nacional quer das cidades. Os dados mais fiáveis para Buenos Aires são os constantes do censo (2010), que representam o *stock* de estrangeiros legais à data. Segundo os dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), em 2016, residiam, em Lisboa, cerca de 55 mil cidadãos estrangeiros. A proporção de população estrangeira em Lisboa é, assim, superior à do país (em 2011, os estrangeiros correspondiam a 3,4 % dos residentes)³. Lisboa é o segundo concelho do país com maior número de estrangeiros residentes, seguindo-se a Sintra. Da mesma forma, é na unidade administrativa denominada Cidade Autónoma de Buenos Aires (CABA) que se observa a maior concentração de estrangeiros residentes, aproximadamente um milhão de pessoas (941.830, de acordo com os dados dos Censos de 2010)⁴. A diversidade de origens apresenta igualmente as suas peculiaridades. Assim temos que em Lisboa as principais nacionalidades residentes são a brasileira, chinesa, nepalesa, cabo-verdiana e francesa. Para Buenos Aires, o padrão corresponde a uma forte imigração dos países limítrofes, na medida em que a maior comunidade é a do Paraguai, seguida da Bolívia, Itália, Uruguai e Perú. Contudo, e contrariamente a Portugal, a Argentina é um país formado pela imigração, nessa medida apresentando um caleidoscópio de comunidades provenientes já do início do século XX, quando a imigração chegou a constituir 30% da população total⁵. Note-se, contudo, que essa distribuição populacional não possui reflexos diretos nos casos que abordaremos em seguida.

O foco deste artigo é a governança da diversidade cultural nas duas cidades com especial relevo para as práticas celebratórias dessa mesma diversidade. Embora diferenciados quanto aos aspetos sociográficos e geográficos – no sentido de que se trata de analisar, num caso, uma zona da cidade com forte implantação de minorias, e no outro, onde tal não se verifica –, partilham da ideia de utilizar a diversidade cultural como elemento das políticas de

³ SEF. Relatórios estatísticos 2017 (Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>).

⁴ Disponível em: <https://www.estadisticaciudad.gob.ar/eyc/?cat=291>

⁵ Informe sobre migraciones en Argentina:

https://www.cac.com.ar/data/documentos/11_Informe%20sobre%20Migraciones.pdf e Estadística Ciudad, <https://www.estadisticaciudad.gob.ar/eyc/?cat=291> [Acesso em: 24 out. 2019].

desenvolvimento urbano.

O mesmo se passa com as duas cidades aqui abordadas. Apesar das incomensuráveis diferenças entre elas, há coisas que partilham. Uma das principais é ambas registrarem níveis muito assinaláveis de crescimento turístico e o facto de a economia dos seus países em muito se basear nesse sector. O poder de atração do turismo e de geração de uma economia do turismo possui pesos muito idênticos nos dois contextos. Assim, temos que na Argentina 10,3 % do PIB era gerado pela AETV⁶ (dados de 2017). Para Portugal, observamos que a produção total do sector do turismo correspondia a 12,5% do PIB em 2017. Em Lisboa, a contribuição do sector do turismo era de 14,5% para a economia da cidade (dados de 2014)⁷, enquanto para Buenos Aires a contribuição era de 6,4% em 2013, sendo que a capital federal representava à data 36% de todas as actividades turísticas em nível nacional⁸. Ou seja, apesar de significativas diferenças de história e desenvolvimento estrutural ou de configuração étnica, o peso que o turismo possui na economia dos dois países aproxima-os para efeitos analíticos, sobretudo quando atendemos ao facto de haver uma estreita ligação entre a mercadorização do étnico e a zonificação do turismo. Um outro aspeto no qual encontramos afinidades significativas para a organização das políticas urbanas é no plano simbólico.

Com efeito, em ambos os contextos encontramos uma matriz histórico-cultural relacionada com o hibridismo, sincretismo, e a combinação de formas e contribuições culturais do “outro”. Assim temos que em Buenos Aires existe uma continuidade entre uma narrativa fundacional da nação de imigrantes e o aproveitamento das expressões etnoculturais contemporâneas, isto apesar de tradicionalmente a Argentina pautar a sua identidade nacional pela ficção da branquitude e da europeinidade (ALBERTO; ELENA, 2016). Em Lisboa, e mais especificamente em Portugal, a narrativa prende-se directamente com alguns tropos do lusotropicalismo, nomeadamente a ideia de que estamos em presença de um povo particularmente afeto à miscigenação (OLIVEIRA, 2015, para o caso de Lisboa).

⁶ Actividad Economica de Turismo y Viaje en Argentina. Informe preparado para la Cámara Argentina de Turismo.

⁷ Revista comemorativa dos 20 anos da ATL
(https://www.visitlisboa.com/sites/default/files/2017-03/RTL_Fev17.pdf, p. 38 e segs)

⁸ Impacto económico del turismo en la ciudad de Buenos Aires. Estimaciones para los años 2004/2013, Autoridades Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Mayo 2015. <https://turismo.buenosaires.gob.ar/sites/turismo/files/IMPACTO%20ECONOMICO%20DEL%20TURISMO%20EN%20LA%20CIUDAD%202015-2.pdf> [Acesso em: 21 mar. 2018].

A iniciativa sobre qual nos focámos em Buenos Aires é a Buenos Aires Celebra. Houve diversas razões para esta escolha, mas, sobretudo, o facto de ela surgir referida sistematicamente pelos nossos entrevistados como a mais importante iniciativa no governo da diversidade cultural na cidade de Buenos Aires. O que é o Buenos Aires Celebra? Trata-se de uma celebração de rua organizada pelo Governo da Cidade de Buenos Aires em parceria com as colectividades imigrantes. Em dias geralmente coincidentes com datas simbólicas dos países de origem dessas colectividades, são organizados mercados de rua com comidas típicas acompanhados de espectáculos de dança e música, também eles tradicionais dos países da colectividade organizadora. Outras ocasiões há em que se celebram regiões, como o Caribe, por exemplo, juntando um conjunto de origens; ou os afrodescendentes, relevando as origens africanas da população de diversas nacionalidades. Buenos Aires Celebra ocorre na central (tanto em termos espaciais como simbólicos) Avenida de Mayo, construída em honra da revolução de Maio de 1820, que deu a independência à Argentina. A Avenida de Mayo é uma das artérias centrais da cidade de Buenos Aires que liga a famosa Plaza de Mayo, onde se situa o palácio do governo, com a Plaza de los dos Congressos, onde se encontra o parlamento da nação argentina. A avenida tem uma história que faz parte da própria história da cidade de Buenos Aires, com os seus prédios altivos e burgueses onde outrora residiam as famílias abastadas e da elite política bonairense. A escolha do espaço para a realização da Buenos Aires Celebra alia assim a ordem carismática com as intencionalidades da nova governança urbana.

Actualmente é um lugar de turismo, de empresas e escritórios de profissões liberais cujo movimento se articula com as ruas adjacentes e suas perpendiculares, lugar de intensa actividade comercial e consumista. A sua centralidade não pode ser exagerada quando se pensa que até recentemente albergava todos os serviços administrativos do Governo da Cidade (até 2016). Contudo, não constitui uma zona de particular concentração residencial de imigrantes. Na realidade, a maioria dos imigrantes reside nos bairros periféricos e precários. Mas é sem dúvida uma das zonas mais frequentadas por turistas e bonairenses, porque, entre outras coisas, serve de ligação entre a Plaza de Mayo e a axial Avenida 9 de Julio, lugares estratégicos de turismo e comércio. Em contraste com muitas das outras artérias da cidade de Buenos Aires, não há lojas de comerciantes imigrantes, algo que é típico em tantos bairros bonairenses quando se pensa nas mercearias, propriedades de bolivianos e peruanos; as tinturarias e pequenos mercados, propriedades quase

exclusivas de chineses e coreanos, ou as lojas de tecidos, roupas e bric-a-brac, propriedades de judeus (no bairro do Onze), paulatinamente transformadas pelos mais recentes ocupantes chineses em armazéns de produtos importados. Na Avenida de Mayo essa diversidade é apenas para lá transplantada nos dias da feira do Buenos Aires Celebra.

Em contraste, em Lisboa, a zona que abrange a Mouraria e Almirante Reis tem uma história diferente, bem assim como uma composição material e estrutural distinta. É uma zona que recobre a parte histórica da cidade de Lisboa, abarcando o traçado medieval da zona da Mouraria, alargando-se depois pelas ruas burguesas de Arroios. Os dois locais que constituem a incidência principal do nosso estudo pertencem contudo a unidades administrativas diferentes. A Mouraria à Junta de Santa Maria Maior e o eixo da Almirante Reis, à Junta de Arroios.

Trata-se das duas freguesias com mais estrangeiros residentes na cidade de Lisboa. Com efeito, em Arroios residem estrangeiros de mais de 60 nacionalidades diferentes. Nas zonas partilhadas pelas antigas Juntas de Freguesia englobadas actualmente nas duas Juntas mencionadas atrás, a sua população era composta por 23,5% de estrangeiros, o que para o total da cidade de Lisboa representava, aproximadamente, 8% dos estrangeiros residentes. Destes, há a destacar a sobrerrepresentação de imigrantes de origem asiática, em particular oriundos do Bangladesh, do Nepal, da China e da Índia. Como veremos, em algumas ruas, essa presença é quase exclusiva de uma das nacionalidades, qualificando-as praticamente como nichos étnicos. Para além disso, há uma sobrerrepresentação dos imigrantes no comércio retalhista.

Em contraste com o caso argentino, a diversidade cultural é endógena aos locais, colocando a sua exibição na ordem da convivialidade local, mesmo que esta envolva, como por diversas vezes, actores exteriores à área urbana considerada. De resto, as festividades mais emblemáticas nesse território, se excluirmos a festa tradicional de Lisboa dos Santos Populares⁹, estão relacionadas com a diversidade cultural. Primeiro, com o festival intercultural *Todos* (antes de migrar para paragens adjacentes), depois com a *Volta ao Mundo em Arroios*, na praça do Areeiro, e, finalmente, com a celebração do *Ano Novo Chinês* na praça do Martim Moniz e bairro de Arroios. Num outro molde, os passeios interculturais organizados por uma associação cultural devem também figurar nesse conjunto. Qualquer desses eventos mobiliza discursiva e imageticamente a diversidade cultural e os seus benefícios.

⁹ Festas tradicionais religiosas que coincidem com o início do Verão.

Buenos aires – a cidade onde há sempre algo que fazer!

Começo esta secção citando um *slogan* do governo da cidade de Buenos Aires, porque considero que ele condensa numa frase (como é suposto os slogans fazerem) o que pode ser a articulação entre a governança da diversidade e as suas expressões produzidas pelos grupos imigrantes e a incorporação em estratégias de valorização do centro e marketing urbano.

Todavia, há uma anotação que deve ser feita. Se atentarmos para a maioria dos trabalhos produzidos sobre segregação espacial e localização urbana em Buenos Aires, constataremos que a maioria dos imigrantes se encontra nas zonas mais degradadas e fragilizadas socialmente da cidade metropolitana (DI VIRGILLIO *et al.*, 2015, p. 47). Não sendo este um texto sobre segregação espacial, afigura-se-nos, contudo, importante assinalar tal disparidade, porque ela tem reflexos naquilo que poderíamos chamar de *geografia da celebração da diversidade*. Contrariamente ao que seria esperado, ou seja, que a maioria das celebrações ocorressem nos locais de maior concentração de estrangeiros, estas são localizadas nas zonas de nível socioeconómico mais elevado. Quer seja a Plaza de Mayo, naquilo que os autores designam a cidade central, quer nas praças e jardins dos bairros de Belgrano e Recoleta¹⁰, o que esse padrão mostra é que há uma nítida prossecução de enobrecimento da diversidade cultural.

Neste sentido, a política da diversidade cultural em Buenos Aires mostra uma selecção criteriosa do espaço público, em que a visibilidade da primeira possa ser potenciada com ganhos para a política cultural da cidade.

A iniciativa mais relevante, e por esse facto mais mediatizável da cidade de Buenos Aires, é a *Buenos Aires Celebra*. Como foi dito, essa é uma iniciativa que em geral ocorre no centro da cidade, numa das suas avenidas mais típicas e nevralgicas – a Avenida de Mayo. Na apresentação de Buenos Aires Celebra diz-se que o projecto cumpre um duplo objectivo: as colectividades mostrarem a sua cultura, história e identidade e que esta possa ser partilhada pelos habitantes e turistas. Esse intuito declarado encerra os principais eixos de compreensão de tais iniciativas.

Na estratégia cultural de Buenos Aires para 2030, começada a ser esboçada em 2016, a retórica da vantagem da diversidade impregna toda a programação e discurso¹¹. Naquele que é considerado “*El Primer Plan Estratégico de Cultura*

¹⁰ Ambos bairros de classe média-alta.

¹¹ Aprovação do plano estratégico para a cultura da cidade de Buenos Aires 2030. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gi0pUdH9YDs>

de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (LIBERMAN, 2016) quer a diversidade cultural quer de género figuram proeminentemente. E com estas, a noção segundo a qual a cultura é uma ferramenta central na transformação das dinâmicas urbanas “en favor de la identidad, en favor de la competitividad, en favor de la integración”. O projecto elaborado pelo *Consejo de Planeamiento Estratégico – Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, ou COPE¹², estabelece que se trata de uma política que entra em linha de conta com um leque alargado de actores diferenciados tendo em consideração os contributos singulares para a produção do cosmopolitismo.

Essa visibilização faz parte das retóricas da cultura pública, ou seja, das representações da cidade enquanto “receptiva aos estrangeiros, tolerante com a diferença, e possibilitadora da partilha de uma vida socializada, tanto cívica como comercial” (ZUKIN, 1995, p. 260). Como diz em entrevista um dos representantes políticos responsável por essa iniciativa, Ter uma cidade na qual convivem, numa quase harmonia perfeita, mais de 40 coletividades de todo o mundo, é um valor muito destacável que não acontece em muitas cidades do mundo.”.

Um segundo aspecto é que as ideologias de representação da cidade não atingem somente, ou prioritariamente, os seus habitantes. Tais expressões de cultura pública como reflexo das práticas nos espaços públicos são direccionadas e incorporadas nos fluxos globalizados de cultura e capital. O turismo, como um dos principais produtos de uma cultura globalizada do consumo sustentada por indivíduos com extrema mobilidade (JUDD, 2003), é um dos alvos de tais retóricas. Isso mesmo é atestado pela forma como a Buenos Aires Celebra foi criada.

Em 2011, Claudio Avruj assume a posição de subsecretário de Direitos Humanos da cidade de Buenos Aires. Nessa ocasião, agrega-se a expressão pluralismo cultural e cria-se a Direcção Geral de Colectividades. A direcção transpunha, ganhando em recursos e autonomia, o modelo de relação com os representantes dos imigrantes proveniente dos tempos em que Avruj era Director de Relações Internacionais do governo da cidade. Esse modelo é interessante em si mesmo de especificar.

Em tal espaço de negociação dos sentidos da diversidade, tem havido uma clara preferência por formas adaptadas à mercantilização dos espaços públicos e da cultura urbana por parte dos atores envolvidos. As questões de identidade de grupo funcionam como uma extensão da cultura e do património da cidade,

¹² Consejo de Planeamiento Estratégico

e essa visão é oficialmente apoiada e produzida pelos próprios representantes dos migrantes. Por exemplo, a visão de um responsável público encontra respaldo nas declarações do representante da Federação Argentina de Colectividades, como segue:

A cidade de Buenos Aires entende que as comunidades são núcleos que conformaram a idiossincrasia dos portenhos [residentes originais de Buenos Aires] desde o início da cidade [...] e que fazem uma contribuição muito importante para a bagagem e a identidade cultural da cidade. Considera-se fazer parte dos Direitos Humanos da Cidade e faz parte do património cultural da Cidade (Responsável do Governo da cidade de Buenos Aires).

O ponto mais alto é uma iniciativa chamada "Buenos Aires Celebra". É ou ajudou a tornar visíveis as comunidades, porque todo fim de semana na Avenida de Mayo, que é uma avenida simbólica especialmente para os espanhóis, as comunidades são apresentadas com danças, fantasias, gastronomia, música [...]. Isso [a idéia] surgiu quando Claudio Avruj era o secretário de direitos humanos da cidade. Ele encarregou-se disso e imaginou que poderia ser interessante para as próprias comunidades e para a Argentina funcionar como um pólo de atração para os turistas, em primeiro lugar, e também chamar a atenção do próprio portenho [...] (Responsável da Federação Argentina de Coletividades).

Os representantes das comunidades de origem imigrante são activamente incentivados a participar dessas estratégias e estruturas, quer pelo Governo da Cidade, através de um gabinete específico criado no seu interior, a *Dirección General de Colectividades*, quer pela própria Federação Argentina de Colectividades.

Parece haver uma grande unanimidade em considerar que a Argentina é um “mosaico de culturas”, conforme diz um dos entrevistados, ecoando uma outra definição de geografias distintas (os Estados Unidos, e a célebre definição de Park da cidade como um mosaico de culturas). Todavia, é importante perceber que essa variedade nem sempre teve acolhimento nas narrativas da identidade nacional. Com efeito, as elites da Argentina moderna, pelo menos até à viragem do século XXI, sempre se dissociaram da narrativa da miscigenação como as que sustentaram o mito da *democracia racial* nos países vizinhos, como o Brasil, talvez o caso mais representativo dentre os países da América Latina (SEGATO, 2007). Contudo, a investigação actual aponta para um profundo revisionismo da ideia de branquitude argentina e do

apagamento, muitas vezes compulsivo e violento, das suas origens étnicas e raciais. Entre outras coisas, verifica-se que o mito da origem europeia branca encontra-se a ser gradualmente substituído por uma construção de identidade mestiça e multicultural (ALBERTO; ELENA, 2016), em que a diversidade de origens raciais e étnicas é reconhecida. Essa "nova" narrativa encontrou reforço tanto através de instituições estatais como de organismos antirracistas, assim como na miríade de iniciativas promovidas pela sociedade civil. A nova tendência multicultural faz parte da sociedade argentina desde os anos 1980, com o surgimento do discurso dos direitos humanos, posteriormente intensificada com os governos peronistas de Fernando e Cristina Kirchner, durante os quais a retórica de "um povo que veio dos barcos" (ou seja, de origem europeia) ficou sujeita à revisão.

Dito isto, no espaço de negociação dito de governança, uma clara preferência pelas formas ajustadas à marketização dos espaços públicos e da cultura urbana tem sido a orientação privilegiada pelos actores implicados nesse mesmo espaço.

Todavia, essas transacções não são despojadas de contradições ou de tensões. O economicismo, segundo a classificação de diversos implicados, que essas iniciativas encerram não deixa de colidir com uma busca identitária que se elabora segundo o padrão discursivo do reconhecimento. Dar a conhecer as raízes culturais das suas colectividades funciona como uma estratégia de consolidação da pertença cultural e social. Paralelamente, apresenta ramificações muito concretas na criação de mais-valias através de artefactos e práticas culturais. Com efeito, a comercialização da identidade surge sistematicamente invocada como o motor para essas iniciativas. Tais invocações e lógicas de acção já não se resumem à noção de comércio étnico, dado que elas são incorporadas às grandes iniciativas bem para além do espaço da relação étnica, seja comercial, seja de outra natureza.

Assim, o financiamento associativo passa em larga medida pela forma como as entidades sobrevivem no mercado do étnico. Este apresenta-se como um espaço de concorrências, intra e intergrupos, ou colectividades. Espaço de mercadorização da identidade por definição, ele prima pela pureza das suas práticas; quer dizer, a cultura tem que ser uma competência pura, no sentido que Bourdieu dava ao gosto puro. Mas este, como é sabido, não era mais do que a eufemização de práticas interessadas.

Para ilustrar essa afirmação, trazemos uma pequena vinheta etnográfica que reflecte a mercantilização de traços culturais. Na celebração do Ano Novo Chinês de 2018 em Belgrano, um bairro de Buenos Aires, um grupo de

comerciantes curdos que se encontravam presentes para vender shawarma foi instado a remover o seu *stand* de vendas porque colidia com as expressões "reais" da cultura chinesa. A razão era que o cone de carne num espeto não era compatível com a dança do dragão que, entretanto, invadira a avenida principal. Mediante uma perda considerável, os curdos cortaram a sua carne em pequenas fatias e venderam-na anunciando "sanduíches de carne chinesas", o que deixou de constituir um problema para os organizadores. Essa vinheta aparentemente insignificante ilustra como a "pureza" étnica pode ser manipulada pelos membros do grupo que representa e também por grupos externos para se ajustar às iniciativas culturais promovidas pelas cidades.

Se os actores representantes das colectividades se veem activamente conduzidos a participar dessas estratégias e enquadramentos, não o fazem, contudo, sem resistência. Entre a pureza da apresentação dos traços da "sua" cultura em contexto celebratório e a possibilidade de recolher proventos económicos, interpõe-se, para alguns membros das colectividades, não apenas estratégias de sobrevivência individual como processos de açambarcamento de capital social. Quer isto dizer que a presença em tais celebrações e o capital reticular¹³ que ela envolve estruturam o espaço de possibilidades e a concorrência dos membros das respectivas colectividades. Como um entrevistado explicita,

Às vezes, vendem-se por uma feira. Eu dou-te um exemplo. (...) Nós éramos nove países, sessenta estandes, vinte e oito de xxxx. Depois de apresentarmos esse projecto e fizemos o primeiro Buenos Aires Celebra, tivemos muitos inconvenientes, porque os outros países disseram que éramos muitos e os ofuscávamos. Nós retirámo-nos da Celebra. Isso foi no ano passado (...) Duas semanas depois tivemos a nossa própria festa em outro lugar (...) dissemos que não nos vendíamos por uma feira. Há muitas pessoas que não têm senso de coletividade, mas sim de negociantes. E isso não é ser uma comunidade. ((Representante de associação de imigrantes venezuelanos, Buenos Aires).

Por outro lado, qualquer dessas celebrações é despojada de uma linguagem política mais imediata. Na medida em que, em virtude da sua centralidade espacial e simbólica, a Avenida de Mayo ainda abriga hoje a maioria das

¹³ Baseio-me para este termo na noção de *network capital* (URRY, 1988). Segundo Urry, este consistiria na capacidade de aceder a suportes de mobilidade e a uma panóplia de objectos e recursos, capacidade essa que funciona como matriz da desigualdade social. Distingo da mais clássica noção de estruturas de oportunidade pelo seu fraco ou inexistente grau de institucionalização.

manifestações políticas e protestos sociais, a natureza celebratória e estetizante desses eventos contrasta com a efervescência política que se encontra associada a essa localização. Nesse contexto, entendo por estetização uma esfera de ação desprovida de conteúdo político e estruturada por sociabilidades sensíveis e experienciais. Certamente que esta possui uma ambiguidade assinalável. O caso do ano novo chinês em Buenos Aires é, porventura, o mais paradigmático em termos de articulação entre estetização e posicionamento social da coletividade.

Refira-se que a comunidade chinesa mantém um discurso significativamente idêntico nas duas cidades estudadas (Buenos Aires e Lisboa). Este surge, quer em Lisboa quer em Buenos Aires, como o potencial de uma “marca cultural chinesa”¹⁴.

Em ambos os casos, o governo da china apoia no sentido da “promoção da cultura chinesa no exterior”, e em ambos os países recebe o apoio das autoridades municipais (no caso de Lisboa) ou governamentais (no caso de Buenos Aires), para que a sua celebração tenha uma visibilidade máxima e um máximo aproveitamento do espaço público. Em ambos os discursos se salienta o facto de as celebrações não estarem confinadas a um espaço guetizado, como seriam as velhas *chinatowns*, circunscritas a um bairro da cidade. A celebração passa a ser assimilada iconograficamente pela cidade e deixa de ser meramente expressão para o interior de uma dada comunidade, no caso vertente, a chinesa. Como diz a responsável pela organização do evento em Buenos Aires,

As pessoas têm um conhecimento básico por meio da TV, e do idioma chinês, mas, como temos muito mais a oferecer, decidimos criar esa empresa para introduzir um pouco mais do básico da sociedade. Hoje, oferecemos à sociedade argentina tudo o que tem a ver com história, cultura. (...) É a nossa marca. ((Representante da associação cultural chinesa responsável pela organização do evento).

O que esse exemplo mostra é que outros actores, como embaixadas ou empresários, constituem o espaço de relações que é igualmente o espaço de construção de uma determinada ideia de diversidade. Esta não é indissociável dos processos de governança que gerem a diversidade e as suas construções discursivas.

¹⁴ Entrevista com representante da embaixada chinesa em Lisboa; e representante associativo chinês, Buenos Aires. A expressão é utilizada por ambos.

Os actores parecem estar dispostos a ajustar as suas acções e estratégias à estrutura simbólica de uma cultura de marca, e a exibição étnica é adoptada como uma oportunidade de dar a conhecer a “autêntica” identidade do seu grupo. Mesmo que isso represente basicamente as danças tradicionais, comida e rituais, reduzidas a formatos improvisados e vendáveis.

Esses eventos são muito positivos porque reafirmam nossa identidade, nossa comunidade e dão visibilidade, o que é muito importante. As pessoas pensam que somos muito poucos, mas somos muito agora. (Empresário imigrante cubano, Buenos Aires).

[...] Porque é um grande evento em que mostram sua beleza tanto em instrumentos musicais quanto em peças de roupa. Porque em Setembro estamos perto do Carnaval, então para eles é uma vitrine. (Representante de uma associação brasileira, Buenos Aires).

Buenos Aires Celebra insere-se numa estratégia de revitalização do centro através de eventos e iniciativas culturais. Nas estratégias de regeneração urbana, sobretudo nas suas materializações mais evidentes de “interculturalismo folclórico” (CAPONIO; RICUCCI, 2015) através de festividades de natureza étnica ou etnicizada, o espaço público ganha naturalmente uma centralidade nas políticas ditas interculturais. Muito dessas políticas se joga no aproveitamento de recursos étnicos para a regeneração e reaproveitamento dos espaços públicos simbólicos da cidade. No *Buenos Aires Celebra* não é uma acção política que é colocada em evidência, como tantas outras iniciativas que se dão naquele espaço semanalmente. Pelo contrário, as intenções do *Buenos Aires Celebra* surgem como estritamente economicistas, se bem que apontando a ganhos simbólicos.

A floclorização que é criticada pelos académicos em geral é, contudo, apreciada e reproduzida pelas colectividades envolvidas. Longe da crítica que vê nessas iniciativas reproduções de versões anacrónicas da cultura ou suas versões despolitizadas, os envolvidos percebem tais iniciativas como oportunidades para angariar recursos para as suas associações e para avançar posições estratégicas através dos seus *brokers* para quem o acesso a recursos políticos importa. Convém, no entanto, referir que essa aparência celebratória encobre não apenas os recursos diferenciados das colectividades (sobretudo quando se tem em conta as diversas temporalidades da presença no território) como o leque de problemas com que muitas delas se confrontam. Em contraste, a sua contribuição para as geografias da diversidade deve ser entendida no

plano de uma economia política do espaço, na qual a revitalização do centro nas suas modalidades de entretenimento é o fulcro da política da diversidade.

Lisboa – quanto mais diversa, mais cool

A cidade de Lisboa tem vindo a abandonar a natureza semiperiférica que lhe conferia a posição portuguesa no sistema mundo, aproximando-se gradualmente das grandes cidades do centro e, inclusivamente, rivalizando com elas em matéria de fluxos globalizados que estruturam as economias urbanas centrais. É nesse contexto político e económico que devemos situar as novas formas de governo da diversidade cultural, também elas reelaboradas enquanto governança.

A área da Mouraria e do Eixo Almirante Reis-Martins Moniz, sobre a qual se debruça este artigo, corresponde com grande acuidade a um processo de zonificação do turismo. Não descreveremos aqui os traços culturais e sociais desse espaço, remetendo o leitor para artigos anteriores (OLIVEIRA; PADILLA, 2017; OLIVEIRA, 2015, 2013). Contudo, vale a pena referir que a turistificação de espaços específicos da cidade de Lisboa possui um impacto concreto na estruturação das práticas socioespaciais e com ela no lugar da diversidade nas espacialidades e representações da vida urbana.

Devemos, por conseguinte, entender esse renascimento da zona Mouraria-Almirante Reis no mais amplo âmbito da política cultural da capital. Lisboa tem desde cedo colocado a cultura na sua agenda de desenvolvimento. As diversas *Visões* que foram produzidas por especialistas em conjunto com decisores políticos e responsáveis pelo planeamento tomaram a cultura como um aspecto central da política de regeneração urbana. Esta surge como dimensão transversal a uma gama de atributos e características urbanas, desde a promoção da vida local, através de uma lógica de aproveitamento cultural e patrimonial dos bairros lisboetas, passando pelo seu património monumental propriamente dito.

Uma das formas que tem merecido um particular destaque é a diversidade cultural enquanto património de grupos de imigrantes, ou seja, aquilo que poderíamos designar por dimensão étnica da sua vivência cidadina. O aproveitamento desta última como integrável num projecto mais vasto de culturalização da política de desenvolvimento urbano quadra com a intenção de cosmopolitizar a cidade. Com efeito, o espaço que aqui nos concerne ocupa esse lugar simbólico de centro cosmopolita, onde as várias tendências e mobilidades se encontram e concentram.

Se em Buenos Aires uma tal representação estava presente na ideia de uma “cidade mosaico”, em Lisboa ela emerge nessa zona específica enquanto espaço de mistura das “suas muito e variadas gentes”¹⁵; como espaço de uma interculturalidade concreta, caldeada por uma história de encontros globais.

Nessa esteira, as autoridades lisboetas têm feito uma aposta a todos os títulos assinalável na promoção da diversidade cultural da sua cidade. Talvez poucas cidades na Europa tenham colocado a diversidade cultural tão no centro da sua política de desenvolvimento urbano como Lisboa. A nível das políticas camarárias, a diversidade cultural tornou-se transversal aos vários domínios práticos e políticos. Desde logo, a implicação directa da promoção das vidas migrantes com o programa cultural da cidade. Se no primeiro documento de estratégia para a cidade, elaborado em 1992, as minorias migrantes então em crescimento ainda eram equacionadas enquanto potenciais “ilhas étnicas”, na actualização desse mesmo programa, em 2012, a ideia de diversidade como uma vantagem será profusamente utilizada. No seguimento desse documento, os programas estratégicos da cidade de Lisboa colocam a questão do “cosmopolitismo” como objectivo central, o que nos permite interrogar o que significa o especial potencial de Lisboa para “o equacionar do cosmopolitismo” (CML, 2010, p.35)¹⁶. O próprio documento esclarece que se trata do crescimento das classes médias e da diversidade étnica que levará ao aparecimento de novos estilos de vida.

Essa intenção aproxima-se da estratégia do “urban renaissance” analisado por Zukin (1988) enquanto fenómeno de pós-suburbanização; ou seja, a atracção de novos públicos e contingentes residenciais para o centro da cidade, e a concomitante construção de novas centralidades. A cultura surge assim não como o domínio do imediatamente familiar, mas como objecto de consumo, que induz oportunidades no desenvolvimento da cidade. No entanto, isto não significa que a introdução da ideia da diversidade, e o seu correlato, os imigrantes, seja inteiramente instrumental. Com efeito, o campo de aplicação de políticas de imigração não se esgota na “vantagem da diversidade”, havendo uma genuína preocupação em institucionalizar as condições de integração dos imigrantes, designadamente através de um Programa Municipal de Integração dos Migrantes, que aborda um leque alargado de domínios de actuação. Esse é um contraste que deverá ser feito com a política de cidade em Buenos Aires, que apesar de, como observámos, colocar em

¹⁵ Entrevista com responsável da CML, Departamento de Direitos Sociais, realizada em 2014.

¹⁶ Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 - Um compromisso para o futuro da cidade.

grande centralidade (inclusive territorial) a expressão das suas colectividades, ou a importância da diversidade cultural imigrante, só recentemente a linguagem da “vantagem da diversidade” surge em documento orientador da política cultural da cidade.

Nas dinâmicas de governança por nós observadas, os atores mais centrais para o desenvolvimento de práticas de visibilidade da diversidade cultural são, sobretudo, os empreendedores culturais (inclusivamente associados às autoridades públicas), os representantes político-estatais das próprias comunidades, como sejam as embaixadas, e, finalmente, os poderes locais e associações empresariais. Note-se que as associações de imigrantes têm um papel subsidiário nesses processos. Assim, o ano novo chinês em Lisboa conta, sobretudo, com o apoio da embaixada da China, da Câmara de Lisboa e de empresários chineses, salientando-se o promotor principal, o Hai Tong Bank que, com o respaldo da câmara de Lisboa, organizam no centro da cidade aquela que é conhecida como a mais importante celebração do calendário chinês.

Se atentarmos que as raízes de uma tal celebração eram, para o caso de Londres, e conforme descritas por Vickery e Vikery (1974), contra-hegemónicas, percebemos que algumas das práticas culturais desse grupo foram apropriadas pela lógica que associa espaços de consumo cultural com a produção de símbolos cosmopolitas nas novas centralidades da cidade de Lisboa. Combinação esta cujo interesse não passa somente pela regeneração dessa nova centralidade, mas também com investimentos políticos do Estado de origem da respectiva comunidade. Assim, o Estado chinês, através da sua embaixada em Portugal, é um activo promotor de uma tal iniciativa. Segundo o adido cultural da China em Lisboa, trata-se

de promover mais a cultura chinesa no exterior, porque depois do aumento importante do poderio económico o governo chinês está a dar cada vez mais importância à projecção da imagem do país no exterior. Então vem promovendo desde 2010 as celebrações do ano novo chinês (Adido cultural chinês, Lisboa).

De igual modo, a extensão entre a demografia da diversidade, campo social real das várias origens geográficas, e a semiótica da diversidade, proliferação de signos da diversidade, surge em materializações como o mercado de fusão do Martim Moniz, através do qual se associa a localização num bairro cuja presença de imigrantes é visível com a experiência da globalização localizada,

através da possibilidade de experimentar várias gastronomias e sensibilidades culturais.

No caso do centro histórico de Lisboa, um território que se enquadra na estratégia da cultura como ativo, a interculturalidade tem vindo a tornar-se comercializável e a ser integrada nos fluxos globais de imagens na forma de uma “cena urbana” (NAVARRO *et al.*, 2012), em que diversidade enquanto vantagem é estruturante na construção do bairro cultural.

A persistência dessa centralidade lisboeta culturalmente diversa tem vindo a ser activamente aproveitada para o marketing do lugar, de tal forma que a imagem de uma Lisboa cosmopolita tem sido inúmeras vezes formada metonimicamente como prolongamento desse eixo socioespacial.

A Lisboa das “muitas e variadas gentes” é captada pelo viver social da sua zona urbana mais diversa e transformada em poder imagético no marketing da cidade. Por exemplo, das três microcentralidades aventadas pela proposta de valor da Associação de Turismo de Lisboa (ATL), uma delas é o centro histórico (compreendendo Alfama/Castelo/Mouraria), e na identificação de estratégias de mercado surge a referência a “uma capital cosmopolita e tolerante marcada pela descoberta de novos mundos e original pela sua hospitalidade e multiculturalidade” (ATL, 2011, p. 18). Acrescente-se que uma das propostas – que contudo não chegou a ter seguimento – era a criação na Praça do Comércio (agora relativa à zona da Baixa-Chiado) de “Transformação da praça [do Comércio] num espaço multicultural”.

Todavia, o que esse enfoque mostra é a saliência do local no que concerne às estratégias autárquicas de formulação de identidades dos bairros e das suas articulações com a circulação imagética transnacionais, nomeadamente *branding* urbano e marketing turístico. O que isto significa é a incorporação plena das expressões culturalmente diversas nas políticas actuais de crescimento económico urbano. Como tínhamos visto para Buenos Aires, a intensificação da produção simbólica da diversidade, através de feiras, exposições, e todo o lado artístico-performativo, insere-se directamente em estratégias que visam articular espaços e mercado. Neste sentido, longe de ser um template de desenvolvimento europeu sob os auspícios de uma determinada política intercultural para as cidades europeias (iniciado através do Intercultural Cities, de 2008), como querem Abdou e Geddes (2017), ele surge claramente como resultado da circulação de um template para a competitividade urbana global.

No entanto, quer isto dizer que os imigrantes são vítimas passivas de tais processos? Como no caso de Buenos Aires, os imigrantes têm integrado e

promovido tais dinâmicas, o que significa que a versão segundo a qual as celebrações, ou expressões culturais imigrantes, seriam ou contra-hegemónicas opondo-se a processos de regeneração ou subsistências tradicionais que resistiam às pressões assimilacionistas por parte da sociedade de acolhimento, não colhem mais no panorama actual.

O testemunho de uma bangladeshiana especializada em *design* de roupa ilustra essa imbricação. Segundo ela, sempre que há um desfile associado a uma das iniciativas interculturais promovidas pela Junta de Freguesia de Arroios, contactam-na para que desenhe os trajes tradicionais do Bangladesh e prepare as coreografias afetas. Foi o que se passou durante a “Volta ao Mundo em Arroios”, iniciativa que compreende 11 semanas culturais (segundo dados de 2015) com espetáculos na Praça do Intendente (junto da Almirante Reis), cujos protagonistas são grupos imigrantes com as suas “performances” culturais. Por essa ocasião desfilaram crianças envergando os modelos criados por Yasmin (nome fictício) que se afirma como “representando as nossas roupas, os nossos tecidos e o meu design”.

Sendo certo que não afirmamos que este seja o modo de inserção de todos os imigrantes, são caminhos possíveis proporcionados pelas dinâmicas políticas locais, pela relação entre a reestruturação contínua da cidade no âmbito de redes de poder e as dinâmicas espaciais da globalização.

Isso mesmo é refletido pela prática dos órgãos autárquicos de Arroios ao pretenderem reinventar a identidade do bairro enquanto intercultural (OLIVEIRA, 2019). Dentro dessa orientação cabe construir uma visão baseada nos valores da nova identidade de Arroios. Ou seja, um *branding* através do qual Arroios se torne uma entidade imediatamente apreensível. Nessa “visão” a diversidade cultural, cosmopolita, assumiu um papel central.

O facto de nós sermos, digamos, a zona da cidade, a Junta de Freguesia, com mais nacionalidades presentes, aqui, a viver, faz de nós, de facto, um lugar de inclusão, não é? (...) – agora falando mais do ponto de vista do *marketing* – é esse o nosso posicionamento diferenciador, relativamente à Estrela ou relativamente a Alvalade ou relativamente a Santo António [outros bairros lisboetas]. (...) Depois traduz-se, também, é um lugar, dentro da cosmopolita Lisboa, Arroios é o lugar mais cosmopolita. (Colaborador da Junta de Freguesia de Arroios).

A nova percepção alicerça-se, por conseguinte, na singularização de Arroios. A outrora imagem estigmatizada da zona foi gradualmente sendo reinventada pela forma como se combinam tradição histórica e as “paisagens

globalizadas” trazidas pelos fluxos migratórios que não se esgotam apenas na imigração laboral, mas abarcam fluxos de mobilidade tão diversos quanto estudantes internacionais ou gentrificadores transnacionais. Se a tradição se mantém como atributo de tipicidade do local, ela tem, no entanto, dado lugar à simbiose entre turistificação e diversificação cultural.

Conclusão

Em termos muito sumários, podemos observar os dois cenários aqui abordados como paisagens de consumo (do original *landscapes of consumption* (RITZER, 2005)). Com efeito, a combinação entre as iniciativas de visibilização da diversidade e os espaços em que estas ocorrem sugere a mimetização de modelos dentro de uma economia globalizada em que os princípios e as estratégias se assemelham, porque possuem os mesmos objectivos de gerar ganhos económicos e simbólicos. Encontramos assim a incorporação das expressões da diversidade cultural em agendas desenvolvimentistas cujo perfil segue, em geral, linhas idênticas de orientação e suas premissas.

A saber, a diversidade cultural entra nos mecanismos de turistificação, marketização e embelezamento dos centros urbanos como activo cujo potencial é explorável em qualquer uma dessas dimensões. O que elas têm em comum é fazerem parte de uma ideia global de empreendedorismo urbano. E esta passa tanto pelos agentes promotores do desenvolvimento urbano como pelos actores da imigração e diversidade cultural. Essa comercialização da diversidade prima pela retórica da excepcionalidade, tanto em nível local como nacional, apelando, contudo, sempre às mesmas formas práticas.

A cidade pós-colonial que carregava o lastro do império de antanho dá gradualmente lugar à imagem da cidade cosmopolita aberta ao mundo. Essa é uma nova “estrutura de pensamento sobre a cidade” (BIANCHINI, 2006), que é reinvestida pelas práticas e percepções dos seus novos moradores e agentes. O reaproveitamento estratégico da diversidade demográfica presente no território lisboeta, quer seja pelas visitas guiadas promovidas por organizações do terceiro sector quer pela paleta multicultural das iniciativas culturais, fixa a imagem de uma cidade de mistura onde todas as tendências confluem. Do mesmo modo, a translação da diversidade imigrante das periferias para o centro de Buenos Aires, em formatos festivos e folclóricos, imprime à cidade uma sedução cosmopolita cujo objectivo é fascinar turistas e transeuntes, aproveitando simultaneamente para reproduzir mercados de cunho étnico. A diversidade cosmopolita é integrável nesses mesmos processos situados, mas

de maneira formatada segundo o uso da cultura como parte da regeneração urbana. Um tal uso expande as expressões culturais através da sua visibilização controlada, ou seja, as formas que estas tomam são imediatamente ajustáveis ao “cosmopolitismo estético” (URRY, 2003) e acomodadas ao mercado. A espectacularização não é forçosamente um objecto de crítica.

Como assinalado por Raco, as estratégias em voga para cosmopolitizar a cidade associam-se estreitamente a um certo pragmatismo economicista de pendor neoliberal. Sendo a cultura em abstracto equacionada no planeamento estratégico urbano “como um recurso, uma oportunidade e uma estratégia de inclusão social”¹⁷, a diversidade cultural decorrente de diferenças etnicizadas é incorporada neste novo regime de diversidade (RACO, 2017) através de modalidades criativas e artísticas. Aqui devemos ter em atenção uma distinção fundamental. Entre diversidade enquanto fenómeno empírico e semiótica da diversidade, ou seja, uma diversidade apenas composta pelos sinais de uma diversidade genérica. Uma hipótese mais crítica perspectiva a exploração da “diversidade cultural” como *ersatz* para “a fealdade moral da pobreza” servindo-se do apelo estético dessa mesma diversidade (BAUMAN, 2011, p. 46). Porém, de um ângulo diferente, a articulação entre estetização e experiência cultural torna-se a única possível na actual configuração de governança e poder. E esta encontra-se estreitamente associada às profundas modificações estruturais impressas pelas políticas de regeneração dos centros urbanos.

Referências

- ABDOU, Leila Hadj; GEDDES, Andrew.
(2017 october). Managing superdiversity?
Examining the intercultural policy turn in
Europe. *Policy & Politics*, vol. 45, n. 4, p. 493-
510(18) DOI:
<https://doi.org/10.1332/030557317X15016676607077>.
- AHMED, Sara; SWAN, Elaine.
(2006). Doing Diversity. *Policy Futures in
Education*. vol. 4, n. 2, p. 96-100.
- ALBERTO, P. N.; ELENA, Eduardo.
(2016). Introduction: The shades of the nation”,
in Paulina N. Alberto and Eduardo Elena (eds)
Rethinking race in Modern Argentina,
Cambridge: CUP, p. 1-24^a.
- CAPONIO, Tiziana; RICUCCI, Roberta.
(2015). Interculturalism: a policy instrument
supporting social inclusion? In
Interculturalism in Cities Ricard Zapata-Barrero
(ed.). Cheltenham: Edward Elgar. p.20-34.

¹⁷ cit in Hacia el Plan Estratégico de la ciudad de Buenos Aires 2030. Estrategias para avanzar en la planificación participativa.

- Di VIRGILLIO, María; MARCOS, Mariana; MERA, Gabriela.
- (2015). "Las ciudades dentro de la ciudad: características sociodemográficas y habitacionales de la Ciudad de Buenos Aires según sus tipos de hábitat". In *Población de Buenos Aires* 12 (22), p. 33-57
- FELDMAN-BIANCO, Bela.
- (2009). Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horiz. Antropol.* vol.15, n.31, p. 19-50.
- FINCHER, Ruth; IVESON, Kurt; LEITNER, Helga; PRESTON, Valerie.
- (2014). Planning in the multicultural city: Celebrating diversity or reinforcing difference? *Progress in Planning*. 92, p. 1–55.
- FLORIDA, Richard.
- (2002). *The Rise of the Creative Class: And How it is Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. Basic Books: New York.
- FRANTZ, Monica de.
- (2018). Tourism marketing and urban politics: cultural planning in a European capital. *Tourism geographies*, vol. 20, n. 3, p. 481-503.
- HARVEY, David.
- (1989). "From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalismo". *Geografiska Annaler B*. vol. 71, p. 3 – 17
- (2001). The art of rent. Globalization and commodification of culture". In *Spaces of capital – Towards a critical geography*, Nova Iorque: Routledge, p. 394-411.
- JUDD, Denis R.
- (2003) .Visitors and Special Ecology of the City" in Lilly M. Hofman, Susan Fanstein e Denis R. Judd (eds) *Cities and Visitors. Regulating people, markets and city space*. Malden: Blackwell Publishing.
- LIBERMAN, A. M.
- (2016). "El Primer Plan Estratégico de Cultura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Ejes cruciales en materia de transformación de las políticas públicas para la adolescencia y juventud 2030". Comunicación presentada al *VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas*, Buenos Aires, Octubre.
- KALTMAYER, Olaf (ed.).
- (2011). *Selling EthniCity*. Urban Cultural Politics in the Americas, London: Ashgate.
- NAVARRO, Clemente L.; CLARK, Terry N., SILVER, Daniel.
- (2012). Las dimensiones e el carácter cultural de la ciudad", in *Las dimensiones culturales de la ciudad*, Clemente J. Navarro (coord.) Madrid: Catarata, p. 13-45.
- OLIVEIRA, Nuno.
- (2013). Lisboa redescobre-se. a governança da diversidade cultural na cidade pós-colonial", in *Cidades e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, Elsa Peralta e Nuno Domingos (orgs). Lisboa: Edições 70, p. 558-602.
- (2015). Identificações Coletivas e Gestão da Diversidade Étnico-Cultural: Dinâmicas Sociais Contrastantes entre Portugal e o Brasil, in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, n.4, p. 1099-1130. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201567>.
- (2019 december). Cosmopolitan Lisbon and the allure of diversity. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, p. 115-128.
- OLIVEIRA, Nuno; PADILLA, Beatriz.
- (2017 october). Integrating superdiversity in local governance. The case of Lisbon's inner-city. *Policy and Politics*, vol. 45, n. 4, p. 605-622(18), doi: <https://doi.org/10.1332/030557317X14835601760639>.
- RACO, Mike.
- (2018). Critical urban cosmopolitanism and the governance of urban diversity in European Cities", *European Urban and Regional Studies*, vol. 25, n. 1. pp. 8-23.
- RITZER, George.
- (2005). *Enchanting a disenchanted world. Revolutionizing the means of consumption*. California: Pine Forge Press.

- SEGATO, Rita
(2007). *La Nación y sus Otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- SYRETT, S.; SEPULVEDA, Leandro.
(2011). Realising the diversity dividend: population diversity and urban economic development", *Environment and Planning*, vol. 43, p. 487-504.
- WESSENDORF, S.
(2013). Commonplace diversity and the 'ethos of mixing': perceptions of difference in a London neighborhood". *Identities*, vol. 20, n. 4, p. 407-422.
- WISE, A.; VELAYUTHAM, S.
(2014). Conviviality in everyday multiculturalism: Some brief comparisons between Singapore and Sydney". *European Journal of Cultural Studies*, August. vol. 17, 4, p. 406-430.
- WOOD, Phil.
(2012). Challenges of Governance in Multi-Ethnic Cities", in Helmut K. Anheier e Yudhisthir Raj Isar (eds). *Cultures and Globalization: Cities, Cultural Policy and Governance*, p. 44- 60.
- WOOD, P.; LANDRY, C.
(2008) *The Intercultural City: Planning for Diversity Advantage*. London: Earthscan.
- VICKERY, Roy; VICKERY, Monica. (1974)
(1974). Chinese New Year Celebrations in London 1971-1973. *Floklöre*, vol. 85, 1, p. 42-45.
- VERTOVEC, Steven.
(2007). Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies* 30, p. 1024-1054.
- (2012). Diversity and the Social Imaginary. *European Journal of Sociology*, n.53, p. 287-312. doi:10.1017/S000397561200015X.
- ZUKIN, Sharon.
(1988). *Loft living: Culture and Capital in Urban Change*, Londres, Radius/Hutchinson.
- (1991). *Landscapes of power*. Berkeley and L.A.: UCP.
- (1995) *The cultures of cities*. Malden: Blackwell.

Recebido em

março de 2020

Aprovado em

novembro de 2020

O “direito à cidade” enquanto categoria em disputa: uma análise dos conflitos políticos em torno dos usos cotidianos da Praça Roosevelt, em São Paulo

André de Pieri Pimentel¹

Resumo

As cidades contemporâneas são palco de uma pluralidade de conflitos em torno dos usos de espaços públicos e também de suas regulações. Enquanto agentes e grupos políticos se mobilizam em prol do recrudescimento da distinção entre usos autorizados e usos não permitidos desses espaços, através da presença de policiais, tecnologias de vigilância e até mesmo da formulação de leis, outros se posicionam em defesa do “direito à cidade”, contra o policiamento ostensivo e a criminalização da livre apropriação dos espaços públicos. Esse artigo propõe reflexão baseada em pesquisa etnográfica realizada na praça Franklin Roosevelt, no bairro da Consolação (região central de São Paulo). Nos últimos anos, após uma reforma multimilionária que a transformou completamente, sob o pretexto de produzir “requalificação urbana”, diferentes projetos de gestão e mesmo de ocupação se fizeram presentes nesse espaço, estabelecendo alianças e relações conflitivas uns com os outros. Em meio à produção de ordenamentos urbanos divergentes, os usuários cotidianos da praça estabelecem extensões, tensões, rupturas e resistências a tais projetos ordenadores. A praça Roosevelt contemporânea é um território disputado, e essas disputas desvelam projetos políticos e projetos de cidade em uma dimensão mais ampla. O objetivo desse artigo é reconstituir alguns desses conflitos atuais, identificando os agentes coletivos que se constituem em torno deles, os discursos políticos e as redes pessoais ou institucionais que eles mobilizam em suas atuações.

Palavras-chave

Praça Roosevelt (São Paulo); Gestão urbana; Direito à cidade.

Abstract

Contemporary cities are the scenario of many conflicts regarding the use and management of public spaces. While political agents and groups stand in favor of a distinction reinforcement between authorized and unauthorized uses of these spaces, through the presence of police, surveillance technologies and even the formulation of laws, others stand in defense of the "right to the city", against ostensive policing and the criminalization of free appropriation of public

¹ Doutorando em Ciências Sociais na Unicamp. E-mail: andre.pierip@gmail.com.

spaces. This article proposes a reflection based on ethnographic research carried out in Franklin Roosevelt Square, in the Consolação neighborhood (central region of São Paulo, Brazil). In recent years, after a multimillionaire reform that transformed it completely, under the pretext of creating "urban requalification", different management and occupation projects were present in this space, establishing alliances and conflicts with each other. Amid the creation of divergent urban orders, the daily users of the square establish extensions, tensions, ruptures and resistance to these ordering projects. The contemporary Roosevelt Square is a disputed territory, and these disputes unveil political projects and city projects in a broader dimension. This article proposes a reconstruction of these current conflicts, identifying the collective agents that are built around them, the political discourses and the personal or institutional networks that they mobilize with their actions.

Keywords

Roosevelt Square (São Paulo). Urban Management. Right to the City.

Esse artigo expõe resultados de pesquisa etnográfica realizada na Praça Franklin Roosevelt, no bairro da Consolação (região central de São Paulo)². Construída em 1970, em meio ao regime militar, a praça foi reformada no ano de 2010 – obra que teve o custo total de R\$ 55 milhões. Dentre as intenções de tal intervenção multimilionária, que contou inclusive com a mobilização de recursos oriundos de agências financiadoras internacionais, existia a tentativa de um maior controle estatal dos usos daquele espaço, administrando possibilidades e reprimindo usos considerados impróprios. Porém, apesar da intensa presença e circulação das forças policiais no local após a reforma, e de um processo de enobrecimento que vem sendo presenciado em seus arredores³, não apenas algumas modalidades de “usos insurgentes” (PEREIRA, 2017) ainda se fazem presentes ali como muitas delas acabam assumindo uma

² A pesquisa que serve de base para esse artigo é minha pesquisa de mestrado, defendida em 2018 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Foi orientada pelo prof. Dr. Gabriel Feltran, a quem agradeço pelas gentis contribuições. Deixo registrados também meus agradecimentos à FAPESP, por financiar a realização dessa pesquisa através de bolsa mestrado (processo nº 2016/05431-8). Fiz visitas regulares à praça Roosevelt entre agosto de 2016 e outubro de 2017. Além do material etnográfico produzido nesse período, realizei entrevistas e compilei diversos tipos de material secundário (matérias jornalísticas, textos publicados na internet, textos de Leis, Projetos de Lei ou Decretos municipais, documentos de interesse e vídeos de intervenções poéticas filmados no local, entre outros).

³ Depois da reforma da praça, é notável o aumento da presença de estabelecimentos comerciais elitizados, como bares, casas noturnas, restaurantes e tabacarias. Além disso, presenciou-se uma grande valorização dos imóveis na região.

configuração mais diretamente crítica com relação à restrição de usos e de apropriações dos espaços públicos na cidade.

O objetivo desse artigo é analisar interfaces entre certos mecanismos de gestão desse espaço e as suas apropriações práticas. Propõe-se que o plano do cotidiano (CERTEAU, 2009) seja tomado como plano privilegiado de observação etnográfica. Ao partir de apropriações cotidianas de um espaço público em específico, intento fugir de leituras reificadas e normativas do conceito de “espaços públicos”. Intento analisar como esse espaço se produz enquanto público em uma dimensão prática, na medida em que é apropriado e mobilizado enquanto arena de veiculação de projetos e de discursos sobre a cidade de forma mais geral. A cidade aqui, portanto, é tomada não como unidade (ou totalidade) territorial, mas sim como categoria em dissenso, que mobiliza representações políticas e projetos gestionários divergentes.

Nos espaços públicos, tais representações sobre a cidade são performadas e contrapostas por uma pluralidade de agentes, redes e instituições, políticas ou gestionárias. Elas emergem em meio a suas apropriações cotidianas por parte dos cidadãos. Na medida que tais usos desvelam sentidos diferentes para a categoria “cidade”, sua emergência nos espaços públicos atua como elemento estabelecedor de uma partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005). Longe de produzir harmonia e tolerância, a convivência entre as diferenças nos espaços públicos produz dissensos, rupturas e ruídos (RANCIÈRE, 1996). Esses dissensos fazem cidades em uma dimensão concreta (AGIER, 2011, 2015), e podem ser vistos como um interessante mote para uma análise sobre a produção da cidade enquanto categoria política, que evoca e mobiliza alteridades em múltiplos níveis – do plano discursivo ao plano do sensível e do inteligível. Essas diferentes formas de pensar (e de fazer) a cidade influenciam a formação de grupos e de redes políticas, que possuem estratégias distintas de atuação e diferentes tipos e graus de interface com o poder público.

Pensar a cidade enquanto categoria política implica em um duplo movimento. Por um lado, envolve uma análise da produção histórica de ordenamentos urbanos, estatais e não estatais⁴, enquanto mecanismos de classificação e de regulação de populações, de territórios e de fluxos. Por outro lado, envolve também uma análise das apropriações práticas desses territórios regulados, e de que forma os cidadãos transitam entre usos insurgentes e

⁴Aqui me baseio nas contribuições de Feltran (2012, 2014) sobre a produção de ordenamentos urbanos a partir de regimes normativos diferentes do regime estatal, e também de Das e Poole (2008) sobre as margens do estado enquanto esferas relevantes da gestão estatal de populações e territórios.

resistências politizadas. Mais do que a simples distinção entre apropriações permitidas e não permitidas, me interessa analisar de que forma esses usos considerados não permitidos produzem dissensos políticos, entre aqueles que defendem sua criminalização e aqueles que os veem como formas legítimas de apropriação do urbano. Essa distinção entre usos insurgentes e resistências politizadas não se refere apenas a diferenças entre formas de apropriação dos espaços públicos, ela é um processo relacional, que mobiliza e também tensiona projetos políticos e projetos de cidade distintos. A construção política das formas de se categorizar os usos possíveis de espaços urbanos envolve a produção relacional de criminalização de determinadas modalidades, e não simplesmente o estabelecimento de uma distinção entre apropriações permitidas e não permitidas.

Em uma dimensão teórico/metodológica, esse artigo dialoga com as reflexões de Henri Lefébvre sobre a produção do espaço (1991) e sobre o “direito à cidade” (2001). Há também um diálogo com a reflexão foucaultiana sobre os aspectos produtivos e sobre os efeitos capilares da atuação de dispositivos ordenadores do social (FOUCAULT, 1987, 1988, 2005, 2009). Ambos esses referenciais teóricos são importantes para a produção de uma “sociologia urbana do poder” (HIRATA, 2018). Ao mesmo tempo, há um diálogo com uma discussão mais situada no campo da antropologia, conduzido por autores que propõem uma “antropologia das cidades” (AGIER, 2011; FRÚGOLI JR, SPAGGIARI E ADERALDO, 2019; MAGNANI, 2002). Alçando a cidade ao status de objeto do conhecimento, e não mais de um pressuposto teórico ou de um recorte territorial delimitado, propõe-se o questionamento de definições normativas sobre as cidades, e acima de tudo, propõe-se a centralidade da pesquisa etnográfica para a construção desse objeto em aberto.

Muitas vezes a temática das cidades nas Ciências Sociais foi tratada com base na ideia de “progresso”, seja ele cultural/moral (PARK E BURGESS, 1984) ou material/econômico (CASTELLS, 1972; LEFÉBVRE, 1991). No contexto contemporâneo, presenciamos tanto deslocamentos nos vínculos históricos entre a cidade e a acumulação do capital (HARVEY, 1992; SASSEN, 2007) quanto a emergência de reflexões que buscam pensar especificidades da produção das cidades no “sul global” (ROY, 2017) e na América Latina (GORELICK, 2005). Ao mesmo tempo que a cidade enquanto problema público de certa forma remete a questões globais, como a “gentrificação”, o policiamento dos espaços públicos e a realização de intervenções urbanas, ela também mobiliza configurações específicas em São Paulo, uma cidade na periferia do capitalismo (FURTADO, 2009), cujo desenvolvimento histórico

produziu um tecido urbano territorialmente segregado e socialmente desigual (KOWARICK, 1979).

Na bibliografia produzida sobre a cidade de São Paulo, elementos interessantes permitem pensar articulações históricas entre a produção da cidade enquanto problemática global, associada a um certo “projeto civilizatório” (de populações e também de territórios vistos como “pouco desenvolvidos”) e a cidade enquanto dispositivo de produção de uma segregação territorializada das classes pobres. A própria história do centro de São Paulo, em certo sentido, é uma história da construção de técnicas urbanísticas de produção de segregação sócio-espacial dos pobres, sobretudo dos pretos. Para que a região fosse mantida como exclusiva para as elites brancas, foi produzida uma rígida legislação urbanística para regular as edificações, a habitação e até mesmo os usos possíveis desses espaços, isso ainda no século XX (ROLNIK, 1997).

Já nos anos 1970 e 1980, o centro de São Paulo não figurava mais como uma “centralidade econômica” na cidade (FRÚGOLI JR., 2000). Agora ele assumia a configuração de uma região ainda de importante atividade econômica, mas marcadamente popular (KARA JOSÉ, 2010). Em meio à emergência de uma narrativa sobre o crescimento do medo e da insegurança e sobre o “fim da vida pública”, o centro de São Paulo passava a ser visto como região “degradada” (CALDEIRA, 2000). Ao mesmo tempo, as periferias urbanas se expandem e emergem como problema público, sobretudo a partir da atuação dos chamados “novos movimentos sociais” (PAOLI, 1995). Em um primeiro momento, o “problema” das periferias era visto através da ótica da redemocratização política, projeto ainda em construção nesse contexto. Curiosamente, depois da redemocratização do aparato estatal brasileiro, não apenas esses mesmos movimentos sociais periféricos enfrentaram uma despolitização de sua atuação como as próprias periferias urbanas passariam a ser vistas a partir de um outro paradigma, o da violência e do crime (FELTRAN, 2010). De símbolo da esperança por democracia, as periferias passariam a ser vistas como exemplo concreto dos limites da redemocratização.

Essa oposição entre o “centro” e a “periferia”, tão recorrente no campo dos estudos urbanos, não se produz de forma rígida ou estanque. A produção prática dessa oposição envolve elementos geográficos, políticos, estéticos, simbólicos e até mesmo epistemológicos. E esse processo produz tensões justamente porque se produz a partir de clivagens e de fluxos. A produção de fronteiras urbanas, tal como argumenta Feltran (2011), não mobiliza apenas alteridades, rupturas e cisões, mas mobiliza também interfaces – e interfaces

reguladas. Elas não se referem apenas a fronteiras entre territórios urbanos, mas sim também à produção de alteridades e de mediações sociais. A produção de fronteiras entre formas de apropriação da cidade produz também fronteiras entre cidadãos e entre formas de se fazer cidades.

A construção política da reforma da praça Roosevelt (2010-2012)

“Uma cidade mais humana – Pela audácia de sua concepção arquitetônica, a praça Roosevelt é um resumo da nova São Paulo. Uma praça de quatro andares, única no mundo, como única no mundo é a metrópole paulista. Em São Paulo, o futuro foi antecipado pelas obras, que conseguiram o milagre de engrandecê-la e torná-la mais humana, porque foram feitas com vistas voltadas para o homem”⁵.

“Pode ter sido mera coincidência, mas quando no final dos anos 60 transformaram a praça Roosevelt em um amontoado de concreto e na passagem subterrânea de uma via expressa interligando a zona leste a oeste, começou a desaparecer também o circuito cultural que a cidade nunca mais conseguiu estabelecer.

A agitação cultural do centro cedeu lugar à sujeira deixada pelos camelôs e à violência dos meninos de rua, embalados na loucura das drogas e sempre à espreita de sua próxima vítima”⁶.

A estrutura concretada da praça Roosevelt foi construída no ano de 1970, em grande medida motivada pela edificação de uma obra voltada à circulação rodoviária – o “Minhocão” (Elevado Costa e Silva⁷), viaduto inaugurado no ano seguinte, que fazia a ligação entre as regiões leste e oeste de São Paulo. Antes disso, ainda nos anos 1950, a então chamada “praça da Consolação” já era um lugar apropriado por uma pluralidade de usos e de sociabilidades. Na época, seu espaço tinha a topografia de um grande calçadão, que aos dias e durante as semanas servia como estacionamento de carros. Às noites, a praça

⁵Excerto de matéria publicada pela revista Manchete em 1969, durante as obras de construção da Praça Roosevelt. Disponível em Palma (2010, p. 143).

⁶Excerto do livro Noites Paulistanas, do jornalista Hélio Borelli (publicado em contexto posterior à construção da Praça Roosevelt). Disponível em Palma (2010, p. 136).

⁷No ano de 2016, durante a gestão de Fernando Haddad (PT) na prefeitura de São Paulo, foi aprovado pela Câmara Municipal projeto de lei que alterou o nome oficial do “Minhocão” para Elevado Presidente João Goulart. Depois de uma longa controvérsia em torno do “destino” do Elevado, a gestão municipal sinaliza transformá-lo em um parque público, e o fechamento para o tráfego de automóveis.

era apropriada pelo público frequentador dos bares, restaurantes, casas noturnas e salas de teatro localizados nos entornos e nos arredores. Um público elitizado, composto por boêmios, artistas, estudantes universitários, eventualmente celebridades nacionais ou internacionais. Aos fins de semana, aquele espaço abrigava uma feira, além de atividades esportivas e de lazer (PALMA, 2010).

A praça da Consolação era um importante pedaço⁸ cultural em São Paulo nesse contexto, em que a região central de São Paulo ainda era muito apropriada pelas elites. Já a construção da estrutura concretada da praça Roosevelt, em 1970, se situa em um momento posterior, onde presenciamos o avanço desse processo de “popularização” do centro. Nos planos originais, a praça fora concebida como uma “praça-edifício”, espaço provido de áreas destinadas ao lazer e à oferta de serviços. Inspirada na arquitetura modernista, e também em um certo ideal desenvolvimentista bastante mobilizado durante a ditadura militar, a praça era composta de seis pavimentos, compostos de curvas e formas pontiagudas, em níveis topográficos distintos e conectados por escadarias. Grandiosa e tecnicamente complexa, a nova praça simbolizaria uma “nova São Paulo”, moderna e ao mesmo tempo humana.

Mas, pouco tempo depois de inaugurada, a praça já apresentava problemas estruturais, um baixíssimo grau de manutenção e, além disso, já era majoritariamente apropriada por “tipos marginais”, como moradores de rua e usuários de drogas. A presença dessas pessoas era considerada uma forma de “uso insurgente” do espaço, que contribuiria diretamente para sua deterioração física. Essa classificação de determinadas formas de uso de espaços públicos como “insurgentes” muitas vezes se refere mais a clivagens entre agentes do que entre formas de apropriação em si. Em meio à ascensão de narrativas que apontavam a “degradação” do centro de São Paulo, a praça Roosevelt era um símbolo materializado desse processo – e pior, bem debaixo dos narizes das elites. Nesse contexto, parece um consenso compartilhado por todos que aquela praça era um “erro urbanístico”, e que para melhorar a qualidade urbana daquele espaço era necessário transformá-lo por completo, reformando sua estrutura física e fiscalizando suas apropriações cotidianas, visando reprimir usos considerados insurgentes. No entanto, apesar de defendida como “necessária”, a reforma da praça só foi oficialmente cogitada pela administração municipal de São Paulo em meados dos anos 2000. Sua complexa construção política, bem como sua inserção em um escopo de

⁸ Aqui, me utilizo da terminologia proposta por Magnani (2002).

intervenções urbanísticas voltadas ao centro de São Paulo, dependeu da articulação de uma série de agentes.

No início dos anos 1990, após um longo período em que o centro de São Paulo praticamente não recebeu recursos públicos para a realização de intervenções urbanísticas (o que também contribuiu para que a região passasse a ser representada como “degradada”), ele voltaria às pautas da administração municipal. Isso em grande medida se deve à formação da Associação Viva o Centro, organização composta por diversos segmentos da “sociedade civil”, com protagonismo econômico e diretivo de agentes ligados a instituições financeiras instaladas no centro, especialmente o Banco de Boston (FRÚGOLI JR., 2000)⁹. Buscando se colocar publicamente como organização da sociedade civil com o objetivo de propor e discutir “soluções” para a situação de degradação da região central, a associação contava com a assessoria técnica de arquitetos e urbanistas, ao mesmo tempo que buscava o apoio de moradores, proprietários e empresas da região a partir de suas Ações Locais.

Nesse contexto, a associação se torna um ator político com relativa interlocução com o poder público. Anos mais tarde a Prefeitura de São Paulo, sob a gestão de Paulo Maluf (PPB), institui a criação do ProCentro, programa que tinha a representação de órgãos e agentes públicos, como a Emurb, as forças policiais (Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana) e a Subprefeitura da Sé, e também da Associação Viva o Centro. Pouco tempo depois, em 1997 (já sob a gestão de Celso Pitta, também do PPB), foi implementada a Operação Urbana Centro. Nesse contexto inicial, alguns projetos de reforma da Praça Roosevelt chegaram a ser propostos, porém inicialmente outros espaços acabaram sendo privilegiados como palco de intervenções requalificadoras – como a Praça da Sé e a Praça do Patriarca.

Já no início dos anos 2000 a praça Roosevelt voltaria a figurar como um pedaço de cultura em São Paulo, o que se deve especialmente à atuação de grupos teatrais independentes que instalaram salas nos seus entornos – como o *Cemitério de Automóveis*, o *Parlapatões*, *patifes e paspalhões* e, principalmente, o *Satyros*. Na medida em que esses grupos teatrais “redescobriam” a praça Roosevelt, território até então tido como degradado, alguns moradores dos

⁹ O poder público já havia tentado intervir na região central através da Operação Urbana Anhangabaú, em 1990 (durante a gestão de Luiza Erundina, do PT), e de algumas intervenções pontuais promovidas pelo governo do estado ainda nos anos 1980. Porém a formação da Associação Viva o Centro, bem como as avaliações de insucesso dessas intervenções anteriores, em grande medida se justificavam pela narrativa de que tais iniciativas deveriam ser conduzidas a partir de uma maior articulação junto ao terceiro setor, e não do protagonismo do poder público.

entornos da praça passavam a se queixar do barulho produzidos pelos frequentadores dessas salas teatrais e de seus bares. Ao mesmo tempo, aquela movimentação teatral voltava a atrair um público elitizado. Em meio a esses conflitos, presencia-se o início de um processo de gentrificação (SMITH, 2007) da região. E é exatamente nesse contexto que a Prefeitura de São Paulo volta a discutir a inserção da reforma da praça nas intervenções dirigidas à requalificação da região central.

Em meados dos anos 2000, a Prefeitura de São Paulo assina um acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento de obras de requalificação urbana no centro histórico da cidade. Esse é outro elemento muito importante para que a reforma da praça Roosevelt fosse inserida nesse escopo mais amplo de intervenções. A assinatura desse acordo com o BID pontuou um deslocamento com relação às prioridades públicas da implementação de intervenções inseridas no escopo do ProCentro, com maior ênfase em intervenções produtoras de “requalificação urbana” e menor ênfase em políticas voltadas à habitação popular e ao transporte, por exemplo (KARA JOSÉ, 2010).

Nesse contexto, muitos projetos foram propostos para a reforma da praça. Na verdade o projeto que foi aprovado nunca foi integralmente executado, na medida em que os muitos agentes políticos envolvidos na execução da reforma da praça negociavam ferozmente a presença e a disposição dos equipamentos urbanos que nela estariam disponíveis, independentemente do que estava previsto no plano original. Passados todos esses trâmites, as obras se iniciaram em 2010, e duraram até 2012. Os custos totais chegaram a R\$ 55 milhões, muito a mais do que o valor inicialmente divulgado pela prefeitura (em torno de R\$ 37 milhões).

A praça entregue à população em janeiro de 2012 era uma grande área plana e concretada, equipada com duas bases policiais, uma base da Polícia Militar e outra da Guarda Civil Metropolitana (além de câmeras de vigilância e iluminação), além de um “cachorródromo”, um parquinho infantil e uma área destinada à instalação de estabelecimentos comerciais (como “cafés” e floriculturas) – mas com pouquíssimas áreas verdes, sem tetos, banheiros públicos, bebedouros ou mesmo o “teatro de arena”, equipamento reivindicado por agentes ligados aos grupos teatrais da região (YAMASHITA, 2013). Apesar de terem relativo protagonismo nesse processo de desbravamento da praça Roosevelt, os grupos teatrais independentes acabaram não figurando como agentes políticos influentes na idealização e na execução da reforma da praça. Os interesses de moradores e proprietários da

região, e também da gestão pública e das forças policiais, ao que parece, tiveram mais peso nesse processo.

O contexto pós-reabertura

A reforma da praça Roosevelt foi fortemente motivadas por uma tentativa de estabelecimento de um ordenamento restritivo de seus usos cotidianos. A praça entregue à população refletia essa tentativa: uma área quase completamente concretada, plana, bem iluminada e bem policiada, com policiais militares, guardas civis, câmeras de vigilância. Porém, suas apropriações práticas atualmente desvelam uma pluralidade de ruídos, questionamentos e mesmo limites de tal projeto ordenador. O cenário noturno da praça é frequentado por uma série de atores: Skatistas, ciclistas, estudantes, jovens recém-saídos de seus trabalhos, o pessoal do teatro, a molecada de periferia, os movimentos culturais e sociais, os moradores de rua, os vendedores ambulantes, entre outros. Ao se apropriarem daquele espaço, esses atores “fazem cidade”, desestabilizando os pontos de vistas planejadores e totalizantes de agentes engajados na gestão do urbano. Mas onde alguns veem livre apropriação do espaço, outros veem mau uso, vandalismo, uso de drogas, barulho e perturbação da ordem.

Se, de um ponto de vista do perfil social de seus habitantes e usuários, a gentrificação está ligada a uma elitização, através da instalação de estabelecimentos comerciais voltados a um público de alto poder aquisitivo e da securitização ostensiva, de um ponto de vista político nem sempre esse projeto se concretiza sem conflitos. No caso da praça Roosevelt, apesar dos estabelecimentos comerciais voltados a um público de alta renda e do policiamento massivo, podemos dizer que ela está longe de ser um espaço exclusivamente frequentado pelas elites. Justamente por ser uma espécie de “centralidade cultural/de lazer” na cidade, ela atrai um público bastante amplo e heterogêneo. Tais apropriações cotidianas desse espaço mobilizam diferentes projetos de gestão, em torno dos quais se constituem grupos e redes políticas, que estabelecem alianças e disputas uns com os outros.

Logo após a reabertura da praça Roosevelt, no início de 2013, o primeiro conflito político nesse espaço disputado se faria presente. O conflito foi motivado pela publicização de um vídeo na internet, que filmava uma ação repressiva de um guarda civil a paisana contra um grupo de skatistas que praticava manobras na praça. Ironicamente, a praça plana e cimentada, projetada para ser uma espécie de “enclave fortificado público” era também

muito boa para a prática do skate¹⁰. A publicização desse vídeo gerou diferentes reações. Houve os que se posicionaram contra a intervenção e a favor dos skatistas, defendendo que a criminalização da prática atentava contra a livre apropriação dos espaços públicos. Outros, por sua vez, se posicionaram a favor de uma regulação restritiva e, no limite, de uma proibição da prática do skate no local, alegando que aquela forma de uso do espaço era imprópria. O jornalista da Revista Veja, Reinaldo Azevedo, por exemplo, chegou a publicar um artigo intitulado “Fascistas de skate”, onde argumentava em prol da proibição da prática na praça Roosevelt (MACHADO, 2014).

A saída adotada pelo prefeito recém-empossado Fernando Haddad (PT) foi a de incentivar a prática do skate na praça Roosevelt, inclusive mediante promoção de eventos públicos voltados ao skate na praça. Mas, ao lado do incentivo, veio a tentativa de regulação: Através de conversa entre representantes dos skatistas e das forças policiais (PM e GCM), mediadas pela prefeitura, estabeleceu-se um perímetro delimitado da praça onde o skate seria permitido. Essa parte foi equipada com obstáculos próprios para o skate, enquanto em outras partes foram instaladas placas sinalizando que “ali era proibido andar de skate” (MACHADO, 2014). Atualmente, no entanto, em quase qualquer noite na praça Roosevelt, é possível se ver skatistas andando e praticando manobras em outros espaços da praça além desse perímetro acordado em 2013. Muitas vezes pedestres mais desatentos chegam perto de se chocar contra os skatistas em rápido movimento. Os skatistas só não representam para esses pedestres desatentos um perigo maior do que o oferecido pelo também rápido e frequente deslocamento de viaturas da PM e da GCM, nos arredores e também dentro da praça. Durante meu trabalho de campo, foram muitas as vezes em que eu pude ver pessoas quase sendo atropeladas por viaturas circulando em alta velocidade.

Nos anos seguintes, a praça Roosevelt se tornaria não apenas um pedaço de cultura, mas também um pedaço de “resistência cultural”. Isso em forte medida se deve à atuação do Slam Resistência, coletivo cultural atuante na praça desde 2014. Vinculado à cena dos slams de poesia marginal, o coletivo realiza intervenções poéticas mensais na praça. Esses eventos/intervenções são abertos à participação do público. Mais que uma intervenção poética, o slam é também uma competição entre poetas, uma espécie de “batalha de poesias”. Estética e discursivamente, os slams de poesia são próximos de outras

¹⁰ Segundo Machado (2014), a praça Roosevelt mesmo antes de sua reforma já era um lugar apropriado por skatistas, sendo considerada um dos locais de nascimento da prática em São Paulo.

manifestações culturais contemporâneas vinculadas à juventude das periferias em São Paulo, como o Hip Hop¹¹ e a literatura marginal¹². As temáticas abordadas por poetas que frequentam esses slams em suas poesias dialogam com temas tratados no Rap ou em outras modalidades de literatura e poesia marginal, como o racismo, a exclusão social e o cotidiano das periferias paulistas. Ao mesmo tempo que se vinculam a esse conjunto mais amplo de uma “cultura de rua” (PEREIRA, 2018), os slams indicam um deslocamento mais contemporâneo dessas mobilizações, que passam a ser mais pautadas pela realização de intervenções culturais em espaços públicos¹³. Nesse cenário atual, outras temáticas são mobilizadas – não de forma incontestável – em articulação a esse escopo estético/discursivo, como a desigualdade de gênero e a heteronormatividade.

Em certo sentido, os slams de poesia atuam como espécie de plataforma de publicização de experiências cotidianas, estabelecendo um vínculo discursivo entre o subjetivo e o político. Através dos slams, muitos jovens poetas, que se identificam como vindos das periferias, negros, mulheres, homossexuais, relatam suas experiências e seus pensamentos sobre a vida e sobre o mundo. Possivelmente é aí que reside o grande potencial politizador de tais intervenções poéticas, ainda mais quando elas ocupam um espaço como a praça Roosevelt, uma praça em uma região nobre do centro de São Paulo. Ainda que muitas das pessoas frequentadoras do Slam Resistência fossem também frequentadores de outros slams, haviam também aqueles que eram frequentadores da praça, alguns deles até mesmo moradores dos arredores. Pessoas não tão habituadas a lidar de perto com as alteridades sociais, e que, em outras ocasiões, dificilmente teriam algum contato com esse tipo de discurso – ao menos não em condição de receptividade.

Assim como a prática do skate, a realização do Slam Resistência na praça Roosevelt mobiliza dissensos, entre aqueles que veem nele uma mobilização política válida e legítima e os que o consideram como evento produtor de

¹¹Para mais sobre o Hip Hop e o Rap em São Paulo, ver Bertelli (2017), Oliveira (2015) e Teperman (2011; 2015).

¹² Para mais sobre a literatura e a poesia marginal, ver Nascimento (2006; 2011) e Silva (2013).

¹³Essa questão é discutida por Aderaldo, a partir de uma análise sobre a atuação de um coletivo audiovisual, o Cinescadão (ADERALDO, 2013). Se de um ponto de vista gestor, podemos apontar, como bem salienta Rizek (2013), a cultura como um dispositivo contemporâneo de gestão da pobreza, Aderaldo (2013) destaca que os sujeitos aos quais tais políticas culturais públicas e privadas são dirigidas também se apropriam desses instrumentos gestórios, como, editais públicos, cursos e vínculos profissionais, para produzir intervenções culturais independentes e politizadas.

“perturbação da ordem pública”, sendo por isso passível de criminalização e repressão. Em março de 2017, por exemplo, o slam chegou a ser interrompido por guardas civis metropolitanos. Os guardas exigiam que a intervenção fosse encerrada porque os moradores dos prédios dos arredores da praça reclamavam do excesso de barulho. Até então, o coletivo nunca havia encontrado qualquer resistência das forças policiais para realizar suas intervenções mensais na praça.

Os organizadores do slam argumentaram que a “lei do artista de rua”¹⁴ lhes dava respaldo legal para a realização daquela intervenção. Iniciou-se uma negociação entre guardas e poetas, em meio às vaias de parte do público presente. Os organizadores do coletivo pediam calma ao público. Depois de alguns minutos de negociação, ficou acordado que o slam seguiria até as 22 horas, horário limite estipulado pelo Programa do Silêncio Urbano para a emissão de ruídos considerados altos. A intervenção prosseguiu até aproximadamente as 22:30, sendo encerrada de forma prematura. Nesse momento já havia um cordão de policiais militares formado acima das escadarias onde é realizado o slam, mas eles não chegaram a evacuar a praça.

As reclamações dos moradores dos arredores da praça com relação ao barulho produzido pelas intervenções do Slam Resistência certamente não se iniciaram em 2017. Mas, até então, elas não se concretizavam em intervenções policiais visando o impedimento da realização da intervenção. Segundo Gustavo LeGusta, poeta e um dos fundadores do Slam Resistência – e, na época desse acontecimento, um de seus organizadores¹⁵ –, essa mudança pode ser atribuída a dois elementos. Primeiro, não se pode ignorar que os slams promovidos pelo coletivo passaram a ter uma visibilidade significativa, o que em grande medida se deve à mobilização de mídias digitais, como o facebook e o youtube, para a divulgação de performances poéticas ocorridas nessas intervenções. Alguns desses vídeos chegaram a mais de um milhão de visualizações. Isso não apenas contribuiu para uma maior visibilidade da atuação do coletivo (e também da cena dos slams de poesia de forma mais geral) como também contribuiu diretamente para um significativo aumento do público presente nos slams¹⁶. Portanto, efetivamente, a realização dessas intervenções passou a produzir mais barulho, o que é reconhecido por LeGusta.

¹⁴A “lei do artista de rua” é a Lei nº 15.776, de 29 de maio de 2013, posteriormente regulamentada através do Decreto nº 55.140, de 23 de maio de 2014.

¹⁵ Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 2 de junho de 2017.

¹⁶Eu pude constatar esse aumento durante a realização dessa pesquisa: Se, em meados de 2016, o público presente nesses slams era de pouco mais de 100 pessoas, no início de 2017 ele já chegava a

Por outro lado, a mudança de postura da administração municipal de lidar com as questões envolvidas é também um elemento relevante. O ano de 2017 marca o fim da gestão de Fernando Haddad e a posse de João Dória (PSDB) na Prefeitura Municipal. A partir da gestão de um perfeito de perfil político abertamente mais conservador, as reclamações dos moradores dos arredores da praça passaram a ter maior interlocução junto ao poder público. Os efeitos práticos dessa maior interlocução foram imediatos: a situação acima descrita ocorreu no primeiro slam após a posse do novo prefeito. Poucos dias depois, os organizadores do Slam Resistência foram convocados para uma reunião com representantes da Secretaria de Segurança Pública, onde foi oficialmente determinado que os slams mensais organizados pelo coletivo não durariam até depois das 22 horas, não utilizariam equipamentos de som, como caixas de som ou amplificadores, e não promoveriam intervenções musicais, como a apresentação de bandas ou músicos.

No mesmo ano de 2017, o Slam Resistência havia sido, pela primeira vez, aprovado como coletivo participante da programação da Virada Cultural - evento cultural anual realizado pela Prefeitura de São Paulo. A apresentação do Slam Resistência ocorreria no mesmo lugar onde suas intervenções geralmente eram conduzidas, na praça Roosevelt. A diferença era que dessa vez, supostamente, haveria um palco, com equipamentos de som, além do cachê previsto no edital de seleção (R\$ 3.000). Porém, na hora marcada para o início da apresentação, o palco ainda não havia sido devidamente montado e equipado, havendo no espaço apenas um modesto toldo branco sem microfones, alto-falantes, mesa ou técnicos de som.

A intervenção se iniciou mesmo assim, sendo, no entanto, interrompida algum tempo depois por uma funcionária da organização da Virada Cultural. Ela alegou que “havia dado um erro na papelada da inscrição do slam”, e que por isso a apresentação deles não constava mais na programação oficial do evento. E, para piorar a situação, ela pediu para que aquela intervenção fosse interrompida porque os moradores dos arredores estariam, novamente, reclamando do barulho. Dessa vez não houve negociação. Os organizadores do slam negaram os pedidos, seguiram sua intervenção e manifestaram em mais de uma oportunidade seu repúdio à organização da Virada Cultural e ao novo prefeito. Dessa vez não houve a presença de policiais ameaçando evacuar a praça a bombas de gás e balas de borracha. Ao mesmo tempo, pareceu mais

cerca de 500 pessoas.

evidente que coletivos culturais como o Slam Resistência teriam uma difícil interlocução com a prefeitura a partir dali.

A gestão da praça Roosevelt em disputa

“(...) a praça está hoje totalmente degradada, com pichações, tendo se transformado em local de consumo de drogas e vandalismos de toda espécie. Sem horário de fechamento, o espaço é motivo de transtorno para os moradores do entorno que não têm mais sossego sequer para ter uma noite de sono tranquila. Transformando a praça em parque, com a ocupação do espaço pelo poder público afim de de conservar e fiscalizar o uso adequado, certamente haverá menos gastos em longo prazo, garantia de lazer a todos os cidadãos que sentir-se-ão seguros de ali frequentar, além de propiciar melhoria na qualidade de vida aos moradores do entorno ao permitir-lhes o sossego noturno assegurado pelo Programa de Silêncio Urbano (PSIU)”¹⁷.

“Queremos para a Praça Roosevelt um ambiente onde todxs possam exercer suas liberdades sem atrapalhar o próximo. Defendemos as várias formas de cultura, lazer, de ser e de existir. Livres de raça, sexo, cor, status social. Acreditamos na coexistência harmoniosa e na capacidade de resolver conflitos de forma saudável e respeitosa, bem como no trabalho conjunto e em abordagens educativas.

Entendemos que os problemas existentes e devem ser resolvidos baseados em dois princípios gerais: no diálogo democrático, amplo e respeitoso entre todxs; e na manutenção do caráter público e igualmente democrático da praça. Um espaço livre, sem grades, sem preconceitos”¹⁸.

Depois de reformada e reaberta, a praça Roosevelt passou a ser um espaço disputado por uma pluralidade de agentes e de projetos políticos. Em meio às suas apropriações cotidianas, alguns defendiam que sua segurança deveria ser reforçada, enquanto outros entendem que a regulação dessas formas

¹⁷Texto de justificativa ao Projeto de Lei 0421 de 2016, que propõe o cercamento da Praça Roosevelt e a sua transformação em parque público. Texto de autoria do proponente do projeto de lei, o vereador Eliseu Gabriel. Fonte: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 11 de agosto de 2016.

¹⁸ Excerto de manifesto redigido pelo Comitê Praça Roosevelt de Todxs! durante o Carnaval de 2017. O documento na íntegra pode ser acessado no link https://docs.google.com/document/d/15IPH0EPb6gUTbyi7VBI_axFoL2k-C91T_3ciN6ZBfd0/edit. (Último acesso: 09/10/2020).

divergentes de uso devem ser produzidas a partir do diálogo democrático, e não do policiamento e da securitização ostensiva.

A esse até aqui já bastante conflitivo cenário, adiciona-se um elemento ainda não citado mas muito relevante. No ano de 2016, o vereador Eliseu Gabriel (PSB) encaminha à Câmara dos Vereadores de São Paulo o Projeto de Lei nº 0421/2016, que propunha que a praça Roosevelt fosse cercada e transformada em parque público, com restrição do acesso do público e horários estabelecidos de funcionamento. Segundo justificativa apresentada pelo vereador, isso possibilitaria ao poder público maior conservação e maior fiscalização do local, garantindo a melhoria da qualidade de vida dos moradores dos entornos e benefícios aos cidadãos em geral, que passariam a se sentir seguros para frequentá-la. Se a própria reforma da praça, concluída apenas quatro anos antes, também se propunha a “melhorar a qualidade urbana” do local, o encaminhamento desse Projeto de Lei sugere que, para alguns, ela não teria alcançado esse fim. Propunha-se, dessa forma, uma extensão do projeto securitizador iniciado pela reforma.

A proposição desse projeto foi em grande medida encabeçada pela AMACON, a Associação de Moradores e Amigos da Consolação e Adjacências. Composta majoritariamente por moradores, comerciantes, proprietários e representantes de edifícios da região da Consolação, a AMACON foi formada no ano de 2014, e é presidida por Marta Lília Porta – atualmente presidente também do CONSEG Consolação¹⁹. Trata-se de um grupo político formado em torno da defesa de um modelo securitário de gestão de espaços públicos, e que propunha também intervir na gestão da praça Roosevelt. Grupo este que visa, sobretudo, atuar em proximidade com o poder público e com as forças policiais para intervir no policiamento da região.

Esse Projeto de Lei, no entanto, saiu de tramitação em 2017. Enquanto o projeto de cercamento era formalmente deixado de lado, outras formas de securitização dos usos da praça seriam implementadas. Além da já citada intervenção da Guarda Civil Metropolitana tentando impedir a realização do Slam Resistência, nesse mesmo ano a Prefeitura de São Paulo anuncia que não

¹⁹ Informações extraídas da página da associação no facebook (link: <https://www.facebook.com/AMACONsp/> - Último acesso: 09/10/2020). Marta Lília Porta é antiga integrante da Ação Local Praça Roosevelt, Ação Local ligada à Associação Viva o Centro atuante na região, e um dos grupos que participou ativamente dos debates em torno da reforma da praça em 2010. Para mais sobre a Associação Viva o Centro, ver Frúgoli Jr (2000). Sobre os CONSEG's, eles são instrumentos de segurança comunitária instituídos nos anos 1980. Em algumas regiões da cidade, sobretudo em regiões mais elitizadas, os CONSEG's locais são uma instância importante para a produção de diretrizes de policiamento e até mesmo de gestão urbana.

seriam mais permitidas aglomerações festivas na praça durante o feriado do Carnaval. Desde sua reabertura, a praça se tornou um dos muitos pontos da cidade que recebiam tais aglomerações. Naquele ano no entanto, não apenas elas estavam proibidas como havia ameaça de evacuação por parte da Tropa de Choque da Polícia Militar em caso de descumprimento dessa determinação.

Diante disso, um coletivo político intitulado Comitê Gestor Praça Roosevelt de Todxs! publica nas redes sociais um manifesto contrário à atuação da administração municipal e à implementação de um modelo de gestão dos espaços públicos repressivo e antidemocrático. Segundo o coletivo, os problemas relativos aos usos do espaço deveriam ser discutidos através do diálogo e da convivência entre as diferenças, e não da repressão e da regulação restritiva. Se propondo como um comitê de gestão participativa²⁰ da praça, o coletivo formado em 2016 se coloca como grupo opositor ao projeto de gestão da praça Roosevelt encabeçado pela AMACON, e vem buscando sua formalização junto ao poder público desde 2017 – até o momento, sem sucesso. Curiosamente, um dos vereadores que manifestaram apoio à formalização do coletivo é Eliseu Gabriel, o mesmo que redigiu o Projeto de Lei propondo o cercamento da praça em 2016²¹. Depois de muitas conversas com agentes ligados ao coletivo, o vereador passaria a defendê-lo, posição que parece mais condizente com seu perfil político. Apesar disso, a AMACON ainda desfruta de maior interlocução com o poder público e com os agentes policiais atuantes na praça, sendo mais capaz de intervir de forma concreta na regulação de seus usos cotidianos.

²⁰A gestão participativa de espaços públicos é instrumento implementado pela lei municipal nº 16.212 de 2015, de autoria do então vereador Nabil Bonduki (arquiteto e urbanista da FAU-USP) durante a gestão de Fernando Haddad. Ela prevê a formação de comitês gestores, compostos por moradores e usuários, incumbidos de gerir esses espaços públicos de forma participativa. Em tese, esse instrumento urbanístico ainda existe em termos legais, mas ele representa uma clara ruptura com relação às gestões seguintes, de prefeitos do PSDB (de perfil mais conservador), e por isso não vem sendo utilizado.

²¹Além do vereador Eliseu Gabriel, sinalizaram apoio para a formalização do Comitê Gestor Praça Roosevelt de Todxs! os vereadores José Police Neto (PSD) e Toninho Vespoli (PSOL). Os três vereadores assinaram a carta de solicitação da formalização do Comitê Gestor, entregue ao então subprefeito da Sé, Eduardo Odloak, no ano de 2018. O coletivo chegou a divulgar em sua página no facebook uma fotografia dessa carta, como estratégia para cobrar uma resposta da administração municipal com relação à solicitação de formalização (a imagem pode ser acessada no link

<https://www.facebook.com/rooseveltdetodxs/photos/a.1685148371800593.1073741828.1685143035134460/1957188457929915/?type=3&theater> – Último acesso: -9/10/2020).

Intervenções culturais e gestão participativa: cidades diferentes, “direitos à cidade” distintos

Se a discussão lefebvriana sobre o “direito à cidade” (LEFÉBVRE, 2001) é um referente importante para pensarmos dimensões políticas dos usos cotidianos da cidade, nem todos os agentes aqui envolvidos pensam as relações entre cidade e direito da mesma forma. Enquanto alguns a associam à defesa de modelos alternativos de gestão de espaços públicos, como a gestão participativa, outros a associam muito mais à ocupação desses espaços públicos, o que não é a mesma coisa.

Essas duas formas diferentes de se conceber o potencial politizador das apropriações cotidianas de espaços públicos se distinguem precisamente pela forma como pensam a potência política da convivência entre as diferenças. Enquanto a lógica por trás da defesa da gestão participativa de espaços públicos, muito inspirada em uma narrativa política de esquerda/progressista, defende o diálogo enquanto estratégia de produção de consenso entre pontos de vista divergentes, a lógica por trás da ocupação de espaços públicos através de intervenções urbanas propõe o dissenso como linguagem de expressão política.

Em uma cidade socialmente segregada, como São Paulo, a simples presença de determinadas pessoas em certos tipos de espaço produz dissensos. Pereira (2017), por exemplo, menciona o exemplo dos *rolezinhos*. Embora se tratem de conflitos ocorridos em espaços de consumo privados, e não em espaços públicos, os *rolezinhos* são um interessante mote para pensarmos de que forma a simples presença de jovens de origem periférica é um elemento que mobiliza dissensos em torno da gestão dos usos de espaços públicos, que mobiliza um chamado público por segurança e repressão. Mas a lógica de ocupação dos espaços, diferente da lógica do diálogo, não pressupõe a produção de um entendimento, e sim a produção de um ruído. Nesse sentido, se expressar é também confrontar o cenário e os presentes, e exigir o direito de falar sobre si mesmo através da recusa de mediações discursivas ou simbólicas. Essa postura desafiadora desestabiliza projetos ordenadores de gestores públicos e de agentes policiais, mas também desafia certas narrativas políticas mobilizadas pela “esquerda progressista”.

Aqui, me volto novamente às intervenções poéticas promovidas pelo Slam Resistência. Nessas intervenções, era bastante frequente que poetas mobilizassem em suas performances duras críticas à esquerda política e

também aos pesquisadores acadêmicos – especialmente aqueles que faziam pesquisas em periferias. Muitos desses discursos críticos gravitavam em torno de um eixo comum de conteúdos: tanto a esquerda quanto os acadêmicos se dizem “aliados” dos pretos, dos pobres e dos periféricos, mas ao se afirmarem como “representantes” destes, ambos reatualizariam relações de poder entre pretos e brancos, entre pobres e ricos – entre pesquisados e pesquisadores, entre objetos de políticas públicas e seus formuladores. Haveria, portanto, uma alteridade frente esses agentes, que pode ser construída e estabelecida de muitas formas – desde o quase lúdico ato de zombar de um “otário” ao menos bem humorado ato de atacar agressivamente um inimigo.

À primeira vista, essa crítica, que equipara pesquisadores acadêmicos a militantes da esquerda política pode parecer um simples reducionismo. Mas ela ganha algum sentido quando nos atentamos para o fato de que a consolidação dos estudos urbanos enquanto campo de pesquisas no Brasil teve ampla relação com a produção de estudos sobre as “periferias urbanas”, em um contexto de luta por redemocratização política (entre os anos 1970 e 1980)²². O paradigma da redemocratização estava fortemente presente na forma como esses estudos viam as periferias (MENDOZA, 2000). Nesse contexto, assim como as esquerdas políticas, os acadêmicos depositariam nessas populações a esperança da redemocratização do Brasil. Porém, a consolidação do regime democrático no Brasil anos mais tarde coincidiu com uma despolitização da gestão da pobreza, que se aproximaria da filantropia e da tecnificação (FELTRAN, 2007, 2014). E, mais do que isso, atualmente as periferias são lidas no debate público não a partir da esperança por democracia, mas sim como evidência dos limites da redemocratização. Nesse cenário, faz mais sentido que a democracia seja vista como “promessa não cumprida” nas periferias, e que a culpa por esse fracasso seja partilhada entre os intelectuais e as esquerdas.

Formalmente, os organizadores do Slam Resistência mantém certo diálogo com o Comitê Gestor Praça Roosevelt de Todxs!, sendo inclusive um dos muitos agentes políticos que assinaram o já referido manifesto publicizado no carnaval de 2017. Mas, enquanto intervenção cultural, os slams de poesia atuam como plataforma para a publicização de uma pluralidade de discursos políticos, não necessariamente mediados pelas articulações políticas de seus organizadores. Nos slams mensais na praça Roosevelt, muitos poetas autodeclarados pretos, periféricos, mulheres, homossexuais, transgênero,

²² Aqui me refiro a trabalhos produzidos tanto na área da antropologia (CALDEIRA, 1984; ZALUAR, 1994; DURHAM, 2004) quanto na área da sociologia (PAOLI, 1995; SADER, 1988).

mobilizam poesias e performances poéticas para ocupar aquele espaço, para expressar suas experiências subjetivas, publicizá-las e se fazer presente na cidade. O próprio fato de a praça Roosevelt ser um espaço localizado em uma região nobre do centro da cidade não deixa de ser simbólico nesse sentido: nas noites de slam na praça Roosevelt, a periferia (literalmente) ocupa o centro. Ocupação não implica em diálogo: implica em se fazer ouvir, não necessariamente em se fazer entender.

Há aqui uma associação entre subalternidade e invisibilidade, e também entre visibilidade e empoderamento. Se fazer presente na cidade, de certa forma, é reivindicar a voz que é negada pela política institucional e pela “cultura hegemônica”, que fala das periferias e de seus habitantes de um ponto de vista “de fora”. E, acima de tudo, é reivindicar o direito de falar por si mesmo, independentemente da mediação de outros agentes que, ao pretenderem “falar pelos subalternos”, reafirmam essa lógica desigual de silenciamento. Contra a violência epistêmica (SAID, 1990; SPIVAK, 2010) dos discursos oficiais, mobiliza-se o “lugar de fala” enquanto questionamento à própria produção da autoridade discursiva, política e científica.

Considerações finais

A produção prática dos espaços públicos envolve uma multiplicidade de elementos, e mobiliza uma pluralidade de agentes, de redes pessoais e de instituições políticas ou econômicas. A praça Roosevelt nos fornece um exemplo específico e, ao mesmo tempo, elucidativo, para pensarmos as articulações entre a gestão de territórios urbanos e a produção de intervenções urbanas gentrificadoras. Um exemplo que nos convida a pensar de forma mais detida sobre as interfaces entre a acumulação do capital e a produção de ordenamentos de territórios e de fluxos, e também sobre os dissensos e conflitos que se estabelecem em sua produção. Esses projetos ordenadores são constantemente desafiados no plano do cotidiano. O chamado “recorte policial” do mundo sensível (RANCIÈRE, 2005), a partilha do sensível produzida pelos agentes e dispositivos gestonários, é cotidianamente desafiado a partir de apropriações dissensuosas dos espaços urbanos.

Se, em um plano normativo, a controvérsia política aqui exposta pode ser vista como conflito entre dois modelos/projetos de gestão de espaços públicos, o plano da política das práticas revela que, em ambos os “lados” aqui descritos, há construção de articulações e de conflitos, de estratégias, apropriações e rupturas. Não se pode, portanto, sob essa perspectiva, falar em um conflito

entre “dois lados”. Por um lado, a AMACON parece representar uma extensão drástica de um projeto de ordenamento restritivo já presente na própria realização da reforma da praça Roosevelt, mas essa extensão propõe rupturas com relação a esse projeto estatal anterior a partir de uma constatação de suas lacunas e de seus insucessos. Da mesma forma, o coletivo Praça Roosevelt de Todxs!, que extrai sua legitimidade política não de uma interlocução com o poder público mas sim de articulações com outros atores políticos, defende um projeto de gestão do espaço que se defende como democrático mas que ainda assim se projeta enquanto produção de um recorte policial. Recorte este que também é questionado em meio às apropriações práticas da praça.

Essa interface entre coletivos de gestão participativa de espaços públicos e coletivos culturais autodeclarados periféricos é muito interessante para pensarmos a polissemia do “direito à cidade” na contemporaneidade. As discussões em torno da gestão participativa enquanto modelo alternativo de gestão de espaços públicos não estão situadas no mesmo campo político do que a atuação de coletivos culturais e as pautas identitárias por eles mobilizadas. Da mesma forma como a luta de movimentos por moradia no centro da cidade, por exemplo, parecem se inserir em um campo diferente desses dois anteriores. Há diferenças significativas entre ocupar o centro para produzir intervenções culturais e para reivindicar moradia popular. Isso não significa que esses diferentes campos de luta política não possam produzir articulações uns com os outros, mas tais articulações não são dadas, elas devem ser construídas na prática através de articulações entre agentes e entre grupos políticos atuantes em cada um deles. Há muitos direitos à cidade em disputa no mundo urbano contemporâneo. Eles propõem uma multiplicidade de rupturas frente a produção de ordenamentos urbanos, da resistência à tentativa de produção de novos ordenamentos – que serão, novamente, objeto de disputas e de resistências cotidianas. Essa questão não é apenas teórica, ela produz efeitos práticos para a produção de pesquisas nas cidades, sobretudo de pesquisas etnográficas.

Durante a realização dessa pesquisa, o próprio diálogo com o campo em muitos momentos se configurou como um diálogo dissensuoso. Se considerarmos que a pesquisa etnográfica aposta na interação intersubjetiva como instrumento potente de produção de conhecimento, devemos considerar também que nós, pesquisadores, não somos os únicos capazes de estabelecer ou de negar essa intersubjetividade. Porém, eu acredito que a negação do diálogo também é uma forma de diálogo (uma forma específica, é verdade). Foi a partir dessa forma de diálogo que muitos dos meus interlocutores me

permitiram analisar essa crítica contemporânea à autoridade de fala acadêmica enquanto crítica à neutralidade do discurso científico. Críticas semelhantes já tiveram ressonância no campo acadêmico, nos debates pós-coloniais (ASAD, 1975; GILROY, 2001; HALL, 2003; SAID, 1990; SPIVAK, 2010) e até mesmo na chamada “antropologia pós-moderna” (CLIFFORD, 2011; CLIFFORD E MARCUS, 1986; FABIAN, 2013). Mas eu acredito que o contexto contemporâneo nos oferece um cenário diferente, onde essa crítica é formulada de fora da academia. Assim como a cidade, a academia é vista como um espaço de representação, um símbolo do privilégio das elites brancas mas também um território disputado pelos pretos e pobres – aqueles a quem o acesso a esses espaços teria sido historicamente negado.

Referências

- ADERALDO, Guilherme André.
(2013). *Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo*. Dissertação de doutorado apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- AGIER, Michel.
(2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Revista Mana*. v. 21. n. 3. p. 483-498.
- (2011). *Antropologia da cidade – lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Editora Terceiro Nome.
- ASAD, Talal.
(1975). *Anthropology and the colonial encounter*. London/Atlantic Highlands, Ithaca Press/Humanities Press.
- BERTELLI, Giordano.
(2017). Errâncias raciais: A periferia, o RAP e a política. In: Giordano Bertelli e Gabriel Feltran (Orgs.); *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos, Edufscar, p. 21-38.
- CALDEIRA, Teresa.
(2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Editora 34.
- (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense.
- CASTELLS, Manuel.
(1972). *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CERTEAU, Michel de.
(2009). *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes.
- CLIFFORD, James.
(2011). *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no séc. XX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CLIFFORD, James. MARCUS, George. (eds.).
(1986). *Writing culture: The poetics and the politics of ethnography*. Berkeley/Los Angeles, The University of California Press.

- DAS, Veena. POOLE, Deborah.
(2008). El estado e sus márgenes. Etnografias comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires. n. 27, p. 19-52.
- DURHAM, Eunice.
(2004). *A dinâmica da cultura – Ensaios de Antropologia*. São Paulo, Cosac e Naify.
- FABIAN, Johannes.
(2013). *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis, Vozes.
- FELTRAN, Gabriel de Santis.
(2014). O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador. v. 27, n. 72, p 495-512.
- (2012). Governo que produz crime, crime que produz governo: O dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n.2, p 232-55.
- (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp/Centro de Estudos da Metrópole.
- (2010). Margens da política, fronteiras da violência: Uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Revista Lua Nova*, n. 79, p 201-233.
- (2007). Vinte anos depois: A construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Revista Lua Nova*, n. 72, p 83-114.
- FOUCAULT, Michel.
(2009). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes.
- (1988). *A história da sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- (1987). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- FRÚGOLI JR, Heitor.
(2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez/Edusp.
- (1999). A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: Maria Adélia Aparecida de Souza et al. (orgs.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo, CEDESP.
- FRÚGOLI JR, Heitor. Spaggiari, Enrico. ADERALDO, Guilherme (Orgs.).
(2019). *Práticas, conflitos, espaços – Pesquisas em Antropologia da Cidade*. Rio de Janeiro, Gramma.
- FURTADO, Celso.
(2009). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado/Contraponto.
- GILROY, Paul.
(2001). *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GORELICK, Adrian.
(2005). A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n.1, p. 111-33.
- HALL, Stuart.
(2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- HARVEY, David.
(1992). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- HIRATA, Daniel.
(2018). *Sobrevivendo na adversidade – Mercados e formas de vida*. São Carlos, EDUFSCar.
- KARA JOSÉ, Beatriz.
(2010). *A popularização do centro de São Paulo: Um estudo das transformações ocorridas nos últimos 20 anos*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

- KOWARICK, Lúcio.
(1979). *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra.
- LEFÉBVRE, Henri.
(2001). *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.
- (1991). *The production of space*. Oxford (UK)/Cambridge (USA), Blackwell.
- MACHADO, Giancarlo.
(2014). Praça Roosevelt: Sociabilidade e conflitos em um pedaço skatista da cidade de São Paulo. *Periféria – Revista de pesquisa e formação em antropologia*, UAB, Barcelona, n. 19, v. 1. p. 82-107.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor.
(2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49. p. 11-29.
- MENDOZA, Edgard.
(2000). *Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil – A década de 70*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- MISSE, Michel.
(2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do.
(2011). *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- (2006). *“Literatura marginal”: Os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Roberto Camargos de.
(2015). *Rap e política: Percepções da vida social brasileira*. São Paulo, Boitempo.
- PALMA, Daniela.
(2010). *A praça dos sentidos: Comunicação, imaginário social e espaço público*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- PAOLI, Maria Celia.
(1995). Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: Michaela Hellmann. (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo, Marco Zero/Ildefes.
- PARK, Robert E. BURGESS, Ernest W. (orgs.).
(1984). *The city*. Chicago/London, The University of Chiago Press.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa.
(2018). *Um rolê pela cidade de riscos: Leituras da pixação em São Paulo*. São Carlos, Edufscar.
- (2017). Fluxos insurgentes em São Paulo: Os rolês que marcam a cidade. In: Giordano Bertelli e Gabriel Feltran (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos, Edufscar, p. 171-190.
- RANCIÉRE, Jacques.
(2005). *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo, Editora 34.
- (1996). O dissenso. In: Adauto Novaes (org). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 367-383.
- RIZEK, Cibebe Saliba.
(2013). Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. *Caderno de debates: Juventude e Direitos na Cidade*, Rio de Janeiro, p. 31-46.
- ROLNIK, Raquel.
(1997). *A cidade e a lei – Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel.
- ROY, Ananya.
(2017). Cidades Faveladas: Repensando o urbanismo subalterno. *Revista Eletrônica e-metropolis*, n. 31, ano 8.

RUI, Taniele.

(2012). *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SADER, Eder.

(1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo*. São Paulo, Paz e Terra.

SAID, Edward.

(1990). *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.

SASSEN, Saskia.

(2007). *A Sociology of Globalization*. New York (US)/London (UK), W.W. Norton & Company.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da.

(2013). *A descoberta do insólito: Literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Rio de Janeiro, Aeroplano.

SMITH, Neil.

(2007). Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *Espaço e Tempo*, USP. São Paulo. n. 21. p. 15-31.

SPIVAK, Gayatri.

(2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG.

TEPERMAN, Ricardo.

(2015). *Tem que ter suíngue: Batalhas de freestyle no metrô Santa Cruz*. São Paulo, Claro Enigma.

(2011). *Se liga no som: As transformações do rap no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ZALUAR, Alba.

(1984). *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense.

YAMASHITA, Kelly Yumi.

(2013). *Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Recebido em

março de 2020

Aprovado em

outubro de 2020

Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE)¹

Roberto Marques²

Resumo

O artigo analisa disjunções e conjunções existentes entre as ações dos feminismos no Cariri e o imaginário espacial que modula a patrimonialização da Festa do Pau de Bandeira de Santo Antônio, na cidade de Barbalha (CE). No ano de 2019, durante o cortejo de grupos de cultura popular que antecede a Festa do Pau da Bandeira, aconteceu a sexta Marcha das Mulheres. Ao longo do percurso, participantes da marcha foram continuamente interpeladas por representantes da organização institucional da Festa. A ação dos organizadores acionava formas de localização do movimento de mulheres, uma compreensão nativa dos debates sobre gênero e sobre a cultura popular naquela manifestação. Pensamos a expressão desse conflito social como disputa entre diferentes projetos para a região do Cariri cearense, para os debates sobre gênero e para a vida das mulheres na região. A patrimonialização da Festa e seus personagens acessam uma romantização do mundo rural incompatível com a denúncia da morte de mulheres na região do Cariri pelos feminismos locais, embora ambas as narrativas estejam conectadas à ideia de um Brasil rural, atávico, distante da cidadania e urbanidade. As fricções ocorridas na Festa de Santo Antônio relembram, portanto, imagens que circulam em momentos em que grupos à margem do imaginário nacional brasileiro empunham símbolos diacríticos das ideias de participação política e memória nacional. Tensões acessadas como clichês de uma utopia generalizante de abrigo à diversidade de demandas compostas pela e para a nação.

Palavras-chave

Feminismos. Patrimônio. Cultura Popular.

Abstract

The article analyzes disjunctions and conjunctions between the actions of feminisms in Cariri and spatial imagery that modulates the cultural heritage state of the Festa do Pau da Bandeira in Barbalha (Ceará). In 2019, during the procession of popular culture groups that precedes the Festa

¹ Resultado parcial de pesquisa de pós-doutorado junto ao Núcleo Pagu/UNICAMP, sob orientação de Regina Facchini. Versões desse artigo foram apresentadas na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, em Porto Alegre- RS e no X Artefatos da Cultura Negra, em Crato- CE.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UECE. E-mail: enleio@yahoo.com.br.

da Pau da Bandeira, the sixth Women's March took place. Along the route, marchers were continuously interpellated by the employees of the event's organization committee. The organizers acted to find ways to dislocate the women's movement, a native understanding about gender debate and popular culture in that demonstration. We understand this social conflict expression as a dispute between different projects for the Cariri area, the gender debate, and the lives of women in that area. The recognition of the of Festa de Santo Antônio and its characters as cultural heritage access a romanticization of the rural world, which is incompatible to the reporting of women's death in the Cariri area by local feminisms, although both narratives are connected to the idea of a rural, atavistic Brazil, away from citizenship and urbanity. The frictions that took place in the Festa de Santo Antônio remind us, therefore, of images that circulate in moments which groups on the margin of the Brazilian national imagination wield diacritical symbols to the ideals of political participation and national memory. Tensions accessed as clichés of a generalizing utopia to shelter the diversity of demands composed by and for the nation.

Keywords

Feminisms. Cultural Heritage. Popular Culture.

Introdução

Na manhã de 02 de junho de 2019, militantes próximos à Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri começaram a se aglomerar na calçada do Solar Maria Olímpio, nas imediações da Praça Figueira Sampaio, centro da cidade de Barbalha. Diante do casario colonial, era possível perceber membros de diferentes coletivos articulados pela Frente conversando pelas calçadas enquanto aguardavam o início da sexta Marcha das Mulheres. A marcha acompanharia o cortejo de grupos populares que usualmente ocorre nas manhãs do primeiro dia da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, saindo da Igreja Matriz até um palanque montado na Praça Dr. João Figueiras Teles, em frente à Igreja do Rosário. Ali, estariam políticos locais, estaduais e autoridades eclesiais.

Em meio à multidão que assistia e participava das calçadas da rua do Vidéo, militantes da Frente denunciavam casos de violência doméstica e feminicídio frequentes naquela cidade e na região do Cariri. Apontavam a inexistência de equipamentos públicos de combate à desigualdade de gênero em Barbalha, bem como os retrocessos estabelecidos pelo governo Bolsonaro aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais naquele ano de 2019. À frente da primeira

faixa que marcava a presença da Frente no cortejo de grupos populares na Festa, seguia um grupo de reisado. Atrás, crianças paramentadas como vaqueiros, cangaceiros ou outra personificação do imaginário rural popular nordestino.

Havíamos andado três ou quatro quarteirões quando um funcionário uniformizado, falando em nome dos organizadores da Festa em Barbalha, adentrou o cortejo e passou a interagir com algumas das militantes. Afobado, explicava às mulheres, com microfones em punho seguidas por caixas de sons e dezenas de militantes, que sua marcha deveria andar atrás dos grupos folclóricos, não entre eles. À medida que a marcha avançava em direção ao palanque, nosso interlocutor parecia mais aflito. Alheio às temáticas sublinhadas pelo movimento de mulheres, tentava evitar um possível encontro entre o movimento social e as autoridades que estariam no palanque assombrado alguns metros adiante.

Perceber a dimensão alegórica da textualização desse conflito (CLIFFORD, 2002 [1986]) elicia questões relevantes sobre possíveis conjunções e disjunções (BRAH, 2006) entre movimentos sociais e cultura popular no Cariri cearense. Por que as mulheres marcham durante a Festa do Pau da Bandeira em Barbalha? Por que marcham entre os grupos de cultura popular? Que forma vem assumindo o cortejo desses grupos na manhã de abertura da Festa tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN?

Para James Clifford (2002), a escrita da cultura aciona alegorias em sua forma e conteúdo, embutindo “conteúdos morais, ideológicos e mesmo cosmológicos” na descrição de “acontecimentos culturais reais” (p. 63). Buscamos demonstrar adiante como as ideias persistentes e multifacetadas de cultura popular, gênero e Cariri demandam ações, práticas e comportamentos psicológicos de agentes socialmente localizados como condição e efeito da textualização da cultura. Essas formas expressivas aparecem ora de forma dispersa, ora excessivamente estereotipadas, no conflito social descrito nos parágrafos iniciais deste artigo e retomado mais adiante.

Clifford (2002) encontra um paralelo para a dimensão alegórica da textualização da cultura na noção de *performance* social e seu poder expressivo em Victor Turner (1987, 2015 [1982])³. Ao condensar histórias míticas e de senso comum, as *performances* confeririam aos processos sociais uma retórica, uma forma de enredo, um significado (CLIFFORD, 2002, p. 63).

³ Para pensar as diferentes implicações teórico-metodológicas das noções de *performance* e drama social, ver Cavalcanti (2007) e Silva (2005).

A partir da noção de dramas sociais, Turner (1987) define “unidades aparentes de processos sociais não harmônicos ou desarmonicos reveladas em situações de conflito” (p. 74). Dessa forma, destaca padrões normativos e regularidades na conformação da cultura; enaltecendo o potencial de transformação e distanciamento reflexivo da estrutura social a partir de momentos rituais extraordinários⁴.

Nosso intuito aqui é qualificar o conflito entre agentes distintos, associando-os a formas expressivas que encenam o Cariri como espaço particular ao longo do cortejo de grupos populares e da Festa de Santo Antônio em Barbalha. As ações, estados e comportamentos psicológicos desses agentes funcionariam “não apenas para dar ordem ao universo que habitam, mas criativamente para também fazer uso da desordem (...) ao questionar os princípios axiomáticos anteriores que se tornaram um entrave para o entendimento e manipulação de coisas contemporâneas” (TURNER, 2015, p. 29), a exemplo de outras vivências descritas por Turner em sociedades complexas (TURNER, 1987, 2015). Examinaremos, portanto, diferentes regimes autorais internos às construções narrativas (CAVALCANTI, 2007, p. 29) dos agentes na Festa de Santo Antônio, condensando o conflito social pela *performance* legítima e legítimável de ocupar a rua.

Paulo Raposo (2014) chama a atenção para as novas configurações da ocupação dos espaços públicos pelos movimentos sociais a partir de 2009. Segundo o autor, o ato de “tomar a rua” expandiu “(...) as potencialidades dos movimentos sociais partilharem e trocarem informações para além do espaço que lhes era reservado pelas mídias convencionais” (p. 92). Aliadas a tecnologias recentes de distribuição e produção de conteúdo, *performances* públicas revelam mais que a necessária tensão sobre a gestão de políticas institucionais ou embates por objetivos socioeconômicos. São agora essencialmente “embates culturais” de definição das regras do jogo. Tais regras implicam um “sistema expressivo” (CRUCES, 1998), que comunica e identifica a um só tempo a dinâmica que legitima a ocupação público por grupos, os espaços por eles ocupados e os limites da ação e participação democrática. Para Cruces (1998), protestos públicos são exercícios poéticos e políticos de imaginação. Um exercício expressivo de ocupação da cidade, em que uma

⁴ No original: “I define social dramas as units of aharmonic os disarmonic social process, arising in conflit situations.”

⁵ De acordo com Cavalcanti (2007, p. 128-129), ao salientar a dimensão dramática da vida social, Turner a um só tempo se aproxima e se distancia de temas clássicos da antropologia social britânica e dos estudos orientados por Max Gluckman então.

multiplicidade de grupos desenvolve “distintas encenações do que são, do que têm sido e do que almejam ser” (p. 27).

Atenta aos jogos de nomeação que reivindicam ações e disputas políticas como “movimentos democráticos”, Judith Butler (2018) insiste que diferentes formas de assembleia se estabelecem como personificações plurais daquilo que se reivindica como “povo” ou como “ação política legítima”. Para a autora, esse necessário exercício de liberdade supera a própria ação da esfera judicial à medida que ratifica agenciamentos de participação inéditos. Mais uma vez, *performances* públicas estabelecem as próprias regras do jogo. Desse jogo se alimentam os movimentos que apoiam grupos estigmatizados ou distanciados dos direitos sociais. À medida que a mensagem se expande para um público mais amplo e indefinido, protestos públicos são capazes de convencionar formas de participação e formação de comunidades (RANCIÈRE, 2009). Irmanam-se assim às problemáticas apontadas por Yúdice (2013) e Hershmman (2011) sobre as formas de identificação e definição de si a partir de plataformas não presenciais. À medida que materializam expressões que se estendem para além de suas fronteiras usuais de participação e recepção, compete aos movimentos sociais a comunicação e significação contínua daquilo que são, de onde vêm e do espaço que ocupam a fim de expressar o que almejam.

Tais formulações serão aqui testadas a partir da presença e ação da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri na Festa de Santo Antônio, em Barbalha. Esse coletivo vem constituindo uma frente de ação política multifacetada ao longo da última década, tornando-se agente fundamental em ações relacionadas ao acesso da população negra a políticas públicas; apoio às numerosas vítimas de violência de gênero na região do Cariri⁶; planejamento, instalação e avaliação de políticas públicas relacionadas à moradia, educação e saúde; ações educativas junto a grupos considerados vulneráveis; negociações diretas com gestores; organização de marchas de visibilização de lutas na região do Cariri, entre tantas outras ações.

Ao longo dos últimos três anos, tenho pensado como tais ações deslocam significados sobre a espacialidade conhecida como região do Cariri, um conjunto de 28 municípios distante cerca de 600 quilômetros dos principais centros urbanos do Nordeste brasileiro. Assume-se aqui a relevância da força performativa da ocupação pública por lutas políticas, aliada à materialização de marcadores sociais da diferença, significados pela aparição contínua e significativa dos corpos das lideranças dos movimentos (MARQUES, 2019).

⁶ Ver: Quirino, Marques e Araújo (2013), Marques (2013; 2015a).

A um só tempo, a ação dessas agentes torna visíveis gramáticas particulares de ação nos movimentos feministas e a tematização do Cariri como espaço criado sob os signos da tradição e passado rural, potencializando sua ressignificação (LUNA, 2018). Possivelmente, apenas um movimento com fronteiras de identificação fluidas, ações pulverizadas e marcadores sociais abrangentes possa lidar com as limitações dessas gramáticas em espaços periféricos como o Nordeste brasileiro.

Tentaremos demonstrar isso a partir da ação da Frente na marcha ocorrida na cidade de Barbalha durante o cortejo de grupos populares que antecede o ritual do carregamento do Pau da Santo Antônio na festa do padroeiro dessa cidade no Cariri cearense. Dividimos nossa exposição em três partes: na primeira delas, esboçamos questões de significação do Cariri como espaço. Por aliarem significados tecidos ao longo dos últimos três séculos sobre sertão; mundo rural e tradição, os jogos de apagamento e inflação de significados que compõem o Cariri como espaço unitário parecem encontrar na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha uma forma de expressão exemplar. Nossa descrição do espaço se entrelaça, portanto, aos discursos sobre memória coletiva e patrimonialização da Festa. Na segunda parte do texto, descrevemos a construção de memória sobre o espaço a partir da Festa como significação de corpos e ações dotadas de gênero e origem social. Descrevemos, portanto, performatividades de gênero capitaneadas pela e a partir da Festa.

Ressaltamos ao longo do texto distintas agências sobre as narrativas de gênero presentes na Festa: enquanto na memória usual da Festa de Santo Antônio mulheres são definidas pela busca de parceiros para o matrimônio; a Frente de Mulheres do Cariri busca ressignificar as relações de gênero e as dizibilidades sobre a região denunciando a desigualdade e violência de gênero. O embate entre o discurso hegemônico que compõe a memória da Festa a partir das relações de gênero e a denúncia das violências experienciadas pelas mulheres no Cariri compõe uma disputa pelo espaço, aqui descrita desde o conflito social expresso pela presença da Frente de Mulheres já esboçado e descrito pormenorizadamente.

Sentidos de significação e legitimação da ocupação do espaço público pelos grupos populares e pelos movimentos sociais parecem ter seus sentidos adensados a partir do embate. Ao mesmo tempo, conjunções e disjunções usuais entre as formulações sobre o povo nos grupos de cultura popular e do povo no movimento feminista ganham novas nuances, fazendo-nos refletir sobre a dinâmica entre espaços, os dispositivos de definição do Cariri como

espaço unificado e limites das gramáticas que compõem a dinâmica dos embates para sua definição.

1. Caleidoscópio Cariri

Em conjunto com Juazeiro do Norte e Crato, a cidade de Barbalha compõe o que é usualmente descrito como centro econômico, político e cultural da região do Cariri⁷. A partir de 2009, as três cidades juntamente com Caririáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri passam a ser reconhecidas como Região Metropolitana do Cariri (QUEIROZ, 2014).

Martins (2003) chama atenção ao fato de o Cariri comunicar-se com o restante do Nordeste, do Brasil e do mundo, a partir das personagens Luiz Gonzaga, Padre Cícero e do poeta popular Patativa do Assaré. Deslocamentos contínuos na significação desse espaço mostram a complexidade das disputas em torno de sua dizibilidade⁸, compondo guerras culturais com repercussões econômicas, políticas e no cotidiano das populações que por ali circulam ou habitam. De forma sintética, poderíamos dizer que se trata de um território inventado à luz da ideia de tradição. O conjunto difuso usualmente chamado cultura popular emerge, portanto, como anteparo simbólico que alegoriza a região, seu território, sua população e as relações socioculturais ali presentes⁹.

Nas textualizações do Cariri como espaço unificado, chama a atenção a variedade de experiências dispersas estabelecidas a partir da conjunção entre narrativas espaciais e usos da categoria “povo” precipitadas pelo termo cultura popular (HOBSBAWN,1997; ANDERSON,1989; BURKE,1989). Essa

⁷ Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte possuem, respectivamente, 60.781, 132.123 e 274.207 habitantes. O chamado Triângulo Crajubar concentra as maiores zonas urbanas e empresariais da região, com destaque para Juazeiro do Norte. Queiroz (2014) trata o conjunto de municípios como relevante área de habitação e fluxo populacional. Política e economicamente estratégico, portanto, no que tange à concentração de eleitores e políticas públicas.

⁸ Aproximamo-nos aqui ao argumento de inspiração foucauldiana utilizado por Edward Said (1990 [1978]) de que o espaço é uma materialização de relações de poder instituída a partir de disputas sociais em que textos, obras e autores assumem, ou não, poder referencial. Argumento semelhante é utilizado por Albuquerque Jr. (2001 [1999]), ao definir o Nordeste brasileiro como “repetição de determinados enunciados, que são tidos como definidores do caráter de região e de seu povo” (p. 24).

⁹ Sobre a variedade de materializações e percursos institucionais referentes às manifestações atualmente reconhecidas como cultura popular no Cariri, ver: Slater (1982); Carvalho (1999); Nunes (2014); Lima (1985); Melo (2010); Alegre (1994); Gonçalves (2013); Andrade Filho (1991), Grangeiro (2013), Barroso (2013); Cariry e Barroso (1982); Rocha (2019).

sobreposição funciona como artifício para a legitimação de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989) à luz do modelo estado- nação.

Elencar distintas formas de circulação econômica; projetos políticos e articulações simbólicas que se impõem na textualização do Cariri nos relembra que o espaço não é apenas um cenário que ampara ações de sujeitos distintos. Ele é também um dado material da organização do pensamento e da dinâmica entre lugares. E, como tal, posto a serviço de jogos de poder.

É possível localizar notas sobre o conjunto difuso hoje descrito como cultura popular no Cariri desde a presença das expedições científicas no Brasil durante o século XIX. Em seus escritos de viagem à cidade de Crato, o naturalista Francisco Freire Alemão (2007 [1860]) ressaltou a “quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos da cadeia (...) a pedir esmolas, de joelho e chorando” (p. 14). Dando continuidade a seus relatos sobre a região, descreveu as missas e os festejos no adro da igreja, cheios de mulheres com lenços ou xales brancos sobre a cabeça, e a feira “topetada de gente” (p. 20), com “grande rumor e gritos de rezas de rapazes, crianças e estalos de fogos da China, atirados no meio do povo” (p. 19).

Em 1838, o naturalista britânico George Gardner descreveu as Bandas Cabaçais¹⁰ presentes nos folguedos ao sul do Ceará. Diz Gardner (1942 [1846]:

Durante minha estada em Crato celebrou-se o festival de Nossa Senhora da Conceição, precedido de nove dias de regozijo a expensas de vários indivíduos nomeados festeiros. Em todo o período da novena (...) o pequeno destacamento de soldados da Vila sustentou um fogo nutrido de dia e de noite. Com estas descargas, com as procissões e luminárias, com o estouro de fogos de artifício e os disparos de um pequeno canhão em frente da igreja, a Vila reboava incessantemente. (...) encaminhei-me pelas sete horas para a igreja diante da qual grande número de bandeiras flutuavam em mastros e duas grandes fogueiras crepitavam. No terraço em frente do templo, ondulava grande massa humana e meia-dúzia de soldados disparavam, a espaços, seus mosquetes. A pouca distância tocava uma banda de música, dois pífanos e dois tambores, música da pior categoria, a correr parelhas com os fogos de artifício então exibidos. (p. 160)

Em 1958, um dos principais articuladores do Instituto Cultural do Cariri-ICC¹¹, o intelectual local J. de Figueiredo Filho contrastou a depreciação dos

¹⁰ Chamam-se bandas cabaçais conjuntos musicais formados por uma zabumba; um píforo e um triângulo.

¹¹ O Instituto Cultural do Cariri é uma agremiação político-literária fundada em 1953, presente

folguedos e banda locais pelo naturalista escocês à percepção do pesquisador austríaco radicado em São Paulo, Martin Braunwieser. O então membro da Missão de Pesquisas Folclóricas enviada ao Norte e Nordeste pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo descreveu as Bandas Cabaçais em artigo de 1946, publicado no Boletim Latino-americano de Música, da seguinte forma:

Não há coisa mais linda do que uma cabaçal no sertão. Durante a viagem a Tacararu (Pernambuco), vi uma [banda] cabaçal tocando em frente a uma pequena capela, no campo (...). De longe ouvia-se o ritmo marcial dos zabumbas, convidando e chamando o povo para ir à capela (BRAUNWIESER apud FIGUEIREDO FILHO, 1955, p. 107).

Posteriormente, referindo-se ao instrumento musical chamado pife, Braunwieser (apud FIGUEIREDO FILHO, 1955) descreve “um som todo especial, um tanto agudo, melancólico, amoroso, lembrando pela altura nosso flautim” (p.107).

A colagem de percepções opostas entre um intelectual europeu, interessado na coleta de fauna e flora particulares das províncias do Norte brasileiro, e um musicólogo, curioso pelas particularidades na formação cultural brasileira¹², demonstra que a descrição das manifestações culturais presentes no Cariri potencializam narrativas marcadas por projetos político-intelectuais distintos. Torna-se improvável, portanto, qualquer formulação geral capaz de prever a complexa tessitura entre as circunstâncias de produção dessas narrativas, seus distintos mediadores e a capacidade de agência desses mediadores e de suas obras. Restaria aos interessados levantar essa confluência de fatores caso a caso, a fim de não cristalizar uma ideia de Cariri, sob o risco de perpetuar relações de poder expressas em dizibilidades específicas, muitas vezes assumidas como verdadeiras a despeito do (re)conhecimento das circunstância que produziram tais dizibilidades (MARQUES, 2015b).

À luz de hoje, esses relatos parecem descrever um território coeso, alegoria da ocupação territorial a partir dos grandes latifúndios, das relações de trabalho características da monocultura de cana-de-açúcar, das experiências de migração de nordestinos em busca de trabalho. Invariavelmente, esse conjunto

ainda hoje na cidade de Crato- CE (VIANA, 2014; SEMEÃO, 2011).

¹² Para pensar as relações entre identidade nacional e cultura popular no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950, ver Cavalcanti *et al.* (2012 [1988]), Cavalcanti e Vilhena (2012 [1990]), Vilhena (1997). Para pensar o debate sobre música popular e identidade nacional na mesma época, ver Assis e Godói (2016).

é alinhado à religiosidade popular e lazer presentes nos sítios da Chapada do Araripe. Tal conjunto não vem passando despercebido a projetos intelectuais que espacializam nossa percepção do mundo, revisitando oposições relevantes na formação das Ciências Sociais, tais como rural e urbano; comunidade e sociedade, cultura popular e cultura erudita¹³.

Dado seu poder referencial, que formas narrativas e expressivas a conjunção entre povo e espaço vem assumindo na Festa do Pau de Santo Antônio em Barbalha?

2. Trânsitos e marcadores em ebulição

Para Souza (2000), o uso do termo festa para descrever a expressão religiosa-cultural anual em meados de julho em Barbalha remonta aos anos 1960-70.

Antes existia apenas o Cortejo do Pau da Bandeira de Santo Antônio. Este teve início em 1928, por iniciativa do vigário Pe. José Correia de Lima, que se inspirou no costume popular existente em Barbalha de hastear a bandeira do santo festejado durante as festas juninas e ocasião de renovações (SOUZA, 2004, p. 65).

Ao descrever as transformações mais relevantes ocorridas ao longo da Festa, o autor (2000) chama a atenção para os expedientes de carnavalização e folclorização. Define como carnavalização o processo ocorrido a partir dos anos 1940, década em que o cortejo do Pau de Santo Antônio se transformou em um momento festivo, envolvendo comida; disputas lúdicas e interação entre homens que carregam o Pau; acompanhamento do cortejo por bandas cabaçais e abundância de bebida, a chamada Cachaça do Vigário. Folclorização, enfim, seriam os esforços empreendidos a partir de 1973 pelo poder público municipal e a paróquia, que resolveram “juntar suas forças com o objetivo de transformar a festa de Santo Antônio num evento religioso de cunho folclórico-artístico-cultural, passando a estimular ‘o artesanato, a culinária típica e as danças e folguedos populares’”. (NEVES apud SOUZA, 2000)

Tais expedientes institucionalizam a festa, precipitando seu processo de patrimonialização e salvaguarda pelo IPHAN a partir dos anos 2000. O levantamento de material realizado compreende um acervo de mais de 3 mil

¹³ Sobre a relação entre Cariri e projetos intelectuais que acessam a noção de mundo rural, ver: Figueiredo Filho (1960); Pinheiro e Figueiredo Filho (1953); Menezes (1985); Vieira (2000); Marques (2008,2015).

registros da Festa, como entrevistas; fotografias; matérias em periódicos (SOARES; SILVA, 2013, p. 6).

No texto apresentado pelo IPHAN-CE como dossiê de registro da Festa do Pau de Bandeira de Santo Antônio, há referências constantes à dificuldade de mediar as disputas sociais entre os múltiplos agentes que compõem a Festa, o que teria complexificado a função institucional do órgão. As tensões descritas a partir da experiência do IPHAN na cidade de Barbalha parecem incompatíveis com a construção de uma imagem totalizante das expressões que cercam os festejos. A despeito disso, imagens reiteradas e de fácil circulação dos carregadores do pau; dos grupos de cultura popular e seus artefatos ou da sobreposição entre Festa e experiência religiosa parecem pródigas em mobilizar marcadores sociais, definindo uma gramática de trânsitos e lugares sociais comunicados a partir da Festa do Pau de Santo Antônio. Observemos a reiteração de lugares comuns da Festa tal como presente no próprio Dossiê do IPHAN:

(...) No domingo em que ocorre o carregamento e hasteamento do pau da bandeira, logo pela manhã, por volta de cinco horas, alguma movimentação já vai ocorrendo, sobretudo o som inconfundível das bandas cabaçais que principiam a trilha de um roteiro cujo propósito central é construir a ideia de um espaço que remete os expectadores a expressões que supostamente aludem a noções como “cultura brasileira” e “cultura popular”.

Outros tantos folguedos se posicionam e vão tomando conta do espaço; sob o sol a pino e a cumplicidade retumbante da Igreja Matriz e do casario antigo, os sons, movimentos e coloridos das manifestações, além do exotismo de tantas presenças ilustres para quem inevitavelmente os olhares convergem, marcam o tom da diferença e da mistura organizada. No mesmo domingo no qual os grupos de folguedos se manifestam dispersos pelas adjacências do largo onde se encontra a Igreja Matriz, e que desfilam como uma marcha seguindo a bandeira de Santo Antônio, ocorre o carregamento do “pau” por um percurso de aproximadamente seis quilômetros (...). O carregamento – que, decerto, é um dos momentos centrais da festa – reúne uma porção de homens dedicados ao esforço enorme de levar adiante, em seus braços e ombros, a condução, em direção ao local de hasteamento, de uma árvore desgalhada, cuja extensão chega a vinte e dois metros, ou mais, e o peso a aproximadamente duas toneladas, duas toneladas e meia (...). Após visível tenacidade e esforço realizado, assim como recompensado, em meio às brincadeiras de duplo sentido, ou demonstrações várias de virilidade, como nas simulações de embates corporais ou consumo

demasiado da “cachaça do Senhor Vigário”, a festa, nos dias que seguem, apresenta seu fervor religioso nos noitários e procissões até o dia 13 de junho, data em que se celebra o santo padroeiro de Barbalha (IPHAN, 2015, p. 15).

Em geral, descrições da Festa do Pau de Santo Antônio priorizam dois de seus momentos: a) a escolha e carregamento do enorme tronco de madeira dos sítios que rodeiam o centro urbano até a Praça Matriz da igreja, onde se transformará no mastro da bandeira do Santo; b) o desfile de grupos de cultura popular perfilados chamado “desfile dos Grupos Folclóricos” (ALEXANDRE; SOUZA; BEZERRA, 2013, p. 66).

Tal desfile foi implementado pela Prefeitura Municipal de Barbalha no ano de 1973 (...). Com isso, o poder público municipal afirmava buscar o *resgate* e a *preservação* das manifestações populares, ao mesmo tempo em que dava mais visibilidade à Festa de Santo Antônio, atraindo pessoas de outros lugares para a cidade durante a ocasião (Idem; Ibidem, p. 68).

Vale lembrar que a Festa toma dias e noites do centro urbano de Barbalha ao longo de treze dias seguidos, finalizando na data comemorativa em louvor ao Santo Padroeiro, dia 13 de junho. Ao longo desses dias, observa-se enorme ebulição em lugares públicos e particulares da cidade. Festas privadas, visitas dos filhos ausentes da cidade, venda de artesanato ao redor da igreja matriz, quermesses, atrações locais e nacionais apresentam-se no palco do Parque da Cidade, parques de diversão se deslocam entre festejos ocorridos anteriormente em localidades de pequeno e médio da região até a cidade de Barbalha. Esse conjunto variado de atrações mobiliza interessados, vindos de cidades e sítios ao redor, em horários e espaços distintos. Rádios, jornais impressos e televisivos noticiam anualmente a Festa. Fotógrafos de renome registram o carregamento do Pau da Bandeira e dos grupos populares ali presentes, priorizando expressões de força, embriaguez e exaustão dos corpos masculinos no ato coletivo de carregar e erguer o mastro em frente à igreja. Priorizam também imagens de pessoas negras e pardas paramentadas de acordo com as manifestações lúdicas e religiosidade capitaneadas para a Festa: penitentes, maneira o pau, grupos de reisado, vaqueiros, capoeiristas, mulheres cantadoras de Coco e tantos outros. Pesquisas acadêmicas sobre a festa se multiplicam. Visitantes ocasionais retratam a si mesmos em momentos expansivos. Jovens herdeiros e herdeiras da cidade e arredores andam a cavalo

em meio à multidão que abarrotava as ruas, demonstrando distinção social e desenvoltura no trato com o animal.

Em cada registro, sentidos de origem e localização social eliciados pela Festa são adensados, precipitando um imaginário espacial entrecruzado por marcadores de gênero.

Ferreira (2013, p. 60) descreve a Festa como uma “brincadeira de homens”. Em entrevista para o cineasta Rosemberg Cariry, o memorialista local Napoleão Tavares Neves refere-se a “uma festa máscula”, capaz de “criar essa aura de machismo, de masculinidade em torno do pau da bandeira (...)” Segundo Napoleão Tavares, “Uma poetisa de Barbalha (...) qualificou o pau da bandeira de símbolo fálico do homem Cariri” (NEVES apud CARIRY, 2013, p. 108).

Homens escolhem o pau, homens derrubam o pau e preparam sua “cama” para que o pau possa secar na mata. Homens carregam o pau até o centro, em um esforço transcendente. Homens organizam o levantamento do pau em uma vala cavada por homens à frente da igreja matriz. Homens organizam o levantamento do pau defronte à Igreja Matriz e, ocasionalmente, machucam-se em momentos dramáticos de vacilo, valentia e sangue imediatamente noticiados pelas mídias locais. Também são homens aqueles que bebem a Cachaça do Vigário, os penitentes, aqueles que tocam zabumbas; pifes e triângulo nas Bandas Cabaçais e que dançam o reisado. Quando carregadores pardos e negros cobertos de barro veem algum político de renome, branco; pertencente a alguma elite rural ou urbana, ele será invariavelmente colocado sobre o pau, congraçando-se e diferenciando-se dos outros homens que carregam o pau ou assistem.

Inútil dizer que tal simbolismo reaviva e perpetua lugares sociais distintos atrelados ao mundo do trabalho e circulação de homens e mulheres no mundo rural, nas sociedades da cana-de-açúcar (IRFFI, 2016; NASCIMENTO, 2012; WOORTMANN, 1987). No entanto, tal como o Pau de Santo Antônio, que deixa os sítios e cruza o limite urbano encontrando seu destino em frente ao Largo da Igreja Matriz, as simbologias de gênero parecem exigir um lugar para o feminino capaz de cruzar as fronteiras de significação entre o rural e o urbano.

Se a folclorização da Festa tensiona a centralidade narrativa entre os ritos religiosos e a ebulição social que toma as ruas, os preparos litúrgicos; a organização da quermesse; os cuidados domésticos parecem incapazes de comunicar um lugar para as mulheres desde a Festa tal como expressa a partir dos anos 1970. Poderíamos sugerir que a relação pública da presença de

mulheres na Festa passa então a ser mediada pelo Pau de Santo Antônio, Santo Casamenteiro.

A partir de meados dos anos 1990, em participações ocasionais no cortejo do Pau da Bandeira, foi-me possível perceber um jogo feminino exemplar: mulheres jovens congaçavam-se entre si tentando furar o cerco masculino de carregadores suados ou examinando atentamente os sucessivos lugares onde, sucumbidos pelo peso do enorme tronco, os homens deixavam desabar de forma ordenada a madeira no chão. Jovens mulheres intentavam obter lascas da madeira, ora avançando com mãos sequiosas sobre a tora de madeira, ora catando seus fragmentos espalhados no caminho. O riso cúmplice era constante. Impossível dizer se o riso sinalizava ironia ou desejo de casar. Assinalava certamente o desejo de tomar lugar na Festa.

A partir de 2002, a expressão pública do lugar da mulher na Festa de Santo Antônio toma forma na “Noite das Solteironas”. Ausente das pesquisas acadêmicas e demais registros da Festa até meados dos anos 2000, a manifestação vem ocorrendo no sábado que antecede o carregamento do Pau da Bandeira. Alinha as simpatias populares em torno do Santo Casamenteiro e o nome da “advogada e professora aposentada”, Socorro Luna, descrita como “a solteirona mais famosa do Brasil”.

(...) Ela criou a Noite das Solteironas, em 2002, unindo as simpatias pelo padroeiro junto com o tradicional Pau da Bandeira. Tem a pinga Xô Caritó, o pó Cata-Marido e um *kit* com a casca da madeira que serve de mastro, oração e uma fitinha dizendo “Santo Antônio, tens piedade de nós, as solteironas (RODRIGUES, 2018)” – Diz reportagem veiculada em jornal local.

A narrativa presente nos veículos de comunicação parece bastante distante da ideia de memória local comunitária, imemorial e sem autoria definida, tal qual descrito nos debates sobre identidade nacional característicos do movimento folclórico brasileiro. Parece antes apoiada em uma relação em que elites locais legitimam alegorias sobre as relações sociais ali presentes, capitaneando imagens de fácil circulação. Ao mesmo tempo, veiculam um lugar para si, para modelos de relação entre homens e mulheres, assim como projetos de bem-estar (VELHO, 1978). Vejamos alguns exemplos:

Com o subtítulo “Deu certo”, a reportagem intitulada “Devoção ao Santo casamenteiro reinventa costumes em Barbalha” (RODRIGUES, 2018) narra a história de Cinara Maria Mendes, que, em 2007, tomou o chá na Noite das Solteironas: “(...) Um dos carregadores parou o percurso e jogou uma lasca da

casca na direção da garota (...) Horas depois, na mesma rua lotada, sua mão encontrou a de Daniel Rolim, e se beijaram em seguida” (RODRIGUES, 2018). A matéria encerra o enredo dizendo que os dois se casaram em 2013. “Barbalhenses, hoje, ela é dentista e ele, advogado” (Algumas páginas antes, a mesma matéria noticia o casamento coletivo de 15 casais:

Um grande casamento coletivo será realizado, com um desfile de carros antigos, tapete vermelho, helicóptero despejando pétalas de rosas e valsa ao som da sanfona. Um luxo oferecido às pessoas que atendem dois critérios: pediram ao Santo o casório, realizando alguma simpatia, e são pobres e não têm condições de pagar. (RODRIGUES, 2018).

Tais narrativas apontam lugares sociais para homens, mulheres e sua interação, descrita como natural e complementar. Reiteram um ideal de união, pautada em profissões liberais perpetuando modelos de bem-estar. Por fim, alinham tais modelos a simbolismos presentes na Festa: o carregador, o Pau da Bandeira, a tradição das simpatias.

Distantes do discurso sobre Patrimônio, as práticas e suas formas de veiculação parecem espelhar apropriações nativas de imagens veiculadas a partir da Festa, (re)instaurando um imaginário espacial que comunica Barbalha e o Cariri como mundo rural, sinônimo de tradição.

Apropriações folclorizantes distintas são também citadas por Alexandre *et al.* (2013, p. 68), que afirmam que “a relação da Prefeitura com as manifestações da cultura popular local resultou em uma rápida ressignificação destas”.

A Dança de São Gonçalo, por exemplo, antes realizada no Sítio Barro Vermelho em Barbalha por senhoras que honravam o santo concedor de graças e curas é atualmente praticada por alunas do ensino fundamental treinadas na escola do sítio apenas para exibição na Festa de Santo Antônio. (Idem, *ibidem*, p. 68).

Os autores denunciam ainda que a escolha do capitão do pau, originalmente feita pelos carregadores, tem sido realizada com “maior interferência da Prefeitura Municipal de Barbalha na celebração tem se transformado numa disputa política e nem sempre o escolhido é o preferido dos carregadores” (ALEXANDRE, SOUZA, BEZERRA, 2013, p. 59).

Escolas municipais e poderes públicos situam-se assim como artífices da folclorização da Festa, expediente bastante evidente na própria realização do cortejo de grupos populares ocorrido às manhãs de domingo, descrito na

introdução deste artigo, que irmana penitentes, reizados, grupos de Coco e outras danças a estudantes paramentados como índios, cangaceiros e outras personagens do imaginário rural-comunitário nordestino. Como destaca o dossiê do IPHAN (2015, p. 80):

O poder milagroso do pau de Santo Antônio, além de ser, sem quaisquer dúvidas, um dos principais atrativos da festa, gera uma miríade de outras atrações, que, por vezes, circulam comercialmente por Barbalha e contribuem para imprimir o mencionado tom festivo e irreverente à cidade.

Descabido seria, no entanto, pensar que tais miríades podem ser mediadas livremente. Correspondem antes a uma gramática de disputas institucionais e hierárquicas que demonstra a complexidade da Festa e do Cariri como espaço. Tais disputas simbólicas parecem exigir o tratamento de sujeitos, territórios e localidades como todos tratados a-historicamente (CLIFFORD, 2002) a serviço da aliança entre cultura popular e território. Pode-se mesmo dizer que a experiência de patrimonialização da Festa radicaliza tais disputas, à medida que inspira usos de equipamentos públicos, tais como escolas municipais; Conselho da Mulher; Secretaria de Cultura pelos poderes locais em nome do bem patrimonializado.

Para que tal gramática possa ser percebida, faz-se necessário vislumbrar momentos em que seus termos são postos em cheque, quando a agência de sujeitos encarnados evidencia relações de apagamento. À medida que afastamos o uso a-histórico e generalizante (CLIFFORD, 2002) de categorias como região, povo ou território e permanecemos atentos aos sucessivos apagamentos ontológicos a serviço da naturalização da conjunção acima descrita, percebe-se melhor os diferentes projetos e mediadores que disputam dizibilidades sobre e a partir da região.

Ainda que reconheçamos tais disputas como a própria matéria que produz a vida social sobre a qual se dobra a antropologia, Clifford (2002) parece sugerir que através de seu tratamento poderíamos ter ganhos dialógicos que evidenciariam novas agências da escrita etnográfica. Voltemos então ao conflito social empreendido pelo Movimento de Mulheres do Cariri em sua sexta marcha, realizada em julho de 2019.

3. Povo, território e seus distintos agentes: etnografia da Marcha das Mulheres em Barbalha

Na manhã de domingo, horas antes da chegada do Pau da Bandeira ao centro urbano de Barbalha, dezenas de militantes se reuniam para participar do cortejo de Grupos Populares em frente ao Solar Maria Olímpio. Bandeiras e faixas foram estendidas no chão materializando o acúmulo de marchas, eventos e demandas que constituiu a trajetória da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. A exposição de faixas sinalizava ainda a confluência entre aquele movimento e coletivos diversos articulados em todo o país. Eram 10h30 da manhã quando a professora Zuleide Queiroz disse: “É agora!”. Prontamente, faixas foram distribuídas, militantes se posicionaram e seguimos o curso dos demais grupos, possivelmente entre as crianças de um grupo de lapinha e os trabalhadores rurais vestidos com trajes floridos para dançar o Maneira o Pau.

Havíamos caminhado cerca de 200 metros quando um senhor em trajes formais se dirigiu a mim para perguntar se eu era o responsável pelo grupo. A pergunta me causou estranheza, já que era óbvio que as demandas daquele coletivo ganhavam voz através do microfone alternado entre a militante negra e lésbica Veronica Isidório, a professora negra Zuleide Queiroz e a estudante de psicologia Macedônia Bezerra.

Ao longo dos próximos quarteirões, múltiplas apropriações de nossa presença nas ruas da cidade de Barbalha foram tecidas: enquanto as militantes, de microfone em punho, relembavam a perda de direitos de trabalhadoras rurais com o avanço do debate sobre reforma da Previdência pelo governo Bolsonaro ou denunciavam a ausência de equipamentos públicos onde se pudesse acompanhar os alarmantes índices de violência contra a mulher na cidade, das calçadas, o público assistia ao cortejo e aplaudia. Um pequeno agrupamento de adultos jovens brancos com chapéu de couro e barba bem aparada ensaiou o grito: “Mito! Mito! Mito!¹⁴”, recebendo olhares enviesados de militantes em marcha e do restante do público. Enquanto isso, o porta-voz dos organizadores do cortejo de grupos populares, suando em bicas, chamava a atenção para o fato de que nós não poderíamos estar ali nas ruas junto com

¹⁴ As eleições presidenciais em 2018 foram marcadas pela polarização entre a extrema direita e grupos vinculados à esquerda, compromissados com os direitos democráticos no Brasil. O representante da extrema direita, Jair Bolsonaro, ganhou a alcunha de Mito entre seus apoiadores. Embora o candidato eleito não tenha vencido em nenhum município do estado do Ceará, Barbalha apresentou a expressiva votação de 26.08% dos votos válidos em Jair Bolsonaro.

os grupos de Cultura Popular. Deveríamos andar atrás de todos eles. Não entre eles.

A ação do funcionário distinguia como unidades discretas (STRATHERN, 2001) movimentos sociais e as expressões da cultura popular re(a)presentadas no cortejo. Instaurava-se ali, portanto, a expressividade de um conflito social sobre a legitimação da rua como espaço de expressão política; do cortejo de grupos populares como manifestação folclorizante ou expressão popular e sobre os próprios limites do significado do que seria a ideia de expressão popular (BUTLER, 2018). Portanto, enquanto o movimento de mulheres estabelecia relações de continuidade entre o popular e a expressão política de demandas das populações periféricas no Ceará, o representante da organização tentava reinstaurar a função festiva-folclorizante do cortejo e a legitimação dos gestores das políticas locais e demais organizadores da Festa como ordenadores das expressões ocorridas em espaço público durante a Festa.

Cruces (1988) nos ensina que apenas muito recentemente, ainda em meados do século XIX, a ocupação das ruas por uma massa de trabalhadores com demandas específicas se legitimou como “novo repertório de ação coletiva” (TILLY apud CRUCES, 1988, p. 33). Até então (...):

(...) os modos de expressão nas ruas permaneciam atados ao folclore (ou seja, a formas tradicionais de balburdia¹⁵ ou das trupes carnavalescas que, se eventualmente se politizavam, nunca chegavam a controlar o tempo e espaço das assembleias por meio de votação), assim como a modos espontâneos e desordenados de revolta (...) (Idem, p. 34, tradução do autor).

A gramática que institui a conjunção entre cidadania; legitimação de representantes identificados com movimentos ordenados a partir de discursos específicos (PALMEIRA, 1989) e estabelece o Estado como interlocutor privilegiado das ações públicas (FACCHINI, 2012) segrega carnaval, cultura popular e expressão política. Elementos reintegrados a partir da presença da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri nos cortejos em Barbalha. Para que essa conjunção seja possível, no entanto, faz-se necessário perceber o movimento de mulheres do Cariri como parte da expressão popular legítima. Nesse momento, vale retomar parte do percurso da Frente de Mulheres e sua legitimação como movimento social na região.

¹⁵ “Charivari”, no original.

Não seria incorreto dizer que a Frente é fruto de uma rede que remonta a mais de três décadas de participação e liderança política de mulheres em movimentos distintos na região. O percurso dessas lideranças é bastante diverso. Estão associados à fundação de partidos de esquerda no Cariri; movimentos em torno da moradia, educação e saúde; militância em bairros populares; experiências de trabalho junto a Cáritas-Diocesana; Comissão Pastoral da Terra; movimentos negros, entre outros. A partir de meados da década de 1990, a circulação de pessoas vinculadas às universidades públicas e particulares na região possibilitou a articulação de novas redes entre feminismos fora da região e os movimentos de mulheres que ocorriam ali anteriormente, em patente exemplo de oxigenação das militâncias locais (ZANOLLI; FACCHINI, 2012). A sequência de morte violenta de mulheres entre os anos 2001 e 2003 (MARQUES, 2013) e as lutas pela abertura das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, dentre outros equipamentos públicos de combate à desigualdade de gênero na região, rearticularam esses movimentos, estabelecendo uma rede de apoio às mulheres vítimas de violência nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Por fim, a visibilidade das Marchas das Vadias em Juazeiro do Norte e Barbalha nos anos de 2012, e a necessidade de estabelecer um discurso coeso com gestores e imprensa inspiraram a construção da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri, tal como hoje a conhecemos.

Nesse percurso, militantes associadas a redes de debate e ação políticas distantes dali passaram a articular suas formas de pensar e atuar com outras militantes, advindas de formas de participação bastante distintas. Sonia Alvarez (2014) nos ensina que, ao falarmos em feminismo, não estamos descrevendo um referente, uma ação ou relação previamente existente no mundo. Estaríamos antes estabelecendo redes de comunicação que negociam diferenças e formas de comunicar-se na diferença a partir da ação. No ano de 2012, portanto, uma variedade de trajetórias materializadas por duas ou três dezenas de militantes equacionava redes de participação política diferentes, espalhadas em todo o país e fora dele. Ao mesmo tempo, essa Frente de diferenças era marcada pela necessidade de estabelecer demandas comuns, comunicadas para além de seus pares, nos espaços restritos existentes nos meios de comunicação de massa locais e estaduais.

Certamente essa experiência difere em muito de coletivos em grandes centros urbanos que marcam na cidade sua presença através de insígnias, bandeiras, estéticas e formas de expressão comuns que vão ganhando densidade com o convívio entre pares. A partir das tensões presentes nas

primeiras reuniões de formação da Frente, tornou-se evidente que a tentativa de confluência de uma variedade de movimentos com origens e pertencas diversas, atritos entre lideranças, seriam mais frequentes. Questões aparentemente simples, como: Quais as principais referências teóricas desse conjunto de mulheres? Qual seu vínculo com os feminismos? A Frente pode se definir como uma frente feminista? mobilizavam afetos e redes presenciais e não presenciais bastante complexas. O debate, portanto, não poderia ser polarizado meramente como a oposição usual entre movimentos e Estado para a implantação de políticas institucionais; tampouco poderia ser expresso como uma tensão sobre a forma de apresentação dos movimentos na mídia. O debate mais complexo a se enfrentar se dava e se dá entre os próprios coletivos, que negociam, em ação e a partir de sua ação, qual o lugar das diferenças entre eles na coalizão formada a partir daquele ano de 2012 (ALVAREZ, 2014).

Retomando Butler (2018), a fim de instituir sua presença nas ruas e redes de comunicação, os movimentos devem inventar a si como agentes legítimos daquilo que falam e sobre o lugar a partir de onde falam. No subitem 1, mobilizamos um conjunto de signos identitários que funcionam como articuladores da textualização do Cariri como unidade. Em seguida, mostramos como esses elementos, predominantemente expressos a partir da ideia de território e cultura popular são abraçados pelo IPHAN e outras formas de perpetuação da memória coletiva a partir de mediadores distintos. Para que a Frente fale de si como movimento identificado pelo lugar a partir de onde fala, estendendo a variedade de formas de participação popular reconhecidas como feminismo (BRAH, 2006), ela se faz atravessada por esses signos. Território, Cariri e povo são signos incontornáveis presentes na gramática cotidiana da Frente. Como dissemos, trata-se de dispositivos organizadores do pensamento capazes de expressar um cenário para a ação e possibilidades de gestão dos atores nele localizados.

Assim, para se instituir como mediadora de um discurso sobre o popular que se distancie das formas usuais de expressão das relações de gênero, a Frente de Mulheres deve eliciar formas expressivas articuladas a partir de outras expressividades daquilo que é popular. Podemos perceber tais esforços a partir dos embates ocorridos nas marchas em Barbalha entre os anos de 2012 e 2013. Nesses anos, a Marcha em Barbalha foi nomeada como Marcha das Vadias. O Grupo Pretas Simoa, um dos grupos de militância negra que compunha a Frente até então, passou a criticar publicamente as ações dessa coalizão de movimentos sociais. Para as militantes do Pretas Simoa, o termo “vadia” seria incompatível com a realidade da região, marcada pela presença

de trabalhadoras rurais, mulheres negras e pardas. A partir dessa narrativa sobre o cenário do Cariri, quem se beneficiaria ao ser chamada de vadia? Que corpos poderiam ser privilegiados pela sobreposição dos termos mulheres e vadias? Certamente, não as mulheres periféricas cujo trabalho é cotidianamente precarizado e desvalorizado¹⁶.

Em embates como esse, marcadores sociais de raça; sexualidade e origem social materializados continuamente pela presença das militantes que empunham os microfones em atos públicos como as Marchas das Mulheres em Barbalha, as Marchas das Mulheres Negras em Crato, nos anos de 2015, 2017 e 2019; eventos como Artefatos da Cultura Negra; ou ainda em embates com gestores públicos são formas privilegiadas de instituir novas mediações sobre a ideia de popular, tensionando dizibilidades sobre relações de gênero tal como presentes na Festa do Pau da Bandeira em Barbalha, por exemplo.

Instituído um lugar legítimo para si, equacionado com formas de percepção do popular, faz-se possível para a Frente de Mulheres ocupar as ruas.

Em uma dessas experiências de ocupação de rua, na Marcha de Mulheres ocorrida em 2018, em meio aos grupos populares ao longo da Rua do Vidéo, a Marcha passou por dois Prefeitos e um Deputado Federal com quem tentavam agendar audiências para debater pautas do movimento feminista. Em cada um desses encontros, Verônica Isidório, empunhando o microfone, relembra ao gestor público a lista de pendências estabelecidas com o movimento durante suas campanhas ou a insuficiência dos equipamentos públicos existentes para o combate à violência de gênero. Relembra ainda os índices de violência em Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, responsabilizando gestores públicos e denunciando a falta de interlocução com o movimento feminista.

Na Marcha de Mulheres em 2019 não havia gestores ao longo do percurso. Todos se encontravam no palanque assombrado no Largo da Igreja do Rosário. Diante das contínuas tentativas de interrupção da Marcha pelo funcionário da organização, as militantes com o microfone em punho passam a legitimar sua presença nas ruas para o público: “Todos os anos nós vamos sair, sim! Porque fazemos parte dessa Festa e fazemos parte desse cortejo, sim!” Bradou Verônica Isidório, fazendo-se ouvir pelo público. “Queremos aqui ressaltar a importância dessa Festa para as mulheres. Afinal, é o Santo Antônio

¹⁶ Fotos e vídeos da intervenção do grupo Pretas Simoa estão disponíveis em: https://www.facebook.com/pg/pretassimoa/photos/?tab=album&album_id=1398948650371740. Acesso em: 04 mar. 2020.

o santo das mulheres! (...). Nós viemos para a Festa de Barbalha mostrar nossa indignação. Por isso estamos aqui!” - retrucou Macedônia em seguida¹⁷.

Ao chegarmos ao Largo da Igreja do Rosário, onde se encontrava o palanque com as autoridades, o cortejo foi impedido de seguir por um cordão de seguranças uniformizados. Nesse momento, o fato de o grupo de militantes estar à frente de grupos de crianças paramentadas com trajes associados à noção de cultura popular mostrou-se fundamental. Impedir a passagem da Frente era interromper a apresentação dos grupos que vinham atrás de nós, que provavelmente ensaiaram durante todo o ano para passar em frente às autoridades locais. Olhando para os lados, pude perceber membros de grupos de cultura popular apoiando a Frente com palavras de ordem e enfrentamento físico com os seguranças. A dinâmica de militantes entre partidos de esquerda, bairros periféricos precarizados, universidades, práticas e políticas culturais na Região conferia coalizão a esses participantes do cortejo, vistos pelos organizadores como distantes e distintos. Para esses militantes da cultura popular, a distinção empreendida pelos organizadores entre movimento social e cultura popular era insustentável. Após breve embate de gritos de ordem, cada militante da marcha foi tutelado por um profissional de segurança contratado, seguindo seu percurso ao longo do Largo onde estava o palanque de autoridades. Aqueles que puxaram palavras de ordem ou portaram o microfone ao longo da caminhada receberam maior atenção, a fim de garantir que não parassem em frente ao palanque, dirigindo-se diretamente às autoridades presentes, como ocorrido em anos anteriores.

Do palanque onde estava, um dos políticos bem alimentado e protegido do sol comentou que crianças que desfilavam no cortejo atrás de nós teriam pressa. Estariam com calor e fome, por isso era necessário que passássemos mais rápido. Ao nosso lado, Mães de Santo, a Catirina, dançadores e penitentes se misturavam às militantes, apoiando-nos com sua presença.

Descrita dessa maneira, a *performance* da Frente de Mulheres pode ser lida como uma alegoria sobre a ação articulada pelo feminismo local para ganhar visibilidade em meio ao cortejo de Cultura Popular em Barbalha. Para que essa ação seja planejada e ganhe as ruas, essas aparentes unidades discretas: Feminismo e Grupos de Cultura Popular foram elas mesmas significadas ao longo de décadas. Foram também alinhadas a ideias de território, Cariri e povo citadas em projetos distintos, como demonstrado na sessão 1 deste artigo.

¹⁷ Leandro Medeiros de Santos produziu imagens do embate aqui descrito, disponível em: <https://www.facebook.com/1832035643690895/posts/2435256743368779/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

Como pudemos perceber, a hoje chamada Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri se constituiu a partir das fricções ocorridas entre moralidades presentes na Festa de Barbalha e os ideais feministas materializados durante a Marcha das Vadias ocorrida em 2012. Em 2019, Feminismo e Grupos de Cultura Popular são lidos pelos organizadores da festa como coisas que não devem se misturar. O embate descrito confere expressão simbólica às dinâmicas dessa disputa, evidenciando como se encontram entrelaçadas com dizibilidades acionadas sobre o Cariri, a ideia de povo e suas formas de legitimação.

Conclusão

Em forma e conteúdo, a Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE) parece evidenciar dinâmicas dos simbolismos que distinguem o Cariri cearense como espaço. A partir das picadas abertas por Turner (2005) e suas apropriações pela antropologia pós-moderna (CAVALCANTI, 2007; CLIFFORD, 2002), tomamos a forma expressiva de um conflito social para pensar a Festa como espaço privilegiado para a textualização da região e seus agentes.

Nesse percurso, evidenciamos projetos estético-políticos distintos, e muitas vezes opostos, a reiterar simbolismos persistentes de cultura popular, gênero e território. Esse conjunto dissonante parece capaz de abrigar a conjunção do Cariri como espaço, embutindo disputas definidas para além do meramente local, e por vezes, invisibilizando a experiência dos sujeitos.

Quando cotejadas as experiências de invenção do Cariri como unidade e o conflito social vivenciado entre o movimento de mulheres e organizadores da Festa, percebemos melhor que distintos elementos expressos desde o conflito constituem, eles mesmos, agentes e símbolos da textualização do espaço: a presença (multifacetada) do feminino na Festa; a ocupação da rua como *performance* festiva; a Festa como rito de inversão. A ideia de que simbolismos se impõem sobre sujeitos, exigindo ações; práticas e efeitos psicológicos (TURNER, 2005), aliada à intenção de evidenciar os complexos processos multivocais (CLIFFORD, 2002, p. 47) embutidos nas imagens e imaginário da Festa exigem perceber a Festa à luz da intenção dos agentes, da dinâmica dos simbolismos e das práticas de textualização do Cariri. Dentre eles, destacamos irrupções sobre a intersecção entre gênero e espaço.

Instigado pela gramática das diferenças de gênero eliciada pela Festa, o movimento de mulheres institui sua presença a partir de conexões entre os dados da violência contra a mulher; a ausência de equipamentos públicos de combate à desigualdade de gênero e a precarização da vida das populações

periféricas da região. Desde a Marcha das Vadias, em 2012, os movimentos de mulheres articulados pela Frente testam a si mesmo como movimento e a experiência de ocupar as ruas nessa “brincadeira de homens” (FERREIRA, 2013, p. 60). A reiteração da presença da Frente de Mulheres em debates públicos no Cariri, aliada aos marcadores sociais de gênero; origem social; sexualidade e raça visíveis nos corpos das militantes, legitimam a presença dos movimentos de mulheres e sua aderência à ideia de povo, noção fundamental para a textualização do Cariri e da Festa.

Ao mesmo tempo, são as ideias de ebulição social no rito festivo e suas possibilidades de inversão que exigem das mulheres e militantes que sejam estofo da Festa, suas inversões e misturas. Também na Festa, a Frente faz-se povo. Na festa, a Frente de Mulheres ocupa a rua como mulheres. O conflito experienciado pelas mulheres nesse rito de inversão calibra nosso olhar para os elementos que hierarquizam a Festa; as ruas de Barbalha; a região, evidenciando seus termos.

A *performance* da Frente e o conflito dela advindo mostram que a inversão de homens negros e pardos que carregam o pau por entre o casario colonial para transformá-lo no mastro em louvor a Santo Antônio parece agora insuficiente. Para a Frente, a precariedade dos sujeitos evocados por sua presença na Festa não se restringe à sua face patrimonializada, as miríades folclorizantes por ela multiplicadas ou à vontade de casar. Em oposição à ação dos movimentos, gestores públicos, autoridades eclesásticas e demais organizadores da Festa em Barbalha recorrem a um imaginário espacial totalizante sobre a região, folclorizado a partir de suas mediações. Para estes, a denúncia pública da situação das mulheres e populações periféricas do Cariri é incompatível com a memória oficial da Festa do Pau da Bandeira como imagem síntese do mundo rural, com seu casario colonial; monocultura de cana-de-açúcar e religiosidade popular.

Apropriações da Festa pela memória e mídia locais se entrelaçam à veiculação da figura da “solteirona” na festa, uma mulher desejosa de casar e que em nome disso faz promessas ao Santo e toma chá de lascas do Pau de Santo Antônio. A patrimonialização da festa é perpassada ainda pela mimetização de grupos populares pelas escolas locais, dando impressão de continuidade entre as práticas de lazer e religiosidade presentes nos terreiros de pequenas comunidades na Chapada do Araripe e o ensino burocratizado nas escolas do município.

Poderíamos dizer que a patrimonialização da festa e de seus personagens acessa uma romantização do mundo rural incompatível com a denúncia da

morte de mulheres em Barbalha, embora ambos os percursos de patrimonialização da cultura popular local e da violência contra a mulher acessem a ideia de um Brasil rural, atávico e distante da urbanidade como origem de suas ações. Tensões entre mundo rural e ideais urbanos, ora romantizados pela memória local da Festa, ora denunciados pelo movimento feminista.

As fricções ocorridas na Festa de Santo Antônio no ano de 2019 nos relembram, portanto, a força e reiteração de imagens que circulam em momentos em que grupos à margem do imaginário nacional brasileiro empunham símbolos diacríticos das ideias de participação, memória nacional e cidadania: fotografias como a do vaqueiro paramentado com trajes de couro sobre seu cavalo, empunhando a bandeira da diversidade na Missa do Vaqueiro em Serrita-PE (BESSA, 2016) ou de indígenas jogando futebol em frente ao Congresso Nacional (ALVES, 2014). A circulação dessas imagens é inspirada na tensão entre um *ethos* corporal facilmente reconhecível como estando à margem das ideias contemporâneas de cidadania, participação ou modo de produção de bens considerados modernos e objetos que se impõem como clichês de uma utopia generalizante de abrigo à diversidade de demandas compostas pela e para a nação.

A reatualização dessas imagens sobre formas e limites da gramática de participação política legitimada parecem ser tensionadas com a presença da Frente de Mulheres em Barbalha. A partir de suas ações, percebe-se que os sujeitos por ela acessados, bem como suas aparições em espaço público, estão bastante distantes de uma gramática de participação política pensada através de sujeitos intercambiáveis e equivalentes, tal como instituído em nossas reflexões usuais sobre cidadania. Paralelo a isso, fazem-nos perceber que a generificação do Estado não se limita a equipamentos de gestão da violência, família, cuidados com crianças ou idosos. Se, como demonstraram Vianna e Lowenkron (2017), o Estado inventa a si a partir da generificação de sujeitos, esses expedientes se estendem para instituições responsáveis pelo patrimônio e memória nacional. Instituem-se ainda na forma como políticas públicas legitimam a memória coletiva e suas gramáticas de gênero.

Referências

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de.
(2001). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife, FJN/ Ed. Massangana. São Paulo: Cortez.
- ALEGRE, Sylvia Porto.
(1994). *Mãos de mestre*. São Paulo: Maltese.
- ALEMÃO, Francisco Freire.
(2007). *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*: Crato- Rio de Janeiro, 1859/1960. Vol. 2. Fortaleza. Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.
- ALEXANDRE, Jucieldo; SOUZA, Océlio; BEZERRA, Sandra.
(2013). Festa de Santo Antônio de Barbalha; patrimônio de fé, devoção e carnavalização. In: Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Silva (Orgs.). *Sentidos da devoção*. Festa e carregamento em Barbalha. Fortaleza: IPHAN, p.44-79.
- ALVAREZ, Sonia.
(2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu*, n. 43, p. 13-56.
- ALVES, Joedson.
(2014). *Índios jogam bola durante protesto em Brasília e usam bola "FIFA não"*. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/fotos/copa-do-mundo/2014/05/28/indios-jogam-futebol-durante-protesto-em-brasil-1-e-usam-bola-fifa-nao.htm#fotoNav=4>>. Acesso em: 04 mar. 2020.
- ANDERSON, Benedict.
(1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática.
- ANDRADE FILHO, João Evangelista.
(1991). *Mestres do Juazeiro*. Cotidiano e símbolo na escultura popular. Brasília, Edunb.
- ASSIS, Ana Claudia de; GODOI, Rafael Felício Silva.
(2016). O Boletim Latino Americano de Música IV (1946): entre linhas, músicas e ideias. In: *Anais do XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música*. Belo Horizonte. p.1- 10.
- BARROSO, Oswald.
(2013). *Teatro como Encantamento* - Bois e Reisados de Caretas. Fortaleza, Armazém da Cultura.
- BESSA, Sílvia.
(2016). *O vaqueiro moderno do sertão e a bandeira gay*. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/dir-etodaredacao/2016/08/08/o-vaqueiro-moderno-do-sertao-e-a-bandeira-gay> .Acesso em: 04 mar. 2020.
- BRAH, Avtar.
(2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu*, n. 26, p. 329-376.
- BURKE, Peter.
(1989). *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BUTLER, Judith.
(2018). *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARIRY, Rosemberg; BARROSO, Oswald.
(1982). *Cultura Insubmissa*. Fortaleza, Nação Cariri Editora.
- CARIRY, Rosemberg.
(2013). Festa do Pau da Bandeira de Barbalha. In: Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Silva (Orgs.); *Sentidos da devoção*. Festa e carregamento em Barbalha. Fortaleza, IPHAN, p.80- 137.
- CARVALHO, Gilmar de.
(1999). *Madeira Matriz: cultura e memória*. São Paulo, Annablume.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; BARROS, Myriam Lins de; VILHENA, Rodolfo; MICELLI, Silvana; MELLO E SOUZA, Marina.
(2012[1988]). Os estudos de folclore no Brasil. In: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (Org.). *Reconhecimentos: antropologia,*

- folclore e cultura popular. Rio de Janeiro, Aeroplano.p. 72-99.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Rodolfo.
(2012 [1990]). Traçando fronteira. Florestan Fernandes e a marginalização do folclor. In: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (Org.); *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro, Aeroplano. p.102-147.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro.
(2007). Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. *Cadernos de Campo*, v. 16, p. 127- 138.
- CLIFFORD, James.
(2002). Sobre a autoridade etnográfica. In: José Reginaldo Gonçalves (Org.); *A Experiência etnográfica*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, p. 17- 62.
- CLIFFORD, James.
(2002). Sobre a alegoria etnográfica. In: José Reginaldo Gonçalves (Org.); *A Experiência etnográfica*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, p. 63- 99.
- CRUCES, Francisco.
(1988). El ritual de la protesta em las marchas urbanas. In: Néstor García Canclini (Org.); *Cultura y comunicación em la cidade de México*. México, Grijalbo/Universidad Autónoma Metropolitana. p. 27-83.
- FACCHINI, R.
(2012). Conexões, processos políticos e movimentos sociais. Uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. *Advir (ASDUERJ)*, v. 28, p. 6-20.
- FERREIRA, Gustavo Ramos.
(2013). O Pau de Santo Antônio de Barbalha (CE): notas e imagens de uma festa popular. *Tendências*. n. 7, p. 37-67.
- FIGUEIREDO FILHO, J. de.
(1960). *O Folclore no Cariri*. Fortaleza, Imprensa universitária.
- FIGUEIREDO FILHO, J.de.
(1955). As bandas cabaçais no Cariri. *Itaytera*, ano 01, n. 1, p. 107- 112.
- GARDNER, George.
(1942[1849]). *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Companhia Editora Nacional.
- GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira.
(2013). Images et Paroles dans le cordel du Nordeste brésilien. *Cahiers d'Anthropologie Sociale*, v. 9, p. 23-41.
- GRANGEIRO, Claudia Rejanne Pinheiro.
(2013). *Discurso político no folheto de cordel*. São Paulo, Annablume.
- HESCHMANN, Micael. (Org.).
(2011). *Nas bordas e fora do mainstream musical*. São Paulo, Estação das Letras e Cores.
- HOBSBAWN, Eric.
(1997). Introdução: A Invenção das tradições. In: Eric Hobsbawn; Terence Ranger (Orgs.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 9-23.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN.
(2015). *Dossiê de Registro*. Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Fortaleza.
- IRFFI, Ana Sara.
(2016). Cabras, caboclos, negros e mulatos: escravidão e núcleos familiares no Cariri Cearense (1850-1884). *AFROASIA*, v. 53, p. 9-44.
- LIMA, Francisco Assis de Sousa.
(1985). *Conto popular e comunidade narrativa*. Rio de Janeiro, FUNARTE.
- LUNA, Edilvan.
(2018). *Inscrições de discursos sobre uma região negra: a atuação política do grupo de valorização negra do Cariri (GRUNEC)*. Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Universidade Regional do Cariri.
- MARQUES, Roberto
(2019). Bodies and meanings in motion: Feminisms and subjects of rights in Brazilian Northeast. *Anais do 53º Encontro da Latin American Studies Association*. Boston- MA, p. 1-17.

- MARQUES, Roberto.
(2015a). *Cariri eletrônico*. São Paulo, Intermeios.
- MARQUES, Roberto.
(2015b). Imagens do popular no Cariri: alguma notas à luz das obras de Gerardo Sarno e J. de Figueiredo Filho. *Política & Trabalho*, n. 42, p. 355-377.
- MARQUES, Roberto.
(2013). Como se faz uma região com as ideias de atraso, violência e vitimização: Gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo. In: Domingos Sávio Cordeiro (Org.); *Temas contemporâneos em Sociologia*. Fortaleza, Íris, p. 133- 148.
- MARQUES, Roberto.
(2008). Nordestinidade, Música e Desenraizamento ou Eram os Tropicalistas Nordestinos? In: Santuza Cambraia *et al.* (Orgs.). *Leituras sobre Música Popular*. Rio de Janeiro, 7 Letras, p. 65-82.
- MARTINS, Edson Soares.
(2003). O cordel, o homossexual e o poeta “maudito”: novo de discursos no folheto de Salete Maria e Fanka Santos. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 22, p. 125-136.
- MELO, Rosilene Alves de.
(2010). *Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- MENEZES, Paulo Elpídio de.
(1985). *O Crato de meu tempo*. Fortaleza, Ed. UFC.
- NASCIMENTO, Silvana Souza.
(2012). Homem com homem, mulher com mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás. *Cad. Pagu*, n. 39, p. 367-402.
- NUNES, Cícera.
(2014). Os congos de Milagres: cultura e resistência negra no Cariri cearense. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 13, p. 438-455.
- PALMEIRA, Moacir.
(1989). Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 87-108.
- PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de.
(1953). *Cidade do Crato*. Brasília, Ministério de Educação e Cultura.
- QUEIROZ, Ivan da Silva.
(2014). Região metropolitana do Cariri, a metrópole fora do eixo. *Mercator*, v. 13, n. 3, p. 93-104.
- QUIRINO, Glauberto; MARQUES, Roberto; ARAÚJO, Iara Maria de
(2013). Acesso e apropriação de políticas públicas de gênero no Centro-Sul cearense. *Anais do 10o. Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, p.01- 15.
- RANCIÈRE, Jacques.
(2009). *A partilha do sensível*. São Paulo, EXO experimental org. Ed. 34.
- RAPOSO, Paulo.
(2014). Festa e performance em espaço público: tomar a rua. *Ilha*, v. 16, n.2, p. 89-114.
- ROCHA, Ewelter.
(2019). Benditos da Ladeira do Horto: uma breve etnografia do silêncio. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 73, p. 64-82.
- RODRIGUES, Antônio.
(2018). *Devoção ao Santo casamenteiro reinventa costumes em Barbalha*. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/devocao-ao-santo-casamenteiro-reinventa-costumes-em-barbalha-1.1944399?fbclid=IwAR1bMi24y3DIUWZRkKdLKC7FnuLKP5pLn9L4V__9xcwdGk0x7lqp3ibwJXc. Acesso em: 13 jan. 2020.
- SAID, Edward.
(1990). *O Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEMEÃO, Jane.
(2011). Revista "Itaytera", natureza e Cariri Cearense: a (re)invenção de uma identidade (1955-1980). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH-SP, v. 1. p. 01-14.

- SILVA, Rubens Alves.
(2005). Entre “artes” e “ciências”: as noções de performance e drama no campo das ciências sociais. *Horizontes Antropológicos*. ano 11, n. 24, p. 35-65.
- SLATER, Candace.
(1986). *Stories on a string*. The brazilian literatura de Cordel. California, University of Califórnia Press.
- SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca
(2013). Apresentação. In: Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Silva (Orgs.). *Sentidos da devoção*. Festa e carregamento em Barbalha. Fortaleza, IPHAN, p. 4- 9.
- SOARES, Suamy.
(2017). A Experiência militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: As vozes que insurgiram em um Cariri que odeia as mulheres. *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13 th Women's Worlds Congress*, Florianópolis, p. 1-15.
- SOUZA, Océlio.
(2000). A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha-CE: entre o controle e a autonomia -1928-1998. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Océlio.
2004. A Festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha: algumas reflexões. In: Marinalva Vilar de Lima; Roberto Marques (Orgs.). *Estudos regionais: limites e possibilidades*. Crato, Ceres Editora, p. 63-71.
- STRATHERN, Marilyn.
(2001). The concept of society is theoretically obsolete. For the motion (1). In: Tim Ingold (Org.). *Key debates in anthropology*. London, Routledge, p. 57-66.
- TURNER, Victor.
(1974). *O Processo ritual*. Petrópolis: Vozes.
- TURNER, Victor.
(1987). *The Anthropology of performance*. New York, PAJ.
- TURNER, Victor.
(2015). *Do Ritual ao teatro: a seriedade humana de brincar*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- VELHO, Gilberto.
(1978). *A Utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIANA, José Ítalo Bezerra.
(2014). A “tendência ardorosa de cratizar o Cariri”: escrita da história e representações do passado na produção do Instituto Cultural do Cariri. *Revista Historiar*, v. 6, p. 81-97.
- VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura.
(2017). O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cad. Pagu*, n. 51, e175101, 2017.
- VIEIRA, Sulamita.
(2000). *O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural*. São Paulo: Annablume.
- VILHENA, Rodolfo
(1997). *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro, Funarte/ Fundação Getulio Vargas.
- WOORTMANN, Klaas.
(1987). Com Parente não se Neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, v. 87, p. 11-73.
- YÚDICE, George.
(2013). *A Conveniência da cultura*. Belo Horizonte, UFMG.
- ZANOLLI, V.; FACCHINI, R.
(2012). Conexões, atores, políticas sexuais e cidades. *Ponto Urbe*, v. 10, p. 1-20.

Recebido em
março de 2020

Aprovado em
outubro de 2020

Arte Vida: itinerários de arte indígena nas cidades contemporâneas

Ana Elisa de Castro Freitas ¹

Resumo

A presença indígena nas cidades é fenômeno próprio da gênese urbana nas Américas. Paradoxalmente, índio e cidade se apresentam como linhas de fuga que deslizam para direções diametralmente opostas no imaginário urbano colonial, evocando a ideia de corpos fora de lugar. Tal paradoxo tem origem em políticas coloniais-estatais indutoras de regimes de alienação, redução territorial e aldeamento indígena, motivando forças sociais de invisibilização, negação, marginalização e gentrificação, que incidem sistematicamente sobre os modos de vida indígena no urbano. Esse processo é reconfigurado pelas tendências de aceleração, virtualização e globalização das relações sociais nas cidades contemporâneas, exigindo um olhar que possibilite rever a cidade desde as perspectivas das subjetividades e alteridades que nela habitam. Neste artigo, proponho pensar a cidade contemporânea focalizando itinerários de arte indígena instalados e desinstalados cotidianamente por coletividades ameríndias em ruas, praças, florestas e galerias de arte, e seus desdobramentos sociopolíticos e ambientais. Tais instalações evocam ecologias desviantes dos padrões urbanos hegemônicos, marcados pelas retas e ângulos da planificação diretora das cidades, sendo compreendidas como emanções poéticas da vida ameríndia. O foco da análise revela, de um lado, itinerários de fabricação e circulação de formas tridimensionais de cipó trançado, deslocadas das florestas e instaladas nas ruas da cidade de Porto Alegre por coletividades Kaingang e, de outro, a ativação de circuitos de arte indígena contemporânea em cidades como Brasília, São Paulo, Londrina, Curitiba, Porto Alegre, Boa Vista, Belo Horizonte, e seus deslocamentos através de museus, universidades, ruas e redes sociais. Os fluxos de materiais e forças mobilizados pelos itinerários de arte indígena na cidade evocam uma trama rizomática, incidência da vida sobre tendências de redução, territorialização e gentrificação, poética que reivindica o acesso indígena à cidade e amplia o horizonte de possibilidades para o urbano na contemporaneidade.

Palavras-chave

Arte Indígena Contemporânea. Cidade. Ecologia Urbana. Antropologia da Imagem.

Abstract

The indigenous presence in the cities is a phenomenon typical of the urban genesis in the Americas. Paradoxically, indigenous people and the city appear as escape paths that slide in diametrically

¹ Doutora em Antropologia Social pela UFRGS. E-mail: anaelisa.freitas.ufpr@gmail.com.

opposite directions in the colonial urban imagination, evoking the idea of bodies out of place. This paradox originates from colonial-state policies that induce alienation, territorial reduction and indigenous settlement regimes, motivating social forces of invisibility, alienation, marginalization and gentrification, which systematically affect indigenous ways of life in urban areas. This process is reconfigured by the trends of acceleration, virtualization and globalization of social relations in contemporary cities, demanding a point of view that makes it possible to resee the city from the perspectives of the subjectivities and otherness that inhabit it. In this article, I propose to think about the contemporary city focusing on itineraries of indigenous art installed and uninstalled daily by Amerindian collectives in streets, squares, forests and art galleries, and their socio-political and environmental developments. Such installations evoke ecologies deviating from hegemonic urban patterns, marked by the straight lines and angles of city planning, being understood as poetic emanations of the Amerindian life. The focus of analysis reveals, on one hand, itineraries for the manufacture and circulation of three-dimensional forms of twisted vines, displaced from the forests and installed in the streets of Porto Alegre city by Kaingang collectives and, on the other, the activation of contemporary indigenous art circuits in cities like Brasília, São Paulo, Londrina, Curitiba, Porto Alegre, Boa Vista, Belo Horizonte and their travels around the world through museums, universities, streets and social networks. The flows of materials and forces mobilized by the itineraries of indigenous art in the cities evoke a rhizomatic plot, the incidence of life on trends of reduction, territorialization and gentrification, a poetics that claims indigenous access to the city and expands the horizon of possibilities for the urban in contemporary times.

Keywords

Contemporary Indigenous Art. City. Urban Ecology. Anthropology of Image.

Itinerância

Numa perspectiva européia, as coisas se apresentavam assim: na Idade Média, e até o início do século XIX, o desenvolvimento da técnica em todas as produções artesanais caminhava muito mais lentamente do que na arte. A arte podia levar o tempo que quisesse para brincar com os procedimentos técnicos de vários modos. A mudança iniciada por volta de 1800 impôs um ritmo à arte, e quanto mais acelerado se tornava este ritmo, mais a moda avançava em todos os domínios. Finalmente, chegou-se ao estado de coisas atual: torna-se plausível a possibilidade de a arte não encontrar mais tempo de inserir-se de algum modo no processo técnico. O reclame é a astúcia com a qual o sonho se impõe à indústria. (BENJAMIN, 2009, p. 206).

A publicação em 2006 da tradução integral das *Passagens*, de Walter Benjamin, apresentou em língua portuguesa uma instigante crítica ao projeto de “modernização” de Paris no século XIX, na qual o autor transpassa as muitas galerias entreabertas na reforma urbana coordenada pelo Barão Haussmann. A proposição metodológica de Benjamin, dando continuidade ao livro sobre o drama barroco alemão, ressurgiu no modo de construção do texto das *Passagens*, em que a noção de constelação entrelaça um pensamento fragmentado e fragmentário em passagens próprias e alheias e que repõe a crítica cultural (no sentido benjaminiano de delimitação, dos limites) em um dado espaço e tempo.

A proposta de seguir itinerários de arte indígena em cidades contemporâneas e de compreender a cidade a partir desses itinerários é motivada pela perspectiva metodológica benjaminiana do percurso, que orienta a escrita das *Passagens* (BENJAMIN, 2009). Como bem sinalizam Solange Jobim e Souza e Sonia Kramer (2009, p.7), tal perspectiva exige “(...) deixar o corpo e o pensamento buscarem seus próprios contornos na vida, no cotidiano das trocas sociais e, a partir desta experiência imediata com a realidade, dar forma e conteúdo aos acontecimentos que retratam uma época”.

No entanto, diferentemente da Paris do século XIX, retratada nas *Passagens*, aqui há a exigência de ajustar as lentes para cidades nas quais sequer os ideais de modernidade se revelam plenos, pelo contrário, estão perpassados por relações coloniais, com seus privilégios, prebendas e assimetrias de poder, ainda que tensionados por forças de cosmopolitismo e globalização.

A opção metodológica pelos itinerários, inspirada no materialismo de Walter Benjamin, convoca um olhar atento ao mundo, suas contradições, conflitos e dissonâncias, sem entretanto limitar-se a elas. A partir da experiência imediata da realidade, é necessário liberar a palavra das amarras de um devir-conceito permitindo-se *ir junto* com as imagens que derivam da experiência, para então assumir as tarefas da tradução e da narração (BENJAMIN, 2011; 2012).

Na composição do presente artigo busco captar a proposição hermenêutica e dialética de Walter Benjamin, adotando a perspectiva de um pensamento caminhante (GROS, 2011), e alinhadas as lentes aos movimentos de itinerância dos povos indígenas através de *Abya Yala*². Inspirada na fluidez resiliente do

² De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), o termo *Abya Yala* é sinônimo de América na língua do povo Kuna. Sua tradução evoca os significados de “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”. Na contemporaneidade, diversos povos originários do continente têm adotado o termo *Abya Yala* para demarcar sua autodesignação relacionada a um sentimento de

Oguatá Porã, belo caminhar Guarani (FREITAS, 2016), lanço e reconheço meu corpo no corpo da cidade para reencontrar os rastros, pontos e traços, notas e registros de duas décadas de pesquisa compartilhada com coletividades indígenas no urbano.

A materialidade da experiência se mostra como um tecido atravessado por feixes de imagens, cuja paleta de cores e tons evoca uma constelação de acontecimentos. Sem compromisso com a linearidade histórica, as memórias narradas por meus interlocutores indígenas evocam o terror dos conflitos entre o universo de seus grupos étnicos e os ordenamentos tutelares restritivos do Estado³, emergindo como ruínas que se erguem em escombros até o céu, sem entretanto tocá-lo (KRENAK, 2019). Como num clarão, as imagens de um passado colonial violento se refazem no cotidiano de luta pelo *direito à cidade*⁴ (LEFEBVRE, 2011), nos corredores do expediente administrativo, no paço municipal, no enfrentamento dos agentes públicos nas feiras e ruas da cidade: - *Levanta já esse balaio! Está vendo esse meio fio? Daí para lá, nem um metro a mais!*

unidade e pertencimento, em contraste ao termo América.

³Fantasma da Integração: a Lei Federal 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto do Índio - permanece vigente no Brasil. Em seu artigo 4º, classifica os índios em "isolados, em vias de integração ou integrados à sociedade nacional", tipologias assimilacionistas orientadas pelo paradigma da mistura racial e redução das alteridades indígenas aos desígnios da nação. Ao longo de trinta anos os povos indígenas reivindicam, sem êxito, a revogação desse Estatuto, à luz do reconhecimento dos direitos expressos no Capítulo VIII e outros da Constituição Federal de 1988, que reconhece aos índios o direito de viver conforme suas orientações culturais e sociopolíticas, nas terras que tradicionalmente ocupam (artigo 231), representando diretamente suas deliberações como sujeitos de seus direitos perante ao Estado (artigo 232).

⁴ A formulação de um direito humano à cidade encontra suas primeiras expressões na década de 1960 com a aceleração do processo de urbanização em curso em diversos países do mundo. Trata-se de uma nova geração de direitos, de caráter difuso, nos quais se busca consolidar o acesso equitativo à cidade a partir de políticas públicas que promovam a redução das desigualdades e avancem nas agendas de justiça social. As formulações propostas desde Henri Lefebvre (2011) ecoam nas agendas internacionais contemporâneas sobre as cidades e no ordenamento jurídico recepcionado, por exemplo, no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001).



Imagem 1 – Instalação de arte Kaingang de cipó trançado na rua José Bonifácio. Feira do Bric do Parque da Redenção. Porto Alegre, 2003. (Foto da autora).

Em sua nona tese “Sobre o Conceito de História”, Benjamin encontra na *fantasmagoria* que *sobrevive*, *habita* e *movimenta* a obra de arte (WARBURG, 2015) as imagens que lhe fornecem a chave para o entendimento da dimensão catastrófica da passagem do tempo no Ocidente. Trata-se de *Angelus Novus* (1920), desenho de Paul Klee, que acompanhou Benjamin até sua morte. Esse ser de “olhos escancarados, queixo caído e asas abertas” lhe inspira “um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente”. Para Benjamin, esse seria o aspecto do “anjo da história”:

Seu semblante está voltado para o passado. Onde *nós* vemos uma cadeia de acontecimentos, *ele* vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É *essa tempestade* que chamamos progresso (BENJAMIN, 2012, p. 245-246).

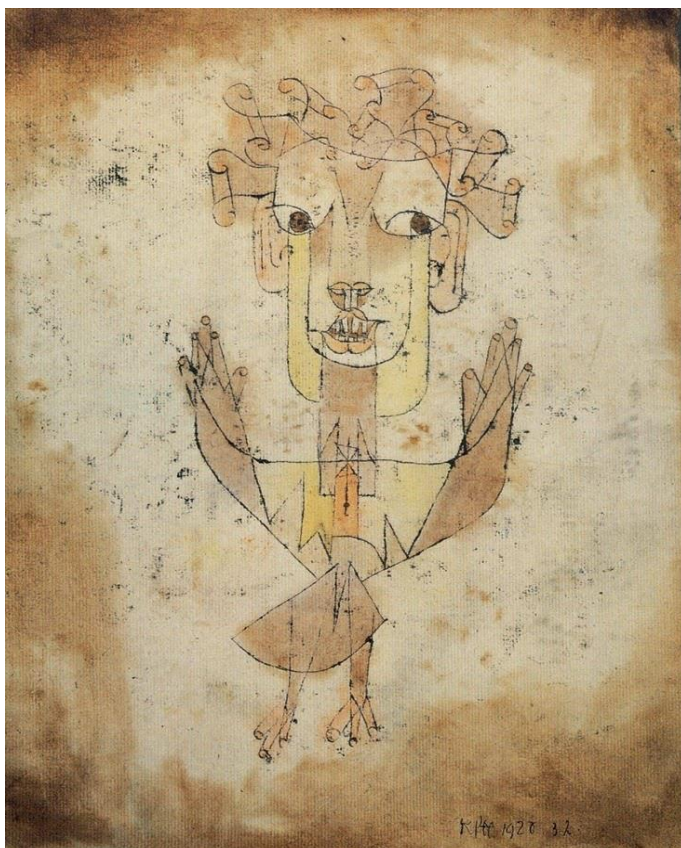


Imagem 2 – *Angelus Novus*. 31,8 x 24,2cm. Paul Klee (1920). Nanquim e pastel aquarelado sobre papel. Acervo do Museu de Israel, Jerusalém.

Imagem dialética, o espectro da violência colonial se entrelaça na experiência indígena nas cidades contemporâneas, revivida nos constrangimentos do ordenamento público, mas reposicionada cotidianamente por outras imagens. Igualmente dialéticas, tais imagens evocam a territorialidade livre no andar pelos becos, ruas, campos e bosques das cidades, interligando – pés descalços – asfalto e floresta, numa ecologia profunda da qual participam terra, águas, gentes, plantas, paisagens e espíritos, tecendo a teia de uma *cosmópolis* que se materializa numa diversidade extraordinária de instalações artísticas no urbano⁵ (FREITAS, 2005).

⁵ O percurso metodológico do conceito de instalação artística define-se no contexto da arte contemporânea, no âmbito de projetos e obras que aproximam arte e ambiente, artista e espectador. No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1980, as obras e projetos artísticos de Lygia Clark e Hélio Oiticica rompem radicalmente com a concepção de uma arte estetizada e alienada da vida social,



Imagem 3 – Mrur Jykre – a cultura do cipó. Tudo acontece na cidade de Porto Alegre: Francisco Rokâng dos Santos desloca cipó das florestas urbanas para o asfalto, transforma as fibras em arte e instala nas feiras e ruas da cidade (Colagem de fotos da autora).

Atenta a essa direção, a escrita de inspiração benjaminiana busca ela própria um percurso itinerante: desdobra-se a partir do encontro com fragmentos de notas de campo, esboços, obras de arte e fotografias, que se apresentam também como ruínas em permanente reconstrução, sem restringir-se a um devir formal que estanque o fluxo das imagens na experiência narrativa. Mais do que a forma acabada, como propôs Paul Klee, interessa o “dar forma”, mantendo o fluxo que a torna visível (KLEE, 1961, p. 76 apud INGOLD, 2012, p. 26).

reinscrevendo-a no ambiente, na experiência sensorial, embaralhando os papéis de artista e espectador, interseccionando o espaço artístico com o espaço público. Para um aprofundamento dos sentidos do conceito de instalação artística na arte contemporânea, ver, por exemplo, Mário Pedrosa (1981); Marília Andrés Ribeiro (1998); Paulo Renato Damé (2007); Luciana Bosco e Silva (2009). Para as interfaces entre arte indígena e arte contemporânea no Brasil, ver, por exemplo, Damiana Bregalda (2017b). Para os sentidos que o termo vem assumindo na arte indígena contemporânea, ver o conjunto da obra e o debate formulado por Jaider Esbell (<http://www.jaideresbell.com.br>).

A Árvore da Vida

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. (Krenak, 2019, p.33).

Ao transpassar as Américas, o anjo da história captou que o ideal de progresso por essas terras constituía um espelho invertido na negação do *Outro*, desde a imagem do *vazio demográfico*. As extensas terras, águas, planícies e montanhas deveriam, a partir dessa perspectiva alóctone, ser povoadas, colonizadas, urbanizadas. Em nome do ideal de *vazio demográfico*, a tempestade do progresso alargou seus braços desde as costas litorâneas, do Atlântico ao Pacífico, atravessando sertões e veredas, deixando em seu rastro as ruínas de extermínio e negação do *Outro*. Ideias, instituições e concepções de mundo foram importadas e, pela força, impostas.

Regimes de redução sociopolítica e territorial se espalharam pelo continente assumindo contornos tutelares, sobretudo na América portuguesa (e.g. SOUZA LIMA, 1987; OLIVEIRA, 1998). Uma ideologia de mistura racial, integração e assimilação, orientada por um ideal eurocêntrico de branqueamento, induziu agentes luso-brasileiros na empresa do domínio territorial e fixação de vilas, cidades e aldeias, aliada a uma narrativa oficial do desaparecimento gradual dos *índios* (categoria heteronômica e redutora que condensou uma diversidade de povos) na *geléia geral* do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Reduzidas a *índios* e invisibilizadas sob o manto de *dominus*, alteridades autóctones viveram políticas de confinamento em *aldeias*, áreas nas quais, entre as décadas de 1940 e 1970, foram submetidas pelo Estado a uma história indigenista de violência, abuso, trabalho forçado, tortura e terror⁶. Classificados em *isolados*, *integrados* ou em *vias de integração*, em meados do século XX, os *índios* praticamente desapareceram das notícias e jornais que circulavam nas grandes cidades brasileiras, sendo substituídos por tipos

⁶ O Relatório Figueiredo (1967), com mais de 7.000 páginas, registra o terror implantado por funcionários públicos vinculados ao Serviço de Proteção aos Índios contra a pessoa indígena entre as décadas de 1940 e 1970, em todo o país. Confinamento, estupro, tortura e trabalho forçado nas aldeias, com impacto maior sobre a mulheres, eram complementados por políticas de remoção e reintegração de pessoas e grupos aos limites delimitados pelo Estado (BRASIL, 1967).

caricatos e genéricos, considerados *misturados*, *extintos* ou *fora de lugar*. Uma gama variada de objetos de arte produzidos pelos povos indígenas foi removida de seus sistemas culturais e contextos de produção e circulação para integrar coleções etnográficas em universidades e museus e suas reservas técnicas, em todo o mundo.

Mesmo sob os escombros das ruínas dessa história colonial, os habitantes de *Abya Yala* não se deixam sufocar. As duas últimas décadas do século XX assinalam a ressignificação positiva das identidades indígenas em processos de reemergência étnica (OLIVEIRA, 1998b)⁷. Pessoas e coletivos pertencentes aos mais diversos povos passam a visualizar na categoria índio uma “síntese com força de afirmação no jogo de espelho das diferenças”, fortalecendo um nível de “experiência histórica compartilhada” (FREITAS, 2016b, p.47). Participam ativamente na cena política nacional, fenômeno que acompanha a crescente organização dos movimentos sociais indígenas ao longo de toda a América (e.g. CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. 1996; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006; LUCIANO, 2006).

A luta por reconhecimento territorial e demarcação de terras indígenas reverbera nas cidades. As vozes e corpos indígenas participam do cotidiano urbano atuando nas lutas por direitos sociais e bens comuns e nas agendas de fóruns internacionais. Esse processo desdobra-se em demanda por políticas públicas específicas de atenção à saúde dos povos, educação escolar indígena, assistência social diferenciada (e.g. CARNEIRO DA CUNHA; BARBOSA, 2018; FAJARDO, 2011; FREITAS; HARDER, 2018). A revitalização das línguas indígenas, as manifestações culturais e a arte indígena ingressam na *performance* das lutas dos povos, conjugando arte e política e colaborando na conquista de um conjunto de políticas públicas que avançam, embora de modo tímido e com retrocessos, na afirmação de suas especificidades⁸.

Os dados censitários oficiais de 2010 apontam que as territorialidades indígenas passaram a incluir de modo significativo as cidades brasileiras, que

⁷ O estudo de João Pacheco de Oliveira (1998b, p. 47) é pioneiro na exposição dessa problemática no Brasil. Ele observa que, na década de 1950, os registros oficiais de povos indígenas no Nordeste incluíam uma lista de 10 etnias. Quarenta anos depois, em 1994, as mesmas fontes mencionavam 23 etnias indígenas na mesma região, indicando, como observa o autor, “o surgimento recente (duas décadas!) de povos que são pensados, e se pensam, como originários”. Tal processo, interpretado à luz das teorias da etnicidade, revela um tempo histórico de re-emergência das alteridades indígenas, por entre os escombros das ruínas coloniais.

⁸ Um evento emblemático para uma história da arte indígena contemporânea remete à *performance* de Ailton Krenak pintando o rosto com jenipapo durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 (e.g. BREGALDA, 2017).

historicamente foram assentadas sobre parcelas de seus territórios (TOMMASINO, 1995), sem que isso significasse a negação de suas territorialidades e alteridades. Ao contrário, pessoas e coletivos indígenas passam a fazer parte do cotidiano urbano não como *índios integrados* ou *assimilados*, mas como Kaingang, Guarani, Krenak, Macuxi, Tukano, Terena, Wapichana, Pankararu, Huni Kuins e muitos mais. Esse reposicionamento tem implicado uma série de processos locais que incluem o ingresso de jovens indígenas no ensino superior, o estabelecimento de áreas indígenas nas cidades em todo o país, a participação de pessoas e coletivos indígenas em eventos, a articulação de redes interculturais e projetos colaborativos entre coletivos indígenas e museus, universidades, etc. (e.g. BAINES, 2001; FREITAS, 2005; FREITAS; FAGUNDES, 2008; BREGALDA, 2012, 2017, 2017b; SAMPAIO, 2017; ALBINO, 2019).

A Árvore da Vida – imagem alegórica que evoca inúmeras narrativas mitopoéticas ameríndias da fertilidade que remetem ao mundo vegetal em toda a *Abya Yala* – jamais secou, irrigada abundantemente pela re-existência ao longo dos tempos, numa ontologia do *estar aqui*⁹. As poéticas ameríndias de andar sobre a terra conectando florestas, campos e cidades e atravessando uma diversidade de ecossistemas e regiões se expressa em ecologias desviantes, cujas relações com as paisagens, ambientes e seres que nelas vivem se materializam na transformação diuturna de materiais variados (fibras, penas, garras, dentes, frutos, sementes, missangas, contas, fios, panos, tintas, telas) em uma infinidade de formas tridimensionais que transpõem fronteiras utilitárias, carregando uma densidade de significados e complexidade de ideias (DIAS, 2000). Trata-se de narrativas ou econarrativas, cosmopoéticas ou cosmopolíticas, cestos-textos, telas-manifestos, que dilatam as possibilidades de ser e estar no mundo, de ler e viver a cidade e reinventar a arte.

⁹ Rodolfo Kusch (1989) concebeu a América como um continente dividido entre as intimações da barbárie e da civilização, da natureza e da ficção urbana. Nessa América partida, a ideia de mestiçagem se apresenta como promessa de uma conciliação inatingível diante das desigualdades sociais forjadas por uma história violenta, marcada por tensões e cisões coloniais. Tal imaginário de mestiçagem, sempre que reduzido à ideia de mistura, se revela espelho da incorporação e anulação do Outro, justificando a barbárie dos empreendimentos geopolíticos de unificação nacional e delimitação de fronteiras, desdobrando-se em ordenamentos territoriais que fundam ideias coloniais de índio, aldeia, povo, cidade enquanto totalidades opostas, arbitrarias e que ocultam dissonâncias internas a seus modelos explicativos. Alternativamente, Kusch propõe que a América só pode resgatar a si mesma descompassando a razão colonial através de uma radical imersão telúrica, nas entranhas da terra, reativando as forças imaginantes capazes de despertar uma mirada desde aqui (KUSCH, 1989, p. 22; FREITAS, 2005, p. 49).

A segregação aristotélica entre *sujeito* e *objeto*, vigente no campo do conhecimento validado pelas *Epistemologias do Norte* (SANTOS, 2019), se constituiu uma barreira outrora intransponível às concepções de mundo que habitam o *Sul global*, reificando fronteiras e ruínas e separando *Nós* e os *Outros* (TODOROV, 1993). Da mesma maneira, *natureza* e *cultura* se mostram artefatos insuficientes para expressar a intensidade das relações intersubjetivas e socioambientais tramadas na complexa teia do viver e criar perspectiva ameríndio, que tampouco distingue *razão* de *transcendência* (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

A transposição desses limites epistemológicos é realizada não sem muitos tropeços e, ao mesmo tempo, recuos. Para além de uma fundação da antropologia a partir dos cânones coloniais do início do século passado, os percursos e itinerários trilhados na construção do conhecimento na relação com as diferentes alteridades presentes em nosso cotidiano formulam uma nova constelação, cujas linhas de conexão estão a ser descobertas a cada instante (e.g. SOUZA LIMA; BARROSO, 2018).¹⁰ Tais linhas apontam a insuficiência da reprodução acrítica das dicotomias instauradas pelas *epistemologias do norte* na superfície do terreno colonial, nas quais *índios* e *brancos*, *aldeia* e *cidade*, *artesanato*, *utilitário* e *arte*, também se apresentam como caricaturas precárias para a tarefa da tradução que tenha por horizonte a *afirmação das Epistemologias do Sul* (SOUZA LIMA; BARROSO, 2018; SANTOS, 2019).

A socióloga e feminista boliviana Sílvia Rivera Cusicanqui (2010) questiona tais dicotomias coloniais expressas nas totalidades arbitrárias *índio*, *branco*, *negro* e, sobretudo, na ideia de mestiçagem calcada na ideologia da mistura, síntese artificial que habita a superfície dialética do colonialismo. Inova no campo dos estudos decoloniais ao falar do *colonialismo interno* como marca recorrente na experiência subjetiva americana, encarnada em sujeitos que simultaneamente se veem constrangidos pelas categorias coloniais *índio-branco-negro*, e por seus artifícios caricatos *mestiço*, *caboclo*, *cafuzo*. A autora nos fala, alternativamente, de uma experiência *manchada*, dialética, sem síntese de opostos que convivem sem nunca se misturar. Nomeia *Ch'ixi* a condição mestiça cuja ancestralidade reconhece e evoca diferentes pertencimentos, os quais podem ou não ser acionados historicamente pelos sujeitos interessados

¹⁰ Destaca-se no Brasil o esforço empreendido por Antônio Carlos de Souza Lima e pesquisadores associados ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento/LACED do Setor de Etnologia e Etnografia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ que, especialmente por meio do Projeto Trilhas do Conhecimento, difundem experiências, práticas e metodologias inovadoras de interculturalidade e educação superior para indígenas no país (e.g. SOUZA LIMA; BARROSO, 2018; FREITAS, 2015).

no contexto de sociedades pluriétnicas. Tais alteridades internalizadas na experiência ontológica *Ch'ixi* se influenciam e transformam reciprocamente, aproximam e afastam sem jamais se anular ou misturar.

Tal pensamento se desenvolve no âmbito do feminismo em *Abya Yala*, evocado por mulheres que afirmam todas as suas ancestralidades conflitantes, avós negras, índias, brancas, todas presentes em sua identidade *Ch'ixi*, manchada, mestiça, mas não misturada, evocada por Sílvia Cusicanqui. Trata-se de um pensar com os pés na terra, temperado na respiração e coração, ventos e águas, um pensamento-corpo-mundo insubordinado aos constrangimentos coloniais e situado na paisagem da biorregião em que habita. Esse *pensamento localizado* não se dobra à ideia geopolítica patriarcal de fronteira, tampouco às imposições identitárias racistas, ambas artifícios coloniais responsáveis por uma historicidade ritmada no estrondo das ruínas, das invasões e remoções violentas. Cusicanqui (2010) afirma que o paradoxo do liberalismo reside justo em, simultaneamente, apontar ideias sínteses de igualdade e evidenciar e sublinhar tais desigualdades (SANTOS; CUSICANQUI, 2013).

É no âmbito dessa ciência comprometida, dialógica, colaborativa e sensível a sistemas de conhecimento completamente álteros que se busca um percurso narrativo capaz de re-ver a mais simples categoria posta à mesa, focalizando a arte e a cidade para re-interpretá-las desde uma hermenêutica multifacetada, sem que suas múltiplas faces se misturem ou tenham nexos entre si.



Imagem 4 – Planta da Cidade de Porto Alegre elaborada em 1906 pelo cartógrafo ítalo-brasileiro Attilio Alberto Trebbi. Daniela Fialho (2016) analisou sua moldura ilustrada com edificações da época, observando que seu "conteúdo desvela uma Porto Alegre semeada pelos ideários da política positivista enaltecendo equipamentos urbanos reveladores daquela forma de pensar a cidade e a sociedade". Acervo do IHGRGS (apud FIALHO, 2016, p. 330).

Se nas Américas as cidades constituem, em suas origens, hegemonicamente expressões coloniais geopolíticas, econômicas ou estratégicas no campo do domínio, posteriormente foram adensadas por fluxos migratórios, vértices das ondas da tempestade de progresso e desenvolvimentismo resultantes da apropriação da terra, gentes e frutos para alimentar navios mercantes que vararam oceanos transportando a seiva da Árvore da Vida na forma de riquezas intercambiáveis. Em *Abya Yala* a fixação de espaços geopolíticos e fronteiras não foi suficiente para estancar as dinâmicas e fluxos ameríndios, expressos em uma mobilidade constante, cujas pegadas até hoje são perceptíveis e seguem sendo trilhadas, abraçando as cidades. Uma territorialidade cujo devir é nutrido, sobretudo, pela poética da transformação permanente da materialidade da vida em suas dinâmicas de produção e reprodução, e não pela acumulação de capital e edificação, tecendo uma complexa topografia moral (TAUSSIG, 1993)¹¹.

¹¹ O conceito de topografia moral, proposto por Michael Taussig (1993, p. 285), revela a paisagem como resultante tanto da história social como da história natural. Para ele, a topografia biofísica é,

O anjo da história lança um fugaz olhar e, com surpresa, ao ver a América colonial, recorda que nem mesmo no Velho Mundo as cidades possuíram um sentido instrumentalizado por essência, como *aqui* se quis conferir. E ao buscar o fôlego na reminiscência da leveza das asas, antes de serem vergadas pelas tempestades do progresso, o anjo re-encontra, entre as ruínas, a pedra fundamental de *outra* Cidade¹², dialeticamente *Cidade Ch'ixi*, mestiça pelas contradições de opostos que se complementam sem nunca se misturar, e que carrega em sua natureza mais íntima o ideal da vida em comum, presente tanto na *ágora* como no *pátio da aldeia*, isegoria que funda a *pólis* e, portanto, a política.



Imagens 5 e 6 – Fragmento da Planta da cidade de Porto Alegre de Attilio Trebbi (1906) ao lado de fragmento de trama de cipó confeccionada pelos Kaingang e instalado nas ruas de Porto Alegre, em 2005. Alegoria da *Cidade Ch'ixi*. Imagem 5. Adaptado de Fialho (2016).

Imagem 6. Freitas (2005).

Tocada pelo frescor dessa imagem, a Árvore da Vida frutifica em sementes que se espalham desde cosmovisões, que não estão contidas apenas a um tempo presente. Essas sementes encontram solos férteis na imaginação criativa que se materializa das mais diferentes maneiras: em corpos, pedras, sons, arte, palavras. A *poésis* reverbera uma *physis* em constante transformação revigorando o devir da Cidade e da Arte capaz de acolher, reconhecer e afirmar seus múltiplos pertencimentos, espaço da complexidade, uma *Cidade Ch'ixi*.

em certa medida, a reflexão de uma “topografia moral”, produto de intervenções e interesses ora concorrentes, ora convergentes. Para Taussig, o desvelamento da topografia moral que sustenta as paisagens coloniais é um dos caminhos para compreender e transpor as bases de manutenção do próprio colonialismo.

¹² Os tradutores de François Dosse (2017, p.17) observam que “No Brasil utilizamos o termo cidade no sentido de ville, espaço geopolítico. No francês, o termo Cidade (Cité) também designa o lugar do exercício da cidadania, do engajamento cívico, o sentido grego de polis, ou de ‘esfera pública’ no sentido de Hannah Arendt”.

Nem sempre tivemos as lentes adequadas para interpretar tudo o que atualmente (e transitoriamente) denomina-se arte indígena (DIAS, 2000; LAGROU, 2010; FREITAS, 2014; BREGALDA, 2012; 2017b; ALBINO, 2019). Sem sentido, porque anacrônicos, os conceitos de *artesanato*, *manufatura tribal*, *cultura material*, *artefato tradicional*, *objetos autênticos*, etc., folclorizados no corrimão perigoso das escadas do progresso e da ciência, não abrem qualquer janela ao conhecimento do que estamos a ver.

A arte indígena ingressa na contemporaneidade deslocando referências que derivam dos sistemas culturais indígenas¹³ para assumir uma densidade de significados e complexidade de ideias, sendo reposicionada no contexto da arte conceitual (DIAS, 2000). Uma ética atenta às alteridades perpassou diversas mentes inquietas ao longo dos séculos. Seus registros erráticos pouco encontraram eco em uma história do pensamento mais atenta em ver o *Outro* segundo suas formas próprias de pensar e organizar a experiência de estar vivo (INGOLD, 2015). Essa ética reencontra terreno para brotar, inspirando outros percursos narrativos.

A consciência da crise das condições de vida em escala planetária, seja no presente ou para as futuras gerações, resultou numa constante zona de inquietude. O anjo da história finalmente nos reaproxima, removendo outra camada de experiência na contemporaneidade. Ailton Krenak (2019), intelectual, artista e escritor krenak, em suas *Idéias para adiar o fim do mundo*, após conduzir o leitor às vicissitudes de nosso tempo e suas contradições quase inescapáveis, sugere benjaminianamente que a potência criativa das narrativas e a possibilidade de sua transmissão coletiva constituem uma certeza de transpor os tempos sombrios e retomar as asas para voar. Tecer um cesto a mais, um texto a mais! Uma narrativa aberta ao diálogo permanente e horizontal.

Com linhas bem traçadas, constituintes e constituidoras de significantes e significados intensamente embebidos nas águas que nutrem a Árvore da Vida, diversos intelectuais, artistas, cineastas, *graffiteiros*, músicos, escritores indígenas e *ch'ixis* vêm dialogicamente promovendo a constante revisão de certezas antes instauradas (e.g. MUNDURUKU, 2000; ESBELL, 2018, 2014; 2013, 2012; KOPENAWA; ALBERT, 2018; TABAJARA, 2018; POTIGUARA, 2018; KRENAK, 2019, 2001; CABOCO, 2019, 2019b; MAXACALI, 2019; PARÁ YXAPY, 2020).

¹³ Para aprofundar esse debate, sugiro o estudo do texto clássico de Clifford Geertz (1997), *A Arte como Sistema Cultural*.

As Cidades são um ponto – e não o centro – na trama da vida dessas coletividades, integrando a teia rizomática (DELEUZE; GUATTARI, 1995; INGOLD, 2012) por onde circulam seres, espíritos, corpos celestes, materiais e forças mobilizados pelos pensamentos-corpos ameríndios através de *Abya Yala* para abraçar toda a Terra e o Cosmos. Um pensamento que se pretenda situar no tempo-espaço em que hoje vivemos requer entrever seu traçado reconhecendo os movimentos de criação e recriação das realidades históricas, aproximando magia, técnica, arte e política – como propõe Walter Benjamin (2012) – orientando-se pela sensibilidade que emana do corpo – para então tecer *itinerários outros* e seguir.

Arte Indígena Contemporânea: ancestralidade na contemporaneidade

Eu aconteço, artisticamente falando, acredito, dentro de um processo que nos convida a pensar criticamente a decolonização, a apropriação cultural, o cristianismo, o monoteísmo, a monocultura e todos os dilemas do existir globalizado. Ou não? O meu surgimento vem junto com a expectativa que se cria em volta de outro termo, no Brasil ao menos, a arte indígena contemporânea. Não a moderna, a passada e extinta, nem a por vir, mas a deste início do século XXI. Adianto que não ando só, que não falo só, que não apareço só. Faço saber que toda a visualidade que me comporta, todas as pistas já expostas do meu existir são meramente um passo para mais mistérios. Somos por nós mesmos o poço de todos os mistérios. Faço saber ainda que não temos definição, que viemos de um tempo contínuo, sem estacionar. Antes, faço saber que buscamos os sentidos mais abstratos, tratamos de outros tratos bem firmes nessa passagem. Antes mesmo, devo dizer que tanto meu avô Makunaima quanto eu mesmo, parte direta dele, somos artistas da transformação. Surgimos junto com a arte e todos os desafios do grande existir e suas mais claras urgências individuais e coletivas. Surgimos no aparente caos, como é mesmo descrito entre os grandes Xamãs do mundo e um quase consenso na ciência, em termos de rumos para a humanidade tal qual. O prenúncio matemático do fim do mundo é também um cenário de nossa aparição. Como produto, também desse tempo, tenho a ideia de que a colonização foi um processo, embora saiba que trata-se de um ato contínuo. Assim, olhei para todos os lados e vi meu o avô no horizonte. No horizonte está claro também que não haverá cultura tampouco vida – e vida de qualidade, muito menos – para quem quer que seja em nada sendo feito. Não é possível, caso não rompamos alguma membrana extra do agora, pensar uma ideia de futuro em questões de nossa ligação espiritual com a terra e com o nosso lixo. Adianto, Makunaima não é só um guerreiro forte, másculo, macho e viril distante de uma realidade

possível, não senhores. Ele é uma energia densa, forte, com fonte própria como uma bananeira (ESBELL, 2018. p.11-12)¹⁴

De que arte falamos quando nos dispomos a pensar itinerários de arte indígena nas cidades contemporâneas? Arte Vida, plena de pulsão vital, em que os fluxos de uma gama extraordinária de materiais são *avivados* pelas forças ameríndias, num Cosmos em permanente transformação (INGOLD, 2015). Arte pública, arte mundo (OLIVEIRA, 2012), coletiva incontenível movimento que, numa constelação, integra cestos e tramas de fibras vegetais, que vicejam nas florestas, e a arte urbana, ocupando as ruas, os muros e o asfalto, perpassando galerias e museus, instalando telas, tintas, panos, performando pajelança, onça, pajé, publicando livros e exibindo filmes que desacomodam as perspectivas vigentes, produzindo discos, *graffitis*, *podcasts* e outras paragens, sem espaço de contradição. Arte contestação a reverberar as vozes indígenas diante das tempestades do progresso.

14 Entre outros escritos, *Makunaíma, meu avô em mim!* (ESBELL, 2018) é um ensaio iconopoético autoral em que o artista, escritor, curador e produtor cultural Jaider Esbell mobiliza imagens seminais para a qualificação do debate acerca da arte indígena contemporânea. Pleno de potências ancestrais, Jaider passeia pelas imagens fabulosas do universo onírico de Makunaíma, seu avô; artista da transformação, suas urgências individuais e coletivas integram o cenário de sua aparição, em meio ao caos da dissolução do tempo.



Imagem 7 – Soverino Mygso Borges, artista Kaingang, produzindo graffiti nos muros do Colégio Estadual Vicente Rijo. Soverino integra o Grupo Nên Ga, ao lado de jovens artistas que residem na Terra Indígena Apucarantina, e participa do movimento de Arte Urbana na cidade de Londrina, Paraná. Fotografia do artista. Facebook, página de Soverino Mygso Borges, (17 de janeiro de 2020).

Ao propor o deslocamento metodológico na direção da noção de Arte Vida para pensar a arte indígena nas cidades, busco transpor a abordagem que elege as rotas classificatórias assumidas pela arte nos sistemas culturais, para aproximar o olhar dos fluxos, relações e materiais que envolvem as coletividades indígenas no urbano, numa perspectiva da antropologia ecológica (INGOLD, 2012;2015).

O movimento de arte indígena contemporânea, autorreferido pelos povos indígenas, emerge na segunda década do século XXI. Um conjunto de intelectuais indígenas participa de sua formulação, destacando-se as reflexões de Jaider Esbell (e.g. 2016, 2018).

A partir da primeira década do século XXI, um conjunto de políticas de ação afirmativa instaura vagas de cotas que recepcionam jovens indígenas em diversas universidades públicas brasileiras. Pertencentes a diferentes povos e regiões do país, esses jovens intelectuais indígenas compreendem as universidades como zonas de influência de seus povos e territorialidades (SAMPAIO, 2017). Sua presença promove uma série crescente de rupturas institucionais, afetando rotinas administrativas, práticas pedagógicas, projetos e programas.

Novas teias de relações sociais se estabelecem no interior das universidades, a partir das posições que passam a ser ocupadas pelos estudantes indígenas em laboratórios, grupos de pesquisa, eventos e projetos de extensão, nas diversas áreas de conhecimento. Trata-se de um evento importante na cena contemporânea da vida indígena brasileira, um ponto de inflexão potencialmente positivo nas relações das cidades com os povos indígenas. Passadas duas décadas, uma geração de intelectuais indígenas artistas, cientistas sociais, educadores, escritores, incide significativamente na cena cultural brasileira. Ingressam em circuitos de arte urbana e estabelecem circuitos próprios, através de alianças interculturais envolvendo diferentes instituições.

O conceito de montagem recepcionado na ideia de instalação artística passa a ser incorporado em obras de arte indígena contemporânea, sendo exemplar a obra *Cobra Grande*, instalação de proporções monumentais de autoria de Jaider Esbell, que integrou o CURA – Circuito Urbano de Arte 2020, na cidade de Belo Horizonte.

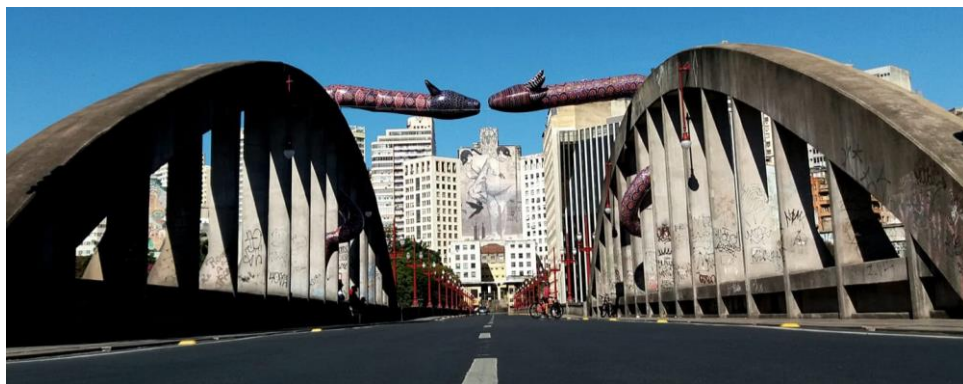


Imagem 8 – Obra de Instalação *Cobra Grande*, Belo Horizonte, setembro de 2020, durante o CURA – Circuito Urbano de Arte de Belo Horizonte. Facebook, página de Jaider Esbell (14 de outubro de 2020).

Inspirada no movimento de vanguarda da arte indígena contemporânea, proponho pensar a arte indígena exposta e comercializada nas ruas e praças das cidades expandindo a perspectiva conceitual e analítica da instalação artística, em contraposição à redução colonial implícita na ideia de artesanato, que condiciona o olhar e reduz a potência conceitual das esculturas tridimensionais de fibras vegetais expostas nas cidades pelos povos indígenas

Os fluxos de materiais e forças (BACHELARD, 1991; INGOLD; 2012) mobilizados nos itinerários de arte indígena nas cidades expandem os sentidos e significados que assumem nos sistemas culturais indígenas quando ingressam no sistema cultural da arte contemporânea¹⁵, evocando uma trama rizomática (DELEUZE; GUATTARI, 1995), aludindo à incidência da vida diante das tendências de redução, territorialização e gentrificação (ARANTES, 2013), evocação poética que reivindica o direito indígena à cidade, ao território, à vida, e amplia o horizonte de possibilidades para o urbano na contemporaneidade.

Pelo fluxo da arte, coletividades e artistas indígenas se movimentam no território – e nos movimentamos com eles! – desfazendo fronteiras e re-tecendo redes no grande mosaico das paisagens, nas cidades, reais-virtuais, recriadas no andar. Navegamos milhares de quilômetros, reafirmando solidariedades, retecendo cestos e circulando a seiva da Árvore da Vida, que se refaz em sementes, filhos e netos – para enfim, e novamente, *parir nossos avós em nós* (ESBELL, 2018; CABOCO, 2019).

¹⁵ Ver Clifford Geertz, A arte como sistema cultural (1987).



Imagem 9 – O Parto de Makunaima. Jaider Esbell. 2018. 90 x 90 cm. Acrílica e marcador à base d'água. Uma das 12 telas da série *Transmakunaima - o buraco é mais embaixo*, narrando as andanças de Makunaima, afetosamente um avô, cheio de netos, sendo o próprio artista um deles, que brotam de Wazak'á, Árvore da Vida, se espalhando da Raposa Serra do Sol pela cidade de Boa Vista e além, dilatando os horizontes do enorme espaço Panamazônico circunroraimeense (Coleção particular da autora).

Para além da superfície das formas econômicas, a arte é o caminho que a eco-lógica ameríndia elege e persegue para manter ativa nossa conexão na teia da vida (FREITAS, 2005). Seus filamentos se expandem para além das ruínas coloniais, escapando para o céu, rompendo o quadro numa profusão de linhas orgânicas – como vislumbrou Lygia Clark (1980) –, em ramos, raízes e galhos, e mantendo a floresta em pé! em meio às tempestades do progresso.



Imagem 10 – *Rede-Mãe*. Obra que integra o ensaio iconopoético “Sou uma extensão Wapichana, povo indígena de Roraima” (CABOCO, 2019b, p.65). Gustavo Caboco, fruto de *Wazak’á*, neto de Makunaimi, é artista indígena contemporâneo nascido em Curitiba, cuja obra estende uma rede tecida pelas memórias de sua mãe Lucilene, unindo a cidade de Curitiba a Canaúanim, Roraima, e abraçando o mundo.

É preciso afirmar que a arte que sustenta o viver ameríndio nas cidades por onde passa integra um *modo de vida* cuja ontologia se replica sem nunca ser igual, em extraordinária diversidade e nos mais variados contextos urbanos. Através de *Abya Yala*, por meio da arte, os coletivos indígenas reafirmam vínculos societários, costurando ruas, campos e florestas, deslocando e transformando matérias da terra, rememorando expedições de caça aos porcos-do-mato (*krág*), peixes (*pirã*), pinhão (*fág fy*), bananas, jenipapo e outras frutas que vicejam nessa Terra (FREITAS, 2005).

Seguindo a perspectiva de Paulo Renato Damé (2007), as instalações de arte indígena nas cidades funcionam como dispositivos relacionais, oportunizando outras relações sociais e desfazendo arestas que nos separam *Uns* dos *Outros*. No fio da história, da mesma maneira, os objetos instalados e desinstalados no tecido urbano, em constelações nunca iguais, funcionam como dispositivos de desaceleração do tempo na cidade, convidando para uma pausa nos itinerários

convencionais¹⁶. Uma rede de intelectuais, artistas, cineastas, escritores, *performers*, produtores culturais pertencentes a diversos povos indígenas se estende pelo espaço cibernético, produzindo projetos colaborativos, curadorias compartilhadas e intervenções em museus, galerias, bienais, universidades, ruas das cidades, em escala nacional e global.

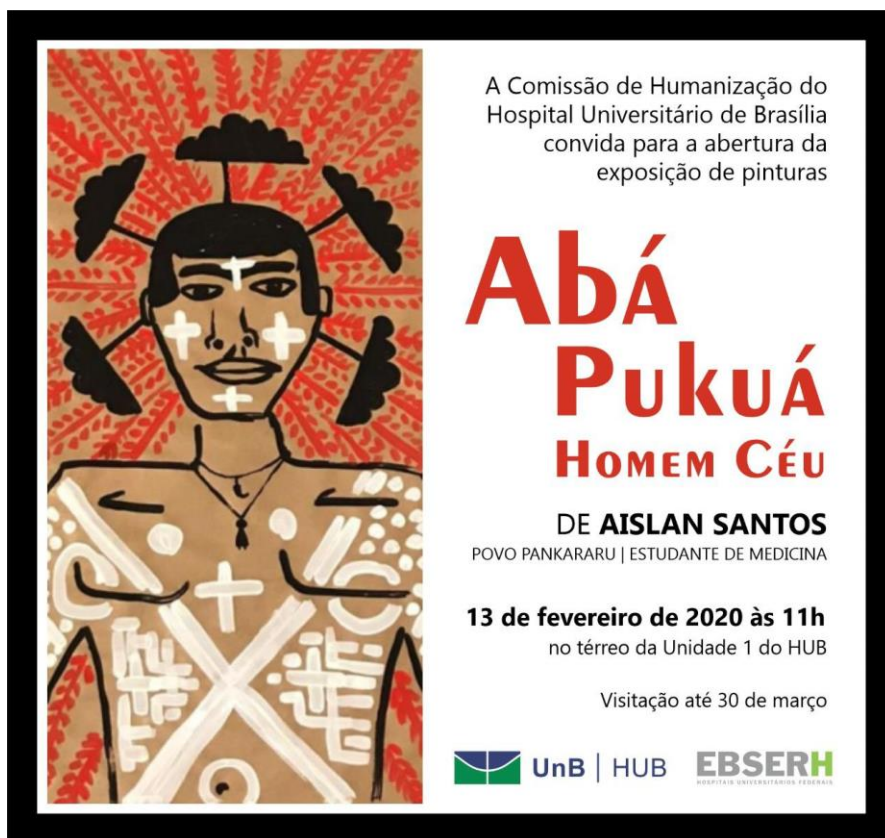


Imagem 11 – Cartaz da exposição *Abá Pukuá*, do artista pankararu Aislan Santos, organizada pela Comissão de Humanização do Hospital Universitário de Brasília, 2019.

Damiana Bregalda (2017) focaliza a atuação de alguns desses artistas nas Bienais de São Paulo. Obras de Ailton Krenak, Naine Terena, Davi Kopenawa,

¹⁶ Paulo Renato Damé (2007) em seus estudos de arte relacional, inseriu a pedra 0,42 em diferentes espaços urbanos em sua pesquisa em arte relacional junto a José Luiz Kinceler, na Universidade Estadual de Santa Catarina, propondo que tais objetos, assim inseridos em percursos cotidianos, potencialmente reposicionam as pessoas em seus trânsitos, operando como táticas artísticas de desaceleração.

Denilson Baniwa, Aníbal Lopes, entre outros, integram sua pesquisa (BREGALDA, 2017; 2017b). Do mesmo modo, outros pesquisadores colaboram na difusão dessa potente produção artística, em teses, dissertações, ensaios e artigos (e.g. LAGROU, 2010; PINHEIRO, 2017; LISBOA, 2018; COSTA, 2019; ALBINO, 2019).

O reconhecimento da contemporaneidade dos conhecimentos sintetizados nas obras de arte indígena amplia não apenas os horizontes dos *índios nas cidades*, mas também da Arte e da própria Cidade, fertilizada com as seivas da floresta e da humanidade, reconciliada com sua ancestralidade.



Imagem 12 – Obras da série *Xondarias*, da artista Mbyá Guaraní Juliana Kerexu, em exposição no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, 2019. A obra de Juliana evoca poderes femininos que, com sua força ancestral e luta, promovem a vida Guaraní (Foto da autora).

Rememoro a imagem fornecida por meus interlocutores Zílio *Jagtyg* Salvador e Francisco *Rokâng* dos Santos, quando, em nossas andanças em Porto Alegre, comparavam um emaranhado de cipó (*gòje*) na floresta com a família kaingang, em que o tronco principal é pai e os ramos filhos. Dialeticamente, a Árvore da Vida na eco-lógica Kaingang se reencontra no espelho da Cidade, espaço de reinvenção da vida social na tecitura de um cesto, tramado com os fios de uma epistemologia que refaz o percurso traçado pelas fibras de cipó das florestas ao urbano.

À luz da expansão dos percursos da arte indígena contemporânea, é possível reposicionar o desafio perspectivo proposto pelos Kaingang, ao deslocar fibras vegetais das florestas de Porto Alegre, humanizadas, familiarizadas e culturalizadas numa infinidade de formas tridimensionais, instaladas e desinstaladas nas ruas da cidade. Tal reposicionamento dilui as fronteiras que separam tradição e contemporaneidade, para reconhecer no conjunto dessas obras uma extraordinária potência conceitual. A arte indígena contemporânea instalada no urbano instaura uma experiência que desfoca a cidade de sua dimensão de espaço construído, ordenado, antrópico, e a restitui de sua dimensão cosmo-mundo - espaço de saber, fazer e viver.

Nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Londrina, Boa Vista, Belo Horizonte, nas Bienais de São Paulo, em toda a parte, itinerários de arte indígena contemporânea atravessam dadivosamente o concreto, seus ângulos e retas, renovando os ares e colorindo o cinza com linhas orgânicas que se instalam e desinstalam cotidianamente, escapando aos quadros-muros e convidando a estar na rua. Transformam *espaços ordinários* em *espaços extraordinários*, alterando o ritmo urbano.

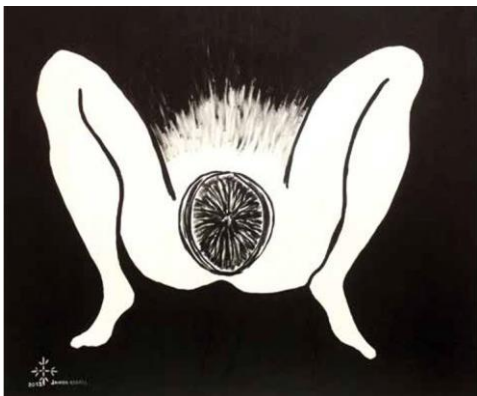
Mobilizadas por essa perspectiva, fotografias e obras de cipó trançado, recolhidas nas *passagens* de Porto Alegre, entre 1996 e 2009, acompanhando interlocutores Kaingang em seus percursos de deslocamento e transformação das fibras de cipó lascado das florestas para as ruas da cidade, entram em constelação com telas, filmes, livros e bananeiras. Integram projetos de curadoria compartilhada com artistas indígenas, participantes e colaboradores, resultando em instalações, plenas de movimento. Imagens dialéticas, atravessam esboços curatoriais de arte indígena contemporânea na cidade de Curitiba, desenhados colaborativamente, ampliando o espaço cibernético através dos corredores e escadarias que circundam o Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná.



Imagens 13 e 14 – Montagem colaborativa da instalação “Netos de Makunaimi: encontros de arte indígena contemporânea” no Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná, cidade de Curitiba, 2019. À esquerda, Vó Bernal – Bernaldina José Pedro Meriná (*in memoriam*); à direita, Gustavo Caboco e Jaider Esbell (Fotos da autora).

Por meio da arte indígena, a cidade dilata seus horizontes de possibilidades ao receptionar seus itinerários. Dialeticamente, ao se engajar nos itinerários de arte indígena nas cidades, pessoas e coletividades desacomodam o imaginário colonial restituindo a condição contemporânea da cidadania, pensamento e ação. A cidade, reencantada pelos fluxos de materiais e forças mobilizados na arte indígena contemporânea, torna-se ela mesma quadro e obra em permanente recriação, ampliando seu horizonte de possibilidades, reinventando a *ágora*, revigorando a *pólis* nos sentidos de uma *Cidade Ch'ixi*, *Cidade Aqui*, diante da possibilidade de ver, ouvir, acolher, conviver, conhecer todos os nossos coletivos, ecologias e pensamentos.

E o parto não para por aqui.



Imagens 15 e 16 - *Mais um parto*. Jaider Esbell. Coleção Cabocagem. Acrílica sobre tela. 93 x 83 cm (ALMEIDA; MATOS 2013, p. 199). Rolo de cipó marronzinho no chão de floresta no Morro do Osso, cidade de Porto Alegre (Foto da autora).

Referências

ALBINO, Paula Berbert Ferreira.

(2019). *Tecendo redes de alianças afetivas*: algumas notas sobre arte indígena contemporânea e práticas curatoriais. Monografia de Especialização em Estudos e Práticas Curatoriais apresentada à Fundação Armando Álvares Penteado.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.).

(2013). *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

BACHELARD, Gaston.

(1991). *A Terra e os Devaneios da Vontade*: ensaio sobre imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes.

BAINES, Stephen.

(2001). As chamadas “aldeias urbanas” ou índios nas cidades. *Revista Brasil Indígena*, ano 1, n.7.

BENJAMIN, Walter.

(2012). *Magia e Técnica, Arte e Política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. 8. ed., vol.1. São Paulo: Brasiliense.

(2011). A tarefa do tradutor. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem. Coleção Espírito Crítico*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, Ed. 34. p. 101-119.

(2009). *Passagens*. Belo Horizonte, Ed. UFMG. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

BOSCO E SILVA, Luciana.

(2009). Cidade/arte: a instalação e sua transmutação em objeto expandido no meio urbano. *LAV Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais* (UFMS), n.2. p. 1-17.

BRASIL.

(1967). *Relatório Figueiredo*. Jader de Figueiredo Correia. Ministério do Interior.

BREGALDA [JAENISCH], Damiana.

(2012). *A arte Kaingang da produção de objetos, corpos e pessoas*: Imagens de relações nos territórios das Bacias do Lago Guaíba e Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- (2017a). Poéticas e políticas da relação: apontamentos a partir da ação de Ailton Krenak na Assembléia Nacional Constituinte e seu deslocamento para espaços de arte contemporânea. *Iluminuras*. v. 18, n. 43, Porto Alegre. p. 215-239.
- (2017b). *Cosmocoreografias*: poéticas e políticas do mover - entre artes e territórios indígenas e da arte contemporânea. Tese de Doutorado em Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CABOCO, Gustavo.
(2019a). Sou uma extensão Wapichana, povo indígena de Roraima. *TOM Caderno de Ensaios*, vol.5, n.10, Curitiba, p. 62-71.
- (2019b). *Baara Kawai* – o campo após o fogo. Curitiba: Impressões Indígenas.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto.
(2006). *Caminhos da identidade* - ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Paralelo 15.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto.
(1996). *Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; BARBOSA, Samuel (org.)
(2018). *Direitos dos Povos Indígenas em disputa*. São Paulo: Ed. Unesp.
- CLARK, Lygia.
(1980). *Textos de Lygia Clark, Ferreira Gullar e Mário Pedrosa*. Rio de Janeiro: Funarte.
- COSTA, Vanessa Augusta do Nascimento Brandão e.
(2019). *O neto de Makunaima*: Jaider Esbell e a literatura indígena em Roraima. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera.
(2010). *Ch'ixinakax utxiwa*: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires, Tinta Limón.
- DAMÉ, Paulo Renato Viegas.
(2007). *Inserindo dispositivos relacionais*: táticas artísticas para desacelerar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix.
(1995). *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- DIAS, José Antônio Braga Fernandes.
(2000). Arte, arte índia, artes indígenas. In AGUILAR, Nelson (org.). *Mostra do Redescobrimento*: artes indígenas. São Paulo, Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais.
- LAGROU, Els.
(2010). Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. *Revista Proa*, vol. 1, n. 2.
- ESBELL, Jaider.
(2018). Makunaima, o meu avô em mim! *Iluminuras*, v. 19, n. 46, p. 11-39, jan/jul. Porto Alegre. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/85241/49065>>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- (2014). Eu sonho em ter um grande caminhão para colocar todo mundo dentro e passar um mês numa aldeia, um mês na outra, para construir essa cultura coletiva. *Mundo Amazônico*. n. 5. p. 253-259.
- (2013). *Tardes de agosto manhãs de setembro e noites de outubro*. Boa Vista, Edição do Autor.
- (2012). *Terreiro de Makunaima*: Mitos, lendas e histórias em vivências. Belém, Cronos.
- FAJARDO, Raquel Yrigoyen.
(2011). El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. In:
- GARAVITO, César Rodríguez (Coord.). *El Derecho en América Latina*: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. p.139-160.

FIALHO, Daniela Marzola.

(2016). A Planta de Porto Alegre (RS) de 1906. In: *Anais do 3o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, Belo Horizonte, p. 329-338.

FREITAS, Ana Elisa de Castro.

(2020). *Netos de Makunaimi*: encontros de arte indígena contemporânea. Texto Curatorial de Instalação Artística. Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná. Período expositivo: de 28 de novembro de 2019 a 30 de abril de 2020.

(2018). Apresentação. Dossiê Imagem e Descolonização - Imaginários plurais em movimento. *Iluminuras.*, v.19, n. 46. Porto Alegre. p. 05-10, jan/jul.

(2016a). *A poética do belo caminhar*: Arte, ecologia, resistência e narrativa Mbyá Guarani. *TOM Caderno de Ensaios*, vol.2, n.4. Curitiba. p. 36-47.

(2016b). Identidades indígenas e seu reconhecimento: leituras de antropologia e direito. In: MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da; CRUZ, Adriana Alves dos Santos; CUNHA, Michele Menezes da. (org.) *A Questão Indígena e o Poder Judiciário* – programa de estudos avançados. Tribunal Regional Federal (2ª. Região). Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª. Região. Rio de Janeiro: EMARF. p. 39-55.

(2014). Garra de jaguar, botão de camisa, cartucho de bala: um olhar sobre arte, poder, prestígio e xamanismo na cultura material Kaingang. *Revista Mediações*. Londrina, v. 19 n. 2. p. 62-83.

(2008). Nossos contemporâneos indígenas. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro; FAGUNDES, Luis Fernando Caldas (Orgs.). *Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: Editoras Associadas. p. 5-13.

(2005). *Mn̄r Jykre*: A cultura do cipó – Territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREITAS, Ana Elisa de Castro; BUENO, Antonio Augusto; FIDELIS, Jaciele Nyg Kuita.

(2018). Traço - pulso primordial. Imagens em movimento entre cavernas e galerias. *Iluminuras*. v.19, n. 46. Porto Alegre. p. 436-450.

FREITAS, Ana Elisa de Castro; FAGUNDES, Luis Fernando Caldas (Orgs.).

(2008). *Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: Editoras Associadas.

FREITAS, Ana Elisa de Castro; HARDER, Eduardo.

(2018). Os povos indígenas no ensino superior e os caminhos para a efetivação da justiça e do Bem Viver. In: COSTA E FONSECA, Ana Carolina da; LEIVAS, Paulo Gogo (Orgs.), 2018. *Direitos humanos e saúde*. Vol. 1. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA. Recurso on-line (319 p.). Disponível em: <http://www.ufcspa.edu.br/index.php/editora/obras-publicadas>

GEERTZ, Clifford.

(1997). A arte como sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes.

GROS, FRÉDÉRIC

(2011). *Caminhar, uma filosofia*. São Paulo: É Realizações.

INGOLD, Tim.

(2020). Estar vivo - ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. *Coleção Antropologia*. Petrópolis: Editora Vozes.

(2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*. Ano 18, n. 37. p. 25-44.

KLEE, Paul.

(1920). *Angelus Novus*. Desenho em nanquim e pastel aquarelado sobre papel. 31,8 x 24,2cm. Museu de Israel, Jerusalém. Disponível em: <http://www.acervofilosofico.com/o-anjo-de-benjamin/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce.
(2018). *A queda do céu* – palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRENAK, Ailton.
(2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
(2000). *O lugar onde a terra descansa*. Rio de Janeiro, Eco Rio; Núcleo de Cultura Indígena.
- KUSH, Rodolfo.
(1989). *América Profunda*. Buenos Aires: Ed. Hachette.
- LEFEBVRE, Henri.
(2011). *O direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro.
- LISBOA, João Francisco Kleba.
(2018). Entre armadilhas e atalhos: acadêmicos e artistas indígenas no contexto interétnico de Roraima. *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 19, n. 46. p. 40-62.
- LUCIANO, Gersem dos Santos.
(2006). *O Índio Brasileiro*: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- MAXAKALI, Sueli; MAXAKALI, Israel.
(2019). *Yamiyhex* – As mulheres espíritos. Premio Carlos Reichenbach. Filme. Brasil, cor, 77min.
- MUNDURUKU, Daniel.
(2000). *O Banquete dos Deuses* – conversa sobre a origem e a cultura brasileira. São Paulo: Global Editora.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.).
(1998a). *Indigenismo e Territorialização* – Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa.
(1998b). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro. p. 47-77.
- OLIVEIRA, Luiz Sérgio.
(2012). A mundanidade da arte. *ARS*(São Paulo), ano 10, n.20.
- PARÁ YXAPY, Patrícia Ferreira.
(2019). Carta de uma mulher guarani em busca da terra sem mal. *Festival de Cinema de Berlim*. Filme, Brasil, 80min.
- PEDROSA, Mário.
(1981). Arte Ambiental, arte pós-moderna, Hélio Oiticica. In: AMARAL, Aracy Abreu (org.). *Dos muros de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva.
- PINHEIRO, Sophia.
(2017). *Jaexá Va'e Jo Hete Re*: "O corpo que enxergamos". Ensaio Fotográfico. *Iluminuras*. v. 18, n. 43. Porto Alegre. p. 361-367
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.
(2006). Verbete Abya Yala. In: SADER, Emir. (org.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo.
- POTIGUARA, Eliane.
(2018). *Metade cara, metade máscara*. Lorena, UK'a Editorial.
- RIBEIRO, Marília Andrés.
(1998). Arte e Política no Brasil: a atuação das neovanguardas nos anos 60. In: FABRIS, Annateresa; COSTA, Cacilda Teixeira da.(org). *Arte & Política* – algumas possibilidades de leitura. Belo Horizonte: C/Arte; FAPESP.
- SAMPAIO, Osias Awá-Mboparadjú Guarani Ramos
(2017). A universidade como área de influência, no olhar de um Guarani. *Iluminuras*, v.18, n.43. p-134-157.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.
(2019). *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; CUSICANQUI, Silvia Rivera.
(2013). *Conversación del Mundo*. Valle de las Animas, La Paz, Bolívia. Entrevista. Projeto Alice – Centro de Estudos Sociais/CES. Universidade de Coimbra. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>> Acesso em: 31 jan. 2020.

SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia.

(2009). *Política, cidade, educação: itinerários de* Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de.

(1987). Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: Considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ed. Marco Zero. p. 149-204.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BARROSO, Maria Macedo (Orgs.).

(2018). *O projeto trilhas de conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil: uma experiência de fomento e investigação para ações afirmativas*. Rio de Janeiro: E-papers.

TABAJARA, Auritha.

(2018). Coração na aldeia, pés no mundo. *Xilogravuras de Regina Drozina*. Lorena, Uk'a Editorial.

TAUSSIG, Michael.

(1993). *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra.

TODOROV, Tzevetan.

(1993). *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo.

(1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro. p. 115-144.

WARBURG, Aby.

(2015). *Histórias de fantasmas para gente grande, escritos, esboços e conferências*. São Paulo: Companhia das Letras.

WILLS, Wirt Henry

(2012). On the trail of the lonesome pine: archaeological paradigms and the chaco "Tree of Life". *American Antiquity*. JSTOR, vol. 77, n. 3, p. 478-497. Disponível em: www.jstor.org/stable/23486285. Acesso em: 10 jan. 2019.

Recebido em

março de 2020

Aprovado em

novembro de 2020

Resenha

As muitas formas de pensar o cuidado em nossa sociedade

TAMANINI, Marlene *et al.* *O Cuidado em Cena: Desafios políticos, teóricos e práticas*. v. 1. Florianópolis: UDESC, 2018. 380 p. v. 1. ISBN 978-858302-141-1.

Enquanto uma perspectiva teórico-epistemológica profundamente inserida na área dos estudos de gênero, as discussões sobre os aspectos sociais do cuidado podem envolver as esferas econômicas, sociológicas, antropológicas, históricas, culturais, jurídicas, psicológicas, afetivas, biográficas e políticas. Proporcionam, assim, uma observação mais atenta das práticas e atitudes ligadas à manutenção da vida e do bem-estar diante da percepção da vulnerabilidade e da interdependência como condições humanas. Trata-se de uma proposta investigativa que evidencia contextos e relações sociais diversas. Os estudos sobre o cuidar propõem reflexões críticas sobre os arranjos da produção e reprodução na formação de imaginários sociais sobre homens – provedores da esfera pública, chefes de família e autossuficientes – e mulheres – maternais e cuidadoras por abnegação, ligadas à dependência e ao âmbito doméstico. Ao mesmo tempo, leva em conta importantes discussões sobre desigualdades de raça, classe e gênero na distribuição e reconhecimento das atividades voltadas a sanar necessidades físicas, emocionais e materiais experimentadas por todos e todas ao longo da vida. Por sua potência política e analítica, esse ramo de estudos tem ganhado espaço no contexto acadêmico nacional¹.

Dessa forma, a publicação de *O Cuidado em cena: Desafios políticos, teóricos e práticos* (2018) manifesta a amplitude temática e interdisciplinar abarcada pelas

¹O reconhecimento da potência analítica dos estudos do cuidado é refletido em sua presença em eventos e publicações acadêmicas no Brasil – principalmente na área dos estudos de gênero. O encontro interdisciplinar *Fazendo Gênero*, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, conta com simpósios temáticos sobre esse objeto desde sua décima edição, em 2013; o *Seminário Nacional Sociologia & Política*, organizado pela Universidade Federal do Paraná, traz grupos de trabalho sobre o tema desde sua sexta edição, em 2015; o *Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, organizado pela Universidade Estadual de Londrina, também dedica espaços à discussão do tema desde sua quarta edição, em 2016. Também é importante lembrar a construção de livros como *Cuidado e Cuidadoras* (2012), por Helena Hirata e Nadya Guimarães, e de volumes como o *Dossiê Gênero e Cuidado*, por Hirata e Guita Debet, dentro dos Cadernos Pagu, em 2016.

possibilidades surgidas da noção de cuidado. Trazendo essa perspectiva ao centro do palco, concedendo-lhe protagonismo analítico e explorando os mais diversos cenários em que o cuidar pode servir como lente de análise para a realidade contemporânea, esse livro se preocupa com as pungentes questões trazidas pela prática da pesquisa realizada em seus variados contextos empíricos. Organizado por Marlene Tamanini, Francisco G. Herdemann, Eliana Portes Vargas e Sandro Marcos Castro de Araújo, o volume conta com 12 capítulos pertencentes a múltiplos âmbitos disciplinares – da Sociologia à Literatura, passando pelo Direto, História e pela Saúde Pública –, apresentando um variado escopo teórico-metodológico.

O texto escrito por Marlene Tamanini abre o rol de capítulos e, por isso, se dedica a apresentar uma proposta epistemológica para alicerçar a área dos estudos do cuidado como espaço de potência reflexiva e de articulação heurística para a produção de conhecimento capaz de conceber mudanças sociais. Para a autora, o âmbito das investigações sobre o tema surge como consequência dos debates feministas e seus desenvolvimentos dentro dos estudos de gênero. Dessa forma, a análise se inicia recuperando as discussões sobre a divisão sexual do trabalho, organizadas por pesquisadoras do feminismo entre 1960 e 1970, a fim de demonstrar a atenção voltada ao tema já nas discussões marcadas por uma revisão da perspectiva marxista a respeito das teorizações sobre a potência explicativa da noção de patriarcado. Mais à frente, Tamanini apresenta a discussão seminal proposta por Carol Gilligan em *Uma voz diferente* (originalmente publicado em 1982) e a insere nas discussões sobre a importância da diferença como escopo de estudos sobre a experiência das mulheres. Isto é, possibilitando novas formas de pensar ética e desenvolvimento moral sob uma perspectiva que leve em conta as questões de gênero que constroem nossas subjetividades. Partindo daí, o texto acompanha as consequências e ramificações do debate a respeito da importância do cuidado para pensar politicamente sobre identidades, práticas e disposições. A autora lembra, por exemplo, das reverberações maternalistas em busca de uma ética feminina e as críticas organizadas nos anos 1990, pautadas pela necessidade de uma discussão que centralizasse o cuidado como eixo para pensar a construção de uma sociedade democrática; rememora também as importantes repercussões desse debate no contexto francês, em que grande atenção foi dedicada às discussões sobre vulnerabilidade e dependência. Promovendo uma riquíssima recuperação das temporalidades e potencialidades da discussão, Tamanini enfatiza, por fim, a importância da multiplicidade temática e epistêmica do cuidado (demonstrada nos capítulo

que seguem) em sua atenção aos diversos contextos empíricos aos quais se relaciona.

No capítulo seguinte, por sua vez, o cuidado é pensado desde a construção dos papéis de gênero e seus complexos desenvolvimentos ao longo da história do associativismo filantrópico feminino dos séculos XIX e XX. Acompanhando as trajetórias biográficas que marcaram a fundação da Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância em Curitiba, Ana Paula V. Martins remonta um contexto latino-americano de engajamento na proteção e assistência materno-infantil. Esse resulta do chamado médico e clerical para que as representantes das famílias tradicionais cumprissem seu dever moral de ajuda aos pobres com a habilidade maternal e bondosa que lhes foi atribuída pelo contexto discursivo ocidental moderno. Ao explorar o envolvimento das mulheres da elite na atividade caritativa, a autora propõe a potente ideia de uma dupla operação ideológica, na qual a participação dessas senhoras abastadas significava, ao mesmo tempo, um reforço essencialista das hierarquias de gênero e a possibilidade de mobilidade para além do âmbito privado através da participação beneficente na esfera pública. Assim, a autoridade moral feminina, ainda que não fosse ameaçadora à ordem social e de gênero, proporcionou também oportunidades de ação e conquista de novos espaços para as mães e esposas das ilustres famílias da época.

Escrito por Claudia Pedone, o terceiro capítulo apresenta um exemplo importante para a análise dos cruzamentos entre concepções do cuidado e a intervenção estatal na organização de famílias em situações de vulnerabilidade social. Refletindo sobre a combinação entre o agravamento da crise equatoriana e o aumento pela demanda de mão de obra feminina dentro do contexto europeu (sobretudo na Itália) dos anos 2000, a autora lança um importante olhar para as consequências de um cenário migratório em que as mulheres surgem como eixo central para a configuração transnacional das famílias e de sua manutenção prática e afetiva. Muitos são os desafios enfrentados pelas famílias vindas do Equador para a sobrevivência no contexto italiano, por exemplo: são diversos os relatos de conflitos entre pais, dificuldades geracionais, violências de gênero, precariedade econômica e, principalmente, riscos de separação entre crianças e familiares. Esse último elemento assume grande importância na investigação. O estudo mostra que, interpeladas pelo estigma da dependência, pela xenofobia e pela suposição de incapacidade moral de exercer o papel da “boa mãe”, muitas das migrantes equatorianas têm de travar incessantes batalhas jurídicas e construir estratégias em seus cotidianos para lutar por direitos e manter suas famílias unidas – o que aponta

para a urgência da necessidade de investigações sobre os dilemas da maternidade transpassada pelos contextos migratórios contemporâneos.

Atestando a amplitude dos temas a serem contemplados pelo intuito interdisciplinar com ao qual o livro se propõe, o próximo capítulo se debruça sobre as relações de sociabilidade transpassadas por raça e classe dentro do espaço doméstico burguês, relatado nas crônicas de Clarice Lispector. Em um estudo das maneiras pelas quais a autora retrata sua relação com suas empregadas domésticas, Sonia Roncador analisa as formas como a obra de Lispector exprime conflitos sociais – atenuados, mas jamais resolvidos – que permeiam o cotidiano descrito em seus textos. Uma leitura minuciosa revela o convívio da escritora recifense com as subjetividades precarizadas que marcavam seu dia a dia, bem como suas consequências éticas. Essas variam entre a adoção autenticante de uma ética do cuidado maternal atenta às mazelas sociais brasileiras e uma culpa de classe, reveladora de uma disposição para perceber a desigualdade social que não se converte em ação efetiva sobre ela. Como cronista do Brasil da década de 1970, Lispector representa a figura perplexa do escritor que pouco se vê capaz de mudar o mundo e que pouco faz para revisar os estereótipos produtores de estigmas e injustiças sobre trabalhadoras domésticas no país.

Das Letras à Sociologia, o estudo de Thays A. Monticelli projeta outra perspectiva sobre as relações de cuidado e poder em torno do trabalho doméstico remunerado. Propõe uma análise das maneiras pelas quais “patroas” das classes médias e altas compreendem a transferência das atividades do cuidar para empregadas contratadas. Investigando a intersecção entre um quadro estrutural da divisão sexual do trabalho, a hierarquia das valorizações das atividades nos âmbitos público e privado, o agenciamento de desejos e as negociações subjetivas que marcam a transferência das responsabilidades pela limpeza, a autora mostra que os cuidados com o lar se tornam fonte de infelicidade para essas mulheres abastadas. Contudo, ligadas à função de gerenciadora dos cuidados da casa, ocupam um ambíguo lugar que as impele a exercer poder sobre mulheres pobres e negras. Esse poder se pronuncia em tons servilistas, através dos pormenores da “cultura doméstica” que, nas minúcias da higiene da casa, pauta os parâmetros para o impedimento de uma discussão democrática sobre as formas e reconhecimentos do cuidar em nossa sociedade.

A necessidade de construção de uma democracia do cuidado compõe o plano de fundo para o sexto capítulo do livro, escrito por Sandro M. C. de Araújo. Examinando as invisibilizações e essencializações que marcam o

trabalho remunerado das cuidadoras de idosos portadores da síndrome Alzheimer, o autor reflete sobre motivações, negociações, cargas psicológicas e físicas que envolvem as atividades – ainda ignoradas pelo Estado brasileiro – às quais essas mulheres se dedicam de forma remunerada. A constatação das vicissitudes que envolvem o trabalho de acompanhar pessoas em situação de envelhecimento ganha tons cada vez mais graves à medida que a tendência ao aumento da expectativa de vida no Brasil não é acompanhada por uma discussão séria e comprometida a respeito do papel do Estado na provisão de assistência para a população. O resultado de um debate ainda marcado pela feminilização naturalizante é, como mostra Araújo, o desamparo da população portadora de doenças degenerativas e, principalmente, a precarização das condições sob as quais operam as trabalhadoras da área.

Explorando de maneira diferente a relação entre cultura, cuidado e política, Marcela K. Brecailo propõe, a seguir, um interessante olhar às experiências de cuidar de crianças partilhadas por mulheres. Em uma análise fortemente influenciada pela obra de Flávia Biroli, a autora percorre uma miríade de relatos individuais que a auxiliam a entender as relações sociais ligadas às diferentes práticas da maternidade e da maternagem. O aleitamento materno, por exemplo, ganha importância fulcral no entendimento dos embates entre conhecimentos chancelados pelo Estado e vivências pautadas pelo saber popular. Brecailo investiga as estratégias que marcam a responsabilidade de mulheres que buscam ajuda na assistência de seus filhos e têm de lidar com os direcionamentos fornecidos pelas Unidades de Saúde e por suas familiares. Essa tensão se deve, em sua maior parte, por conta da dimensão estrutural que fixa o cuidar dentro do ramo de atividades essencialmente femininas. Assim, a atenção dedicada à criança surge como trabalho ainda pouco reconhecido no âmbito do privado – em função de uma valorização das atividades da esfera pública e masculina como única instância propriamente “produtiva”. Tendo em vista a acentuada indisponibilidade dos homens em assumirem a partilha das atividades domésticas ou do cuidado das crianças – fato há muito tempo estabelecido na área dos estudos feministas e de gênero –, resta a essas mães o apoio em redes de solidariedade formadas por outras mulheres. Brecailo é categórica ao afirmar que cuidar de crianças é uma função social e deve ser encarada dessa forma pela ação estatal que, ignorando o tema, reforça o ciclo de não reconhecimento e a desvalorização do cuidado.

O capítulo seguinte explora, na experiência de catadoras de lixo da região metropolitana de Curitiba, os desafios que perpassam o cotidiano das mulheres que chegam à catação como resultado de um cenário marcado pela pobreza e

pelas assimetrias de gênero em nossa sociedade. No texto, Daniela Kuhn e Gilson Queluz partem de uma perspectiva crítica ao capitalismo como modo de produção dentro do qual a forma como negligenciamos a importância da sustentabilidade não se separa da forma como despercebemos os corpos das trabalhadoras responsáveis por lidar com o lixo. Projetando uma união entre influências marxistas e a filosofia da abjeção de Judith Butler, os/as autores/as categorizam as catadoras como lupemproletariado que habita um espaço de abjeção – ilegível pelo Estado e pela sociedade civil. Trata-se de uma população de mulheres em situações economicamente vulneráveis que vêm nessa ocupação uma oportunidade para a sobrevivência. Em sua informalidade – que tem, como lado sombrio, a marca da desregulação e ausência de direitos – essa se torna uma das poucas saídas para o sustento da família dessas trabalhadoras. Como demonstram Kuhn e Queluz, abandonadas pela ação estatal e fruto da situação de pobreza, as catadoras têm enfrentado condições precárias que as igualam, aos olhos da sociedade, ao objeto com o qual trabalham: sentem-se parte do lixo.

O nono capítulo, escrito por Maria Izabel Machado, explora uma ramificação diferente dentro do amplo âmbito dos estudos do cuidado. Analisando as narrativas de mulheres que compõem grupos de trocas direta (produto por produto) em Curitiba e região metropolitana, a autora investiga as possibilidades do cuidado de si e de outros como forma de observar agência no cotidiano das participantes. Apropriando-se do referencial teórico foucaultiano, Machado explora as maneiras pelas quais a presença nesse coletivo organizado em torno de princípios da economia solidária existe através de tecnologias do eu. O ato de narrar-se, que transpassa as sociabilidades do clube de trocas, representa, para a autora, um aprendizado para o cultivo da própria subjetividade. À medida que se realiza em grupo, esse processo cria laços de solidariedade que apoiam mulheres em tempos de necessidades financeiras e crises emocionais. Ali se constrói um espaço de sociabilidade que lhes acolhe e oferece conforto para além das demandas de seus ambientes domésticos. Em um quadro de precarização e violências de gênero, o clube de trocas se mostra como um ambiente de empoderamento para suas participantes, em que podem olhar mais profundamente para suas vidas ao mesmo tempo em que amparam suas colegas.

A seção seguinte, inserida profundamente no campo da Saúde Pública, procura descrever as práticas de cuidado em torno dos tratamentos de tuberculose na favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro. O início do texto, pautado pela apresentação do Tratamento Diretamente Observado (TDO)

como tecnologia de verificação presencial do uso do remédio por profissionais de saúde e familiares, nos leva a pensar que se trataria de uma análise exemplar dos mecanismos de controle social por parte do Estado. Contudo, o trabalho de Raquel B. A. Araújo, Marly M. da Cruz e Eliane P. Vargas explora uma diferente forma de pensar o encontro entre indivíduos e ação estatal. Assim, percorrem os caminhos da tentativa de construção de um tratamento humanizado e integralizado – marcado por negociações, tensões e afetos na construção de um vínculo entre usuário do tratamento e agente de saúde que o promove. Considerando um amplo espectro empírico, nota-se um largo conjunto de componentes que influenciam na efetivação do acompanhamento médico – esses variam desde a violência do ambiente no qual vivem os pacientes até as diversas especificidades de seus cotidianos. Trata-se de um esforço para observar o árduo trabalho de personalização do atendimento individual no combate a uma doença já, de saída, acentuada pelas mazelas da desigualdade social em nosso país.

Com um retorno ao tema da imigração, sem abandonar a abordagem crítica da relação entre Estado e populações desprivilegiadas, Cláudia Medeiros de Castro reflete sobre os cuidados obstétricos oferecidos para mulheres que vieram de outros países e hoje vivem na cidade de São Paulo. Mesmo compondo o capítulo mais curto do livro, a análise se mostra bastante contundente em explorar uma invisibilidade da condição feminina imigrante nas normativas da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Na prática, esse quadro resulta em desencontros que permeiam a relação dessas mães com o Sistema Único de Saúde – marcada por barreiras de comunicação, ignorância diante de diferenças culturais da maternidade e desconsideração das condições de trabalho de imigrantes pobres no Brasil. No texto, a autora clama por uma ampliação intercultural dos modelos para integração entre ação estatal e a população a qual deve garantir direitos básicos.

O último capítulo do livro traz talvez o maior desafio para os limites abarcadores do conceito de cuidado. Nicolle Feller promove uma inovadora discussão sobre aspectos morais e jurídicos a respeito da manifestação antecipada de pacientes no que tange sua própria morte. Ainda que o cuidar seja uma atividade comumente ligada à manutenção da vida e do bem-estar, como pensá-lo quando não há possibilidade de viver com dignidade? Como encarar o desejo previamente estabelecido de abrir mão do direito à vida quando esta já não puder ser vivida dignamente – isto é, sem que seja marcada por enormes custos físicos, psicológicos e emocionais para o sujeito em questão e aqueles que o cercam? Que tipo de responsabilidade pode ser imputada ao

profissional da saúde que concorde em participar do processo de morrer de maneira assistida? Operando uma discussão que enfrenta as lacunas legislativas entre o Direito e a Bioética, a autora explora essas questões enquanto advoga pela necessidade de uma ação médica dialógica que respeite a experiência e o direito de escolha do indivíduo. Ainda que destoe das outras seções do compêndio, não se reportando aos estudos de gênero e seguindo um método de investigação mais próximo das ciências jurídicas, a proposta de Feller apresenta importantes debates para expandir as possibilidades de pensar o cuidado em relação às formas de morrer e viver dignamente.

Em suma, trata-se de um livro marcado por um debate amplo e variado, sem que, com isso, se torne disperso em suas discussões. Como parte de um aporte epistemológico amplo, os estudos acima convergem na afirmação da importância do cuidado para a reimaginação crítica e politicamente engajada das relações interpessoais e da organização de nossa sociedade. Transpassados por desafios comuns que circulam em torno da invisibilização do cuidar em nossas representações sociais e âmbitos de debate público e institucional, os diferentes capítulos retornam ao eixo das assimetrias que marcam a divisão sexual do trabalho, a construção das subjetividades gendrificadas e as negociações da intimidade que permeiam os múltiplos cenários através dos quais esse tipo de atividade deve ser retratado como questão social relevante para pensar a contemporaneidade em suas facetas diversas.

Colocar o cuidado “em cena” é fazer dele um dos protagonistas de nossas interpretações do mundo – em resposta ao longo tempo em que permaneceu na penumbra dos bastidores. Sob o holofote, seu caráter multifacetado é também a medida de sua potência investigativa. Assim, como parte de um debate que tem crescido e se consolidado na realidade acadêmica brasileira, *O Cuidado em Cena* é uma publicação proveitosa para aqueles e aquelas que desejam conhecer mais sobre o tema, suas diversas ramificações e possibilidades dentro de diferentes áreas do conhecimento.

Henrique da Costa Valério Quagliato²

Recebido em
março de 2020

Aprovado em
setembro de 2020

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPR. E-mail: henriquequagliato95@gmail.com.